

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	9
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	10
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	19
Demonstração do Resultado Abrangente	21
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	25
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	26
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	27
Demonstração de Valor Adicionado	28

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	30
---	----

Notas Explicativas	60
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	283
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	285
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	286
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	287

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	288
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.010.539.585
Preferenciais	0
Total	1.010.539.585
Em Tesouraria	
Ordinárias	28.870.100
Preferenciais	0
Total	28.870.100

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	16.075.284	11.666.770	10.245.198
1.01	Ativo Circulante	3.483.543	996.270	1.513.114
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	541.415	165.569	536.313
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.306.880	642.999	871.556
1.01.03	Contas a Receber	616.437	181.404	102.955
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	616.437	181.404	102.955
1.01.03.02.05	Depósitos judiciais	283	56	0
1.01.03.02.07	Dividendos a receber	604.025	175.277	98.381
1.01.03.02.08	Outros contas a receber	12.129	6.071	4.574
1.01.06	Tributos a Recuperar	18.811	6.298	2.290
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	18.811	6.298	2.290
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	35	34	862
1.01.06.01.02	Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	18.776	6.264	1.428
1.02	Ativo Não Circulante	12.591.741	10.670.500	8.732.084
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	566.675	42.357	62.851
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	0	18.129
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	0	0	18.129
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	566.675	42.357	44.722
1.02.01.10.03	Instrumentos financeiros derivativos	413.131	0	0
1.02.01.10.05	Depósitos judiciais	172	172	124
1.02.01.10.07	Impostos e contribuições a recuperar	0	0	12
1.02.01.10.08	Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	24.180	32.512	35.017
1.02.01.10.10	Outras contas a receber	129.192	9.673	9.569
1.02.02	Investimentos	12.018.253	10.623.050	8.664.022
1.02.03	Imobilizado	3.412	3.656	3.774
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.908	2.782	2.782
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	504	874	992
1.02.04	Intangível	3.401	1.437	1.437

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	16.075.284	11.666.770	10.245.198
2.01	Passivo Circulante	686.862	605.880	864.797
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	547	304	722
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	547	304	722
2.01.01.02.01	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	547	304	722
2.01.02	Fornecedores	2.957	33.007	2.081
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.760	2.824	2.802
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.760	2.824	2.802
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	3.644	2.763	2.761
2.01.03.01.03	Imposto e contribuições sobre o lucro a recolher	116	61	41
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	12.247	3.161	518.980
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	507.358
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	0	507.358
2.01.04.02	Debêntures	12.247	3.161	11.622
2.01.05	Outras Obrigações	667.351	566.584	340.212
2.01.05.02	Outros	667.351	566.584	340.212
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	648.864	547.597	322.581
2.01.05.02.07	Participação nos lucros	18.328	18.848	17.466
2.01.05.02.10	Outras contas a pagar	6	1	15
2.01.05.02.11	Passivo de arrendamento	153	138	150
2.02	Passivo Não Circulante	2.632.061	598.500	1.269.524
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.436.140	562.926	1.252.232
2.02.01.02	Debêntures	2.436.140	562.926	1.252.232
2.02.02	Outras Obrigações	38.367	35.524	17.242
2.02.02.02	Outros	38.367	35.524	17.242
2.02.02.02.08	Outras contas a pagar	38.003	34.869	16.450
2.02.02.02.09	Passivo de arrendamento	364	655	792
2.02.03	Tributos Diferidos	140.515	50	50

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	140.515	50	50
2.02.04	Provisões	17.039	0	0
2.02.04.02	Outras Provisões	17.039	0	0
2.02.04.02.05	Provisão para perda em investimento	17.039	0	0
2.03	Patrimônio Líquido	12.756.361	10.462.390	8.110.877
2.03.01	Capital Social Realizado	4.655.287	3.489.736	2.741.931
2.03.02	Reservas de Capital	-486.980	86.573	529.934
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-642.725	-31.734	0
2.03.02.07	Reservas de Capital	155.745	118.307	529.934
2.03.04	Reservas de Lucros	8.860.055	7.138.924	4.993.923
2.03.04.10	Reserva de lucros	8.860.055	7.138.924	4.993.923
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-272.001	-252.843	-154.911

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	3.484.265	3.011.587	2.579.067
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-68.454	-136.403	-33.893
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	411	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.922	0	-100.235
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.558.641	3.147.579	2.713.195
3.04.06.02	Resultado da Equivalência Patrimonial	3.558.641	3.147.579	2.713.195
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.484.265	3.011.587	2.579.067
3.06	Resultado Financeiro	350.727	-36.498	-163.437
3.06.01	Receitas Financeiras	463.743	23.033	33.333
3.06.02	Despesas Financeiras	-113.016	-59.531	-196.770
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.834.992	2.975.089	2.415.630
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-140.465	0	0
3.08.02	Diferido	-140.465	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.694.527	2.975.089	2.415.630
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	3.694.527	2.975.089	2.415.630
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.05	ON	3,76362	2,94814	2,3905
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.05	ON	3,76351	2,94814	2,3905

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	3.694.527	2.975.089	2.415.630
4.02	Outros Resultados Abrangentes	45.734	-46.625	-104.200
4.02.01	Resultado de hedge accounting de fluxo de caixa	-33.892	-3.168	-5.904
4.02.02	Benefícios pós emprego - resultados atuariais	79.626	-43.457	-98.296
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.740.261	2.928.464	2.311.430

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.087.962	1.038.000	-240.688
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-76.127	-34.833	-84.915
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	3.694.527	2.975.089	2.415.630
6.01.01.02	Amortização e depreciação	324	118	156
6.01.01.04	Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	47.814	50.975	143.064
6.01.01.05	Resultado de equivalência patrimonial	-3.558.641	-3.147.579	-2.713.195
6.01.01.06	Ajuste a valor presente	0	0	-484
6.01.01.07	Perda Step Acquisition	0	0	96.851
6.01.01.08	Rendimentos de aplicações financeiras	-51.600	-24.133	-32.242
6.01.01.09	Perdas (ganhos) com instrumentos derivativos	54.875	0	0
6.01.01.10	Valor justo das opções de compra	5.621	5.548	1.976
6.01.01.11	Provisão da participação nos lucros	3.619	6.619	0
6.01.01.12	Opção de compra de ações	-413.131	0	0
6.01.01.13	Amortização do direito de concessão	0	98.530	0
6.01.01.14	Outros	0	0	3.329
6.01.01.15	Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	140.465	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.164.089	1.072.833	-155.773
6.01.02.01	Impostos e contribuições a recuperar	-1	840	-218
6.01.02.02	Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	-4.180	-2.331	-1.242
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	-227	-104	1.813
6.01.02.04	Recebimento de dividendos	1.401.307	1.111.330	0
6.01.02.06	Outras contas a receber	-125.577	-1.600	1.697
6.01.02.07	Fornecedores	-30.050	30.926	1.088
6.01.02.08	Impostos e contribuições a recolher	936	22	-255
6.01.02.09	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	0	0	-810
6.01.02.10	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	246	-420	9
6.01.02.11	Participação nos lucros	-4.139	-5.237	1.642
6.01.02.12	Outras contas a pagar	5	-14	-10.942

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01.02.14	Partes relacionadas	0	0	-102
6.01.02.16	Juros pagos/recebidos	-74.231	-60.579	-148.453
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.379.817	140.921	512.319
6.02.01	Aquisição de Investimentos	-3.818	0	0
6.02.02	Aplicações financeiras	-1.612.281	270.819	-839.314
6.02.03	Redução de capital em investidas	750.000	0	0
6.02.04	Recebimento de dividendos	0	0	1.196.057
6.02.05	Aquisições no ativo intangível e imobilizado	-2.246	0	-219
6.02.06	Controle acionário em investidas	0	0	1.000.000
6.02.07	Aumento de capital em investidas	-511.472	-129.898	-826.031
6.02.08	Caixa líquido adquirido na aquisição de investimento	0	0	-45
6.02.09	Títulos e valores mobiliários	0	0	-18.129
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	667.701	-1.549.665	-453.464
6.03.01	Amortização de empréstimos e financiamentos	0	-1.195.500	-820.000
6.03.02	Aumento de capital	551	1.030	58.068
6.03.03	Dividendos pagos	-707.129	-323.291	-191.532
6.03.04	Captação de empréstimos e financiamentos	1.985.400	0	500.000
6.03.06	Ações em tesouraria	-610.991	-31.734	0
6.03.07	Amortização do passivo de arrendamento	-130	-170	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	375.846	-370.744	-181.833
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	165.569	536.313	718.146
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	541.415	165.569	536.313

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.489.736	86.573	7.138.924	0	-252.843	10.462.390
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.489.736	86.573	7.138.924	0	-252.843	10.462.390
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.165.551	-573.553	-1.324.532	0	-64.892	-797.426
5.04.01	Aumentos de Capital	1.165.551	0	-1.165.000	0	0	551
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-610.991	0	0	0	-610.991
5.04.08	Valor justo das opções de compra (Vesting period)	0	31.411	0	0	0	31.411
5.04.09	Mudança na participação relativa	0	6.027	0	0	0	6.027
5.04.10	Dividendos adicionais de 2020 distribuídos	0	0	-159.532	0	0	-159.532
5.04.11	Perda por recebimento desproporcional de dividendos - Transações entre acionistas	0	0	0	0	-65.780	-65.780
5.04.12	Aquisição de investimento - Transações entre acionistas	0	0	0	0	888	888
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.694.527	45.734	3.740.261
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.694.527	0	3.694.527
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	45.734	45.734
5.05.02.06	Resultado de hedge accounting de fluxo de caixa	0	0	0	0	-33.892	-33.892
5.05.02.07	Benefícios pós emprego - Ganhos atuariais	0	0	0	0	79.626	79.626
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.045.663	-3.694.527	0	-648.864
5.06.04	Reserva legal	0	0	184.726	-184.726	0	0
5.06.05	Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	0	0	228.586	-877.450	0	-648.864
5.06.06	Constituição da reserva de investimento e expansão	0	0	2.632.351	-2.632.351	0	0
5.07	Saldos Finais	4.655.287	-486.980	8.860.055	0	-272.001	12.756.361

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.741.931	529.934	4.993.923	0	-154.911	8.110.877
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.741.931	529.934	4.993.923	0	-154.911	8.110.877
5.04	Transações de Capital com os Sócios	747.805	-443.361	-281.390	-548.698	0	-525.644
5.04.01	Aumentos de Capital	747.805	-464.994	-281.781	0	0	1.030
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-31.734	0	0	0	-31.734
5.04.08	Opções de compra - Vesting period	0	53.088	0	0	0	53.088
5.04.09	Opções de recompra	0	279	0	0	0	279
5.04.10	Dividendos adicionais 2019	0	0	-736	0	0	-736
5.04.11	Dividendos adicionais propostos	0	0	1.127	-1.127	0	0
5.04.12	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-547.571	0	-547.571
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.975.089	-46.625	2.928.464
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.975.089	0	2.975.089
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-46.625	-46.625
5.05.02.06	Perdas atuariais	0	0	0	0	-43.457	-43.457
5.05.02.07	Perda líquida de hedge accounting de fluxo de caixa	0	0	0	0	-3.168	-3.168
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.426.391	-2.426.391	-51.307	-51.307
5.06.04	Perda por recebimento desproporcional de dividendos	0	0	0	0	-51.307	-51.307
5.06.05	Reserva legal	0	0	148.754	-148.754	0	0
5.06.07	Reserva para investimento e expansão	0	0	2.118.624	-2.118.624	0	0
5.06.08	Reserva de lucros a realizar	0	0	159.013	-159.013	0	0
5.07	Saldos Finais	3.489.736	86.573	7.138.924	0	-252.843	10.462.390

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.375.354	60.780	3.210.214	0	-50.316	5.596.032
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.375.354	60.780	3.210.214	0	-50.316	5.596.032
5.04	Transações de Capital com os Sócios	366.577	-4.254	-308.662	-323.259	0	-269.598
5.04.01	Aumentos de Capital	366.577	0	-308.509	0	0	58.068
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-322.523	0	-322.523
5.04.08	Opções de compra - Vesting period	0	1.976	0	0	0	1.976
5.04.09	Opções de recompra	0	-6.230	0	0	0	-6.230
5.04.10	Dividendos adicionais de 2018	0	0	-889	0	0	-889
5.04.11	Dividendos adicionais propostos	0	0	736	-736	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.415.630	-104.595	2.311.035
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.415.630	0	2.415.630
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-104.595	-104.595
5.05.02.06	Ganhos (perdas) atuariais	0	0	0	0	-98.296	-98.296
5.05.02.07	Ganho (perda) líquido de hedge accounting de fluxo de caixa	0	0	0	0	-5.904	-5.904
5.05.02.08	Exercício de opções de ações	0	0	0	0	-395	-395
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	473.408	2.092.371	-2.092.371	0	473.408
5.06.04	Reserva legal	0	0	120.781	-120.781	0	0
5.06.06	Reserva de lucros a realizar	0	0	1.004.755	-1.004.755	0	0
5.06.07	Reserva para investimento e expansão	0	0	966.835	-966.835	0	0
5.06.08	Aquisição de participação de não controladores sem mudança no controle	0	473.408	0	0	0	473.408
5.07	Saldos Finais	2.741.931	529.934	4.993.923	0	-154.911	8.110.877

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	0	0	-100.235
7.01.02	Outras Receitas	0	0	-100.235
7.01.02.01	Outras despesas / receitas operacionais	0	0	-83
7.01.02.02	Outras despesas / receitas não recorrentes	0	0	-100.152
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-51.291	-14.251	-16.551
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-45.369	-14.638	-16.551
7.02.04	Outros	-5.922	387	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-51.291	-14.251	-116.786
7.04	Retenções	-324	-119	-156
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-324	-119	-156
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-51.615	-14.370	-116.942
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.025.938	3.073.182	2.748.097
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.558.641	3.147.579	2.713.195
7.06.02	Receitas Financeiras	467.297	24.133	34.902
7.06.03	Outros	0	-98.530	0
7.06.03.01	Amortização do Direito de Concessão	0	-98.530	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.974.323	3.058.812	2.631.155
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.974.323	3.058.812	2.631.155
7.08.01	Pessoal	19.918	18.997	16.916
7.08.01.01	Remuneração Direta	15.791	18.097	13.701
7.08.01.02	Benefícios	3.918	814	473
7.08.01.03	F.G.T.S.	209	86	122
7.08.01.04	Outros	0	0	2.620
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	146.800	4.944	1.569
7.08.02.01	Federais	146.800	4.944	1.569
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	113.078	59.782	197.040
7.08.03.01	Juros	102.000	51.510	145.186
7.08.03.02	Aluguéis	62	251	270

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.03.03	Outras	11.016	8.021	51.584
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.694.527	2.975.089	2.415.630
7.08.04.02	Dividendos	877.450	548.698	322.523
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.817.077	2.426.391	2.093.107

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	61.714.300	44.124.020	37.530.095
1.01	Ativo Circulante	21.690.029	14.645.300	11.419.027
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.996.589	2.219.546	1.785.203
1.01.02	Aplicações Financeiras	7.374.627	5.397.283	4.043.717
1.01.03	Contas a Receber	9.593.193	5.544.821	5.159.014
1.01.03.01	Clientes	5.476.221	3.589.317	3.503.757
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	5.476.221	3.589.317	3.503.757
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.116.972	1.955.504	1.655.257
1.01.03.02.01	Contas a receber - bandeiras tarifárias	0	0	1.291
1.01.03.02.02	Aquisição de combustível - conta CCC	63.197	29.855	36.376
1.01.03.02.03	Serviços pedidos	605.958	518.041	365.462
1.01.03.02.04	Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	698.729	0	231.463
1.01.03.02.05	Depósitos judiciais	4.025	3.567	3.052
1.01.03.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	293.020	100.600	17.554
1.01.03.02.08	Dividendos a receber	6.036	7.463	5.175
1.01.03.02.09	Outras contas a receber	1.051.710	587.078	295.192
1.01.03.02.11	Ativo de contrato	1.394.297	708.900	699.692
1.01.04	Estoques	203.710	47.264	31.895
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.521.910	1.436.386	399.198
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.521.910	1.436.386	399.198
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	1.215.975	1.240.973	256.066
1.01.06.01.02	Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	305.935	195.413	143.132
1.02	Ativo Não Circulante	40.024.271	29.478.720	26.111.068
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	23.735.540	20.391.181	16.933.747
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	116.363	119.576	126.756
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	116.363	119.576	126.756
1.02.01.04	Contas a Receber	1.221.295	967.527	882.598
1.02.01.04.01	Contas a receber de clientes	1.221.295	967.527	882.598

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.01.07	Tributos Diferidos	939.618	0	0
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	939.618	0	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	21.458.264	19.304.078	15.924.393
1.02.01.10.03	Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	697.926	1.185.784	865.227
1.02.01.10.04	Sub-rogação da CCC - valores aplicados	85.120	85.120	85.120
1.02.01.10.05	Depósitos judiciais	470.060	250.284	299.175
1.02.01.10.06	Instrumentos financeiros derivativos	540.603	295.161	43.001
1.02.01.10.07	Impostos e contribuições a recuperar	972.804	984.483	1.633.437
1.02.01.10.08	Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	117.237	89.012	90.340
1.02.01.10.09	Outras contas a receber	213.258	328.019	389.340
1.02.01.10.10	Ativo financeiro da concessão	7.514.655	5.665.922	4.945.545
1.02.01.10.13	Serviços pedidos	19.076	32.774	6.591
1.02.01.10.14	Ativo de contrato	10.798.381	10.364.313	7.544.552
1.02.01.10.15	Plano de aposentadoria e pensão	29.144	23.206	22.065
1.02.02	Investimentos	170.594	130.024	122.217
1.02.03	Imobilizado	282.061	48.662	47.130
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	229.079	19.258	14.557
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	52.982	29.404	32.573
1.02.04	Intangível	15.836.076	8.908.853	9.007.974

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	61.714.300	44.124.020	37.530.095
2.01	Passivo Circulante	12.989.443	8.709.938	6.154.422
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	192.689	63.962	60.940
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	192.689	63.962	60.940
2.01.01.02.01	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	192.689	63.962	60.940
2.01.02	Fornecedores	4.107.754	2.263.294	1.969.016
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.377.573	765.282	665.145
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.377.573	765.282	665.145
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	1.161.032	596.074	564.352
2.01.03.01.03	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	216.541	169.208	100.793
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.587.576	3.112.366	1.886.563
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.626.566	2.229.290	1.742.280
2.01.04.02	Debêntures	961.010	883.076	144.283
2.01.05	Outras Obrigações	3.197.718	2.289.223	1.317.983
2.01.05.02	Outros	3.197.718	2.289.223	1.317.983
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	771.321	601.510	341.119
2.01.05.02.05	Contribuição de iluminação pública	89.889	83.867	79.326
2.01.05.02.06	Encargos setoriais	477.696	286.397	272.806
2.01.05.02.07	Participação nos lucros	140.497	127.076	132.664
2.01.05.02.08	Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	34.512	30.274	22.275
2.01.05.02.09	Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	0	753.702	10.077
2.01.05.02.10	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	719.648	0	75.999
2.01.05.02.11	Plano de aposentadoria e pensão	80.064	0	0
2.01.05.02.12	Outras contas a pagar	853.100	395.260	373.148
2.01.05.02.13	Instrumentos financeiros derivativos	5.116	0	0
2.01.05.02.15	Passivo de arrendamento	25.875	11.137	10.569
2.01.06	Provisões	526.133	215.811	254.775
2.01.06.02	Outras Provisões	526.133	215.811	254.775

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.01.06.02.04	Provisões para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas, regulatórios e ambientais	526.133	215.811	254.775
2.02	Passivo Não Circulante	34.120.385	23.135.595	21.602.301
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	21.815.359	14.675.612	14.921.858
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	12.174.889	10.558.285	9.362.674
2.02.01.02	Debêntures	9.640.470	4.117.327	5.559.184
2.02.02	Outras Obrigações	8.330.041	5.553.049	4.335.585
2.02.02.02	Outros	8.330.041	5.553.049	4.335.585
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições a recolher	2.517.663	234.365	235.339
2.02.02.02.04	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	36.592	170.307	132.374
2.02.02.02.06	Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	894.782	930.606	849.624
2.02.02.02.07	Plano de aposentadoria e pensão	1.081.835	150.598	139.562
2.02.02.02.08	Outras contas a pagar	311.254	249.822	387.168
2.02.02.02.09	Instrumentos financeiros derivativos	46.767	0	0
2.02.02.02.10	PIS/COFINS diferidos	1.084.678	984.845	860.503
2.02.02.02.11	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	2.057.700	2.321.392	1.263.422
2.02.02.02.12	Encargos setoriais	88.336	486.703	441.155
2.02.02.02.13	Passivo de arrendamento	31.735	17.716	19.344
2.02.02.02.14	Fornecedores	178.699	6.695	7.094
2.02.03	Tributos Diferidos	2.366.195	1.915.750	1.307.386
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.366.195	1.915.750	1.307.386
2.02.04	Provisões	1.608.790	991.184	1.037.472
2.02.04.02	Outras Provisões	1.608.790	991.184	1.037.472
2.02.04.02.04	Provisões para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas, regulatórios e ambientais	1.608.790	991.184	1.037.472
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	14.604.472	12.278.487	9.773.372
2.03.01	Capital Social Realizado	4.655.287	3.489.736	2.741.931
2.03.02	Reservas de Capital	-486.980	86.573	529.934
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-642.725	-31.734	0
2.03.02.07	Reservas de Capital	155.745	118.307	529.934

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.03.04	Reservas de Lucros	8.860.055	7.138.924	4.993.923
2.03.04.10	Reserva de Lucros	8.860.055	7.138.924	4.993.923
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-272.001	-252.843	-154.911
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.848.111	1.816.097	1.662.495

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	24.240.886	17.890.069	18.796.346
3.01.01	Receita de implementação de infraestrutura, O&M e outras, líquidas	22.917.902	16.799.042	18.229.778
3.01.02	Remuneração dos ativos da concessão, líquida	1.322.984	1.091.027	566.568
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-17.345.410	-11.903.314	-13.067.195
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-12.393.249	-7.292.271	-6.974.026
3.02.02	Custo de construção	-3.048.409	-3.109.221	-5.033.268
3.02.03	Custo da operação	-1.903.752	-1.501.822	-1.059.901
3.03	Resultado Bruto	6.895.476	5.986.755	5.729.151
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.907.984	-1.204.328	-1.421.432
3.04.01	Despesas com Vendas	-597.431	-94.163	-272.838
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.199.595	-940.908	-557.666
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	32.920	-268.177	-356.738
3.04.03.01	Perdas esperadas para redução ao valor recuperável	32.920	-268.177	-97.573
3.04.03.02	Perda na desativação de bens e direito	0	0	-259.165
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	65.180	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-210.854	0	-150.896
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	66.976	33.740	-83.294
3.04.06.02	Resultado da Equivalência Patrimonial	66.976	33.740	-83.294
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.987.492	4.782.427	4.307.719
3.06	Resultado Financeiro	-818.058	-424.125	-627.660
3.06.01	Receitas Financeiras	2.239.703	1.126.722	1.761.378
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.057.761	-1.550.847	-2.389.038
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.169.434	4.358.302	3.680.059
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	133.075	-910.649	-964.427
3.08.01	Corrente	-356.098	-305.802	-200.787
3.08.02	Diferido	489.173	-604.847	-763.640
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.302.509	3.447.653	2.715.632
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	4.302.509	3.447.653	2.715.632

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	3.694.527	2.975.089	2.415.630
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	607.982	472.564	300.002

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	4.302.509	3.447.653	2.715.632
4.02	Outros Resultados Abrangentes	43.157	-48.891	-108.261
4.02.01	Resultado de hedge accounting de fluxo de caixa	-40.466	-3.290	-6.381
4.02.02	Benefícios pós emprego - resultados atuariais	83.623	-45.601	-101.880
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	4.345.666	3.398.762	2.607.371
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	3.740.261	2.928.464	2.311.430
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	605.405	470.298	295.941

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.304.261	3.480.740	-651.155
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.004.055	4.143.015	4.074.869
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	4.302.509	3.447.653	2.715.632
6.01.01.02	Amortização e Depreciação	783.517	713.154	636.796
6.01.01.03	Amortização do direito de concessão	170.995	114.184	0
6.01.01.04	Ajuste a valor presente	97.962	73.847	50.553
6.01.01.05	Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	2.065.047	1.500.086	1.183.453
6.01.01.06	Margem de construção - Transmissão	197.741	-1.363.793	-1.910.873
6.01.01.07	Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber	-32.920	493.706	-97.573
6.01.01.08	Reversão de títulos baixados	0	-158.842	0
6.01.01.09	Opção de compra de ações	-413.131	0	0
6.01.01.10	Rendimentos de Aplicações Financeiras	-388.638	-155.768	-188.425
6.01.01.11	Baixa de ativo de contrato, intangível e financeiro	91.881	98.648	113.635
6.01.01.12	Plano de aposentadoria e pensão	92.327	-957	0
6.01.01.13	Valores a (Receber) Pagar da Parcela A e Outros Itens Financeiros	-3.721.889	64.331	223.212
6.01.01.14	Provisão da participação nos lucros	79.842	94.224	0
6.01.01.15	Atualização do ativo de contrato e financeiro	-2.301.318	-1.405.722	-825.309
6.01.01.16	Imposto de Renda e Contribuições Sociais Diferidos	-489.173	604.847	763.640
6.01.01.17	Imposto de Renda e Contribuições Sociais Correntes	356.098	305.802	200.787
6.01.01.18	Provisão e atualização de encargos setoriais	192.842	122.723	123.516
6.01.01.19	PIS/COFINS diferidos	94.729	199.763	535.407
6.01.01.20	Outros	-174.366	-604.871	550.418
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.147.981	407.484	-901.316
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	59.857	-329.845	287.681
6.01.02.02	Almoxarifado	-134.897	-15.369	1.704
6.01.02.03	Imposto e Contribuições a Recuperar	13.411	261.308	-30.718
6.01.02.04	Imposto e Contribuições Sobre o Lucro a Recuperar	-127.460	-50.953	10.467
6.01.02.05	Serviços Pedidos	-60.844	-179.435	-208.915

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01.02.06	Contas a Receber- Bandeiras Tarifárias	0	1.291	22.500
6.01.02.07	Aquisição de combustível - conta CCC	-22.693	18.207	39.640
6.01.02.08	Depósitos Judiciais	-41.042	48.376	-56.753
6.01.02.09	Recebimento de dividendos	54.318	22.912	0
6.01.02.11	Fornecedores	175.142	250.879	-58.011
6.01.02.12	Impostos e Contribuições a Recolher	692.129	214.485	-185.609
6.01.02.13	Imposto e contribuições sobre o lucro a Recolher	-83.368	-57.151	-138.260
6.01.02.14	Obrigações e Encargos sobre Folha de Pagamento	-26.564	-129.125	-42.629
6.01.02.15	Riscos Cíveis, Fiscais, Trabalhistas, Regulatórios e Ambientais Pagos	-6.578	-91.427	-273.472
6.01.02.16	Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	1.561.095	628.133	0
6.01.02.17	Encargos do Consumidor	0	0	-69.631
6.01.02.18	Encargos setoriais	-797.359	-75.401	-63.938
6.01.02.19	Plano de Aposentadoria e Pensão	-101.393	-34.749	-60.720
6.01.02.20	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-5.773	-74.652	-74.652
6.01.03	Outros	-847.775	-1.069.759	-3.824.708
6.01.03.01	Outras Contas a Receber	-145.217	-229.259	26.503
6.01.03.02	Participação nos Lucros	-66.421	-99.812	34.729
6.01.03.03	Contribuição de iluminação pública	6.022	4.541	-20.040
6.01.03.04	Juros Pagos/Recebidos	-945.963	-606.143	-882.947
6.01.03.05	Outras Contas a Pagar	259.539	-161.848	246.050
6.01.03.06	Sub -Rogação CCC	214.559	0	-74.332
6.01.03.08	Ativo de contrato	-221.140	0	-3.154.671
6.01.03.09	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	50.846	22.762	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.740.537	-2.438.112	-5.769.955
6.02.01	Aquisições no Ativo Intangível e Imobilizado	-974.100	-6.629	-433.369
6.02.02	Aquisições no ativo contratual - Distribuidoras	-2.477.267	-1.657.699	-1.553.189
6.02.05	Caixa Líquido adquirido na aquisição de investimento	129.055	0	0
6.02.07	Aquisição de Investimentos	-51.088	0	72.128

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.02.08	Aplicações financeiras	-1.586.114	-1.190.618	-3.853.918
6.02.09	Recebimento de Dividendos	0	0	21.960
6.02.10	Adições de obrigações especiais	218.977	416.834	103.189
6.02.11	Títulos e valores mobiliários	0	0	-126.756
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	4.213.319	-608.285	3.462.323
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	3.693.417	2.705.251	5.178.251
6.03.02	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-2.934.888	-1.779.089	-3.245.314
6.03.03	Amortização de debêntures	-447.854	-786.398	-608.328
6.03.04	Captação de debêntures	5.747.362	0	1.595.000
6.03.05	Ações em tesouraria	-610.991	-31.734	0
6.03.06	Dividendos Pagos	-1.220.079	-651.476	-488.370
6.03.07	Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	91.806	0	0
6.03.08	Valores pagos referente a acordos com plano de recuperação judicial	-92.885	-46.826	-31.935
6.03.09	Aumento de capital em investidas por minoritários	0	0	1.004.951
6.03.10	Aumento de capital	10.551	1.030	58.068
6.03.11	Amortização do passivo de arrendamento	-23.120	-19.043	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	777.043	434.343	-2.958.787
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.219.546	1.785.203	4.743.990
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.996.589	2.219.546	1.785.203

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.489.736	86.573	7.138.924	0	-252.843	10.462.390	1.816.097	12.278.487
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.489.736	86.573	7.138.924	0	-252.843	10.462.390	1.816.097	12.278.487
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.165.551	-573.553	-1.324.532	0	-64.892	-797.426	-452.404	-1.249.830
5.04.01	Aumentos de Capital	1.165.551	0	-1.165.000	0	0	551	10.000	10.551
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-610.991	0	0	0	-610.991	0	-610.991
5.04.08	Valor justo das opções de compra (Vesting period)	0	31.411	0	0	0	31.411	0	31.411
5.04.09	Mudança na participação relativa	0	6.027	0	0	0	6.027	-6.027	0
5.04.10	Dividendos adicionais de 2020 distribuídos	0	0	-159.532	0	0	-159.532	-81.225	-240.757
5.04.11	Dividendos intermediários pagos	0	0	0	0	0	0	-313.501	-313.501
5.04.12	Perda por recebimento desproporcional de dividendos - Transações entre acionistas	0	0	0	0	-65.780	-65.780	0	-65.780
5.04.13	Aquisição de investimento - Transações entre acionistas	0	0	0	0	888	888	-50.964	-50.076
5.04.14	Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	0	0	0	0	0	0	-10.687	-10.687
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.694.527	45.734	3.740.261	605.405	4.345.666
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.694.527	0	3.694.527	607.982	4.302.509
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	45.734	45.734	-2.577	43.157
5.05.02.06	Resultado de hedge accounting de fluxo de caixa	0	0	0	0	-33.892	-33.892	-6.574	-40.466
5.05.02.07	Benefícios pós emprego - Ganhos atuariais	0	0	0	0	79.626	79.626	3.997	83.623
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.045.663	-3.694.527	0	-648.864	-120.987	-769.851
5.06.04	Constituição da reserva legal	0	0	184.726	-184.726	0	0	0	0
5.06.05	Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	0	0	228.586	-877.450	0	-648.864	-120.987	-769.851
5.06.06	Constituição da reserva de investimento e expansão	0	0	2.632.351	-2.632.351	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.655.287	-486.980	8.860.055	0	-272.001	12.756.361	1.848.111	14.604.472

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.741.931	529.934	4.993.923	0	-154.911	8.110.877	1.662.495	9.773.372
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.741.931	529.934	4.993.923	0	-154.911	8.110.877	1.662.495	9.773.372
5.04	Transações de Capital com os Sócios	747.805	-443.361	-281.390	-548.698	0	-525.644	-316.696	-842.340
5.04.01	Aumentos de Capital	747.805	-464.994	-281.781	0	0	1.030	0	1.030
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-31.734	0	0	0	-31.734	0	-31.734
5.04.08	Opções de compra - Vesting period	0	53.088	0	0	0	53.088	0	53.088
5.04.09	Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	0	0	0	0	0	0	-4.679	-4.679
5.04.10	Opções de recompra	0	279	0	0	0	279	235	514
5.04.11	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-547.571	0	-547.571	-89.849	-637.420
5.04.12	Dividendos adicionais propostos	0	0	1.127	-1.127	0	0	-151.613	-151.613
5.04.13	Dividendos adicionais de 2019	0	0	-736	0	0	-736	-70.790	-71.526
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.975.089	-46.625	2.928.464	470.298	3.398.762
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.975.089	0	2.975.089	472.564	3.447.653
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-46.625	-46.625	-2.266	-48.891
5.05.02.06	Perdas atuariais	0	0	0	0	-43.457	-43.457	-2.144	-45.601
5.05.02.07	Perda líquida de hedge accounting de fluxo de caixa	0	0	0	0	-3.168	-3.168	-122	-3.290
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.426.391	-2.426.391	-51.307	-51.307	0	-51.307
5.06.04	Perda por recebimento desproporcional de dividendos	0	0	0	0	-51.307	-51.307	0	-51.307
5.06.05	Reserva de lucros a realizar	0	0	159.013	-159.013	0	0	0	0
5.06.06	Reserva legal	0	0	148.754	-148.754	0	0	0	0
5.06.07	Reserva para investimento e expansão	0	0	2.118.624	-2.118.624	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.489.736	86.573	7.138.924	0	-252.843	10.462.390	1.816.097	12.278.487

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.375.354	60.780	3.210.214	0	-50.316	5.596.032	956.839	6.552.871
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.375.354	60.780	3.210.214	0	-50.316	5.596.032	956.839	6.552.871
5.04	Transações de Capital com os Sócios	366.577	-4.254	-308.662	-323.259	0	-269.598	-260.663	-530.261
5.04.01	Aumentos de Capital	366.577	0	-308.509	0	0	58.068	4.951	63.019
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-322.523	0	-322.523	-265.379	-587.902
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-889	0	0	-889	0	-889
5.04.08	Opções de compra - Vesting period	0	1.976	0	0	0	1.976	0	1.976
5.04.10	Opções de recompra	0	-6.230	0	0	0	-6.230	-235	-6.465
5.04.11	Dividendos adicionais propostos	0	0	736	-736	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.415.630	-104.595	2.311.035	295.660	2.606.695
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.415.630	0	2.415.630	300.002	2.715.632
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-104.595	-104.595	-4.342	-108.937
5.05.02.06	Ganhos (perdas) atuariais	0	0	0	0	-98.296	-98.296	-3.584	-101.880
5.05.02.07	Ganho (perda) líquido de hedge accounting de fluxo de caixa	0	0	0	0	-5.904	-5.904	-477	-6.381
5.05.02.08	Exercício de opções de ações	0	0	0	0	-395	-395	-281	-676
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	473.408	2.092.371	-2.092.371	0	473.408	670.659	1.144.067
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	0	0	1.000.000	1.000.000
5.06.05	Reserva legal	0	0	120.781	-120.781	0	0	0	0
5.06.06	Reserva de lucros a realizar	0	0	1.004.755	-1.004.755	0	0	0	0
5.06.07	Reserva para investimento e expansão	0	0	966.835	-966.835	0	0	0	0
5.06.08	Aquisição de participação de não controladores sem mudança no controle	0	473.408	0	0	0	473.408	-329.341	144.067
5.07	Saldos Finais	2.741.931	529.934	4.993.923	0	-154.911	8.110.877	1.662.495	9.773.372

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	32.297.975	23.173.097	24.640.639
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	32.259.165	23.430.184	25.014.545
7.01.02	Outras Receitas	38.810	-257.087	-373.906
7.01.02.02	Provisões para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas, regulatórios e ambientais	0	0	133.728
7.01.02.03	Outras despesas (receitas) operacionais	0	0	-48.724
7.01.02.04	Outras despesas / receitas não recorrentes	0	0	-361.337
7.01.02.05	Outras receitas	5.890	11.090	0
7.01.02.06	Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber	32.920	-268.177	-97.573
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-17.654.417	-11.520.783	-12.948.619
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-15.441.658	-10.401.492	-12.007.294
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.399.085	-1.019.945	-826.770
7.02.04	Outros	-813.674	-99.346	-114.555
7.02.04.01	Subvenção - CCC	-48.353	-123.759	-114.555
7.02.04.02	Reversão de Impairment de Ativo	0	162.791	0
7.02.04.03	Outras despesas	-314.470	-138.378	0
7.02.04.04	Variações das margens dos ativos de contrato	-450.851	0	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	14.643.558	11.652.314	11.692.020
7.04	Retenções	-783.517	-713.154	-630.384
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-783.517	-713.154	-630.384
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	13.860.041	10.939.160	11.061.636
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.198.246	1.083.619	1.720.122
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	66.976	33.740	-83.294
7.06.02	Receitas Financeiras	2.302.265	1.164.063	1.803.416
7.06.03	Outros	-170.995	-114.184	0
7.06.03.01	Amortização do direito de concessão	-170.995	-114.184	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	16.058.287	12.022.779	12.781.758
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	16.058.287	12.022.779	12.781.758
7.08.01	Pessoal	823.894	518.587	501.211

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.01.01	Remuneração Direta	472.511	347.549	463.674
7.08.01.02	Benefícios	233.111	125.557	137.583
7.08.01.03	F.G.T.S.	115.571	45.406	93.761
7.08.01.04	Outros	2.701	75	-193.807
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.869.413	6.493.245	7.156.100
7.08.02.01	Federais	3.154.870	3.218.893	3.823.615
7.08.02.02	Estaduais	4.705.359	3.261.977	3.321.216
7.08.02.03	Municipais	9.184	12.375	11.269
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.062.471	1.563.294	2.408.815
7.08.03.01	Juros	2.471.075	1.310.469	1.026.321
7.08.03.02	Aluguéis	4.710	12.447	19.777
7.08.03.03	Outras	586.686	240.378	1.362.717
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.302.509	3.447.653	2.715.632
7.08.04.02	Dividendos	1.006.453	791.432	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.688.074	2.183.657	2.415.630
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	607.982	472.564	300.002

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

A Administração da EQUATORIAL ENERGIA S.A., em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021. As informações não financeiras da Companhia e de suas controladas, as relacionadas ao programa “Luz para Todos” (PLPT), o Balanço Social, Combate a Perdas, Relatório de Ações Sociais, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia e de suas controladas não foram revisadas pelos auditores independentes.

01. Perfil da companhia

Visão geral

A Equatorial Energia S.A. é uma *holding* com atuação no setor elétrico, saneamento e *utilities*.

No segmento de distribuição de energia, a Equatorial Energia controla indiretamente as distribuidoras dos Estados do Maranhão e Pará e diretamente as distribuidoras dos Estados de Piauí, Alagoas, Amapá e parte do Rio Grande do Sul.

No segmento de Transmissão de Energia, em outubro de 2016 e abril de 2017, a Equatorial Energia participou de 2 leilões de novos projetos realizados pela ANEEL, através dos quais adquiriu as concessões de 9 lotes de linhas de transmissão, totalizando R\$ 1.220 milhões em RAP (Receita Anual Permitida), a valores de dezembro de 2021. Adicionalmente, a Equatorial Energia adquiriu 100% da INTESA, linha de transmissão operacional nos Estados do Tocantins e Goiás. Destes lotes, todas as SPES já estão em operação comercial.

Em 31 de dezembro de 2021, no segmento de geração, a Equatorial Energia possuía 25% de participação na GERAMAR (sociedade responsável pela operação de 2 usinas termoeletricas localizadas no Maranhão, com capacidade instalada conjunta de 330MW). Em 20 de dezembro de 2021, foi celebrada a venda da GERAMAR, pelo valor de R\$85.000, e em 12 de janeiro de 2022, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a operação, porém ainda está pendente a condição suspensiva relativa à anuência prévia dos Financiadores.

A partir de 2021, a Equatorial Energia ingressou no segmento de saneamento, vencendo o leilão da concessão de saneamento do Amapá, com 80% da Companhia de Saneamento do Amapá (CSA).

No segmento de prestação de serviços, a Equatorial Energia detém 100% da Equatorial Serviços, que por sua vez detém 100% da Sol Energias, empresa comercializadora de energia elétrica e a Sol Energias detém 99,99% da Hélios Energia, comercializadora de Energia. Adicionalmente a Equatorial Serviços detém 100% de participação na Equatorial Telecomunicações.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**02. Destaques de 2021**

- ▶ Em 2021, o **EBITDA consolidado ajustado** somou R\$5,471 bilhões, crescimento de 15% em relação ao valor apresentado em 2020. Os fatores que são considerados no EBITDA ajustado estão descritos nos Comentários de Desempenho.
- ▶ O **volume total de energia** (mercados cativo e livre) faturada consolidada teve alta de 4,1% em relação ao exercício de 2021.
- ▶ **Perdas totais recuaram na maioria das distribuidoras em comparação a 2020**, nos estados de **Pará** (29,0%, -0,8 p.p.), **Maranhão** (18,6%, -0,5 p.p.), **Rio Grande do Sul** (18,6%, -0,5 p.p.), **Amapá** (45,7%, -0,4 p.p.), enquanto os estados de **Piauí** e **Alagoas** mantiveram-se em linha com o período anterior. Destaque para o nível de perdas no **Piauí**, que permanece dentro do limite regulatório de 20,4%.
- ▶ Em 2021, os **Investimentos consolidados da Equatorial** totalizaram **R\$ 2.884 milhões**, redução de -0,8% comparada a 2020, liderado pelo menor volume de investimentos executado na Transmissão.
- ▶ Em 9 de abril foi emitido pelo ONS o Termo de Liberação de Receita (TLR) para **100% da Receita Anual Permitida (RAP) do ativo SPE 06**, no valor total de **R\$ 129,9 milhões**. A liberação foi realizada retroativamente a data de 5 de março de 2021, ou seja, com 11 meses de antecedência em relação ao prazo contratual. 100% dos projetos estão operacionais.
- ▶ **Em 31 de março, o Grupo Equatorial Energia venceu Leilão para aquisição do controle acionário da CEEE-D**, cuja área de concessão compreende parte do estado do Rio Grande do Sul, incluindo a capital Porto Alegre.
- ▶ **Em 2 de junho, a Equatorial Serviços S.A., adquiriu a E-Nova Instalação e Manutenção Ltda.**, com foco em oferecer soluções técnicas em eficiência energética e em geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis, inclusive por meio da geração distribuída.
- ▶ **Em 28 de junho, o Grupo Equatorial Energia venceu Leilão para aquisição do controle acionário da CEA**, concessionária de distribuição de energia do estado do Amapá.
- ▶ **Aprovado Índice de Revisão Periódica para Equatorial Maranhão**, em 24 de agosto de 2021, com efeito médio para os clientes de +2,79% e Base de Remuneração Líquida de R\$ 4,366 bilhões (+31,9%).
- ▶ Em 02 de setembro, o **Grupo Equatorial Energia venceu o Leilão de outorga de concessão da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário**, e dos serviços complementares, nas áreas urbanas dos municípios do Estado do Amapá.
- ▶ Em 28 de outubro, foi anunciada assinatura de contrato para aquisição de **100% das ações da Echoenergia Participações S.A., marcando a entrada efetiva do grupo no segmento de Geração Renovável**. A Echoenergia possui ativos na região Nordeste com 1,2GW de capacidade instalada e projetos ready-to-build que totalizam mais de 1,1GW de capacidade adicional. Em **03 de março de 2022**, foi assinado o Contrato de compra e venda de ações, entre a Equatorial Energia (Controladora da Companhia) e Ipiranga Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, nos termos do qual as partes acordaram, dentre outras matérias, a aquisição pela Equatorial Energia, direta e indiretamente, de 100% das ações representativas do capital social da Echoenergia Participações S.A., sujeito a implementação de determinadas condições precedentes. Com o fechamento, a Equatorial Transmissão S.A., subsidiária integral da Equatorial Energia, tornou-se titular de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da Echoenergia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**03. Mensagem do Presidente**

O exercício de 2021 foi um ano transformacional para o Grupo Equatorial Energia. Neste período, a Companhia seguiu progredindo em sua estratégia a passos largos. Em 2021, avançamos na consolidação do setor de distribuição de energia, concluímos a entrada em operação do nosso portfólio de transmissão, e abrimos novas frentes em setores de atuação com grande potencial de investimentos e positivo impacto em ESG.

Na distribuição de energia, nosso principal segmento, expandimos nossa atuação para os estados do Rio Grande do Sul, através da aquisição da CEEE-D cuja operação iniciamos em julho, e do Amapá, com a aquisição da CEA, a qual iniciamos a gestão recentemente. Com isso, alcançamos a marca de cerca de 10 milhões de clientes atendidos pelas nossas distribuidoras.

Ainda no segmento de Distribuição, encerramos o ano com um crescimento de 4,8% no volume de energia vendida, e uma evolução consistente na redução de perdas sobre a energia injetada, o que demonstra o sucesso da nossa estratégia nesta frente e cujos impactos positivos beneficiam toda a população atendida.

Em Transmissão, alcançamos o total de R\$ 1,2 bilhão de RAP (Receita Anual Permitida), com a entrada em operação de todas as linhas de transmissão do nosso portfólio atual e com o destaque de que liberação de receitas para estes empreendimentos ocorreu com significativa antecedência em comparação ao prazo contratual.

Como resultado, alcançamos uma Receita Líquida de R\$ 24,2 bilhões, um crescimento de 35,5% e uma robusta posição de caixa consolidado, de R\$ 10,3 bilhões. O volume investido no ano alcançou R\$ 2,9 bilhões, liderado pelo volume de investimentos executados nas atividades de distribuição, com foco no fortalecimento e expansão de nossa rede.

Adicionalmente, destaco as novas frentes de atuação iniciadas em 2021, e que representam importantes avenidas de crescimento para os próximos exercícios.

Em junho de 2021, adquirimos 100% das ações da Enova Instalação e Manutenção Ltda, com foco em oferecer serviços de eficiência energética e geração distribuída em nossas áreas de concessão. Posteriormente, em setembro, vencemos o leilão de outorga da concessão de água e esgotamento sanitário do estado do Amapá, focado nas áreas urbanas dos municípios do estado e iniciando uma nova etapa para nossa Companhia, agora no setor de saneamento.

Por fim, em outubro de 2021, anunciamos a aquisição da Echenergia S.A. um dos maiores players de geração renovável do país, iniciando de maneira efetiva nossa trajetória no segmento de geração e permitindo uma atuação de maneira integrada no setor de energia. Com a operação, concluída em março de 2022, assumimos uma plataforma de geração com 1,2 GW em capacidade instalada, além de 1,2GW adicionais em projetos em desenvolvimento.

Vale registrar que as importantes conquistas alcançadas neste exercício ocorreram em um cenário desafiador em diversos aspectos, pelo contexto macroeconômico, cenário hidrológico e, principalmente, pelo contexto de pandemia, que esteve presente de maneira ainda mais aguda no primeiro semestre de 2021. Os resultados obtidos atestam e reforçam a qualidade do nosso time, nossa operação, e da força de nossa cultura. Agradecemos a todos os nossos colaboradores, acionistas, fornecedores e parceiros pelo apoio e confiança ao longo desses anos.

Augusto Miranda da Paz Junior

Diretor-Presidente

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



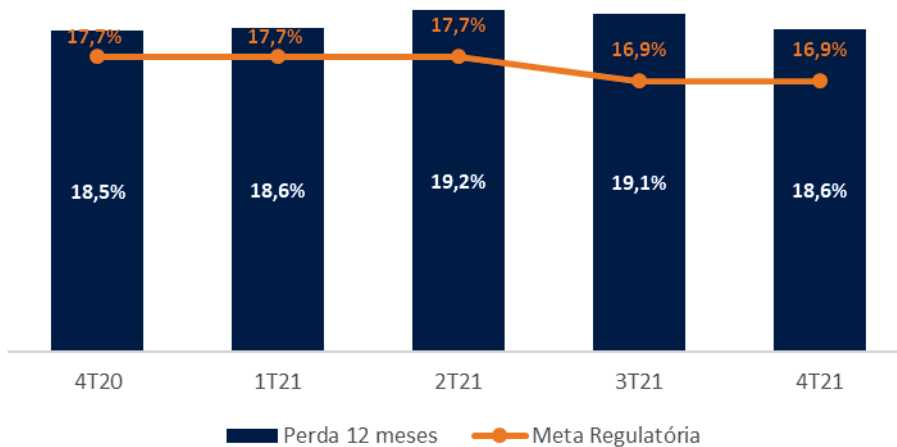
04. Gestão dos negócios

4.1 Combate às perdas

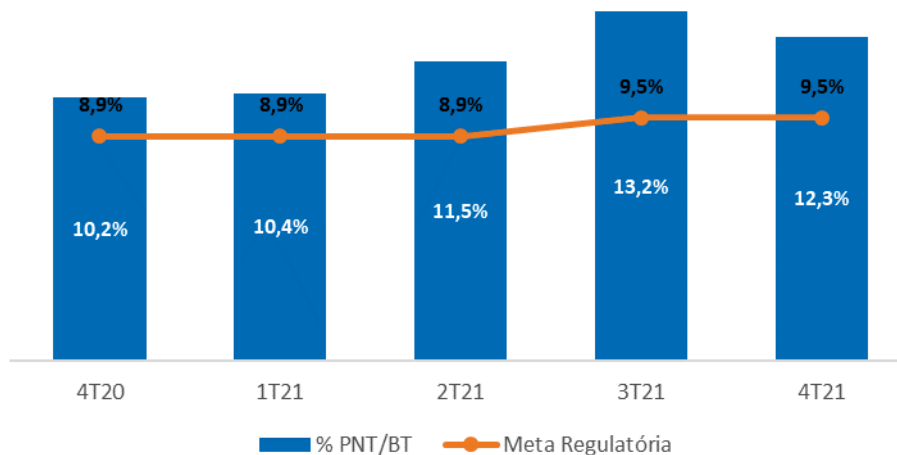
Maranhão

Em 2021, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Maranhão alcançou o patamar de 8.614 GWh, um aumento de 5,5% em relação à 2020, e o faturamento atingiu 7.016 GWh, o que representou incremento de 5,4% também em relação à 2020. Deste modo, as perdas de energia registradas pela Companhia em 2021 totalizaram 1.598 GWh, equivalente a 18,56% da energia requerida, implicando em aumento residual de 0,04 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2020, praticamente encerrando com os mesmos patamares do ano anterior.

Perdas totais sobre energia requerida
(Últimos 12 meses)



Perdas não-técnicas sobre mercado de baixa tensão
(Últimos 12 meses)



O ano de 2021 foi marcado por grandes desafios. Ainda sofrendo reflexos da pandemia de COVID – 19, a Equatorial Maranhão buscou retomar seus processos aos parâmetros anteriores aos da pandemia, sempre respeitando todos os protocolos de saúde definidos pelas autoridades competentes, e aplicando o padrão de excelência do Grupo Equatorial nas ações operacionais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas em 2021:

- Regularização de 5,3 mil clientes em área de gambiarra sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão;
- Inspeção de 3,3 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Instalação do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 23,6 mil clientes de baixa tensão, perfazendo um total de 32,9 mil clientes de baixa tensão com SMC;
- Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 69 municípios;
- Inspeção de 198,5 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 9,5 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;
- Regularização de 3,4 mil clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;
- Identificação e regularização de 36,3 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Instalação de 338 medições fiscais em transformadores de distribuição.

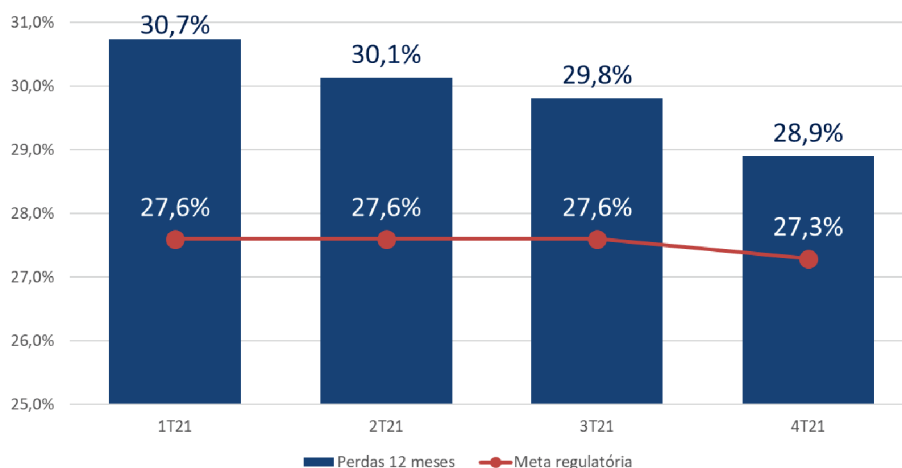
Hoje a Equatorial Maranhão possui 11,8 mil transformadores monitorados para fins de balanço energético, que correspondendo a 57% do seu mercado de baixa tensão, permitindo um direcionamento mais assertivo das suas operações.

Pará

Em 2021, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Pará alcançou o patamar de 13.311 GWh, aumento de 4,1% em relação a 2020, e o faturamento atingiu 9.452 GWh, o que representou aumento de 6,8% em relação a 2020. Deste modo, as perdas de energia registradas pela Companhia em 2020 totalizaram 3.859 GWh, equivalente a 28,9% da energia requerida, implicando em aumento de 2,7 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2020.

Perdas totais sobre energia requerida

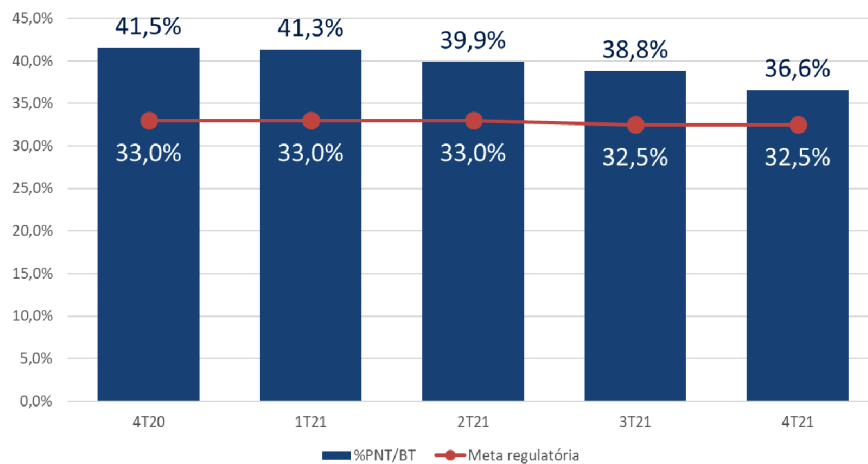
(últimos 12 meses)



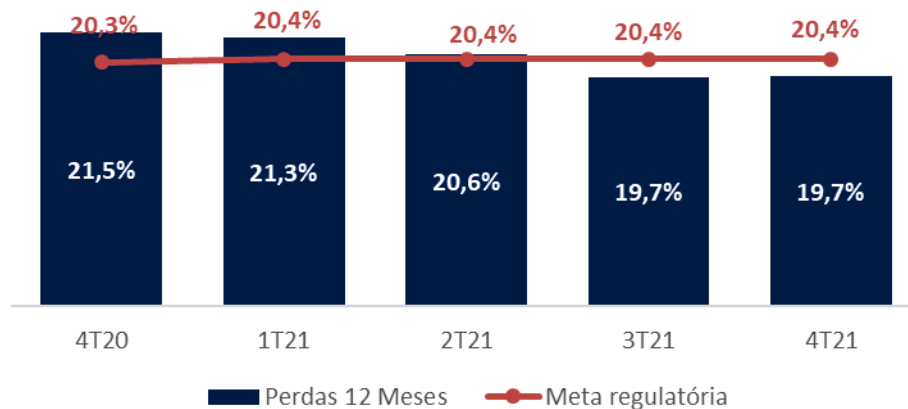
Perdas não-técnicas sobre mercado de baixa tensão

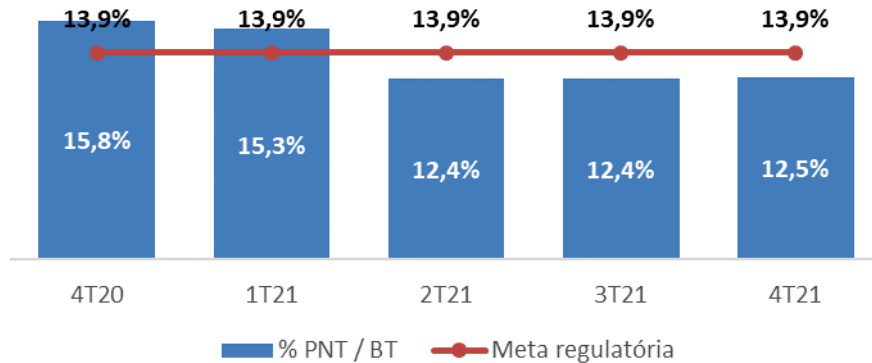
(Últimos 12 meses)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Piauí

Em 2021, a quantidade de energia elétrica injetada no sistema da Equatorial Piauí alcançou o patamar de 5.119 GWh, aumento de 4,6% em relação a 2020, e o faturamento atingiu 4.111 GWh, o que representou aumento de 7,1% em relação a 2020. Deste modo, as perdas de energia registradas pela Companhia em 2021 totalizaram 1.008 GWh, equivalente a 19,7% da energia requerida, implicando em redução de 1,9 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2020.

Perdas totais sobre energia requerida
(últimos 12 meses)Perdas não-técnicas sobre mercado de baixa tensão
(últimos 12 meses)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O ano de 2021 foi marcado por grandes desafios. Ainda sofrendo reflexos da pandemia de COVID – 19, a Equatorial Piauí buscou retomar seus processos aos parâmetros anteriores aos da pandemia, sempre respeitando todos os protocolos de saúde definidos pelas autoridades competentes, e aplicando o padrão de excelência do Grupo Equatorial Energia nas ações operacionais.

Apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas em 2021:

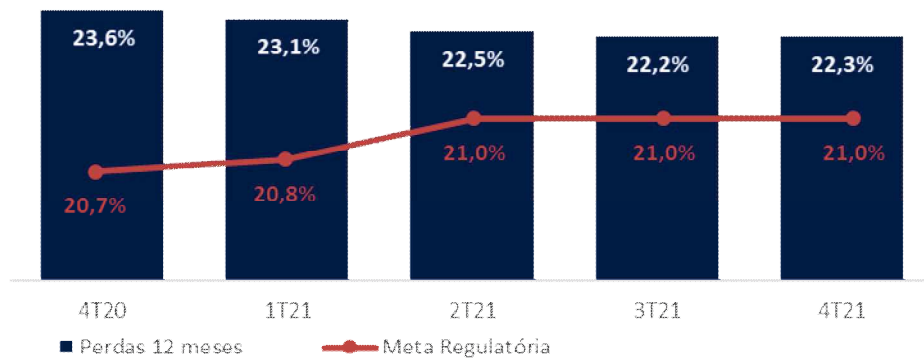
- Regularização de 1 mil clientes em área de gambiarra sendo necessária a realização de extensões de rede de média e baixa tensão;
- Inspeção de 2,5 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 61 municípios;
- Inspeção de 122,6 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 5,0 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;
- Regularização de 870 clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;
- Identificação e regularização de 41,7 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Instalação de 1.140 medições fiscais em transformadores de distribuição. Hoje a Equatorial Piauí possui 5,8 mil transformadores monitorados, que correspondem a 39% do mercado de baixa tensão.

Alagoas

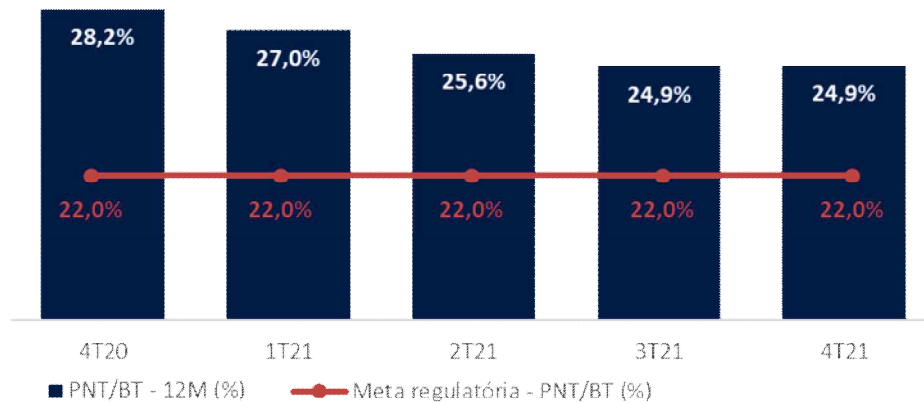
Em 2021, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Alagoas alcançou o patamar de 5.125 GWh, aumento de 1,6% em relação a 2020, e o faturamento atingiu 3.966 GWh, o que representou aumento de 3,4% em relação a 2020. Deste modo, as perdas de energia registradas pela Companhia em 2021 totalizaram 1.140 GWh, equivalente a 22,3% da energia requerida, implicando em redução de 1,3 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2020.

**Perdas totais sobre energia requerida
(últimos 12 meses)**

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



**Perdas não-técnicas sobre mercado de baixa tensão
(últimos 12 meses)**



O ano de 2021 foi marcado por grandes desafios. Ainda sofrendo reflexos da pandemia de COVID – 19, a Equatorial Alagoas buscou retomar seus processos, buscando o alto nível, sempre respeitando todos os protocolos de saúde definidos pelas autoridades competentes, e aplicando o padrão de excelência do grupo Equatorial Energia nas ações operacionais.

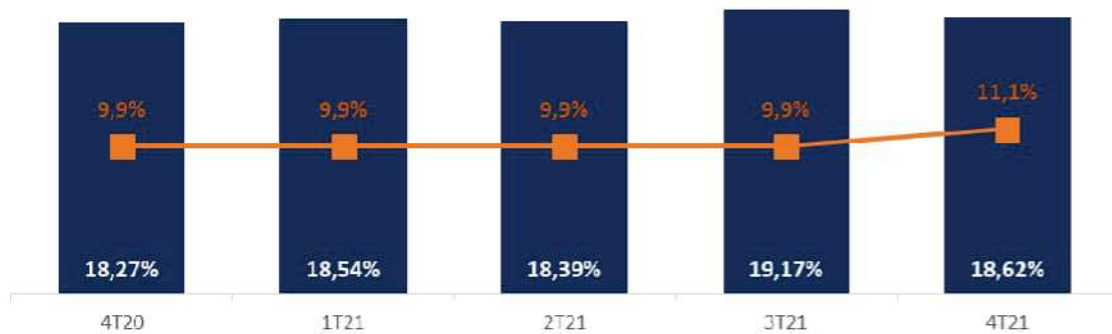
Apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas em 2021:

- Regularização de 517 clientes em área de gambiarra sendo necessária a realização de extensões de rede de média e baixa tensão;
- Inspeção de 3,9 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 44 municípios;
- Inspeção de 165,5 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 9,1 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;
- Regularização de 1.053 clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;
- Identificação e regularização de 58,5 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Substituição de 12 mil medidores que apresentaram problemas;
- Instalação de 2,2 mil medições fiscais em transformadores de distribuição, que correspondem a 65,17 % do mercado de baixa tensão.

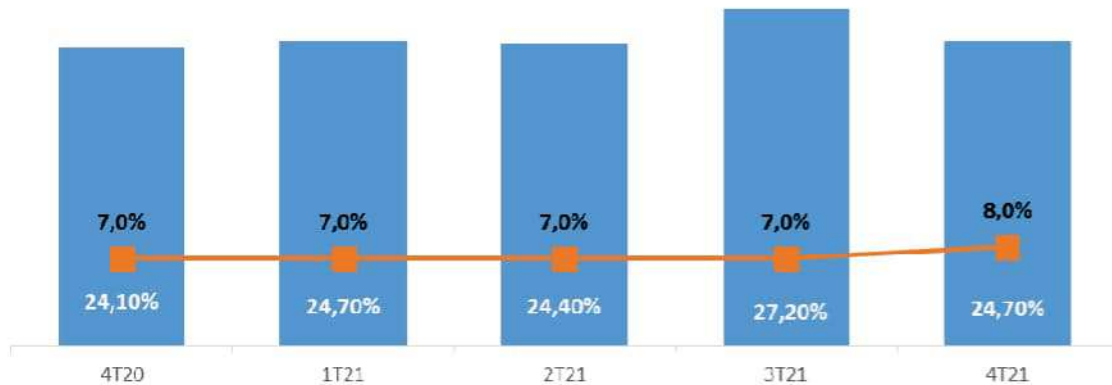
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**CEEE-D (Rio Grande do Sul)**

Em 2021, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D alcançou o patamar de 9.657 GWh, aumento de 1,19% em relação a 2020, e o faturamento atingiu 7.859 GWh, o que representou incremento de 0,77% também em relação a 2020. Deste modo, as perdas de energia registradas pela Companhia em 2021 totalizaram 1.798 GWh, equivalente a 18,6% da energia requerida, implicando em aumento de 0,3 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2020.

**Perdas totais sobre energia requerida
(últimos 12 meses)**



**Perdas não-técnicas sobre mercado de baixa tensão
(últimos 12 meses)**



Na CEEE – D, a partir do mês de julho/2021, com o início das operações sob a gestão do Grupo Equatorial, foi intensificada a mudança de método de trabalho de combate a perdas, com foco na expansão das equipes dedicadas ao processo, treinamento e capacitação, além da aplicação de métodos de trabalho mais adequados a realidade desse tipo de operação.

Com base em um plano de trabalho específico voltado à redução de perdas, foram retomadas atividades que não estavam no escopo de atuação da empresa com a gestão anterior, a exemplo de recontagem do parque de iluminação pública dos municípios, substituição de medidores defeituosos, expansão de redes para atendimento a áreas de gabiarras.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Um outro ponto que merece destaque foi a realização de diagnósticos detalhado, in loco, do perfil das áreas de atuação, definindo o método de trabalho por grau de criticidade, o que embasou, não só as ações desses primeiros meses de gestão Equatorial, mas o planejamento para o médio e longo prazo.

Apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas em 2021, as quais foram intensificadas a partir de julho/21, após o início da gestão da CEEE-D pelo grupo Equatorial:

- Ampliação em 100% do número de equipes dedicadas aos projetos de combate a perdas;
- Iniciou-se o processo de regularização das áreas de gambiarras com a realização de extensões de rede e a conexão dos primeiros 600 novos clientes;
- Retomada do recadastramento do parque de Iluminação Pública dos municípios da área de concessão, atividade não realizada pela empresa nos últimos anos, com atuação em 23 cidades;
- Inspeção de 76,4 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 25,3 mil clientes com deficiência ou fraude na medição em unidades em baixa tensão;
- Substituição de 5,3 mil medidores de unidades em baixa tensão que vinham sendo faturados pelo valor mínimo (custo de disponibilidade).

[?](#)

4.2 Qualidade DEC/FEC

Maranhão

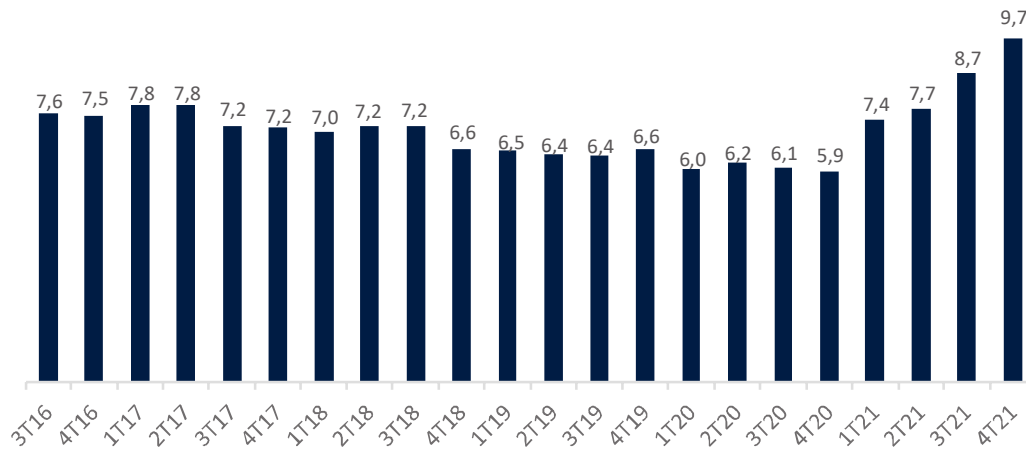
A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC apresentou um aumento de 118,15% em relação ao exercício anterior, o FEC apresentou um aumento de 64,17% em relação ao exercício anterior. Os resultados do Maranhão foram impactados pelos efeitos de eventos atípicos, sobretudo relacionados às supridoras, ocorridos no primeiro semestre, com destaque para a falha em linha de transmissão no mês de janeiro, que ocasionou a interrupção do fornecimento por aproximadamente 4,5 horas na região de São Luís e afetando mais de 550 mil clientes da distribuidora. Destacamos ainda que os incrementos estão relacionados ao maior volume de chuvas e vento, e consequentemente, o aumento do número de ocorrências por interferências de vegetação em áreas remotas e rurais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



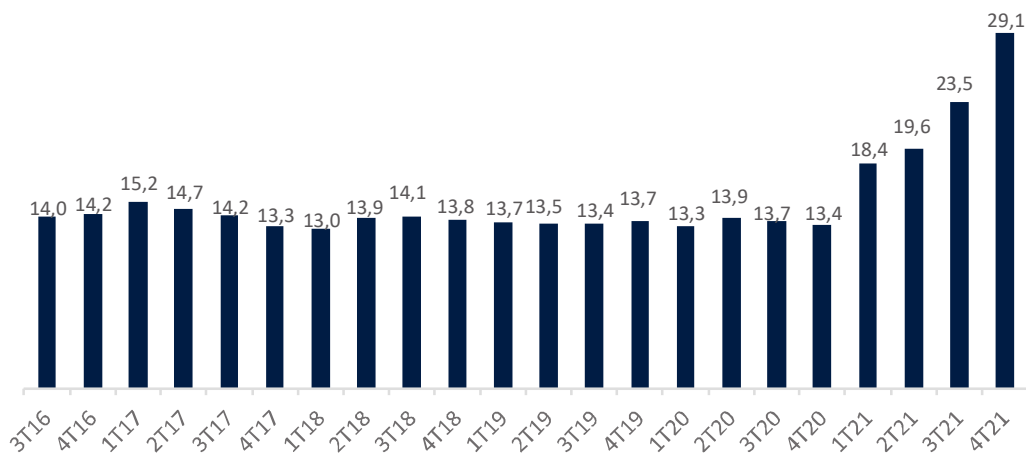
FEC

(horas / consumidor / ano) - 12 meses



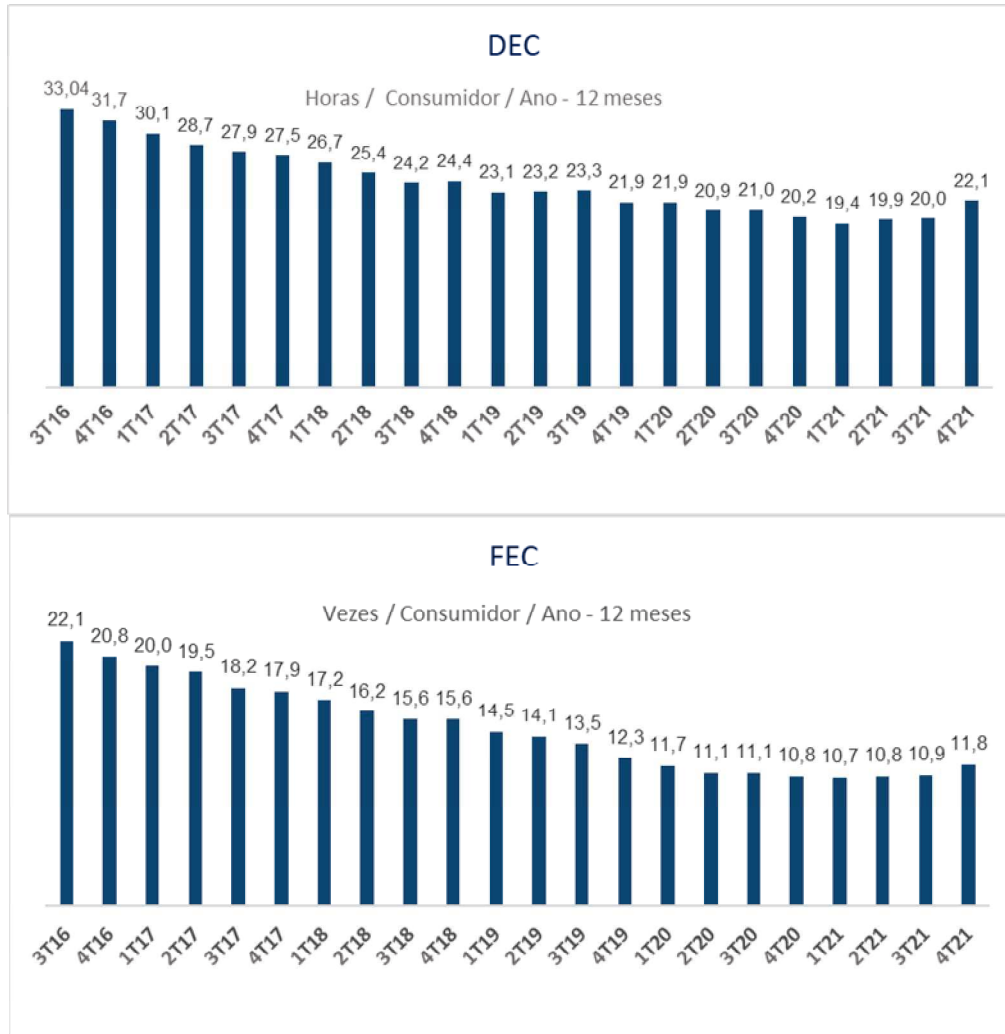
DEC

(horas / consumidor / ano) - 12 meses

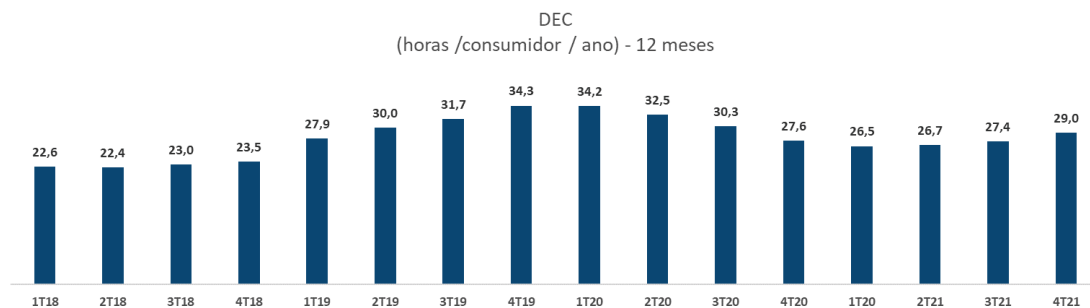
Pará

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC e FEC encerra o ano respectivamente em 22,1 horas e 11,8 vezes. Desta forma mantivemos o resultado abaixo da meta regulatória da ANEEL.

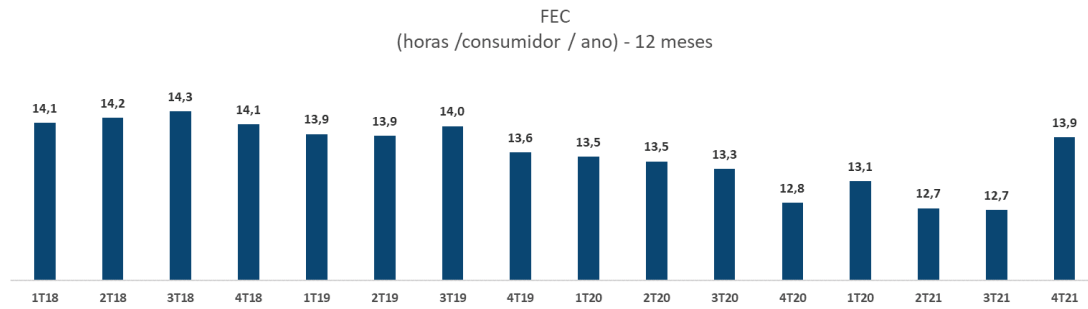
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

**Piauí**

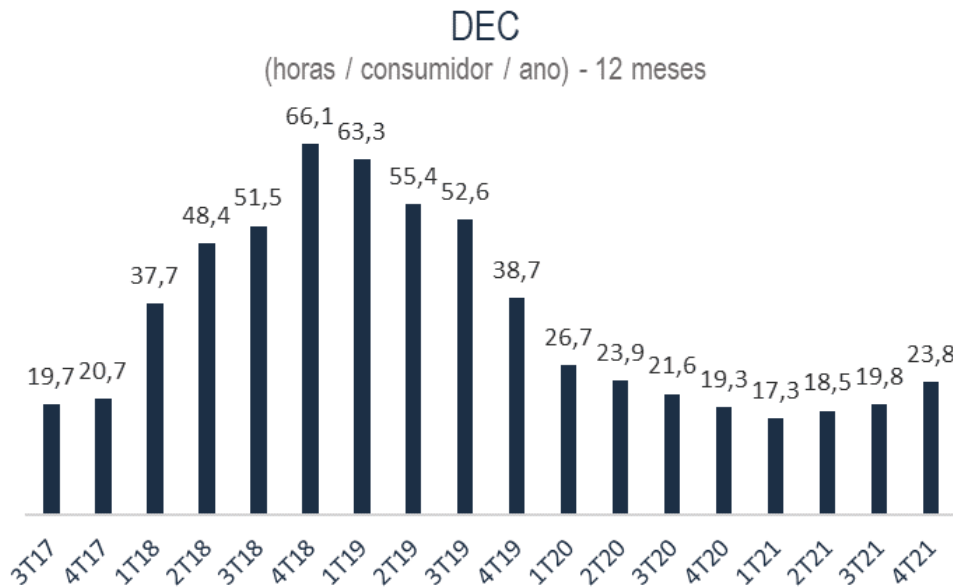
A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC apresentou um aumento de 5,33% em relação ao exercício anterior, o FEC apresentou um aumento de 8,45% em relação ao exercício anterior.



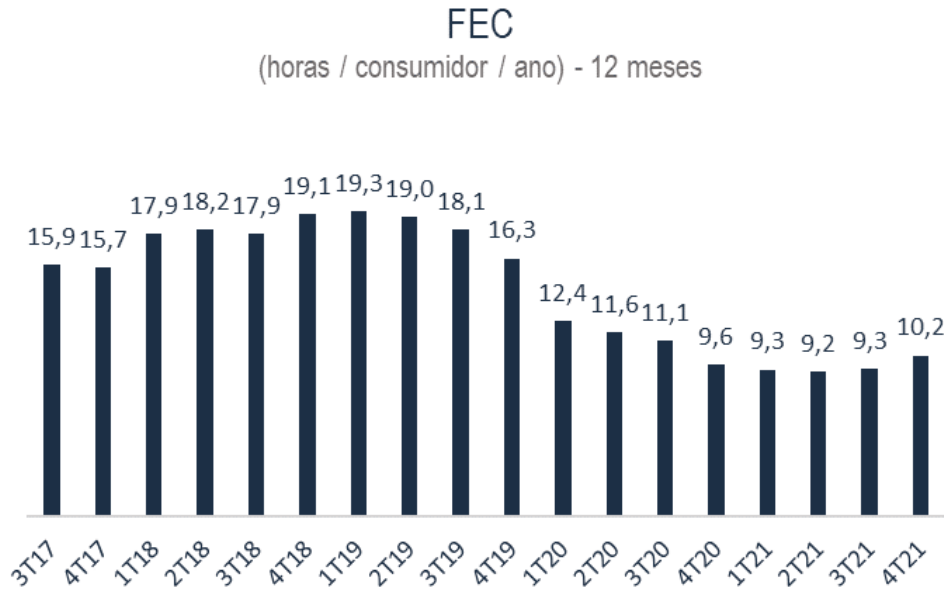
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Alagoas

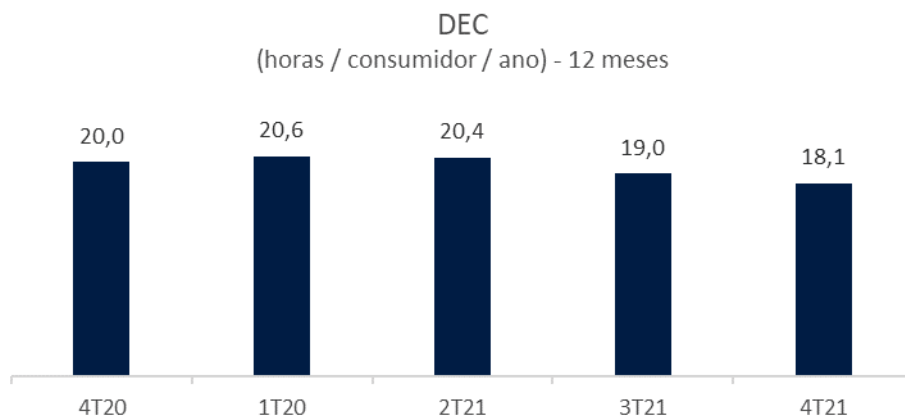
A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC apresentou um aumento de 23,3% em relação ao exercício anterior, o FEC apresentou um aumento de 6,2% em relação ao exercício anterior.

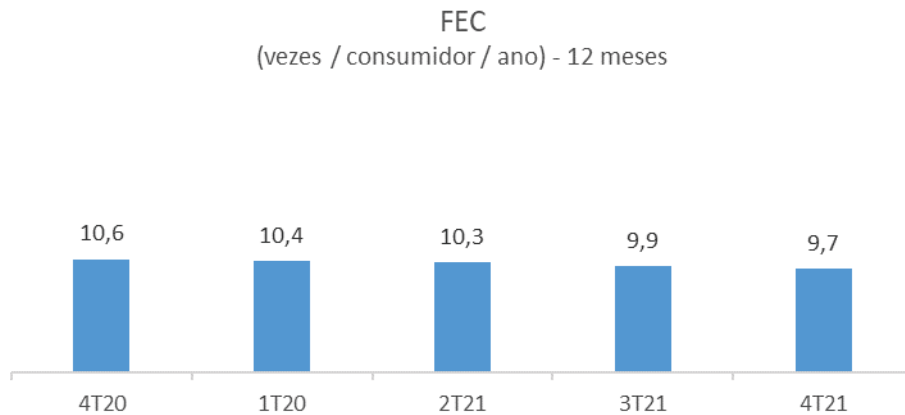


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

**CEEE-D (Rio Grande do Sul)**

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC apresentou uma redução de 9,5% em relação ao exercício anterior, o FEC apresentou uma redução de 8,5% em relação ao exercício anterior.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**05. Assuntos regulatórios****Reajuste Tarifário Anual 2021 – Equatorial Maranhão**

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) através da Resolução Homologatória nº 2.925 /2021 a ANEEL homologou o resultado do 5º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Maranhão”) com definição das tarifas para o período de 28 de agosto de 2021 a 27 de agosto de 2022, com um reajuste de 2,79% (dois vírgula setenta e nove por cento positivo), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores do Estado do Maranhão.

Reajuste Tarifário Anual 2021 – Equatorial Pará

Em 3 de agosto de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.920/2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) homologou as tarifas da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Pará”) sendo em média, reajustadas em 9,01% (nove vírgula zero um), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da distribuidora para o período de 7 de agosto de 2021 a 6 de agosto de 2022.

Reajuste Tarifário Anual 2021 – Equatorial Piauí

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em Reunião de Diretoria pública extraordinária ocorrida em 30 de novembro de 2021, aprovou o resultado definitivo do Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Piauí”), considerando-se os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Companhia, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor será de 9,59%, sendo a nova tarifa aplicada para o período de 02 de dezembro de 2021 a 01 de dezembro de 2022.

Reajuste Tarifário Anual 2021 – Equatorial Alagoas

Em 27 de abril de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.862/2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) homologou as tarifas da Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Alagoas”) sendo em média, reajustadas em 8,62% (oito vírgula sessenta e dois por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da distribuidora para o período de 3 de maio de 2021 a 2 de maio de 2022.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Reajuste Tarifário Anual 2021 – CEEE-D**

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) através da Resolução Homologatória nº 2.972 /2021 a ANEEL homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica de 2021 da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, para o período de 22 de novembro de 2021 a 21 de novembro de 2022, sendo reajustadas as tarifas em média de 14,62% (quatorze vírgula sessenta e dois por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da área de concessão da EQTL CEEE-D.

06. Relatório de ações sociais**Equatorial Maranhão**

Energia é um serviço essencial para as pessoas, este fato é inegável, o diferencial está em como esse serviço é oferecido. Além de primar pela qualidade deste produto, a Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia oferece informação, desenvolvimento e cidadania por meio de suas ações e projetos e com pessoas engajadas. Desde o leiturista até o presidente, todos temos um compromisso com o desenvolvimento do nosso Estado.

Nossos colaboradores estão empenhados em identificar o que é importante para a comunidade/sociedade e trabalha para levar mais do que o esperado. Vamos além de entregar energia elétrica com qualidade. Nossas ações refletem a estratégia de responsabilidade social empresarial da Equatorial Maranhão. O nosso compromisso é com a qualidade de vida das pessoas, contribuindo com uma transformação estrutural do Maranhão e primando pela nossa missão que é distribuir energia com qualidade para assegurar o desenvolvimento do Maranhão.

Em 2021 executamos:

- 12 projetos esportivos por meio por meio da **Lei de Incentivo Estadual ao Esporte**
- 25 projetos culturais por meio da **Lei de Incentivo Estadual à Cultura**
- 2.582 geladeiras distribuídas no **E+ Geladeira Nova**
- Lâmpadas trocadas no **E+ Comunidade**
- 228.000 novas famílias cadastradas na **tarifa social baixa renda**
- 4,7 milhões de toneladas de resíduos no **E+Reciclagem**
- Cerca de R\$ 240.000,00 em bônus no **E+Reciclagem**
- Cerca de R\$ 63.000,00 em bônus para instituições sociais por meio do **E+Reciclagem**
- 2.733 novos clientes cadastrados no **E+Reciclagem**
- 20 postos de coleta no **E+Reciclagem**
- 4 municípios com postos **E+Reciclagem**
- 151 palestras sobre economia de energia por meio do **E+Educação**
- 15 cursos de qualificação profissional realizados por meio do **E+Profissional**
- 185 alunos formados por meio do **E+Profissional**
- 2 projetos finalizados no **E+Energia do Bem**
- 88 equipamentos trocados por meio do **E+Energia do Bem**
- 623 lâmpadas trocadas por meio do **E+Energia do Bem**
- 2 sistemas de energia solar fotovoltaicas instalados por meio do **E+Energia do Bem**
- Incentivo à Mobilidade Elétrica e redução da emissão de carbono no meio ambiente
- Instalação do 1º eletroposto do Maranhão entregue por meio do **E+Mobilidade**
- 10 bicicletas elétricas disponíveis para população por meio do **E+Mobilidade**
- 1 veículo elétrico doado para fiscalização de parques estaduais, da Capital, por meio do **E+Mobilidade**
- 2 veículos elétricos adicionados à frota da Equatorial por meio do **E+Mobilidade**

Totalizando aproximadamente 1 milhão de pessoas alcançadas pelos projetos da Equatorial Maranhão

Entre os programas sociais em que a Equatorial Maranhão está envolvida, destacam-se:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



E+ ESPORTE e E+CULTURA

Desde 2012 a Equatorial Maranhão patrocina projetos por meio das Leis de Incentivo à Cultura e ao Esporte. Inicialmente esse era um processo mais reativo, éramos procurados pelos proponentes e firmava-se um compromisso. A partir de 2014 iniciamos a política de editais e passamos a receber um número maior de projetos e assim, conhecer uma gama de projetos que antes não chegavam ao nosso conhecimento. Gradualmente esse número aumenta. Entretanto em 2020 e 2021, por causa da pandemia que assolou o mundo optamos por não realizar o edital porque não tínhamos ambiência para realizá-lo.

Em 2021 a Equatorial Maranhão patrocinou 37 projetos, sendo 25 projetos culturais e 12 projetos esportivos. Destacamos entre os projetos esportivos o apoio ao Sampaio Basquete, time que representa o Maranhão na Liga de Basquete Feminino, Ações Esportivas do Jaracaty, que oferece aulas de judô, tênis de mesa e futsal para mais de 150 crianças e adolescentes. A Equatorial Maranhão acredita no poder de transformação por meio do esporte e por isso investir em projetos que tragam novas perspectivas a crianças e adolescentes tem sido uma das prioridades da Companhia. Assim patrocinamos diversas iniciativas que buscam a inclusão de pessoas com deficiência por meio do esporte, a exemplo da Copa de Basquete em cadeira de rodas, cedemac, Davi Hermes e Equipando guerreiros.

Na área cultural a Equatorial Maranhão se reconhece e se identifica cada vez como uma empresa que apoia e valoriza a cultura local. Ao longo desse ano 2021, apesar do cenário de pandemia, respeitando os protocolos de segurança, foram realizados festivais de música, estímulo aos artistas locais com teatro, música, publicações. Primamos pela valorização da cultura local sempre e é parte do nosso empenho em levar para o nosso cliente mais do que energia com qualidade, mas também acesso ao que temos de mais rico no Estado, nossa cultura popular.

E+ ENERGIA VOLUNTÁRIA

O programa de voluntariado, E+Energia Voluntária, foi retomado após mais de 1 ano sem que suas atividades fossem realizadas pelos protocolos de segurança impostos pela pandemia. Em 2021 realizamos ações de Natal em todas as regionais, em parceria com o Papai Noel dos Correios e com a comunidade quilombola de Santana, no município de São José de Ribamar e com a Casa de Apoio da Fundação Antônio Dino (gestora do hospital Aldenora Belo). Tivemos um engajamento de mais de 300 pessoas com adoção de cartinhas que foram escritas por crianças para o bom velhinho e adotadas por nossos colaboradores.

E+ PROFISSIONAL

Em 2021 retomamos o programa de qualificação profissional com o E+ Profissional, que tem como objetivo promover, de forma totalmente gratuita, cursos de formação e qualificação, para clientes cadastrados na tarifa social de energia elétrica, contribuindo assim para que mais pessoas estejam preparadas e tenham mais oportunidades no mercado de trabalho ou ainda montar pequenos negócios oferecendo seus serviços. Por meio do E+ profissional atendemos mais de 180 pessoas em 5 municípios.

E+ RECICLAGEM

O programa E+Reciclagem recebeu mais de 4 milhões de toneladas de resíduos em 2021. Isso representa 755 mil árvores não cortadas; economia de 2,1 bilhões de litros de água, mais de 351 mil kg de carvão; 94 mil toneladas de carbono deixaram de ser lançados no ar, e ainda 143 mil MWh de energia economizadas, energia suficiente para abastecer 280 mil residências por um mês. Os resíduos deixados no E+Reciclagem geraram ainda, mais de R\$ 240 mil em descontos nas faturas de energia dos clientes e instituições sociais.

Equatorial Pará

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (“OMS”), relacionada ao novo Coronavírus (“COVID-19”) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a empresa informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando a

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



minimização de eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança do colaboradores, familiares, parceiros e comunidades

Mesmo com as dificuldades impostas pela pandemia, no ano de 2021 a Equatorial Pará continuou com as várias ações nas comunidades do Estado, desenvolvendo e melhorando projetos, como: Cadastro de consumidores na tarifa social (baixa renda), palestras educativas nas comunidades, mutirões e feiras em parceria com as mais diversas instituições do ESTADO, realizando acordos de parcelamento, trocas de titularidade dentre outros.

A Equatorial tem projetos sociais que buscam proporcionar benefícios para a comunidade, dos quais, destacam-se:

Arrecadação de recursos para organizações sociais.

A fatura de energia é utilizada como meio de aumentar a receita de entidades de Assistência Social, como UNICEF, Federação das APAES e outras com o mesmo fim. Destaque para parcerias com o Remo e Paysandu, onde passamos a fomentar o esporte localmente. Ao optar por essa contribuição, o cliente poderá fazer sua doação por meio da fatura de energia. Os recursos arrecadados são aplicados em ações para melhorar as condições de vida de crianças e adolescentes de todo o Estado.

E+ Comunidade

Para estar cada vez mais próxima de seus clientes, a Equatorial Pará promove projetos como este, que permitem estreitar o relacionamento e criar condições para melhor atendê-los. Pelo projeto, a empresa também fomenta o diálogo sustentável com a comunidade, tendo como objetivo principal formar uma consciência sobre o uso seguro e sustentável da energia elétrica, de modo a estimular hábitos mais econômicos e eficientes desse serviço essencial. Por meio do Energia na Comunidade, a equipe da empresa realiza atendimento, levando às comunidades serviços como: segunda via de conta, negociação de débito, troca de titularidade e cadastro na tarifa social de energia elétrica, por meio de um contato personalizado e aproximativo.

Equatorial Piauí

A Equatorial Piauí se destacou pelas várias ações de Eficiência Energética.

Programa Tarifa Social de Energia Elétrica: Por meio do Programa Tarifa Social de Energia Elétrica, também conhecido como Baixa Renda, famílias de baixa renda, recebem da empresa descontos na conta de luz. São elegíveis para o programa, famílias com renda de até meio salário mínimo por pessoa, inscritas no Cadastro Único, bem como famílias com integrantes que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outras situações previstas em regulamento da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O benefício é válido para unidades consumidoras, exclusivamente residenciais, monofásicas, bifásicas ou trifásicas. Cada Código Familiar, atendendo os requisitos exigidos, tem direito ao benefício da Tarifa Social em apenas uma unidade consumidora, na área de concessão da Equatorial Piauí. Os descontos são aplicados de forma cumulativa sobre cada parcela do consumo mensal de energia, por meio de descontos incidentes sobre a tarifa aplicável à classe residencial das distribuidoras de energia elétrica.

De modo a incentivar a adimplência de seus clientes, a Equatorial Piauí realizou campanhas, parcerias e ações de aproximação com a sociedade. Buscando uma maior proximidade com a comunidade, a empresa realizou ações de atendimento in loco para a realização de cadastro da tarifa social.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Em 2021, o Piauí atingiu mais de 520 mil famílias assistidas pela TSEE em todos os 224 municípios do estado. Os números representaram uma economia total para os beneficiados de aproximadamente R\$ 184 milhões, possibilitando que esse recurso fosse investido em outras necessidades, movimentando a economia local de cada município.

LEI DE INCENTIVO À CULTURA

Em 2021, por meio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, a Equatorial Piauí investiu aproximadamente R\$ 5 milhões no patrocínio de 69 projetos selecionados pelo Sistema Estadual de Incentivo à Cultura (SIEC), dos mais variados segmentos: música, teatro, dança, humor, cinema, literatura, artes plásticas, patrimônio histórico, artístico e ambiental. A escolha dos proponentes patrocinados foi definida a partir da perspectiva de criação de uma agenda positiva de contribuição aos artistas e entretenimento no contexto de pandemia, contemplando projetos de norte a sul do Piauí.

E+ RECICLAGEM

O ano de 2021 marcou um ano da chegada do E+ Reciclagem no Piauí. Nesse período, o programa distribuiu mais 18 mil reais em bônus e já coletou mais de 80 toneladas em resíduos sólidos, representando cerca de 152 toneladas de dióxido de carbono (CO²) que deixaram de ser emitidos na atmosfera.

DOAÇÕES PANDEMIA

Igualmente como ocorreu em 2020, em 2021 a Equatorial Piauí fez a doação de milhares de cestas básicas para famílias diretamente impactadas economicamente pela pandemia e para vítimas das enchentes. Foram mais de 31 toneladas de alimentos doados, distribuídos em municípios das três regionais do estado – Norte, Metropolitana e Sul.

Equatorial Alagoas

A Equatorial Alagoas se destacou pelas várias ações de Eficiência Energética.

Em 2021, por meio da **Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE)** com a realização de mutirões para inscrições nos municípios alagoanos, a Distribuidora alcançou a marca de 400 mil clientes beneficiados.

E+Geladeira Nova, E+Luzes na Cidade e E+Energia do Bem

O programa **E+Geladeira Nova**, viajou os quatros cantos do Estado realizando a troca de 1.768 geladeiras.

As ações **E+Luzes na Cidade**, **E+Energia do Bem** e **E+Comunidade** realizaram a substituição gratuita de mais de 22 mil lâmpadas incandescentes, fluorescentes e de iluminação pública, por lâmpadas de LED em instituições filantrópicas, como a Associação dos Pais e Amigos dos Leucêmicos de Alagoas (APALA) e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). As entidades foram beneficiadas com a instalação de sistema solar fotovoltaico e troca de aparelhos ar-condicionado com tecnologia inverter.

Projeto Nossa Energia

Em 2021, a Equatorial Alagoas lançou o projeto **Nossa Energia**, que visa implantar a tecnologia de medição centralizada beneficiando famílias em situação de vulnerabilidade social com a oferta de cursos profissionalizantes gratuitos aos clientes atendidos pelo projeto em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), além da distribuição de duas mil cestas básicas.

E+Educação

Com o programa **E+Educação**, realizamos diversas palestras em escolas e associações impactando mais de duas mil pessoas com dicas de como otimizar o consumo e evitar desperdícios de energia.

Convênio de Doação na fatura

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Continuamos incentivando doações voluntárias na fatura de energia, em benefício de entidades como a Pastoral da Criança e Legião da Boa Vontade (LBV).

Convênio de Doação na fatura: A Equatorial Alagoas possui Convênios de doação voluntária na fatura de energia, com a Pastoral da Criança, Legião da Boa Vontade (LBV) e Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Dessa forma, os clientes da empresa podem optar por fazer doações de valores pré-fixados para as instituições, contribuindo com o aumento de receita para essas Entidades de Assistência Social. Em 2018 foi repassado às instituições conveniadas, contribuindo para o fortalecimento da instituição.

Projetos de Eficiência Energética**Projeto E + Geladeira Nova:**

É oferecido a comunidade a oportunidade de trocar sua geladeira antiga por uma nova, que consome menos energia. Alguns resultados:

Público atendido: 5.695 famílias atendidas diretamente.

Média de economia por cliente: 584 kWh/ano o que em real equivale a aproximadamente R\$ 463,47.

Considerando que o consumo médio da população residencial em Alagoas é de 114,705 kwh/mês, com a energia economizada através dos Projetos de Eficiência Energética em 2020, daria para energizar a residência de cerca de 5.250 famílias.

CEEE-D

Alinhados a Política de Sustentabilidade do Grupo Equatorial Energia e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D iniciou em 2021 várias iniciativas para aprimoramento do seu papel social. Mesmo ainda em estágio inicial, implantamos programas focados na cultura, orientação a comunidade, inclusão e desenvolvimento social.

Balizados pela Plataforma E+, que orienta as iniciativas de Investimento Social do Grupo Equatorial, iniciamos um trabalho de proximidade com as comunidades da nossa concessão com ações de distribuição de lâmpadas, sensibilizando sobre o uso consciente da energia elétrica e ações direcionadas sobre Segurança.

Entre os programas sociais em que a CEEE Grupo Equatorial está envolvida, destacam-se:

E+CULTURA

Em 2021 a CEEE Grupo Equatorial, realizou seu primeiro patrocínio, via Lei de Incentivo Estadual à Cultura: a 67ª Feira do Livro de Porto Alegre, um tradicional e importante evento para a comunidade, ocorrido de 29 de outubro a 15 de novembro de 2021. A Feira contou com 56 bancas onde foram negociadas 149,6 mil unidades de livros, o que representou cerca de R\$ 3 milhões. O evento gerou 230 empregos nas barracas (entre fixos e temporários), sendo 126 mulheres, 101 homens e 1 não-binário. A equipe envolvida na produção da Feira do Livro foi composta por 45 pessoas (40% homens e 60% mulheres). Realizado de forma híbrida, contou com 33 lives acompanhadas por mais de 1,3 mil pessoas ao vivo, e diversas visualizações pós-evento.

E+ ENERGIA VOLUNTÁRIA

Foram realizadas duas ações de voluntariado que contaram com a participação de mais de 50 empregados:

- Adoção de 61 cartas em parceria com o Papai Noel dos Correios (Porto Alegre), através das quais foram doados materiais escolares, roupas, brinquedos, entre outros;
- Doação de 61 cestas básicas para o Banco de Alimentos de Porto Alegre.

E+ COMUNIDADE

O Tarifa Baixa Renda, é um dos principais programas sociais do país. Criado pelo Governo Federal para famílias de baixa renda, o programa oferece descontos na conta de energia que podem chegar a até 65% em relação à classe

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

residencial normal. A CEEE Grupo Equatorial aumentou em 40% o número de clientes com benefício à Tarifa Social de Energia Elétrica: foram 23.134 novas famílias cadastradas na tarifa social baixa renda no ano de 2021 e, ainda, 222 novas famílias cadastradas na tarifa rural.

E+ SEGURANÇA

Sabemos da importância da energia elétrica, um bem tão essencial na vida de milhões de pessoas e que leva desenvolvimento para diversos cantos do mundo. Mas tão importante quanto os benefícios gerados pela eletricidade é saber como usá-la de forma segura. Para que conscientizássemos a população dos perigos que nosso produto pode esconder, levamos ações para as pessoas para que recebam informações claras e diretas. Exemplo disso foi a Campanha de Comunicação e esclarecimentos publicitária com um personagem conhecido do nosso estado: o Guri de Uruguaiana com dicas de segurança e economia para o verão, principalmente.

PROJETO LUZES NA CIDADE

Primeiro projeto de eficiência energética em iluminação pública, E+ Luzes na Cidade, foi realizado na cidade de Caráá, seguida de Tramandaí. O projeto consistiu na troca de todas as lâmpadas de iluminação pública da cidade.

07. Desempenho Econômico-Financeiro

8.1.1 Receita Líquida

Em relação à Receita Líquida, o total registrado no ano foi de R\$ 24,241 bilhões, 35,5% superior a obtida no ano anterior.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**8.1.2 Custos e Despesas Operacionais**

No ano de 2021, o total de custos e despesas gerenciáveis e não gerenciáveis, excluindo depreciação e amortização, foi de R\$ 18,366 bilhões, equivalentes a 49,1% de crescimento.

8.1.3 EBITDA

Em 2021, o EBITDA atingiu R\$ 5,875 bilhões, 5,4% maior que o valor registrado no ano anterior que foi de R\$ 5,576 bilhões.

8.1.4 Resultado Financeiro

Em 2021, o resultado financeiro líquido (consolidado) foi negativo em R\$ 818 milhões, comparado ao resultado financeiro líquido de R\$ 424 milhões, registrado no ano de 2020.

8.1.5 Lucro Líquido

Em 2021, a Companhia alcançou Lucro Líquido de R\$ 4,303 bilhões, crescimento de 25% em relação ao ano anterior e lucro proporcional de R\$ 3,694 bilhões, crescimento de 24%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



08. Investimentos

Investimentos (R\$MM)	2020	2021	Var.%
Maranhão			
Ativos elétricos	446	453	1,5%
Obrigações especiais	45	36	-19,8%
Ativos não elétricos	70	55	-20,7%
Total	561	544	-3,0%
Pará			
Ativos elétricos	428	887	107,5%
Obrigações especiais	186	210	13,1%
Ativos não elétricos	67	44	-34,9%
Total	681	1.141	67,7%
Piauí			
Ativos elétricos	289	338	16,7%
Obrigações especiais	63	55	-13,3%
Ativos não elétricos	51	45	-11,1%
Total	403	438	8,5%
Alagoas			
Ativos elétricos	168	262	55,8%
Obrigações especiais	-	-	N/A
Ativos não elétricos	30	32	7,3%
Total	198	294	48,5%
Rio Grande do Sul			
Ativos elétricos	-	121	N/A
Obrigações especiais	-	1	N/A
Ativos não elétricos	-	2	N/A
Total	-	125	N/A
Amapá			
Ativos elétricos	-	-	N/A
Obrigações especiais	-	-	N/A
Ativos não elétricos	-	-	N/A
Total	-	-	N/A
Total Equatorial Distribuição	1.843	2.542	37,9%
Geramar			
Geração	4	4	2,8%
Equatorial Transmissão			
Projeto	1.028	331	-67,8%
Intesa	33	7	-79,8%
Total Equatorial	2.908	2.884	-0,8%

Os investimentos do Grupo somaram R\$2,9 bi no exercício 2021, o que apresentou uma queda de 0,8% em relação ao exercício de 2020. Essa redução está concentrada no segmento de transmissão, uma vez que a maioria das SPES entraram em operação ao final de 2020.

DISTRIBUIÇÃO

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Nas distribuidoras **Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas e CEEE-D** temos a abertura a seguir:

Equatorial Maranhão

9.1.1 Investimentos Próprios

Os investimentos da Equatorial Maranhão, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$507 milhões em 2021, diminuição de 3% em relação a 2020. Tais investimentos são principalmente focados em expansão e melhoria da rede de distribuição, tendo em vista o contínuo crescimento na demanda de energia do Estado.

9.1.2 Investimentos no Programa Luz Para Todos

Lançado em 2004 pelo Governo Federal, o “Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos” (PLPT) tem como objetivo levar energia elétrica para a população do meio rural, de modo a estimular o desenvolvimento socioeconômico destas regiões que, geralmente, apresentam baixo desempenho no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

A Equatorial Maranhão desempenha o papel de agente executor do Programa no Maranhão. O Estado está inserido entre os 3 maiores programas do país, representando mais de 10% de todo o volume de ligações executadas pelo Programa Luz para Todos no Brasil. Para atingir suas metas, a Companhia estruturou sólidas parcerias comerciais com contratação de mão-de-obra terceirizada, que envolvem mais de 16 empresas de engenharia e mais de 480 pessoas direta e indiretamente.

Em 31 de dezembro de 2021, a Equatorial Maranhão alcançou a marca histórica de 366,7 mil famílias ligadas à rede de distribuição de energia elétrica através do PLPT, gerando um benefício direto para aproximadamente 1,83 milhão de habitantes. O PLPT já está presente em 100% dos 217 Municípios maranhenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais e para a geração de renda nestas localidades. Durante o ano de 2021, o investimento direto no PLPT, que inclui gastos com materiais e serviços de terceiros, foi de R\$ 36 milhões.

Equatorial Pará

9.2.1 Investimentos Próprios

Os investimentos da EQTL PA, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$660 milhões em 2021, aumento de 39% em relação a 2020 por conta das obras do MLA. Os investimentos concentraram em Expansão e Melhoria de Rede.

9.1.2 Investimentos no Programa Luz Para Todos e Mais Luz Para Amazônia (MLA)

Ao final de 2021, a Equatorial Pará alcançou a marca histórica 456.710 clientes ligados à rede de distribuição de energia elétrica através do PLPT, gerando um benefício direto para aproximadamente 2,28 milhões de habitantes. O PLPT já está presente em 99% dos 144 municípios paraenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais e para a geração de renda nestas localidades. Durante o 4T21, o investimento direto no PLPT, que inclui gastos com materiais e serviços de terceiros, foi de R\$ 42,5 milhões.

Em 31 de dezembro de 2021, a Equatorial Pará alcançou a marca de 2.783 clientes ligados por sistemas de geração remota através do MLA, gerando um benefício direto para aproximadamente 13.915 mil habitantes. O MLA já está presente em 4 dos 144 Municípios paraenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais e para a geração de renda nestas localidades. Durante o ano de 2021, o investimento direto no MLA, que inclui gastos contábeis com materiais e serviços de terceiros, foi de R\$ 85 milhões.

Ao final de 2021, a Equatorial Pará alcançou a marca de 2.783 clientes ligados por sistemas de geração remota através do MLA, gerando um benefício direto para aproximadamente 13.915 mil habitantes. O MLA já está presente em 4 dos 144 municípios paraenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



e para a geração de renda nestas localidades. Durante o 4T21, o investimento direto no MLA, que inclui gastos com materiais e serviços de terceiros, foi de R\$ 68,6 milhões

Equatorial Piauí

9.2.1 Investimentos

Em 2021, os investimentos da EQTL PI, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$ 383 milhões, direcionados principalmente a manutenção e expansão da rede de distribuição de energia. Já os investimentos do Programa Luz Para Todos somaram R\$ 55 milhões.

Investimentos no Programa Luz Para Todos

Ao final de 2021, a Equatorial Piauí alcançou a marca histórica de 172.167 clientes ligados à rede de distribuição de energia elétrica através do PLPT, gerando um benefício direto para aproximadamente 860,8 mil habitantes. O PLPT já está presente em 100% dos 224 municípios piauienses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais e para a geração de renda nestas localidades. Durante o 4T21, o investimento direto no PLPT, que inclui gastos com materiais e serviços de terceiros, foi de R\$ 17,2 milhões.

Equatorial Alagoas

9.2.1 Investimentos

Em 2021, os investimentos da Equatorial Alagoas Distribuidora, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$ 294 milhões, um aumento de 48,5%, direcionados principalmente a manutenção e expansão da rede de distribuição de energia.

CEEE-D

9.2.1 Investimentos

Os investimentos diretos da CEEE-D totalizaram R\$106 milhões em 2021 e os investimentos indiretos e sua respectiva revisão no ciclo tarifário foram de R\$324 milhões, totalizando R\$430 milhões que representou um aumento de 183% em relação a 2020.

TRANSMISSÃO

PROJETOS

Os investimentos totais nas SPE'S em 2021 foram de **R\$ 311 Milhões**, redução de 307% em relação ao ano anterior, devido a finalização e energização de todas as SPE'S. Todas as SPE'S já encontram-se operacionais.

SPE 01 – Lote 08

Os investimentos em 2021 totalizaram **R\$ 12,4 Milhões**, redução de 271% em relação ao ano anterior. A negociação fundiária foi concluída em dezembro de 2019, e recebemos do IBAMA a Licença de Operação (LO) também em dezembro de 2019, com validade de 6 (seis) anos. As obras foram concluídas e energizadas em 01 de maio de 2020, e desde a presente data já estamos recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) disposta no contrato de concessão.

SPE 02 – Lote 09

Os investimentos em 2021 totalizaram **R\$ 9,8 Milhões**, redução de 419% em relação ao ano anterior.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A negociação fundiária foi concluída em dezembro de 2019, e recebemos do IBAMA a Licença de Operação (LO) também em dezembro de 2019, com validade de 6 (seis) anos.
As obras foram concluídas e energizadas em 22 de janeiro de 2020, e desde a presente data já estamos recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) disposta no contrato de concessão.

SPE 03 – Lote 12

Os investimentos em 2021 totalizaram **R\$ 61,2 Milhões**, redução de 158% em relação ao ano anterior.
As negociações fundiárias foram concluídas em setembro de 2020 e recebemos do IBAMA a Licença de Operação (LO) em dezembro de 2020, com validade de 10 (dez) anos.
As obras da SPE 3 foram iniciadas em maio de 2019 e entraram em operação comercial em 26 de maio de 2021, completando 100% de ativos em Operação Comercial.

SPE 04 – Lote 14

Os investimentos em 2021 totalizaram **R\$ 40,6 Milhões**, redução de 582% em relação ao ano anterior.
As negociações fundiárias foram concluídas em março de 2020, e recebemos do IBAMA a Licença de Operação (LO) em novembro de 2019, com validade de 10 (dez) anos.
As obras foram concluídas e energizadas em 05 de novembro de 2020, e desde a presente data já estamos recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) disposta no contrato de concessão.

SPE 05 – Lote 15

Os investimentos em 2021 totalizaram **R\$ 67,1 Milhões**, redução de 116% em relação ao ano anterior.
As negociações fundiárias foram concluídas em março de 2020, e recebemos do IBAMA a Licença de Operação (LO) em dezembro de 2020, com validade de 10 (dez) anos.
As obras foram concluídas e energizadas em 23 de dezembro de 2020, e desde a presente data já estamos recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) disposta no contrato de concessão.

SPE 06 – Lote 16

Os investimentos em 2021 totalizaram **R\$ 63,7 Milhões**, redução de 332% em relação ao ano anterior.
As negociações fundiárias foram concluídas em dezembro de 2020 e recebemos do IBAMA a Licença de Operação (LO) em fevereiro de 2021, com validade de 10 (dez) anos.
A obra da SPE 6 foi iniciada em junho de 2019, atualmente com avanço físico atualizado de 99%. As obras foram concluídas em 05 de março de 2021, mas havia pendências impeditivas de terceiros para energização. A pendência foi sanada no final de novembro de 2021 e a obra entrou em Operação Comercial em 25/11/2021 confirmando 100% da Receita prevista.

SPE 07 – Lote 23

Os investimentos em 2021 totalizaram **R\$ 46,1 Milhões**, redução de 214% em relação ao ano anterior.
As negociações fundiárias foram concluídas em outubro de 2020, e recebemos da SEMAS (Secretaria de Meio Ambiente do Pará) a Licença de Operação (LO) em dezembro de 2020, com validade até março de 2025.
As obras foram concluídas e energizadas em 2 etapas de entrega, sendo a primeira em 22 de setembro de 2020, compreendendo 39% da obra e a segunda em 15 de dezembro de 2020 compreendendo os demais 61%. Desde as presentes datas estamos recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) disposta no contrato de concessão.

SPE 08 – Lote 31

Os investimentos em 2021 totalizaram **R\$ 3,9 Milhões**, redução de 2.743% em relação ao ano anterior.
As negociações fundiárias foram concluídas em outubro de 2020, e recebemos da SEMAS (Secretaria de Meio Ambiente do Pará) a Licença de Operação (LO) em janeiro de 2021, com validade de 3 (três) anos.
As obras foram concluídas e energizadas em 4 etapas de entrega, sendo a primeira em 03 de junho de 2019, compreendendo 13% da receita, referente a SE Rurópolis, Compensador Síncrono de reativos. A segunda em 24 de setembro de 2019, compreendendo 10% da receita, referente a LT Xingu – Altamira e Se Xingu. A terceira ocorreu em 12 de janeiro de 2020, compreendendo 19% da receita, referente a LT Altamira – Transamazônica. A quarta e última etapa de entrega ocorreu em 15 de outubro de 2020, compreendendo os demais 58% da receita, referente a LT Transamazônica – Tapajós e a SE Tapajós. Desde as presentes datas estamos recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) disposta no contrato de concessão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



INTESA

Os investimentos da INTESA totalizaram **R\$ 6,4 milhões**, redução de 822% em relação ao ano anterior. Os investimentos foram concentrados na aquisição de equipamentos sobressalentes e infraestrutura.

GERAÇÃO

Na GERAMAR foram investidos R\$3,838 milhões no exercício de 2021, e refere-se basicamente à manutenção das usinas que já tiveram suas obras concluídas no exercício de 2010.

9. Governança Corporativa

Listada no Novo Mercado, mais alto nível de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), a Equatorial Energia S.A é uma Companhia comprometida com as melhores práticas de governança corporativa e com a transparência na relação com seus investidores e acionistas.

Diferenciais de governança corporativa:

- 100% de *tag along* aos acionistas minoritários;
- Manutenção de, ao menos, dois membros independentes no Conselho de Administração (total de 08 vagas);
- 75% do capital total como *free float*, muito acima do mínimo de 25% requerido pelos padrões do Novo Mercado;
- Obrigação de oferta de compra pelo valor econômico em caso de encerramento de listagem ou de fechamento de capital;
- Divulgação de operações com títulos da Companhia envolvendo acionistas controladores ou administradores;
- Adoção de um Código de Ética e Conduta Empresarial;
- Manutenção de Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Títulos por Pessoas Relacionadas.
- Publicação trimestral, juntamente com os ITRs, da Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Divulgação de demonstrações financeiras com padrões internacionais IFRS ou US GAAP.
- Realização de teleconferências de resultados a cada divulgação trimestral.

De acordo com o Contrato de Adesão ao Novo Mercado firmado com a B3, o Estatuto da Companhia prevê a utilização de Câmara de Arbitragem para resolução de conflitos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relacionamento com auditores externos

Em atendimento à instrução CVM 381/03, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes prestou somente serviços de auditoria durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Srs. Augusto Miranda da Paz Júnior, Diretor-Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; José Silva Sobral, Diretor; Bruno Cavalcanti Coelho, Diretor; Humberto Luis Queiroz Nogueira, Diretor; André Luiz Barata Pessoa, Diretor; e Tinn Freire Amado, Diretor; declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; e (ii) reviram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 22 de março de 2022 pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. , auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
Diretor Presidente

Tinn Freire Amado
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Humberto Luis Queiroz Nogueira
Diretor

José Silva Sobral Neto
Diretor

Bruno Cavalcanti Coelho
Diretor

André Luiz Barata Pessoa
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente de Contabilidade e Tributos
Contador CRC-PE012996-O-3-S-MA

Conselho de Administração

Carlos Augusto Leone Piani

Guilherme Mexias Aché

Luis Henrique de Moura Gonçalves

Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa

Tania Sztamfater Chocolat

Tiago de Almeida Noel

Eduardo Haiama

Augusto Miranda da Paz Júnior

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Parecer do conselho fiscal**

O Conselho Fiscal da Equatorial Energia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração, e as Demonstrações Contábeis da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, apresentados sem ressalvas, pela Ernst & Young Auditores Independentes em 22 de março de 2022, opina que os referidos documentos, bem como a proposta de destinação do lucro do exercício e o orçamento de capital estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral.

Brasília, 22 de março de 2022.

Saulo de Tarso Alves de Lara

Maria Salete Garcia Pinheiro

Vanderlei Dominguez da Rosa

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A.

Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2021

Notas Explicativas

Relatório da Administração

A Administração da EQUATORIAL ENERGIA S.A., em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021. As informações não financeiras da Companhia e de suas controladas, as relacionadas ao programa “Luz para Todos” (PLPT), o Balanço Social, Combate a Perdas, Relatório de Ações Sociais, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia e de suas controladas não foram revisadas pelos auditores independentes.

01. Perfil da companhia

Visão geral

A Equatorial Energia S.A. é uma *holding* com atuação no setor elétrico, saneamento e *utilities*.

No segmento de distribuição de energia, a Equatorial Energia controla indiretamente as distribuidoras dos Estados do Maranhão e Pará e diretamente as distribuidoras dos Estados de Piauí, Alagoas, Amapá e parte do Rio Grande do Sul.

No segmento de Transmissão de Energia, em outubro de 2016 e abril de 2017, a Equatorial Energia participou de 2 leilões de novos projetos realizados pela ANEEL, através dos quais adquiriu as concessões de 9 lotes de linhas de transmissão, totalizando R\$ 1.220 milhões em RAP (Receita Anual Permitida), a valores de dezembro de 2021. Adicionalmente, a Equatorial Energia adquiriu 100% da INTESA, linha de transmissão operacional nos Estados do Tocantins e Goiás. Destes lotes, todas as SPES já estão em operação comercial.

Em 31 de dezembro de 2021, no segmento de geração, a Equatorial Energia possuía 25% de participação na GERAMAR (sociedade responsável pela operação de 2 usinas termoeletricas localizadas no Maranhão, com capacidade instalada conjunta de 330MW). Em 20 de dezembro de 2021, foi celebrada a venda da GERAMAR, pelo valor de R\$85.000, e em 12 de janeiro de 2022, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a operação, porém ainda está pendente a condição suspensiva relativa à anuência prévia dos Financiadores.

A partir de 2021, a Equatorial Energia ingressou no segmento de saneamento, vencendo o leilão da concessão de saneamento do Amapá, com 80% da Companhia de Saneamento do Amapá (CSA).

No segmento de prestação de serviços, a Equatorial Energia detém 100% da Equatorial Serviços, que por sua vez detém 100% da Sol Energias, empresa comercializadora de energia elétrica e a Sol Energias detém 99,99% da Hélios Energia, comercializadora de Energia. Adicionalmente a Equatorial Serviços detém 100% de participação na Equatorial Telecomunicações.

Notas Explicativas**02. Destaques de 2021**

- ▶ Em 2021, o EBITDA consolidado ajustado somou R\$5,471 bilhões, crescimento de 15% em relação ao valor apresentado em 2020. Os fatores que são considerados no EBITDA ajustado estão descritos nos Comentários de Desempenho.
- ▶ O volume total de energia (mercados cativo e livre) faturada consolidada teve alta de 4,1% em relação ao exercício de 2021.
- ▶ Perdas totais recuaram na maioria das distribuidoras em comparação a 2020, nos estados de Pará (29,0%, -0,8 p.p.), Maranhão (18,6%, -0,5 p.p.), Rio Grande do Sul (18,6%, -0,5 p.p.), Amapá (45,7%, -0,4 p.p.), enquanto os estados de Piauí e Alagoas mantiveram-se em linha com o período anterior. Destaque para o nível de perdas no Piauí, que permanece dentro do limite regulatório de 20,4%.
- ▶ Em 2021, os Investimentos consolidados da Equatorial totalizaram R\$ 2.884 milhões, redução de -0,8% comparada a 2020, liderado pelo menor volume de investimentos executado na Transmissão.
- ▶ Em 9 de abril foi emitido pelo ONS o Termo de Liberação de Receita (TLR) para 100% da Receita Anual Permitida (RAP) do ativo SPE 06, no valor total de R\$ 129,9 milhões. A liberação foi realizada retroativamente a data de 5 de março de 2021, ou seja, com 11 meses de antecedência em relação ao prazo contratual. 100% dos projetos estão operacionais.
- ▶ Em 31 de março, o Grupo Equatorial Energia venceu Leilão para aquisição do controle acionário da CEEE-D, cuja área de concessão compreende parte do estado do Rio Grande do Sul, incluindo a capital Porto Alegre.
- ▶ Em 2 de junho, a Equatorial Serviços S.A., adquiriu a E-Nova Instalação e Manutenção Ltda., com foco em oferecer soluções técnicas em eficiência energética e em geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis, inclusive por meio da geração distribuída.
- ▶ Em 28 de junho, o Grupo Equatorial Energia venceu Leilão para aquisição do controle acionário da CEA, concessionária de distribuição de energia do estado do Amapá.
- ▶ Aprovado Índice de Revisão Periódica para Equatorial Maranhão, em 24 de agosto de 2021, com efeito médio para os clientes de +2,79% e Base de Remuneração Líquida de R\$ 4,366 bilhões (+31,9%).
- ▶ Em 02 de setembro, o Grupo Equatorial Energia venceu o Leilão de outorga de concessão da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, e dos serviços complementares, nas áreas urbanas dos municípios do Estado do Amapá.
- ▶ Em 28 de outubro, foi anunciada assinatura de contrato para aquisição de 100% das ações da Echoenergia Participações S.A., marcando a entrada efetiva do grupo no segmento de Geração Renovável. A Echoenergia possui ativos na região Nordeste com 1,2GW de capacidade instalada e projetos ready-to-build que totalizam mais de 1,1GW de capacidade adicional. Em 03 de março de 2022, foi assinado o Contrato de compra e venda de ações, entre a Equatorial Energia (Controladora da Companhia) e Ipiranga Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, nos termos do qual as partes acordaram, dentre outras matérias, a aquisição pela Equatorial Energia, direta e indiretamente, de 100% das ações representativas do capital social da Echoenergia Participações S.A., sujeito a implementação de determinadas condições precedentes. Com o fechamento, a Equatorial Transmissão S.A., subsidiária integral da Equatorial Energia, tornou-se titular de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da Echoenergia.

Notas Explicativas



03. Mensagem do Presidente

O exercício de 2021 foi um ano transformacional para o Grupo Equatorial Energia. Neste período, a Companhia seguiu progredindo em sua estratégia a passos largos. Em 2021, avançamos na consolidação do setor de distribuição de energia, concluímos a entrada em operação do nosso portfólio de transmissão, e abrimos novas frentes em setores de atuação com grande potencial de investimentos e positivo impacto em ESG.

Na distribuição de energia, nosso principal segmento, expandimos nossa atuação para os estados do Rio Grande do Sul, através da aquisição da CEEE-D cuja operação iniciamos em julho, e do Amapá, com a aquisição da CEA, a qual iniciamos a gestão recentemente. Com isso, alcançamos a marca de cerca de 10 milhões de clientes atendidos pelas nossas distribuidoras.

Ainda no segmento de Distribuição, encerramos o ano com um crescimento de 4,8% no volume de energia vendida, e uma evolução consistente na redução de perdas sobre a energia injetada, o que demonstra o sucesso da nossa estratégia nesta frente e cujos impactos positivos beneficiam toda a população atendida.

Em Transmissão, alcançamos o total de R\$ 1,2 bilhão de RAP (Receita Anual Permitida), com a entrada em operação de todas as linhas de transmissão do nosso portfólio atual e com o destaque de que liberação de receitas para estes empreendimentos ocorreu com significativa antecedência em comparação ao prazo contratual.

Como resultado, alcançamos uma Receita Líquida de R\$ 24,2 bilhões, um crescimento de 35,5% e uma robusta posição de caixa consolidado, de R\$ 10,3 bilhões. O volume investido no ano alcançou R\$ 2,9 bilhões, liderado pelo volume de investimentos executados nas atividades de distribuição, com foco no fortalecimento e expansão de nossa rede.

Adicionalmente, destaco as novas frentes de atuação iniciadas em 2021, e que representam importantes avenidas de crescimento para os próximos exercícios.

Em junho de 2021, adquirimos 100% das ações da Enova Instalação e Manutenção Ltda, com foco em oferecer serviços de eficiência energética e geração distribuída em nossas áreas de concessão. Posteriormente, em setembro, vencemos o leilão de outorga da concessão de água e esgotamento sanitário do estado do Amapá, focado nas áreas urbanas dos municípios do estado e iniciando uma nova etapa para nossa Companhia, agora no setor de saneamento.

Por fim, em outubro de 2021, anunciamos a aquisição da Echenergia S.A. um dos maiores players de geração renovável do país, iniciando de maneira efetiva nossa trajetória no segmento de geração e permitindo uma atuação de maneira integrada no setor de energia. Com a operação, concluída em março de 2022, assumimos uma plataforma de geração com 1,2 GW em capacidade instalada, além de 1,2GW adicionais em projetos em desenvolvimento.

Vale registrar que as importantes conquistas alcançadas neste exercício ocorreram em um cenário desafiador em diversos aspectos, pelo contexto macroeconômico, cenário hidrológico e, principalmente, pelo contexto de pandemia, que esteve presente de maneira ainda mais aguda no primeiro semestre de 2021. Os resultados obtidos atestam e reforçam a qualidade do nosso time, nossa operação, e da força de nossa cultura. Agradecemos a todos os nossos colaboradores, acionistas, fornecedores e parceiros pelo apoio e confiança ao longo desses anos.

Augusto Miranda da Paz Junior

Diretor-Presidente

Notas Explicativas



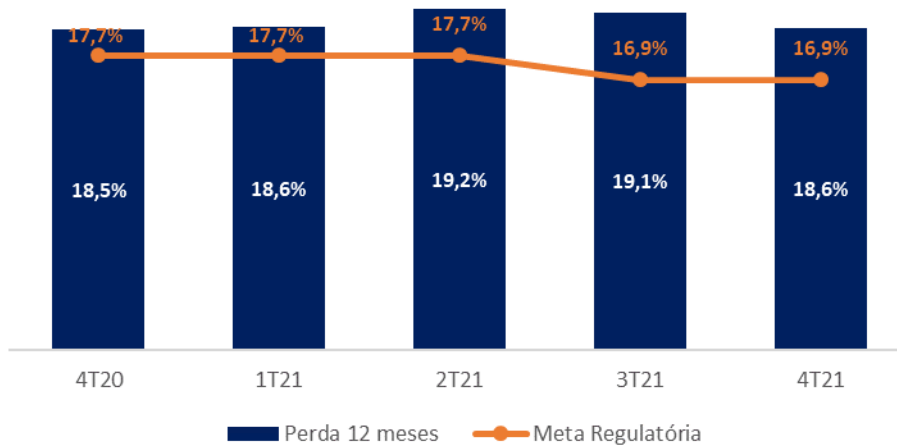
04. Gestão dos negócios

4.1 Combate às perdas

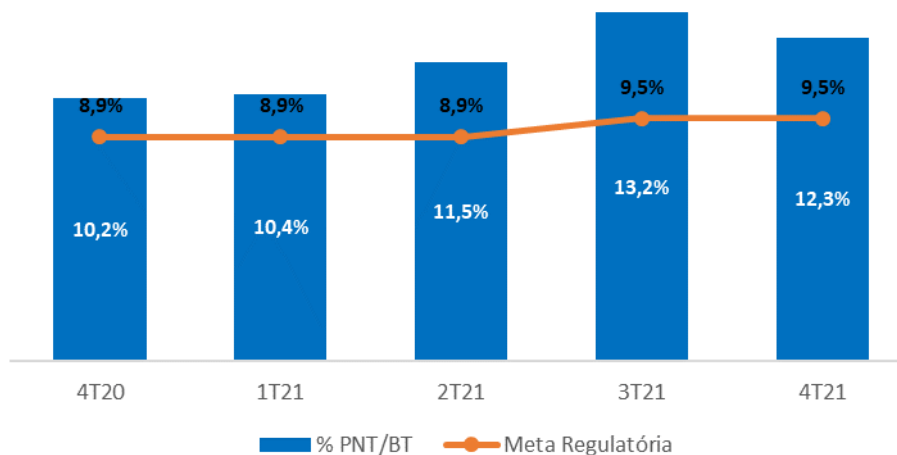
Maranhão

Em 2021, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Maranhão alcançou o patamar de 8.614 GWh, um aumento de 5,5% em relação à 2020, e o faturamento atingiu 7.016 GWh, o que representou incremento de 5,4% também em relação à 2020. Deste modo, as perdas de energia registradas pela Companhia em 2021 totalizaram 1.598 GWh, equivalente a 18,56% da energia requerida, implicando em aumento residual de 0,04 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2020, praticamente encerrando com os mesmos patamares do ano anterior.

Perdas totais sobre energia requerida
(Últimos 12 meses)



Perdas não-técnicas sobre mercado de baixa tensão
(Últimos 12 meses)



O ano de 2021 foi marcado por grandes desafios. Ainda sofrendo reflexos da pandemia de COVID – 19, a Equatorial Maranhão buscou retomar seus processos aos parâmetros anteriores aos da pandemia, sempre respeitando todos os protocolos de saúde definidos pelas autoridades competentes, e aplicando o padrão de excelência do Grupo Equatorial nas ações operacionais.

Notas Explicativas



Apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas em 2021:

- Regularização de 5,3 mil clientes em área de gambiarra sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão;
- Inspeção de 3,3 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Instalação do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 23,6 mil clientes de baixa tensão, perfazendo um total de 32,9 mil clientes de baixa tensão com SMC;
- Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 69 municípios;
- Inspeção de 198,5 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 9,5 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;
- Regularização de 3,4 mil clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;
- Identificação e regularização de 36,3 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Instalação de 338 medições fiscais em transformadores de distribuição.

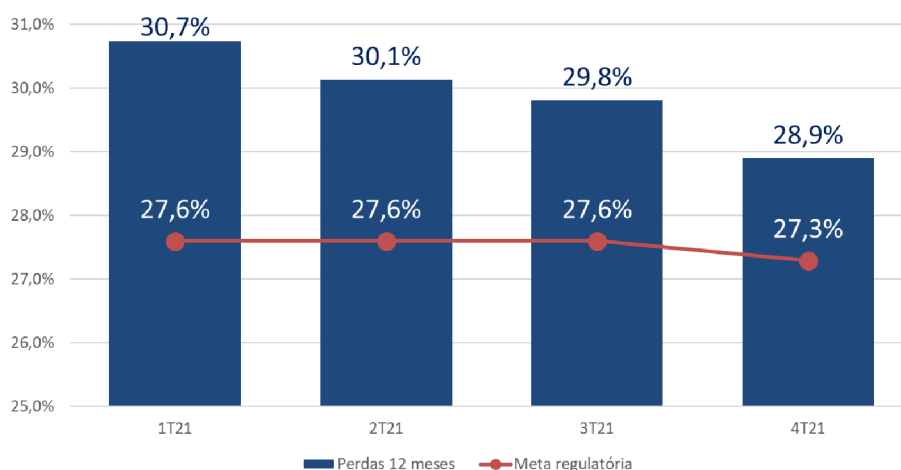
Hoje a Equatorial Maranhão possui 11,8 mil transformadores monitorados para fins de balanço energético, que correspondendo a 57% do seu mercado de baixa tensão, permitindo um direcionamento mais assertivo das suas operações.

Pará

Em 2021, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Pará alcançou o patamar de 13.311 GWh, aumento de 4,1% em relação a 2020, e o faturamento atingiu 9.452 GWh, o que representou aumento de 6,8% em relação a 2020. Deste modo, as perdas de energia registradas pela Companhia em 2020 totalizaram 3.859 GWh, equivalente a 28,9% da energia requerida, implicando em aumento de 2,7 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2020.

Perdas totais sobre energia requerida

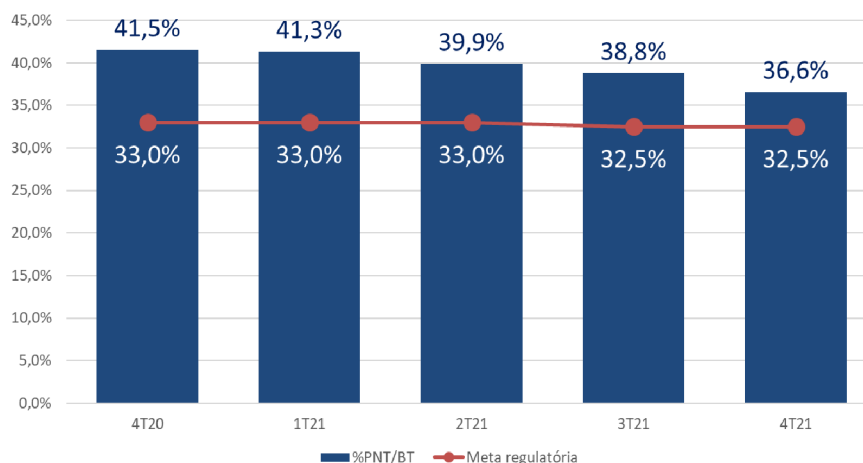
(últimos 12 meses)



Perdas não-técnicas sobre mercado de baixa tensão

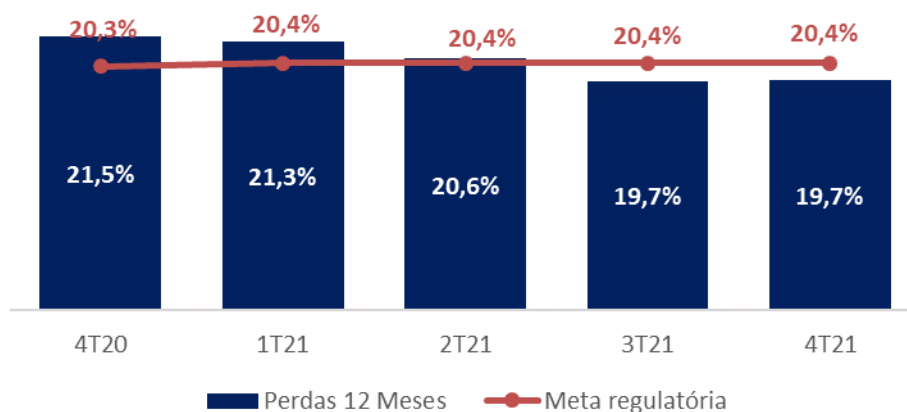
(Últimos 12 meses)

Notas Explicativas

Piauí

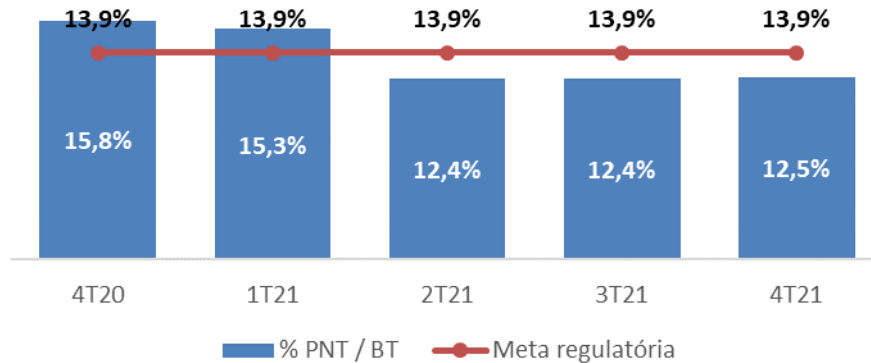
Em 2021, a quantidade de energia elétrica injetada no sistema da Equatorial Piauí alcançou o patamar de 5.119 GWh, aumento de 4,6% em relação a 2020, e o faturamento atingiu 4.111 GWh, o que representou aumento de 7,1% em relação a 2020. Deste modo, as perdas de energia registradas pela Companhia em 2021 totalizaram 1.008 GWh, equivalente a 19,7% da energia requerida, implicando em redução de 1,9 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2020.

Perdas totais sobre energia requerida
(últimos 12 meses)



Perdas não-técnicas sobre mercado de baixa tensão
(últimos 12 meses)

Notas Explicativas



O ano de 2021 foi marcado por grandes desafios. Ainda sofrendo reflexos da pandemia de COVID – 19, a Equatorial Piauí buscou retomar seus processos aos parâmetros anteriores aos da pandemia, sempre respeitando todos os protocolos de saúde definidos pelas autoridades competentes, e aplicando o padrão de excelência do Grupo Equatorial Energia nas ações operacionais.

Apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas em 2021:

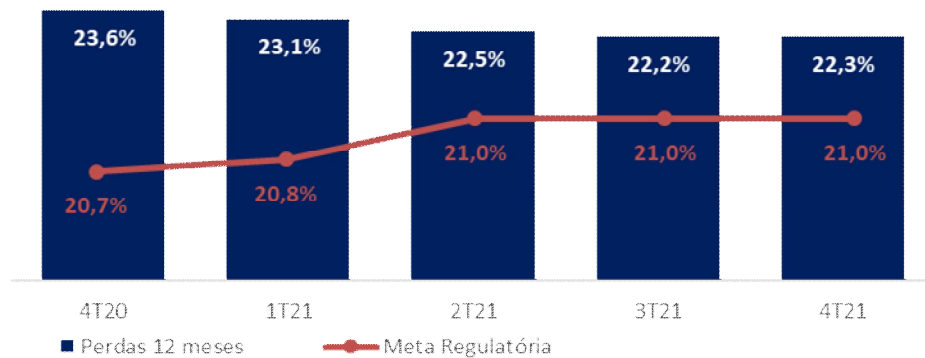
- Regularização de 1 mil clientes em área de gambiarra sendo necessária a realização de extensões de rede de média e baixa tensão;
- Inspeção de 2,5 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 61 municípios;
- Inspeção de 122,6 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 5,0 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;
- Regularização de 870 clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;
- Identificação e regularização de 41,7 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Instalação de 1.140 medições fiscais em transformadores de distribuição. Hoje a Equatorial Piauí possui 5,8 mil transformadores monitorados, que correspondem a 39% do mercado de baixa tensão.

Alagoas

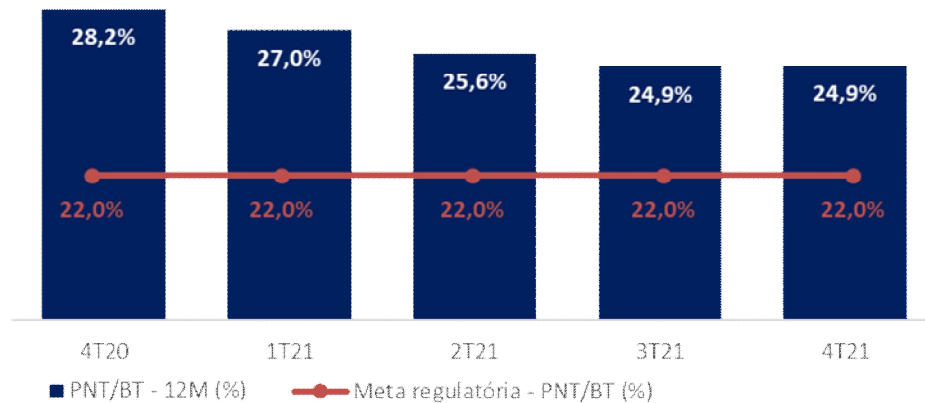
Em 2021, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Alagoas alcançou o patamar de 5.125 GWh, aumento de 1,6% em relação a 2020, e o faturamento atingiu 3.966 GWh, o que representou aumento de 3,4% em relação a 2020. Deste modo, as perdas de energia registradas pela Companhia em 2021 totalizaram 1.140 GWh, equivalente a 22,3% da energia requerida, implicando em redução de 1,3 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2020.

Perdas totais sobre energia requerida
(últimos 12 meses)

Notas Explicativas



Perdas não-técnicas sobre mercado de baixa tensão
(últimos 12 meses)



O ano de 2021 foi marcado por grandes desafios. Ainda sofrendo reflexos da pandemia de COVID – 19, a Equatorial Alagoas buscou retomar seus processos, buscando o alto nível, sempre respeitando todos os protocolos de saúde definidos pelas autoridades competentes, e aplicando o padrão de excelência do grupo Equatorial Energia nas ações operacionais.

Apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas em 2021:

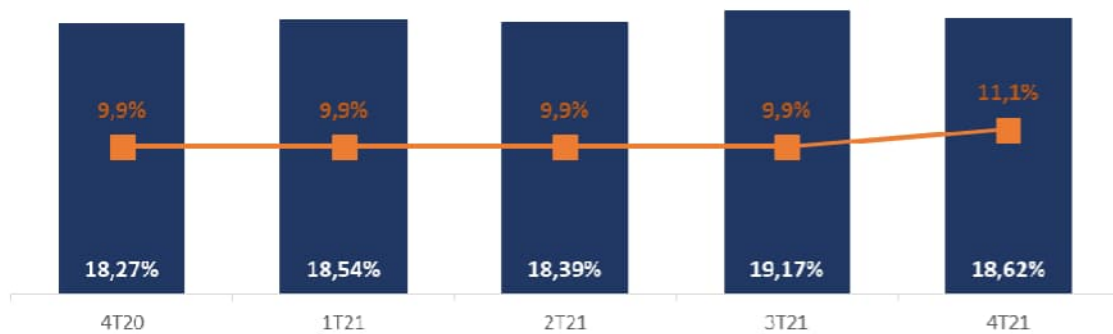
- Regularização de 517 clientes em área de gambiarra sendo necessária a realização de extensões de rede de média e baixa tensão;
- Inspeção de 3,9 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 44 municípios;
- Inspeção de 165,5 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 9,1 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;
- Regularização de 1.053 clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;
- Identificação e regularização de 58,5 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Substituição de 12 mil medidores que apresentaram problemas;
- Instalação de 2,2 mil medições fiscais em transformadores de distribuição, que correspondem a 65,17 % do mercado de baixa tensão.

Notas Explicativas

CEEE-D (Rio Grande do Sul)

Em 2021, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D alcançou o patamar de 9.657 GWh, aumento de 1,19% em relação a 2020, e o faturamento atingiu 7.859 GWh, o que representou incremento de 0,77% também em relação a 2020. Deste modo, as perdas de energia registradas pela Companhia em 2021 totalizaram 1.798 GWh, equivalente a 18,6% da energia requerida, implicando em aumento de 0,3 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2020.

Perdas totais sobre energia requerida
(últimos 12 meses)



Perdas não-técnicas sobre mercado de baixa tensão
(últimos 12 meses)



Na CEEE – D, a partir do mês de julho/2021, com o início das operações sob a gestão do Grupo Equatorial, foi intensificada a mudança de método de trabalho de combate a perdas, com foco na expansão das equipes dedicadas ao processo, treinamento e capacitação, além da aplicação de métodos de trabalho mais adequados a realidade desse tipo de operação.

Com base em um plano de trabalho específico voltado à redução de perdas, foram retomadas atividades que não estavam no escopo de atuação da empresa com a gestão anterior, a exemplo de recontagem do parque de iluminação pública dos municípios, substituição de medidores defeituosos, expansão de redes para atendimento a áreas de gambiarras.

Notas Explicativas



Um outro ponto que merece destaque foi a realização de diagnósticos detalhado, in loco, do perfil das áreas de atuação, definindo o método de trabalho por grau de criticidade, o que embasou, não só as ações desses primeiros meses de gestão Equatorial, mas o planejamento para o médio e longo prazo.

Apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas em 2021, as quais foram intensificadas a partir de julho/21, após o início da gestão da CEEE-D pelo grupo Equatorial:

- Ampliação em 100% do número de equipes dedicadas aos projetos de combate a perdas;
- Iniciou-se o processo de regularização das áreas de gambiarras com a realização de extensões de rede e a conexão dos primeiros 600 novos clientes;
- Retomada do cadastramento do parque de Iluminação Pública dos municípios da área de concessão, atividade não realizada pela empresa nos últimos anos, com atuação em 23 cidades;
- Inspeção de 76,4 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 25,3 mil clientes com deficiência ou fraude na medição em unidades em baixa tensão;
- Substituição de 5,3 mil medidores de unidades em baixa tensão que vinham sendo faturados pelo valor mínimo (custo de disponibilidade).

[?](#)

4.2 Qualidade DEC/FEC

Maranhão

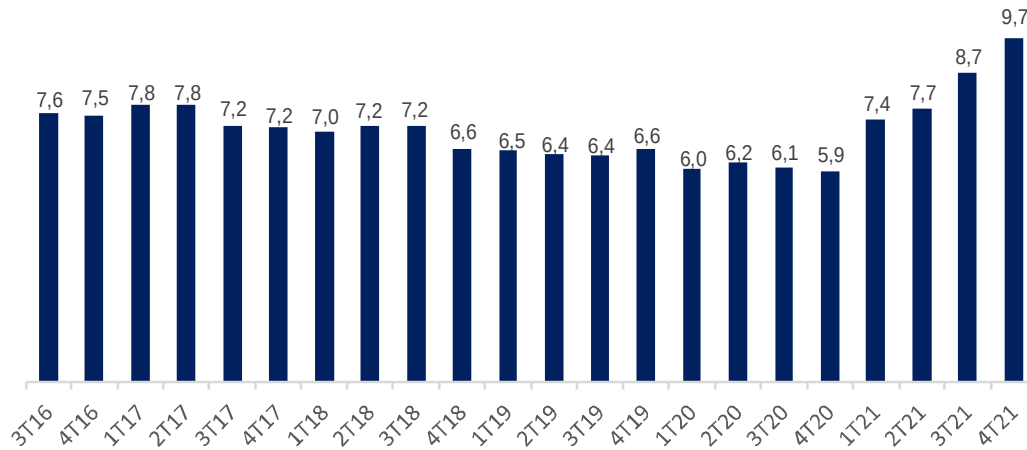
A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC apresentou um aumento de 118,15% em relação ao exercício anterior, o FEC apresentou um aumento de 64,17% em relação ao exercício anterior. Os resultados do Maranhão foram impactados pelos efeitos de eventos atípicos, sobretudo relacionados às supridoras, ocorridos no primeiro semestre, com destaque para a falha em linha de transmissão no mês de janeiro, que ocasionou a interrupção do fornecimento por aproximadamente 4,5 horas na região de São Luís e afetando mais de 550 mil clientes da distribuidora. Destacamos ainda que os incrementos estão relacionados ao maior volume de chuvas e vento, e consequentemente, o aumento do número de ocorrências por interferências de vegetação em áreas remotas e rurais.

Notas Explicativas



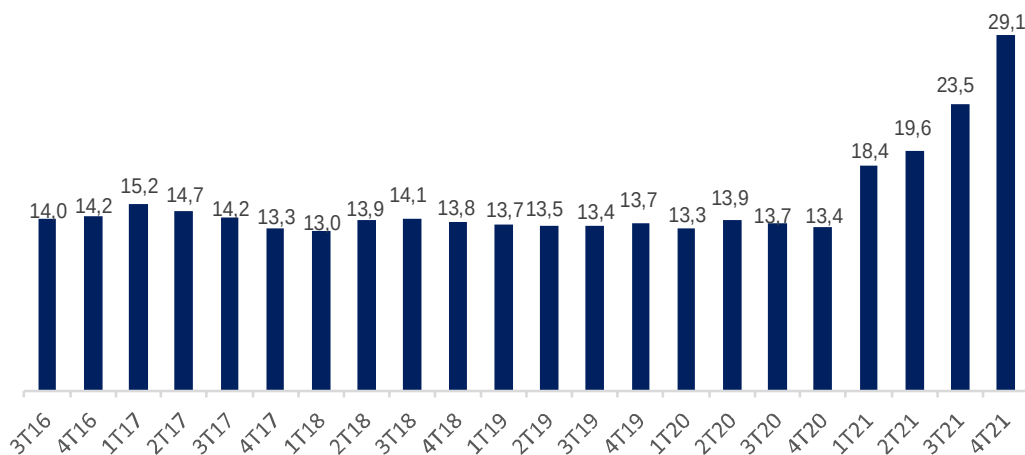
FEC

(horas / consumidor / ano) - 12 meses



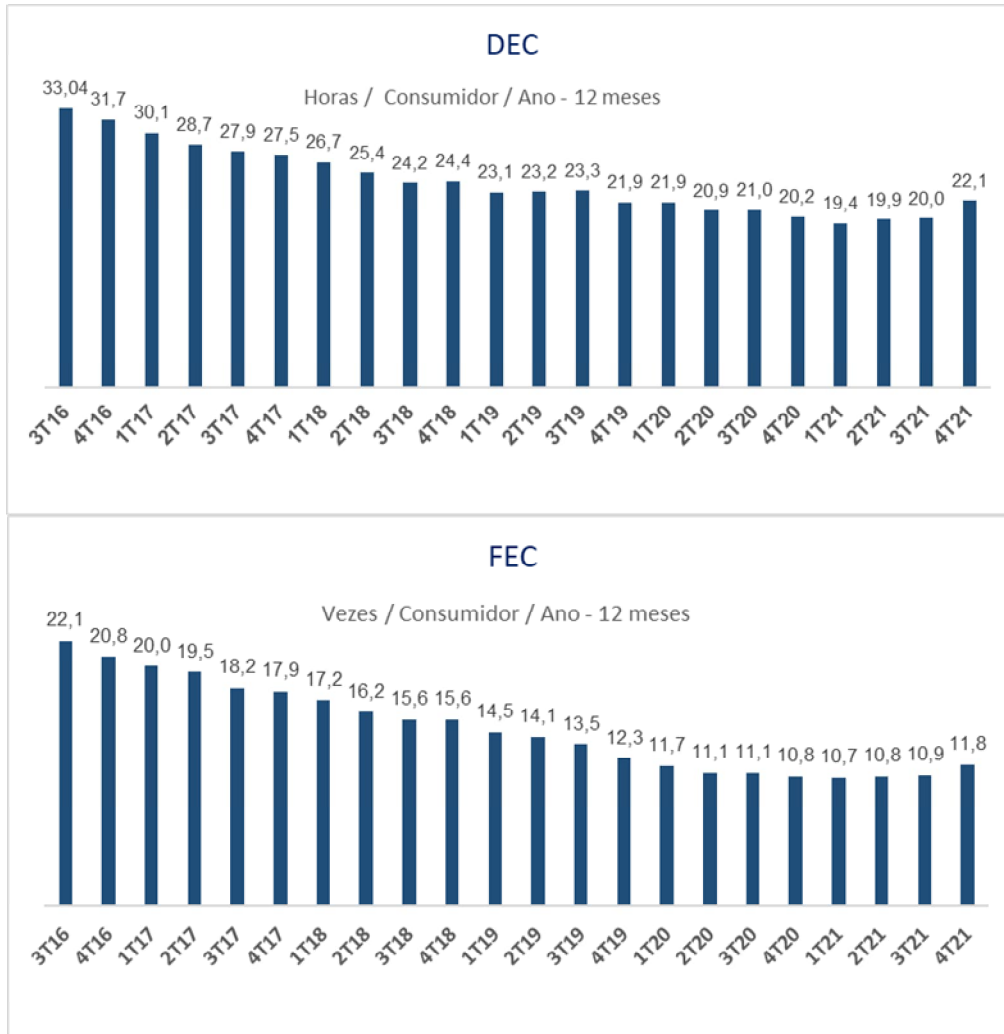
DEC

(horas / consumidor / ano) - 12 meses

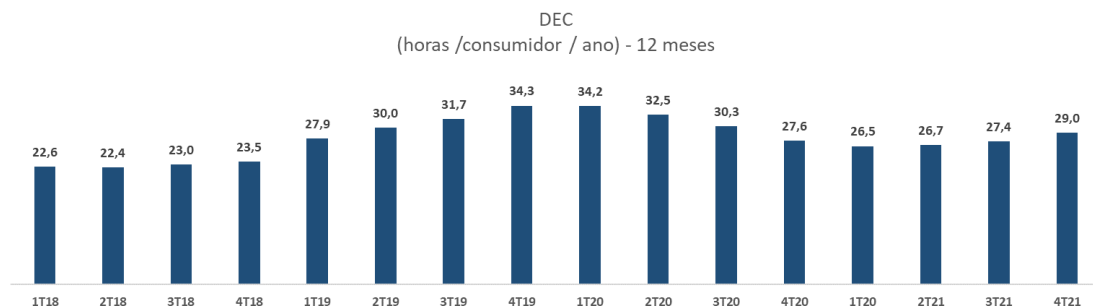
Pará

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC e FEC encerra o ano respectivamente em 22,1 horas e 11,8 vezes. Desta forma mantivemos o resultado abaixo da meta regulatória da ANEEL.

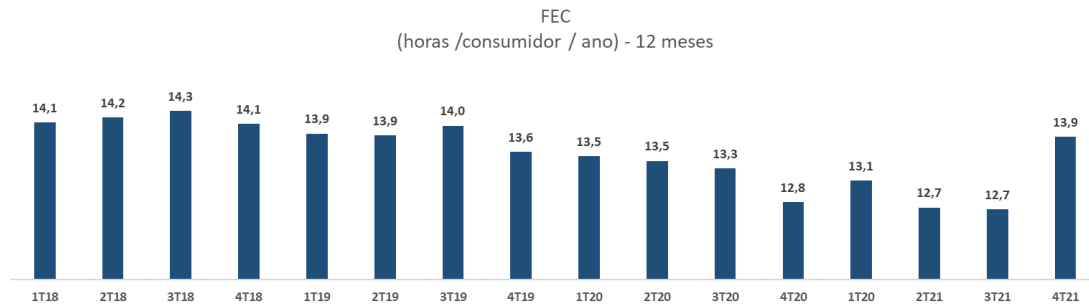
Notas Explicativas

Piauí

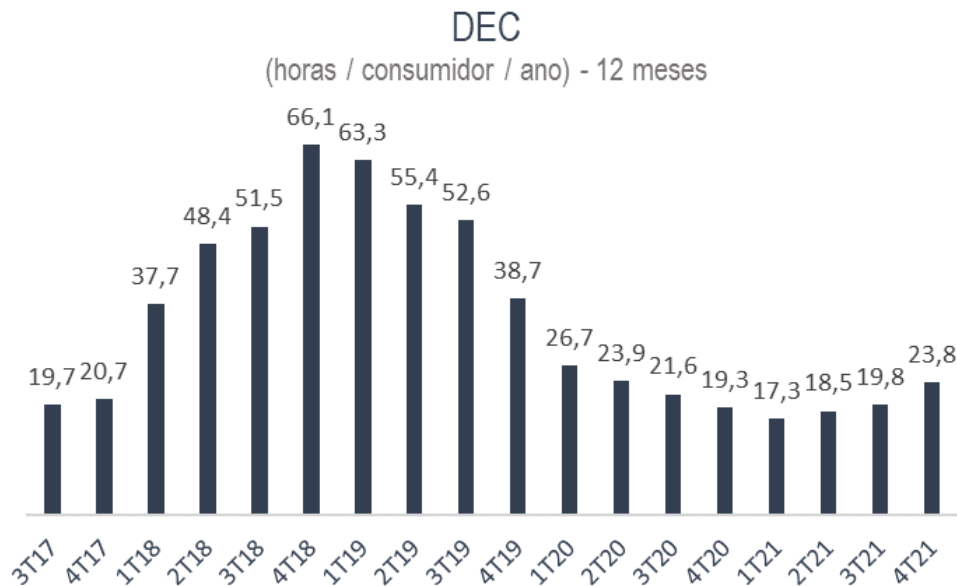
A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC apresentou um aumento de 5,33% em relação ao exercício anterior, o FEC apresentou um aumento de 8,45% em relação ao exercício anterior.



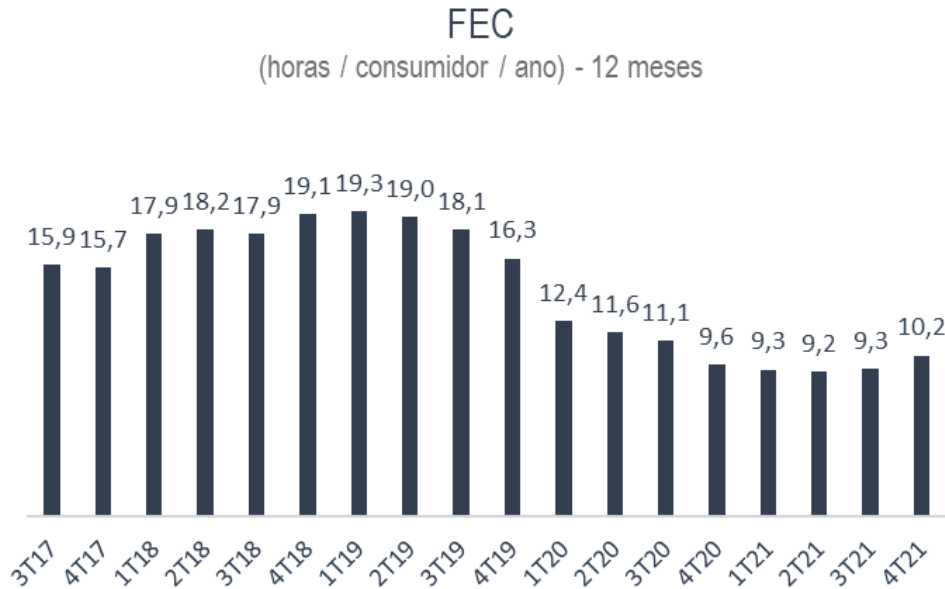
Notas Explicativas

Alagoas

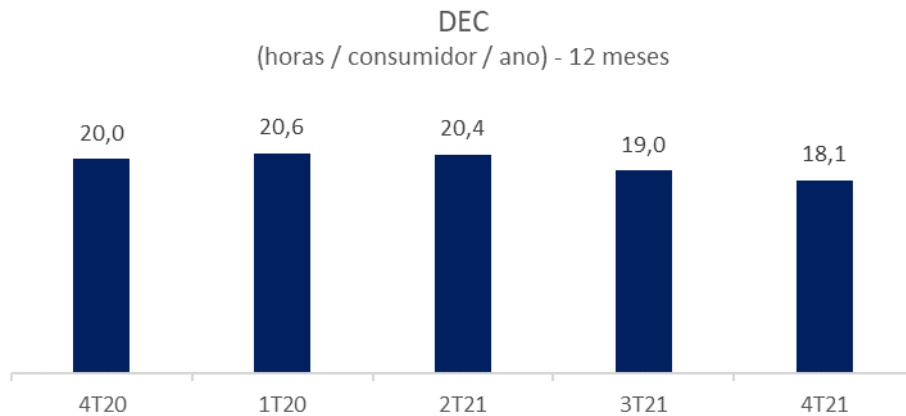
A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC apresentou um aumento de 23,3% em relação ao exercício anterior, o FEC apresentou um aumento de 6,2% em relação ao exercício anterior.



Notas Explicativas

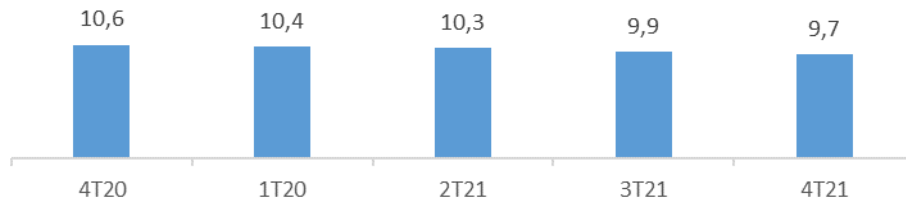
CEEE-D (Rio Grande do Sul)

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC apresentou uma redução de 9,5% em relação ao exercício anterior, o FEC apresentou uma redução de 8,5% em relação ao exercício anterior.



Notas Explicativas

FEC
(vezes / consumidor / ano) - 12 meses



05. Assuntos regulatórios

Reajuste Tarifário Anual 2021 – Equatorial Maranhão

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) através da Resolução Homologatória nº 2.925 /2021 a ANEEL homologou o resultado do 5º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Maranhão”) com definição das tarifas para o período de 28 de agosto de 2021 a 27 de agosto de 2022, com um reajuste de 2,79% (dois vírgula setenta e nove por cento positivo), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores do Estado do Maranhão.

Reajuste Tarifário Anual 2021 – Equatorial Pará

Em 3 de agosto de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.920/2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) homologou as tarifas da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Pará”) sendo em média, reajustadas em 9,01% (nove vírgula zero um), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da distribuidora para o período de 7 de agosto de 2021 a 6 de agosto de 2022.

Reajuste Tarifário Anual 2021 – Equatorial Piauí

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em Reunião de Diretoria pública extraordinária ocorrida em 30 de novembro de 2021, aprovou o resultado definitivo do Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Piauí”), considerando-se os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Companhia, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor será de 9,59%, sendo a nova tarifa aplicada para o período de 02 de dezembro de 2021 a 01 de dezembro de 2022.

Reajuste Tarifário Anual 2021 – Equatorial Alagoas

Em 27 de abril de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.862/2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) homologou as tarifas da Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Alagoas”) sendo em média, reajustadas em 8,62% (oito vírgula sessenta e dois por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da distribuidora para o período de 3 de maio de 2021 a 2 de maio de 2022.

Notas Explicativas**Reajuste Tarifário Anual 2021 – CEEE-D**

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) através da Resolução Homologatória nº 2.972 /2021 a ANEEL homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica de 2021 da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, para o período de 22 de novembro de 2021 a 21 de novembro de 2022, sendo reajustadas as tarifas em média de 14,62% (quatorze vírgula sessenta e dois por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da área de concessão da EQTL CEEE-D.

06. Relatório de ações sociaisEquatorial Maranhão

Energia é um serviço essencial para as pessoas, este fato é inegável, o diferencial está em como esse serviço é oferecido. Além de primar pela qualidade deste produto, a Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia oferece informação, desenvolvimento e cidadania por meio de suas ações e projetos e com pessoas engajadas. Desde o leiturista até o presidente, todos temos um compromisso com o desenvolvimento do nosso Estado.

Nossos colaboradores estão empenhados em identificar o que é importante para a comunidade/sociedade e trabalha para levar mais do que o esperado. Vamos além de entregar energia elétrica com qualidade. Nossas ações refletem a estratégia de responsabilidade social empresarial da Equatorial Maranhão. O nosso compromisso é com a qualidade de vida das pessoas, contribuindo com uma transformação estrutural do Maranhão e primando pela nossa missão que é distribuir energia com qualidade para assegurar o desenvolvimento do Maranhão.

Em 2021 executamos:

- 12 projetos esportivos por meio por meio da Lei de Incentivo Estadual ao Esporte
- 25 projetos culturais por meio da Lei de Incentivo Estadual à Cultura
- 2.582 geladeiras distribuídas no E+ Geladeira Nova
- Lâmpadas trocadas no E+ Comunidade
- 228.000 novas famílias cadastradas na tarifa social baixa renda
- 4,7 milhões de toneladas de resíduos no E+Reciclagem
- Cerca de R\$ 240.000,00 em bônus no E+Reciclagem
- Cerca de R\$ 63.000,00 em bônus para instituições sociais por meio do E+Reciclagem
- 2.733 novos clientes cadastrados no E+Reciclagem
- 20 postos de coleta no E+Reciclagem
- 4 municípios com postos E+Reciclagem
- 151 palestras sobre economia de energia por meio do E+Educação
- 15 cursos de qualificação profissional realizados por meio do E+Profissional
- 185 alunos formados por meio do E+Profissional
- 2 projetos finalizados no E+Energia do Bem
- 88 equipamentos trocados por meio do E+Energia do Bem
- 623 lâmpadas trocadas por meio do E+Energia do Bem
- 2 sistemas de energia solar fotovoltaicas instalados por meio do E+Energia do Bem
- Incentivo à Mobilidade Elétrica e redução da emissão de carbono no meio ambiente
- Instalação do 1º eletroposto do Maranhão entregue por meio do E+Mobilidade
- 10 bicicletas elétricas disponíveis para população por meio do E+Mobilidade
- 1 veículo elétrico doado para fiscalização de parques estaduais, da Capital, por meio do E+Mobilidade
- 2 veículos elétricos adicionados à frota da Equatorial por meio do E+Mobilidade

Totalizando aproximadamente 1 milhão de pessoas alcançadas pelos projetos da Equatorial Maranhão

Entre os programas sociais em que a Equatorial Maranhão está envolvida, destacam-se:

Notas Explicativas



E+ ESPORTE e E+CULTURA

Desde 2012 a Equatorial Maranhão patrocina projetos por meio das Leis de Incentivo à Cultura e ao Esporte. Inicialmente esse era um processo mais reativo, éramos procurados pelos proponentes e firmava-se um compromisso. A partir de 2014 iniciamos a política de editais e passamos a receber um número maior de projetos e assim, conhecer uma gama de projetos que antes não chegavam ao nosso conhecimento. Gradualmente esse número aumenta. Entretanto em 2020 e 2021, por causa da pandemia que assolou o mundo optamos por não realizar o edital porque não tínhamos ambiência para realizá-lo.

Em 2021 a Equatorial Maranhão patrocinou 37 projetos, sendo 25 projetos culturais e 12 projetos esportivos. Destacamos entre os projetos esportivos o apoio ao Sampaio Basquete, time que representa o Maranhão na Liga de Basquete Feminino, Ações Esportivas do Jaracaty, que oferece aulas de judô, tênis de mesa e futsal para mais de 150 crianças e adolescentes. A Equatorial Maranhão acredita no poder de transformação por meio do esporte e por isso investir em projetos que tragam novas perspectivas a crianças e adolescentes tem sido uma das prioridades da Companhia. Assim patrocinamos diversas iniciativas que buscam a inclusão de pessoas com deficiência por meio do esporte, a exemplo da Copa de Basquete em cadeira de rodas, cedemac, Davi Hermes e Equipando guerreiros.

Na área cultural a Equatorial Maranhão se reconhece e se identifica cada vez como uma empresa que apoia e valoriza a cultura local. Ao longo desse ano 2021, apesar do cenário de pandemia, respeitando os protocolos de segurança, foram realizados festivais de música, estímulo aos artistas locais com teatro, música, publicações. Primamos pela valorização da cultura local sempre e é parte do nosso empenho em levar para o nosso cliente mais do que energia com qualidade, mas também acesso ao que temos de mais rico no Estado, nossa cultura popular.

E+ ENERGIA VOLUNTÁRIA

O programa de voluntariado, E+Energia Voluntária, foi retomado após mais de 1 ano sem que suas atividades fossem realizadas pelos protocolos de segurança impostos pela pandemia. Em 2021 realizamos ações de Natal em todas as regionais, em parceria com o Papai Noel dos Correios e com a comunidade quilombola de Santana, no município de São José de Ribamar e com a Casa de Apoio da Fundação Antônio Dino (gestora do hospital Aldenora Belo). Tivemos um engajamento de mais de 300 pessoas com adoção de cartinhas que foram escritas por crianças para o bom velhinho e adotadas por nossos colaboradores.

E+ PROFISSIONAL

Em 2021 retomamos o programa de qualificação profissional com o E+ Profissional, que tem como objetivo promover, de forma totalmente gratuita, cursos de formação e qualificação, para clientes cadastrados na tarifa social de energia elétrica, contribuindo assim para que mais pessoas estejam preparadas e tenham mais oportunidades no mercado de trabalho ou ainda montar pequenos negócios oferecendo seus serviços. Por meio do E+ profissional atendemos mais de 180 pessoas em 5 municípios.

E+ RECICLAGEM

O programa E+Reciclagem recebeu mais de 4 milhões de toneladas de resíduos em 2021. Isso representa 755 mil árvores não cortadas; economia de 2,1 bilhões de litros de água, mais de 351 mil kg de carvão; 94 mil toneladas de carbono deixaram de ser lançados no ar, e ainda 143 mil MWh de energia economizadas, energia suficiente para abastecer 280 mil residências por um mês. Os resíduos deixados no E+Reciclagem geraram ainda, mais de R\$ 240 mil em descontos nas faturas de energia dos clientes e instituições sociais.

Equatorial Pará

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde ("OMS"), relacionada ao novo Coronavírus ("COVID-19") que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a empresa informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando a

Notas Explicativas



minimização de eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança do colaboradores, familiares, parceiros e comunidades

Mesmo com as dificuldades impostas pela pandemia, no ano de 2021 a Equatorial Pará continuou com as várias ações nas comunidades do Estado, desenvolvendo e melhorando projetos, como: Cadastro de consumidores na tarifa social (baixa renda), palestras educativas nas comunidades, mutirões e feiras em parceria com as mais diversas instituições do ESTADO, realizando acordos de parcelamento, trocas de titularidade dentre outros.

A Equatorial tem projetos sociais que buscam proporcionar benefícios para a comunidade, dos quais, destacam-se:

Arrecadação de recursos para organizações sociais.

A fatura de energia é utilizada como meio de aumentar a receita de entidades de Assistência Social, como UNICEF, Federação das APAES e outras com o mesmo fim. Destaque para parcerias com o Remo e Paysandu, onde passamos a fomentar o esporte localmente. Ao optar por essa contribuição, o cliente poderá fazer sua doação por meio da fatura de energia. Os recursos arrecadados são aplicados em ações para melhorar as condições de vida de crianças e adolescentes de todo o Estado.

E+ Comunidade

Para estar cada vez mais próxima de seus clientes, a Equatorial Pará promove projetos como este, que permitem estreitar o relacionamento e criar condições para melhor atendê-los. Pelo projeto, a empresa também fomenta o diálogo sustentável com a comunidade, tendo como objetivo principal formar uma consciência sobre o uso seguro e sustentável da energia elétrica, de modo a estimular hábitos mais econômicos e eficientes desse serviço essencial. Por meio do Energia na Comunidade, a equipe da empresa realiza atendimento, levando às comunidades serviços como: segunda via de conta, negociação de débito, troca de titularidade e cadastro na tarifa social de energia elétrica, por meio de um contato personalizado e aproximativo.

Equatorial Piauí

A Equatorial Piauí se destacou pelas várias ações de Eficiência Energética.

Programa Tarifa Social de Energia Elétrica: Por meio do Programa Tarifa Social de Energia Elétrica, também conhecido como Baixa Renda, famílias de baixa renda, recebem da empresa descontos na conta de luz. São elegíveis para o programa, famílias com renda de até meio salário mínimo por pessoa, inscritas no Cadastro Único, bem como famílias com integrantes que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outras situações previstas em regulamento da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O benefício é válido para unidades consumidoras, exclusivamente residenciais, monofásicas, bifásicas ou trifásicas. Cada Código Familiar, atendendo os requisitos exigidos, tem direito ao benefício da Tarifa Social em apenas uma unidade consumidora, na área de concessão da Equatorial Piauí. Os descontos são aplicados de forma cumulativa sobre cada parcela do consumo mensal de energia, por meio de descontos incidentes sobre a tarifa aplicável à classe residencial das distribuidoras de energia elétrica.

De modo a incentivar a adimplência de seus clientes, a Equatorial Piauí realizou campanhas, parcerias e ações de aproximação com a sociedade. Buscando uma maior proximidade com a comunidade, a empresa realizou ações de atendimento in loco para a realização de cadastro da tarifa social.

Notas Explicativas



Em 2021, o Piauí atingiu mais de 520 mil famílias assistidas pela TSEE em todos os 224 municípios do estado. Os números representaram uma economia total para os beneficiados de aproximadamente R\$ 184 milhões, possibilitando que esse recurso fosse investido em outras necessidades, movimentando a economia local de cada município.

LEI DE INCENTIVO À CULTURA

Em 2021, por meio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, a Equatorial Piauí investiu aproximadamente R\$ 5 milhões no patrocínio de 69 projetos selecionados pelo Sistema Estadual de Incentivo à Cultura (SIEC), dos mais variados segmentos: música, teatro, dança, humor, cinema, literatura, artes plásticas, patrimônio histórico, artístico e ambiental. A escolha dos proponentes patrocinados foi definida a partir da perspectiva de criação de uma agenda positiva de contribuição aos artistas e entretenimento no contexto de pandemia, contemplando projetos de norte a sul do Piauí.

E+ RECICLAGEM

O ano de 2021 marcou um ano da chegada do E+ Reciclagem no Piauí. Nesse período, o programa distribuiu mais 18 mil reais em bônus e já coletou mais de 80 toneladas em resíduos sólidos, representando cerca de 152 toneladas de dióxido de carbono (CO²) que deixaram de ser emitidos na atmosfera.

DOAÇÕES PANDEMIA

Igualmente como ocorreu em 2020, em 2021 a Equatorial Piauí fez a doação de milhares de cestas básicas para famílias diretamente impactadas economicamente pela pandemia e para vítimas das enchentes. Foram mais de 31 toneladas de alimentos doados, distribuídos em municípios das três regionais do estado – Norte, Metropolitana e Sul.

Equatorial Alagoas

A Equatorial Alagoas se destacou pelas várias ações de Eficiência Energética.

Em 2021, por meio da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) com a realização de mutirões para inscrições nos municípios alagoanos, a Distribuidora alcançou a marca de 400 mil clientes beneficiados.

E+Geladeira Nova, E+Luzes na Cidade e E+Energia do Bem

O programa E+Geladeira Nova, viajou os quatros cantos do Estado realizando a troca de 1.768 geladeiras.

As ações E+Luzes na Cidade, E+Energia do Bem e E+Comunidade realizaram a substituição gratuita de mais de 22 mil lâmpadas incandescentes, fluorescentes e de iluminação pública, por lâmpadas de LED em instituições filantrópicas, como a Associação dos Pais e Amigos dos Leucêmicos de Alagoas (APALA) e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). As entidades foram beneficiadas com a instalação de sistema solar fotovoltaico e troca de aparelhos ar-condicionado com tecnologia inverter.

Projeto Nossa Energia

Em 2021, a Equatorial Alagoas lançou o projeto Nossa Energia, que visa implantar a tecnologia de medição centralizada beneficiando famílias em situação de vulnerabilidade social com a oferta de cursos profissionalizantes gratuitos aos clientes atendidos pelo projeto em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), além da distribuição de duas mil cestas básicas.

E+Educação

Com o programa E+Educação, realizamos diversas palestras em escolas e associações impactando mais de duas mil pessoas com dicas de como otimizar o consumo e evitar desperdícios de energia.

Convênio de Doação na fatura

Notas Explicativas



Continuamos incentivando doações voluntárias na fatura de energia, em benefício de entidades como a Pastoral da Criança e Legião da Boa Vontade (LBV).

Convênio de Doação na fatura: A Equatorial Alagoas possui Convênios de doação voluntária na fatura de energia, com a Pastoral da Criança, Legião da Boa Vontade (LBV) e Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Dessa forma, os clientes da empresa podem optar por fazer doações de valores pré-fixados para as instituições, contribuindo com o aumento de receita para essas Entidades de Assistência Social. Em 2018 foi repassado às instituições conveniadas, contribuindo para o fortalecimento da instituição.

Projetos de Eficiência Energética

Projeto E + Geladeira Nova:

É oferecido a comunidade a oportunidade de trocar sua geladeira antiga por uma nova, que consome menos energia. Alguns resultados:

Público atendido: 5.695 famílias atendidas diretamente.

Média de economia por cliente: 584 kWh/ano o que em real equivale a aproximadamente R\$ 463,47.

Considerando que o consumo médio da população residencial em Alagoas é de 114,705 kwh/mês, com a energia economizada através dos Projetos de Eficiência Energética em 2020, daria para energizar a residência de cerca de 5.250 famílias.

CEEE-D

Alinhados a Política de Sustentabilidade do Grupo Equatorial Energia e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D iniciou em 2021 várias iniciativas para aprimoramento do seu papel social. Mesmo ainda em estágio inicial, implantamos programas focados na cultura, orientação a comunidade, inclusão e desenvolvimento social.

Balizados pela Plataforma E+, que orienta as iniciativas de Investimento Social do Grupo Equatorial, iniciamos um trabalho de proximidade com as comunidades da nossa concessão com ações de distribuição de lâmpadas, sensibilizando sobre o uso consciente da energia elétrica e ações direcionadas sobre Segurança.

Entre os programas sociais em que a CEEE Grupo Equatorial está envolvida, destacam-se:

E+CULTURA

Em 2021 a CEEE Grupo Equatorial, realizou seu primeiro patrocínio, via Lei de Incentivo Estadual à Cultura: a 67ª Feira do Livro de Porto Alegre, um tradicional e importante evento para a comunidade, ocorrido de 29 de outubro a 15 de novembro de 2021. A Feira contou com 56 bancas onde foram negociadas 149,6 mil unidades de livros, o que representou cerca de R\$ 3 milhões. O evento gerou 230 empregos nas barracas (entre fixos e temporários), sendo 126 mulheres, 101 homens e 1 não-binário. A equipe envolvida na produção da Feira do Livro foi composta por 45 pessoas (40% homens e 60% mulheres). Realizado de forma híbrida, contou com 33 lives acompanhadas por mais de 1,3 mil pessoas ao vivo, e diversas visualizações pós-evento.

E+ ENERGIA VOLUNTÁRIA

Foram realizadas duas ações de voluntariado que contaram com a participação de mais de 50 empregados:

- Adoção de 61 cartas em parceria com o Papai Noel dos Correios (Porto Alegre), através das quais foram doados materiais escolares, roupas, brinquedos, entre outros;
- Doação de 61 cestas básicas para o Banco de Alimentos de Porto Alegre.

E+ COMUNIDADE

O Tarifa Baixa Renda, é um dos principais programas sociais do país. Criado pelo Governo Federal para famílias de baixa renda, o programa oferece descontos na conta de energia que podem chegar a até 65% em relação à classe

Notas Explicativas



residencial normal. A CEEE Grupo Equatorial aumentou em 40% o número de clientes com benefício à Tarifa Social de Energia Elétrica: foram 23.134 novas famílias cadastradas na tarifa social baixa renda no ano de 2021 e, ainda, 222 novas famílias cadastradas na tarifa rural.

E+ SEGURANÇA

Sabemos da importância da energia elétrica, um bem tão essencial na vida de milhões de pessoas e que leva desenvolvimento para diversos cantos do mundo. Mas tão importante quanto os benefícios gerados pela eletricidade é saber como usá-la de forma segura. Para que conscientizássemos a população dos perigos que nosso produto pode esconder, levamos ações para as pessoas para que recebam informações claras e diretas. Exemplo disso foi a Campanha de Comunicação e esclarecimentos publicitária com um personagem conhecido do nosso estado: o Guri de Uruguiana com dicas de segurança e economia para o verão, principalmente.

PROJETO LUZES NA CIDADE

Primeiro projeto de eficiência energética em iluminação pública, E+ Luzes na Cidade, foi realizado na cidade de Caráá, seguida de Tramandaí. O projeto consistiu na troca de todas as lâmpadas de iluminação pública da cidade.

07. Desempenho Econômico-Financeiro

8.1.1 Receita Líquida

Em relação à Receita Líquida, o total registrado no ano foi de R\$ 24,241 bilhões, 35,5% superior a obtida no ano anterior.

Notas Explicativas



8.1.2 Custos e Despesas Operacionais

No ano de 2021, o total de custos e despesas gerenciáveis e não gerenciáveis, excluindo depreciação e amortização, foi de R\$ 18,366 bilhões, equivalentes a 49,1% de crescimento.

8.1.3 EBITDA

Em 2021, o EBITDA atingiu R\$ 5,875 bilhões, 5,4% maior que o valor registrado no ano anterior que foi de R\$ 5,576 bilhões.

8.1.4 Resultado Financeiro

Em 2021, o resultado financeiro líquido (consolidado) foi negativo em R\$ 818 milhões, comparado ao resultado financeiro líquido de R\$ 424 milhões, registrado no ano de 2020.

8.1.5 Lucro Líquido

Em 2021, a Companhia alcançou Lucro Líquido de R\$ 4,303 bilhões, crescimento de 25% em relação ao ano anterior e lucro proporcional de R\$ 3,694 bilhões, crescimento de 24%.

Notas Explicativas



08. Investimentos

Investimentos (R\$MM)	2020	2021	Var. %
Maranhão			
Ativos elétricos	446	453	1,5%
Obrigações especiais	45	36	-19,8%
Ativos não elétricos	70	55	-20,7%
Total	561	544	-3,0%
Pará			
Ativos elétricos	428	887	107,5%
Obrigações especiais	186	210	13,1%
Ativos não elétricos	67	44	-34,9%
Total	681	1.141	67,7%
Piauí			
Ativos elétricos	289	338	16,7%
Obrigações especiais	63	55	-13,3%
Ativos não elétricos	51	45	-11,1%
Total	403	438	8,5%
Alagoas			
Ativos elétricos	168	262	55,8%
Obrigações especiais	-	-	N/A
Ativos não elétricos	30	32	7,3%
Total	198	294	48,5%
Rio Grande do Sul			
Ativos elétricos	-	121	N/A
Obrigações especiais	-	1	N/A
Ativos não elétricos	-	2	N/A
Total	-	125	N/A
Amapá			
Ativos elétricos	-	-	N/A
Obrigações especiais	-	-	N/A
Ativos não elétricos	-	-	N/A
Total	-	-	N/A
Total Equatorial Distribuição	1.843	2.542	37,9%
Geramar			
Geração	4	4	2,8%
Equatorial Transmissão			
Projeto	1.028	331	-67,8%
Intesa	33	7	-79,8%
Total Equatorial	2.908	2.884	-0,8%

Os investimentos do Grupo somaram R\$2,9 bi no exercício 2021, o que apresentou uma queda de 0,8% em relação ao exercício de 2020. Essa redução está concentrada no segmento de transmissão, uma vez que a maioria das SPes entraram em operação ao final de 2020.

DISTRIBUIÇÃO

Notas Explicativas



Nas distribuidoras Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas e CEEE-D temos a abertura a seguir:

Equatorial Maranhão

9.1.1 Investimentos Próprios

Os investimentos da Equatorial Maranhão, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$507 milhões em 2021, diminuição de 3% em relação a 2020. Tais investimentos são principalmente focados em expansão e melhoria da rede de distribuição, tendo em vista o contínuo crescimento na demanda de energia do Estado.

9.1.2 Investimentos no Programa Luz Para Todos

Lançado em 2004 pelo Governo Federal, o “Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos” (PLPT) tem como objetivo levar energia elétrica para a população do meio rural, de modo a estimular o desenvolvimento socioeconômico destas regiões que, geralmente, apresentam baixo desempenho no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

A Equatorial Maranhão desempenha o papel de agente executor do Programa no Maranhão. O Estado está inserido entre os 3 maiores programas do país, representando mais de 10% de todo o volume de ligações executadas pelo Programa Luz para Todos no Brasil. Para atingir suas metas, a Companhia estruturou sólidas parcerias comerciais com contratação de mão-de-obra terceirizada, que envolvem mais de 16 empresas de engenharia e mais de 480 pessoas direta e indiretamente.

Em 31 de dezembro de 2021, a Equatorial Maranhão alcançou a marca histórica de 366,7 mil famílias ligadas à rede de distribuição de energia elétrica através do PLPT, gerando um benefício direto para aproximadamente 1,83 milhão de habitantes. O PLPT já está presente em 100% dos 217 Municípios maranhenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais e para a geração de renda nestas localidades. Durante o ano de 2021, o investimento direto no PLPT, que inclui gastos com materiais e serviços de terceiros, foi de R\$ 36 milhões.

Equatorial Pará

9.2.1 Investimentos Próprios

Os investimentos da EQTL PA, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$660 milhões em 2021, aumento de 39% em relação a 2020 por conta das obras do MLA. Os investimentos concentraram em Expansão e Melhoria de Rede.

9.1.2 Investimentos no Programa Luz Para Todos e Mais Luz Para Amazônia (MLA)

Ao final de 2021, a Equatorial Pará alcançou a marca histórica 456.710 clientes ligados à rede de distribuição de energia elétrica através do PLPT, gerando um benefício direto para aproximadamente 2,28 milhões de habitantes. O PLPT já está presente em 99% dos 144 municípios paraenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais e para a geração de renda nestas localidades. Durante o 4T21, o investimento direto no PLPT, que inclui gastos com materiais e serviços de terceiros, foi de R\$ 42,5 milhões.

Em 31 de dezembro de 2021, a Equatorial Pará alcançou a marca de 2.783 clientes ligados por sistemas de geração remota através do MLA, gerando um benefício direto para aproximadamente 13.915 mil habitantes. O MLA já está presente em 4 dos 144 Municípios paraenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais e para a geração de renda nestas localidades. Durante o ano de 2021, o investimento direto no MLA, que inclui gastos contábeis com materiais e serviços de terceiros, foi de R\$ 85 milhões.

Ao final de 2021, a Equatorial Pará alcançou a marca de 2.783 clientes ligados por sistemas de geração remota através do MLA, gerando um benefício direto para aproximadamente 13.915 mil habitantes. O MLA já está presente em 4 dos 144 municípios paraenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais

Notas Explicativas



e para a geração de renda nestas localidades. Durante o 4T21, o investimento direto no MLA, que inclui gastos com materiais e serviços de terceiros, foi de R\$ 68,6 milhões

Equatorial Piauí

9.2.1 Investimentos

Em 2021, os investimentos da EQTL PI, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$ 383 milhões, direcionados principalmente a manutenção e expansão da rede de distribuição de energia. Já os investimentos do Programa Luz Para Todos somaram R\$ 55 milhões.

Investimentos no Programa Luz Para Todos

Ao final de 2021, a Equatorial Piauí alcançou a marca histórica de 172.167 clientes ligados à rede de distribuição de energia elétrica através do PLPT, gerando um benefício direto para aproximadamente 860,8 mil habitantes. O PLPT já está presente em 100% dos 224 municípios piauienses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais e para a geração de renda nestas localidades. Durante o 4T21, o investimento direto no PLPT, que inclui gastos com materiais e serviços de terceiros, foi de R\$ 17,2 milhões.

Equatorial Alagoas

9.2.1 Investimentos

Em 2021, os investimentos da Equatorial Alagoas Distribuidora, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$ 294 milhões, um aumento de 48,5%, direcionados principalmente a manutenção e expansão da rede de distribuição de energia.

CEEE-D

9.2.1 Investimentos

Os investimentos diretos da CEEE-D totalizaram R\$106 milhões em 2021 e os investimentos indiretos e sua respectiva revisão no ciclo tarifário foram de R\$324 milhões, totalizando R\$430 milhões que representou um aumento de 183% em relação a 2020.

TRANSMISSÃO

PROJETOS

Os investimentos totais nas SPE'S em 2021 foram de R\$ 311 Milhões, redução de 307% em relação ao ano anterior, devido a finalização e energização de todas as SPE'S. Todas as SPE'S já encontram-se operacionais.

SPE 01 – Lote 08

Os investimentos em 2021 totalizaram R\$ 12,4 Milhões, redução de 271% em relação ao ano anterior. A negociação fundiária foi concluída em dezembro de 2019, e recebemos do IBAMA a Licença de Operação (LO) também em dezembro de 2019, com validade de 6 (seis) anos. As obras foram concluídas e energizadas em 01 de maio de 2020, e desde a presente data já estamos recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) disposta no contrato de concessão.

SPE 02 – Lote 09

Os investimentos em 2021 totalizaram R\$ 9,8 Milhões, redução de 419% em relação ao ano anterior.

Notas Explicativas



A negociação fundiária foi concluída em dezembro de 2019, e recebemos do IBAMA a Licença de Operação (LO) também em dezembro de 2019, com validade de 6 (seis) anos.

As obras foram concluídas e energizadas em 22 de janeiro de 2020, e desde a presente data já estamos recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) disposta no contrato de concessão.

SPE 03 – Lote 12

Os investimentos em 2021 totalizaram R\$ 61,2 Milhões, redução de 158% em relação ao ano anterior.

As negociações fundiárias foram concluídas em setembro de 2020 e recebemos do IBAMA a Licença de Operação (LO) em dezembro de 2020, com validade de 10 (dez) anos.

As obras da SPE 3 foram iniciadas em maio de 2019 e entraram em operação comercial em 26 de maio de 2021, completando 100% de ativos em Operação Comercial.

SPE 04 – Lote 14

Os investimentos em 2021 totalizaram R\$ 40,6 Milhões, redução de 582% em relação ao ano anterior.

As negociações fundiárias foram concluídas em março de 2020, e recebemos do IBAMA a Licença de Operação (LO) em novembro de 2019, com validade de 10 (dez) anos.

As obras foram concluídas e energizadas em 05 de novembro de 2020, e desde a presente data já estamos recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) disposta no contrato de concessão.

SPE 05 – Lote 15

Os investimentos em 2021 totalizaram R\$ 67,1 Milhões, redução de 116% em relação ao ano anterior.

As negociações fundiárias foram concluídas em março de 2020, e recebemos do IBAMA a Licença de Operação (LO) em dezembro de 2020, com validade de 10 (dez) anos.

As obras foram concluídas e energizadas em 23 de dezembro de 2020, e desde a presente data já estamos recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) disposta no contrato de concessão.

SPE 06 – Lote 16

Os investimentos em 2021 totalizaram R\$ 63,7 Milhões, redução de 332% em relação ao ano anterior.

As negociações fundiárias foram concluídas em dezembro de 2020 e recebemos do IBAMA a Licença de Operação (LO) em fevereiro de 2021, com validade de 10 (dez) anos.

A obra da SPE 6 foi iniciada em junho de 2019, atualmente com avanço físico atualizado de 99%. As obras foram concluídas em 05 de março de 2021, mas havia pendências impeditivas de terceiros para energização. A pendência foi sanada no final de novembro de 2021 e a obra entrou em Operação Comercial em 25/11/2021 confirmando 100% da Receita prevista.

SPE 07 – Lote 23

Os investimentos em 2021 totalizaram R\$ 46,1 Milhões, redução de 214% em relação ao ano anterior.

As negociações fundiárias foram concluídas em outubro de 2020, e recebemos da SEMAS (Secretaria de Meio Ambiente do Pará) a Licença de Operação (LO) em dezembro de 2020, com validade até março de 2025.

As obras foram concluídas e energizadas em 2 etapas de entrega, sendo a primeira em 22 de setembro de 2020, compreendendo 39% da obra e a segunda em 15 de dezembro de 2020 compreendendo os demais 61%. Desde as presentes datas estamos recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) disposta no contrato de concessão.

SPE 08 – Lote 31

Os investimentos em 2021 totalizaram R\$ 3,9 Milhões, redução de 2.743% em relação ao ano anterior.

As negociações fundiárias foram concluídas em outubro de 2020, e recebemos da SEMAS (Secretaria de Meio Ambiente do Pará) a Licença de Operação (LO) em janeiro de 2021, com validade de 3 (três) anos.

As obras foram concluídas e energizadas em 4 etapas de entrega, sendo a primeira em 03 de junho de 2019, compreendendo 13% da receita, referente a SE Rurópolis, Compensador Síncrono de reativos. A segunda em 24 de setembro de 2019, compreendendo 10% da receita, referente a LT Xingu – Altamira e Se Xingu. A terceira ocorreu em 12 de janeiro de 2020, compreendendo 19% da receita, referente a LT Altamira – Transamazônica. A quarta e última etapa de entrega ocorreu em 15 de outubro de 2020, compreendendo os demais 58% da receita, referente a LT Transamazônica – Tapajós e a SE Tapajós. Desde as presentes datas estamos recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) disposta no contrato de concessão.

Notas Explicativas



INTESA

Os investimentos da INTESA totalizaram R\$ 6,4 milhões, redução de 822% em relação ao ano anterior. Os investimentos foram concentrados na aquisição de equipamentos sobressalentes e infraestrutura.

GERAÇÃO

Na GERAMAR foram investidos R\$3,838 milhões no exercício de 2021, e refere-se basicamente à manutenção das usinas que já tiveram suas obras concluídas no exercício de 2010.

9. Governança Corporativa

Listada no Novo Mercado, mais alto nível de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), a Equatorial Energia S.A é uma Companhia comprometida com as melhores práticas de governança corporativa e com a transparência na relação com seus investidores e acionistas.

Diferenciais de governança corporativa:

- 100% de *tag along* aos acionistas minoritários;
- Manutenção de, ao menos, dois membros independentes no Conselho de Administração (total de 08 vagas);
- 75% do capital total como *free float*, muito acima do mínimo de 25% requerido pelos padrões do Novo Mercado;
- Obrigação de oferta de compra pelo valor econômico em caso de encerramento de listagem ou de fechamento de capital;
- Divulgação de operações com títulos da Companhia envolvendo acionistas controladores ou administradores;
- Adoção de um Código de Ética e Conduta Empresarial;
- Manutenção de Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Títulos por Pessoas Relacionadas.
- Publicação trimestral, juntamente com os ITRs, da Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Divulgação de demonstrações financeiras com padrões internacionais IFRS ou US GAAP.
- Realização de teleconferências de resultados a cada divulgação trimestral.

De acordo com o Contrato de Adesão ao Novo Mercado firmado com a B3, o Estatuto da Companhia prevê a utilização de Câmara de Arbitragem para resolução de conflitos.

Notas Explicativas



Conselho de Administração

Carlos Augusto Leone Piani

Eduardo Haiama

Guilherme Mexias Aché

Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa

Luís Henrique de Moura Gonçalves

Marcos Martins Pinheiro

Tania Sztamfater Chocolat

Conselho Fiscal

Paulo Roberto Franceschi

Conselheiro Fiscal Efetivo

Saulo de Tarso Alves de Lara

Conselheiro Fiscal Efetivo

Vanderlei Dominguez da Rosa

Conselheiro Fiscal Efetivo

Claudia Luciana Ceccatto de Trotta

Conselheira Fiscal Suplente

Ricardo Bertucci

Conselheiro Fiscal Suplente

Moacir Gibur

Conselheiro Fiscal Suplente

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior

Diretor Presidente

Notas Explicativas



José Silva Sobral
Diretor

Humberto Luis Queiroz Nogueira
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Sérvio Túlio dos Santos
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Notas Explicativas**Relacionamento com auditores externos**

Em atendimento à instrução CVM 381/03, informamos que Ernst & Young Auditores Independentes S.S. prestou serviços de auditoria e consultoria fiscal durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Srs. Augusto Miranda da Paz Júnior, Diretor-Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; José Silva Sobral, Diretor; Sérgio Túlio dos Santos, Diretor; Humberto Luis Queiroz Nogueira, Diretor; e Tinn Freire Amado, Diretor; declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; e (ii) reviram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 22 de março de 2022 pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Notas Explicativas**Parecer do conselho fiscal**

O Conselho Fiscal da Equatorial Energia S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalva, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S em 22 de março de 2022, opina que os referidos documentos, bem como a proposta da destinação do lucro do exercício e o orçamento de capital estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral.

Brasília, 22 de março de 2022

Paulo Roberto Franceschi

Vanderlei Dominguez da Rosa

Saulo Tarso Alves de Lara

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A.

Demonstrações contábeis

Índice

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre demonstrações contábeis individuais e consolidadas 1

Balanços patrimoniais 7

Demonstrações do resultado 8

Demonstrações do resultado abrangente 9

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 10

Demonstrações dos fluxos caixa - método indireto 11

Demonstrações do valor adicionado 12

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas..... 13

Notas Explicativas**Building a better
working world**Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - BrasilTel: +55 85 3392-5600
Fax: +55 85 3392-5659
ey.com.br**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Ao Conselho de Administração e Diretoria da
Equatorial Energia S.A.
São Luis - MA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Equatorial Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Notas Explicativas**Building a better
working world**

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Reconhecimento da receita de energia distribuída mas não faturada

As receitas das controladas da Companhia (Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A., Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. e Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A., Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D e Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA) são oriundas, principalmente, do fornecimento de energia elétrica, sendo reconhecidas quando do consumo da energia, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 808.289 mil em 31 de dezembro de 2021 e está divulgado na nota explicativa nº 8 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da administração acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja contabilizada na competência correta.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho relacionado aos controles internos das controladas da Companhia para o cálculo da receita não faturada; (ii) a compreensão e documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Administração; (iii) utilização dos nossos especialistas em auditoria de sistemas para nos auxiliar nos testes da integridade, da precisão dos dados e relatórios extraídos do sistema de faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada; e (iv) recálculo da estimativa da receita de fornecimento não faturado.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita não faturada, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Notas Explicativas**Building a better
working world**Combinações de negócios

Conforme detalhado nas notas explicativas 4.1.1.1 e 4.1.1.2 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Equatorial Energia S.A., concluiu em 08 de julho de 2021 e em 23 de novembro de 2021, todas as condições previstas nos editais dos leilões “nº 01/2020 - Alienação de Ações Ordinárias e Preferenciais da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D” e “BNDES n.º 01/2021 – CEA”, para as aquisições dos controles acionários da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (“CEEE-D”) e Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA (“CEA”), respectivamente, companhias que atuam no mesmo segmento de negócio das principais controladas da Equatorial Energia S.A.. A contraprestação transferida por essas aquisições é no montante, respectivamente, de R\$ 145 mil e R\$ 400.050 mil. Estas transações foram contabilizadas pela aplicação do método de aquisição (CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios/IFRS 3 - Business Combinations), que requer, entre outros procedimentos, que a Companhia determine: (i) a data de aquisição efetiva do controle, (ii) o valor justo da contraprestação transferida, (iii) o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a (iv) apuração dos resultados auferidos na combinação de negócios. Tais procedimentos envolvem um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro dos negócios adquiridos, e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza. Em razão do alto grau de julgamento relacionado, e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a leitura dos documentos que formalizaram a operação, e a obtenção das evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle acionário das companhias adquiridas, e a determinação do valor justo da contraprestação transferida; (ii) análise das informações financeiras das companhias adquiridas e discussão com a Administração acerca da consistência das práticas e estimativas contábeis, além do entendimento do fluxo das transações relevantes e exame dos saldos contábeis significativos das adquiridas; (iii) avaliação da objetividade, independência e capacidade técnica dos especialistas externos envolvidos na mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos; (iv) com auxílio de nossos especialistas em modelos de valorização, analisamos as premissas e metodologia utilizadas pela administração da Companhia, relacionadas à mensuração dos valores justos e alocações, na data da aquisição, aos ativos adquiridos e passivos assumidos; (v) revisão dos relatórios das diligências (“due dilligences”) conduzidas pela Companhia, com auxílio de especialistas externos; e (vi) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia em relação ao tema.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento dos efeitos contábeis das combinações de negócios e suas respectivas divulgações, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas aplicadas sobre as combinações de negócios pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 4.1.1.1 e 4.1.1.2, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Notas Explicativas

Building a better
working world

Outros assuntos*Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Notas Explicativas



Building a better
working world

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Notas Explicativas

Building a better
working world

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 22 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE020728/O-7-T-CE

Notas Explicativas
Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	541.415	165.569	2.996.589	2.219.546
Aplicações financeiras	7	2.306.880	642.999	7.374.627	5.397.283
Contas a receber de clientes	8	-	-	5.476.221	3.589.317
Aquisição de combustível - conta CCC		-	-	63.197	29.855
Serviços pedidos		-	-	605.958	518.041
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	9	-	-	698.729	
Depósitos judiciais	24	283	56	4.025	3.567
Instrumentos financeiros derivativos	33.4	-	-	293.020	100.600
Almoxarifado		-	-	203.710	47.264
Dividendos a receber	11	604.025	175.277	6.036	7.463
Impostos e contribuições a recuperar	10	35	34	1.215.975	1.240.973
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		18.776	6.264	305.935	195.413
Outras contas a receber		12.129	6.071	1.051.710	587.078
Ativo de contrato	15	-	-	1.394.297	708.900
Total do ativo circulante		3.483.543	996.270	21.690.029	14.645.300
Não circulante					
Aplicações financeiras	7	-	-	116.363	119.576
Contas a receber de clientes	8	-	-	1.221.295	967.527
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	9	-	-	697.926	1.185.784
Depósitos judiciais	24	172	172	470.060	250.284
Serviços pedidos		-	-	19.076	32.774
Instrumentos financeiros derivativos	33.4	413.131	-	540.603	295.161
Impostos e contribuições a recuperar	10	-	-	972.804	984.483
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		24.180	32.512	117.237	89.012
Sub-rogação da CCC - valores aplicados		-	-	85.120	85.120
Plano de aposentadoria e pensão		-	-	29.144	23.206
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	-	939.618	-
Outras contas a receber		129.192	9.673	213.258	328.019
Investimentos	12	12.018.253	10.623.050	170.594	130.024
Ativo financeiro da concessão	13	-	-	7.514.655	5.665.922
Imobilizado		2.908	2.782	229.079	19.258
Intangível	14	3.401	1.437	15.836.076	8.908.853
Direito de uso		504	874	52.982	29.404
Ativo de contrato	15	-	-	10.798.381	10.364.313
Total do ativo não circulante		12.591.741	10.670.500	40.024.271	29.478.720
Total do ativo		16.075.284	11.666.770	61.714.300	44.124.020

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	16	2.957	33.007	4.107.754	2.263.294
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		547	304	192.689	63.962
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	2.626.566	2.229.290
Debêntures	18	12.247	3.161	961.010	883.076
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	9	-	-	-	753.702
Impostos e contribuições a recolher	19	3.644	2.763	1.161.032	596.074
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		116	61	216.541	169.208
Dividendos a pagar	21	648.864	547.597	771.321	601.510
Contribuição de iluminação pública		-	-	89.889	83.867
Encargos setoriais	23	-	-	477.696	286.397
Participação nos lucros		18.328	18.848	140.497	127.076
Instrumentos financeiros derivativos	33.4	-	-	5.116	-
Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	22	-	-	34.512	30.274
Plano de aposentadoria e pensão		-	-	80.064	-
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	25	-	-	719.648	-
Passivo de arrendamento		153	138	25.875	11.137
Provisões para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas, regulatórios e ambientais	24	-	-	526.133	215.811
Outras contas a pagar		6	1	853.100	395.260
Total do passivo circulante		686.862	605.880	12.989.443	8.709.938
Não circulante					
Fornecedores	16	-	-	178.699	6.695
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	12.174.889	10.558.285
Debêntures	18	2.436.140	562.926	9.640.470	4.117.327
Plano de aposentadoria e pensão		-	-	1.081.835	150.598
Impostos e contribuições a recolher	19	-	-	2.517.663	234.365
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	140.515	50	2.366.195	1.915.750
PIS e COFINS diferidos	20.5	-	-	1.084.678	984.845
Provisões para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas, regulatórios e ambientais	24	-	-	1.608.790	991.184
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	9	-	-	36.592	170.307
Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	22	-	-	894.782	930.606
Encargos setoriais	23	-	-	88.336	486.703
Provisão para perda em investimento	12	17.039	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	33.4	-	-	46.767	-
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	25	-	-	2.057.700	2.321.392
Passivo de arrendamento		364	655	31.735	17.716
Outras contas a pagar		38.003	34.869	311.254	249.822
Total do passivo não circulante		2.632.061	598.500	34.120.385	23.135.595
Patrimônio líquido					
Capital social	26.1	4.655.287	3.489.736	4.655.287	3.489.736
Ações em tesouraria	26.5	(642.725)	(31.734)	(642.725)	(31.734)
Reservas de capital	26.2	155.745	118.307	155.745	118.307
Reservas de lucros	26.3	8.860.055	7.138.924	8.860.055	7.138.924
Ajuste de avaliação patrimonial	26.4	(272.001)	(252.843)	(272.001)	(252.843)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia		12.756.361	10.462.390	12.756.361	10.462.390
Participação dos acionistas não controladores		-	-	1.848.111	1.816.097
Total do patrimônio líquido		12.756.361	10.462.390	14.604.472	12.278.487
Total do passivo e patrimônio líquido		16.075.284	11.666.770	61.714.300	44.124.020

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita de implementação de infraestrutura, O&M e outras, líquidas		-	-	22.917.902	16.799.042
Remuneração dos ativos da concessão, líquida		-	-	1.322.984	1.091.027
Receita operacional líquida	27	-	-	24.240.886	17.890.069
Energia elétrica comprada para revenda	29	-	-	(12.393.249)	(7.292.271)
Custo de construção		-	-	(3.048.409)	(3.109.221)
Custo da operação		-	-	(1.903.752)	(1.501.822)
Custos de energia elétrica, construção e operação	28	-	-	(17.345.410)	(11.903.314)
Lucro bruto		-	-	6.895.476	5.986.755
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	28	-	-	(597.431)	(94.163)
Despesas gerais e administrativas	28	(68.454)	(136.403)	(1.199.595)	(940.908)
Perdas esperadas para redução ao valor recuperável	28	-	-	32.920	(268.177)
Resultado da equivalência patrimonial	12	3.558.641	3.147.579	66.976	33.740
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	30	(5.922)	411	(210.854)	65.180
Total de receitas (despesas) operacionais		3.484.265	3.011.587	(1.907.984)	(1.204.328)
Resultado antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social		3.484.265	3.011.587	4.987.492	4.782.427
Receitas financeiras	31	463.743	23.033	2.239.703	1.126.722
Despesas financeiras	31	(113.016)	(59.531)	(3.057.761)	(1.550.847)
Resultado financeiro	31	350.727	(36.498)	(818.058)	(424.125)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		3.834.992	2.975.089	4.169.434	4.358.302
Imposto de renda e contribuição social - correntes	20.4	-	-	(356.098)	(305.802)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	20.4	(140.465)	-	489.173	(604.847)
Impostos sobre o lucro		(140.465)	-	133.075	(910.649)
Lucro líquido do exercício		3.694.527	2.975.089	4.302.509	3.447.653
Resultado atribuível aos:					
Acionistas da controladora		3.694.527	2.975.089	3.694.527	2.975.089
Acionistas não controladores		-	-	607.982	472.564
Lucro líquido do exercício		3.694.527	2.975.089	4.302.509	3.447.653
Lucro por ação básico - R\$	26.6	3,76362	2,94814		
Lucro por ação diluído - R\$	26.6	3,76351	2,94814		
Quantidade de ações ordinárias no final do exercício (em milhares de ações)		1.010.540	1.010.511		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	3.694.527	2.975.089	4.302.509	3.447.653
Outros resultados abrangentes				
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	(33.892)	(3.168)	(40.466)	(3.290)
Benefícios pós emprego - resultados atuariais	79.626	(43.457)	83.623	(45.601)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	45.734	(46.625)	43.157	(48.891)
Total dos resultados abrangentes	3.740.261	2.928.464	4.345.666	3.398.762
Acionistas controladores	3.740.261	2.928.464	3.740.261	2.928.464
Acionistas não controladores	-	-	605.405	470.298
Total dos resultados abrangentes	3.740.261	2.928.464	4.345.666	3.398.762

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Notas	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros								Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
				Legal	Reserva para investimento e expansão	Reserva de lucros a realizar	Reserva de dividendos adicionais	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido da controladora			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.741.931	-	529.934	120.781	3.648.222	1.224.184	736	(154.911)	-	8.110.877	1.662.495	9.773.372	
Aumento de capital	747.805	-	(464.994)	(120.781)	(161.000)	-	-	-	-	1.030	-	1.030	
Valor justo das opções de compra (Vesting period)	-	-	53.088	-	-	-	-	-	-	53.088	-	53.088	
Opções de recompra	-	-	279	-	-	-	-	-	-	279	235	514	
Ações em tesouraria	-	(31.734)	-	-	-	-	-	-	-	(31.734)	-	(31.734)	
Participação dos acionistas nao controladores no patrimonio líquido das controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.679)	(4.679)	
Perda por recebimento desproporcional de dividendos - Transações entre acionistas	-	-	-	-	-	-	-	(51.307)	-	(51.307)	-	(51.307)	
Dividendos adicionais de 2019 distribuídos	-	-	-	-	-	-	(736)	-	-	(736)	(70.790)	(71.526)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	2.975.089	2.975.089	472.564	3.447.653	
Resultado abrangente do exercício													
Resultado de hedge accounting de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	(3.168)	-	(3.168)	(122)	(3.290)	
Benefícios pós emprego - Perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	-	(43.457)	-	(43.457)	(2.144)	(45.601)	
Destinação do lucro													
Constituição da reserva legal	-	-	-	148.754	-	-	-	-	(148.754)	-	-	-	
Constituição da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	159.013	-	-	(159.013)	-	-	-	
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	(547.571)	(547.571)	(89.849)	(637.420)	
Constituição de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(158.405)	159.532	-	(1.127)	-	(151.613)	(151.613)	
Constituição da reserva de investimento e expansão	-	-	-	-	2.118.624	-	-	-	(2.118.624)	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.489.736	(31.734)	118.307	148.754	5.605.846	1.224.792	159.532	(252.843)	-	10.462.390	1.816.097	12.278.487	
Aumento de capital	26.1	1.165.551	-	(148.754)	(1.016.246)	-	-	-	-	551	10.000	10.551	
Valor justo das opções de compra (Vesting period)	23.7	-	-	31.411	-	-	-	-	-	31.411	-	31.411	
Mudança na participação relativa	-	-	6.027	-	-	-	-	-	-	6.027	(6.027)	-	
Ações em tesouraria	26.5	-	(610.991)	-	-	-	-	-	-	(610.991)	-	(610.991)	
Participação dos acionistas nao controladores no patrimonio líquido das controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.687)	(10.687)	
Aquisição de investimento - Transações entre acionistas	-	-	-	-	-	-	-	888	-	888	(50.964)	(50.076)	
Perda por recebimento desproporcional de dividendos - Transações entre acionistas	26.4	-	-	-	-	-	-	(65.780)	-	(65.780)	-	(65.780)	
Dividendos adicionais de 2020 distribuídos	-	-	-	-	-	-	(159.532)	-	-	(159.532)	(81.225)	(240.757)	
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(313.501)	(313.501)	
Dividendos adicionais propostos - Realização da reserva de lucros a realizar	26.3.4	-	-	-	-	(55.176)	55.176	-	-	-	-	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	3.694.527	3.694.527	607.982	4.302.509	
Resultado abrangente do exercício													
Resultado de hedge accounting de fluxo de caixa	26.4	-	-	-	-	-	-	(33.892)	-	(33.892)	(6.574)	(40.466)	
Benefícios pós emprego - Ganhos atuariais	26.4	-	-	-	-	-	-	79.626	-	79.626	3.997	83.623	
Destinação do lucro													
Constituição da reserva legal	26.3.1	-	-	-	184.726	-	-	-	(184.726)	-	-	-	
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	21 26.3.3	-	-	-	-	228.586	-	-	(877.450)	(648.864)	(120.987)	(769.851)	
Constituição da reserva de investimento e expansão	26.3.2	-	-	-	-	2.632.351	-	-	(2.632.351)	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2021		4.655.287	(642.725)	155.745	184.726	7.221.951	1.398.202	55.176	(272.001)	-	12.756.361	1.848.111	14.604.472

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Notas Explicativas
Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	3.694.527	2.975.089	4.302.509	3.447.653
Ajustes para:				
Amortização e depreciação	324	118	783.517	713.154
Amortização do direito de concessão	-	98.530	170.995	114.184
Resultado de equivalência patrimonial	(3.558.641)	(3.147.579)	(66.976)	(33.740)
Baixa de ativo de contrato, intangível e financeiro	-	-	91.881	98.648
Atualização do ativo de contrato e financeiro	-	-	(2.301.318)	(1.405.722)
Margem de construção - Transmissão	-	-	197.741	(1.363.793)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	47.814	50.975	2.065.047	1.500.086
Perdas (ganhos) com instrumentos derivativos	54.875	-	(61.218)	(352.155)
Realização futura de contratos de energia elétrica	-	-	40.942	(129.802)
Ajuste a valor presente	-	-	97.962	73.847
Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber	-	-	(32.920)	493.706
Reversão de títulos baixados	-	-	-	(158.842)
Atualização financeira da provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	5.915	3.604
Provisão e atualização de encargos setoriais	-	-	192.842	122.723
Provisão e atualização para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas, regulatórios e ambientais	-	-	(112.865)	6.175
Reversão por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis	-	-	-	(162.791)
Valores a (receber) pagar da parcela A e outros itens financeiros	-	-	(3.721.889)	64.331
Rendimentos de aplicações financeiras	(51.600)	(24.133)	(388.638)	(155.768)
PIS e COFINS diferidos	-	-	94.729	199.763
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	140.465	-	(489.173)	604.847
Impostos de renda e contribuições sociais correntes	-	-	356.098	305.802
Valor justo das opções de compra	5.621	5.548	50.085	65.556
Opção de compra de ações	(413.131)	-	(413.131)	-
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-	-	(14.875)	(3.115)
Provisão da participação nos lucros	3.619	6.619	79.842	94.224
Plano de aposentadoria e pensão	-	-	92.327	(957)
Atualização da Sub-rogação da CCC	-	-	(15.374)	-
Outros	-	-	-	1.397
	(76.127)	(34.833)	1.004.055	4.143.015
Variações em:				
Contas a receber de clientes	-	-	59.857	(329.845)
Contas a receber – bandeiras tarifárias	-	-	-	1.291
Aquisição de combustível - conta CCC	-	-	(22.693)	18.207
Serviços pedidos	-	-	(60.844)	(179.435)
Depósitos judiciais	(227)	(104)	(41.042)	48.376
Almoxarifado	-	-	(134.897)	(15.369)
Impostos e contribuições a recuperar	(1)	840	13.411	261.308
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(4.180)	(2.331)	(127.460)	(50.953)
Sub-rogação da CCC	-	-	214.559	-
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	-	-	1.561.095	628.133
Ativo de contrato	-	-	(221.140)	-
Outras contas a receber	(125.577)	(1.600)	(145.217)	(229.259)
Fornecedores	(30.050)	30.926	175.142	250.879
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	246	(420)	(26.564)	(129.125)
Impostos e contribuições a recolher	936	22	692.129	214.485
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	-	-	(83.368)	(57.151)
Contribuição de iluminação pública	-	-	6.022	4.541
Encargos setoriais	-	-	(797.359)	(75.401)
Participação nos lucros	(4.139)	(5.237)	(66.421)	(99.812)
Plano de aposentadoria e pensão	-	-	(101.393)	(34.749)
Riscos cíveis, fiscais, trabalhistas, regulatórios e ambientais pagos	-	-	(6.578)	(91.427)
Outras contas a pagar	5	(14)	259.539	(161.848)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-	-	50.846	22.762
Recebimento de dividendos	1.401.307	1.111.330	54.318	22.912
Caixa proveniente das atividades operacionais	1.162.193	1.098.579	2.255.997	4.161.535
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(5.773)	(74.652)
Juros pagos/recebidos	(74.231)	(60.579)	(945.963)	(606.143)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.087.962	1.038.000	1.304.261	3.480.740
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisições no ativo intangível e imobilizado	(2.246)	-	(974.100)	(6.629)
Adições de obrigações especiais	-	-	218.977	416.834
Aquisições no ativo contratual - Distribuidoras	-	-	(2.477.267)	(1.657.699)
Aumento de capital em investidas	(511.472)	(129.898)	-	-
Aquisição de investimentos	(3.818)	-	(51.088)	-
Caixa líquido adquirido na aquisição de investimento	-	-	129.055	-
Redução de capital em investidas	750.000	-	-	-
Aplicações financeiras	(1.612.281)	270.819	(1.586.114)	(1.190.618)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento	(1.379.817)	140.921	(4.740.537)	(2.438.112)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	(1.195.500)	(2.934.888)	(1.779.089)
Captação de empréstimos e financiamentos	1.985.400	-	3.693.417	2.705.251
Captação de debêntures	-	-	5.747.362	-
Amortização de debêntures	-	-	(447.854)	(786.398)
Amortização do passivo de arrendamento	(130)	(170)	(23.120)	(19.043)
Recebimento de instrumentos financeiro derivativos	-	-	91.806	-
Valores pagos referente a acordos com plano de recuperação judicial	-	-	(92.885)	(46.826)
Aumento de capital	551	1.030	10.551	1.030
Dividendos pagos	(707.129)	(323.291)	(1.220.079)	(651.476)
Ações em tesouraria	(610.991)	(31.734)	(610.991)	(31.734)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	667.701	(1.549.665)	4.213.319	(608.285)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	375.846	(370.744)	777.043	434.343
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	165.569	536.313	2.219.546	1.785.203
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	541.415	165.569	2.996.589	2.219.546
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	375.846	(370.744)	777.043	434.343

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas				
Vendas de produtos e serviços e receitas de construção	-	-	32.259.165	23.430.184
Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber	-	-	32.920	(268.177)
Outras receitas	-	-	5.890	11.090
	-	-	32.297.975	23.173.097
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	-	-	(15.441.658)	(10.401.492)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(45.369)	(14.638)	(1.399.085)	(1.019.945)
Reversão de <i>impairment</i> de ativo	-	-	-	162.791
Variações das margens dos ativos de contrato	-	-	(450.851)	-
Subvenção - CCC	-	-	(48.353)	(123.759)
Outras despesas	(5.922)	387	(314.470)	(138.378)
	(51.291)	(14.251)	(17.654.417)	(11.520.783)
Valor (aplicado) adicionado bruto	(51.291)	(14.251)	14.643.558	11.652.314
Depreciação e amortização	(324)	(119)	(783.517)	(713.154)
Valor (aplicado) adicionado líquido gerado pela Companhia	(51.615)	(14.370)	13.860.041	10.939.160
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	467.297	24.133	2.302.265	1.164.063
Resultado de equivalência patrimonial	3.558.641	3.147.579	66.976	33.740
Amortização do direito de concessão	-	(98.530)	(170.995)	(114.184)
	4.025.938	3.073.182	2.198.246	1.083.619
Valor adicionado total a distribuir	3.974.323	3.058.812	16.058.287	12.022.779
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta	15.791	18.097	472.511	347.549
Benefícios	3.918	814	233.111	125.557
FGTS	209	86	115.571	45.406
Outros	-	-	2.701	75
	19.918	18.997	823.894	518.587
Tributos				
Federais	146.800	4.944	3.154.870	3.218.893
Estaduais	-	-	4.705.359	3.261.977
Municipais	-	-	9.184	12.375
	146.800	4.944	7.869.413	6.493.245
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	102.000	51.510	2.471.075	1.310.469
Aluguéis	62	251	4.710	12.447
Outros	11.016	8.021	586.686	240.378
	113.078	59.782	3.062.471	1.563.294
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	877.450	548.698	1.006.453	791.432
Lucro retido no exercício	2.817.077	2.426.391	2.688.074	2.183.657
Participação dos não controladores no lucro do exercício	-	-	607.982	472.564
	3.694.527	2.975.089	4.302.509	3.447.653
Valor adicionado	3.974.323	3.058.812	16.058.287	12.022.779

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Energia S.A. (“Companhia” ou “Equatorial” ou “Controladora” ou, conjuntamente com suas Controladas, referidas como “Grupo”), sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente em operações de geração, distribuição, transmissão de energia elétrica e saneamento. A Companhia possui ações negociadas na B3 sob o *ticker* “EQTL3” e, desde 2008, participa do Novo Mercado.

1.1 Entidades controladas e controladas em conjunto

A Companhia mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

Participação direta	Notas	2021	2020
Equatorial Serviços S.A.	(a)	100,00%	100,00%
Geradora de Energia do Maranhão S.A.	(b)	25,00%	25,00%
Vila Velha Termoeletricas Ltda.	(c)	50,00%	50,00%
Equatorial Transmissão S.A.	(d)	100,00%	100,00%
Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA	(e)	100,00%	100,00%
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(f)	94,93%	94,47%
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(g)	96,37%	96,37%
Equatorial Energia Distribuição S.A.	(h)	90,15%	90,15%
Equatorial Participações e Investimentos S.A.	(i)	100,00%	99,75%
Equatorial Participações e Investimentos II S.A.	(j)	100,00%	-
Equatorial Participações e Investimentos III S.A.	(bb)	100,00%	-
Equatorial Participações e Investimentos IV S.A.	(cc)	99,75%	-
Participação indireta	Notas	2021	2020
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(k)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(l)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(m)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(n)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(o)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(p)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(q)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(r)	100,00%	100,00%
Solenergias Comercializadora de Energia S.A.	(s)	100,00%	51,00%
Helios Energia Comercializadora e Serviços Ltda.	(t)	100,00%	99,99%
Equatorial Telecomunicações S.A.	(u)	100,00%	100,00%
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(v)	58,69%	58,69%
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(w)	86,99%	86,99%
Equatorial Geração Distribuída SPE S.A.	(x)	100,00%	100,00%
Equatorial Engenharia e Construções S.A.	(y)	100,00%	-
E-Nova Instalação e Manutenção Ltda.	(z)	100,00%	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(aa)	95,12%	-
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(dd)	99,98%	-
Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.	(ee)	80,00%	-

- (a) Equatorial Serviços S.A.: Sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, que tem como atividades principais: a) a prestação de serviços em negócios de energia elétrica, telecomunicações e transmissão de dados; b) a prestação de serviços de cobrança de fatura de energia elétrica em nome e por conta de terceiros; e c) a prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros sob controle da Equatorial;
- (b) Geradora de Energia do Maranhão S.A. (“GERA Maranhão”): Sociedade responsável pela implantação e operação das usinas termoeletricas de Tocantinópolis e de Nova Olinda, no município de Miranda do Norte, no Estado do Maranhão, com capacidade instalada de 330 MW, as quais fornecem energia para o Sistema Interligado Nacional. Em 1º de outubro de 2008, a Equatorial adquiriu 25% das ações representativas do capital social da Geradora de Energia do Maranhão S.A. O consórcio que detém o controle da Geradora de Energia do Maranhão S.A. é composto pela Equatorial Energia S.A. (25%), Fundo de Investimentos em Participações Brasil Energia (25%) e GNP S.A. (50%). A GNP S.A., por sua vez, é composta pela Servtec Investimentos e Participações Ltda. (50%) e Companhia Ligna de Investimentos (50%). O controle da Geradora de Energia do Maranhão S.A. é compartilhado e regido por Acordo de Acionistas;
- (c) Vila Velha Termoeletricas Ltda. (“Vila Velha”): Sociedade responsável pela implantação e operação de usinas termoeletricas no Estado do Espírito Santo. A Equatorial Energia S.A. detém 50% do seu capital. O controle da Vila Velha Termoeletricas Ltda. é compartilhado e regido por acordo de acionistas;
- (d) Equatorial Transmissão S.A. (“Equatorial Transmissão”): Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A Equatorial Transmissão tem por objeto social: a) transmitir e comercializar energia e prestar serviços correlatos; b) estudar, planejar, projetar, implantar, operar e manter sistemas de transmissão de energia; c) prestar serviço de consultoria e engenharia dentro de sua área de atuação; d) participar de associações e organizações de caráter técnico, científico e empresarial; e e) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. A Equatorial Transmissão é a holding das transmissoras do Grupo, tendo como investidas as SPEs de 01 a 08;

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

- (e) Integração Transmissora de Energia S.A. (INTESA): com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal, é uma sociedade por ações de capital fechado. Possui como objeto social a construção, implantação, operação e manutenção das instalações do serviço público de energia elétrica da rede básica do sistema elétrico interligado, composto pela Linha de Transmissão 500kV Colinas/Serra da Mesa 2, localizado nos Estados de Tocantins e Goiás que compõem 25 municípios entre Colinas do Tocantins - TO e Colinas do Sul- GO. O contrato de concessão de transmissão de energia elétrica nº 002/2006, celebrado entre a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a INTESA em 27 de abril de 2006, possui vigência até abril de 2036, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos;
- (f) Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. ("Equatorial Piauí"): Sociedade anônima de capital fechado que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica na sua área de concessão legal que abrange todo o Estado do Piauí, atendendo a mais de 1.353.672(*) clientes em 224(*) municípios e cobrindo uma área superior a 251.755 km²(*) em 31 de dezembro de 2021. O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 01/2018, celebrado entre a ANEEL e a Equatorial Piauí em 18 de outubro de 2018, possui vigência até 17 de outubro de 2048;
- (g) Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. ("Equatorial Alagoas"): Sociedade anônima de capital fechado que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica na sua área de concessão legal que abrange todo o Estado de Alagoas, atendendo a mais de 1.184.755(*) de clientes em 102(*) municípios e cobrindo uma área superior a 27.848 km²(*) em 31 de dezembro de 2021. O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 02/2019, celebrado entre a ANEEL e a Equatorial Alagoas em 19 de março de 2019, possui vigência até 18 de março de 2049;
- (h) Equatorial Energia Distribuição S.A. ("Equatorial Distribuição"): Sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente em operações de distribuição de energia elétrica. Em 05 de novembro de 2019, as participações de 65,11% da Equatorial Maranhão e 96,50% Equatorial Pará foram transferidas da Equatorial Energia para Equatorial Distribuição. Nesse processo, a Companhia participa com 90,15% e o Itaú S.A. com 9,85%;
- (i) Equatorial Participações e Investimentos S.A. ("Equatorial Participações"): Sociedade anônima de capital fechado, constituída em 11 de setembro de 2020, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, tem por objetivo a participação em outras sociedades, consórcios e/ou empreendimentos;
- (j) Equatorial Participações e Investimentos II S.A. ("Equatorial Participações II"): Sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de fevereiro de 2021, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, tem por objetivo a participação em outras sociedades, consórcios e/ou empreendimentos;
- (k) Equatorial Transmissora 1 SPE S.A. ("SPE 01"): Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A SPE 01 tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Repúblicação, consistente na Linha de Transmissão 500 kV Rio das Águas - Barreiras II C2, com 251 quilômetros, constituída em 17 de novembro de 2016. Em 10 de fevereiro de 2017, a União e a SPE 01 celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047. Em 01 de maio de 2020, entraram em operação comercial 100% dos empreendimentos de transmissão que compõem a SPE 01, e para o período julho de 2021 a junho de 2022 conta com uma RAP (Receita Anual Permitida) total de R\$ 95.217. A sua entrada em operação representa uma antecipação de aproximadamente 21 meses, em relação ao prazo regulatório (fevereiro/2022);
- (l) Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. ("SPE 02"): Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A SPE 02 tem por objeto social: explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Repúblicação, consistente na (a) Linha de Transmissão 500 kV- Barreiras II, Buritirama C1, com 213 quilômetros; e (b) Subestação 500kV Buritirama (subestação nova para conexões de linhas e compensação de reativos), constituída em 17 de novembro de 2016. Em 10 de fevereiro de 2017, a União e a SPE 02 celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047. Em 09 de fevereiro de 2020, entraram em operação comercial 100% dos empreendimentos de transmissão que compõem a SPE 02, e para o período julho de 2021 a junho de 2022 conta com uma RAP (Receita Anual Permitida) total de R\$ 86.355 com RAP (Receita Anual Permitida). A sua entrada em operação representa uma antecipação de aproximadamente 24 meses, em relação ao prazo regulatório (fevereiro/2022);
- (m) Equatorial Transmissora 3 SPE S.A. ("SPE 03"): Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A SPE 03 tem por objeto social: explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Repúblicação, consistente na Linha de Transmissão 500 kV Buritirama - Queimada Nova II, C2, com 380 quilômetros, constituída em 17 de novembro de 2016. Em 10 de fevereiro de 2017, a União e a SPE 03 celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047. Em 26 de maio de 2021, entraram em operação comercial 100% dos empreendimentos de transmissão que compõem a SPE 03, e para o período julho de 2021 a junho de 2022, conta com uma RAP (Receita Anual Permitida) total de R\$ 125.885. A sua entrada em operação representa uma antecipação de aproximadamente 10 meses, em relação ao prazo regulatório (fevereiro/2022);

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

- (n) Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. ("SPE 04"): Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A SPE 04 tem por objeto social: explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Replicação, consistente na (a) Linha de Transmissão 500 kV Igaporã III - Janaúba 3 C1, com 257 quilômetros; (b) Linha de Transmissão 500 kV Janaúba 3 - Presidente Juscelino C1, com 337 quilômetros; e (c) Subestação 500 kV Janaúba 3 (novo pátio de 500 kV - parte 1), constituída em 17 de novembro de 2016. Em 10 de fevereiro de 2017, a União e a SPE 04 celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047. Em 25 de novembro de 2021, entraram em operação comercial 100% dos empreendimentos de transmissão que compõem a SPE 04, e para o período julho de 2021 a junho de 2022, conta com uma RAP (Receita Anual Permitida) de R\$ 227.055;
- (o) Equatorial Transmissora 5 SPE S.A. ("SPE 05"): Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A SPE 05 tem por objeto social: explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Replicação, consistente na Linha de Transmissão 500 kV Igaporã III - Janaúba 3 C2, com 257 quilômetros, constituída em 17 de novembro de 2016. Em 10 de fevereiro de 2017, a União e a SPE 05 celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047. Em 06 de janeiro de 2021, entraram em operação comercial 100% dos empreendimentos de transmissão que compõem a SPE 05, e para o período julho de 2021 a junho de 2022, conta com uma RAP (Receita Anual Permitida) total de R\$ 104.772. A sua entrada em operação representa uma antecipação de aproximadamente 14 meses, em relação ao prazo regulatório (fevereiro/2022);
- (p) Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. ("SPE 06"): Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A SPE 06 tem por objeto social: explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Replicação, consistente na Linha de Transmissão 500 kV Janaúba 3 - Presidente Juscelino C2, com 330 quilômetros, constituída em 17 de novembro de 2016. Em 10 de fevereiro de 2017, a União e a SPE 06 celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047. Em 25 de novembro de 2021, entraram em operação comercial 100% dos empreendimentos de transmissão que compõem a SPE 06, e para o período julho de 2021 a junho de 2022, conta com uma RAP (Receita Anual Permitida) de R\$ 129.897.
- (q) Equatorial Transmissora 7 SPE S.A. ("SPE 07"): Sociedade anônima, de capital aberto, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A SPE 07 tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Replicação, consistente na (a) Linha de Transmissão 500 kV Vila do Conde - Marituba - 56,1 quilômetros; (b) Linha de Transmissão 230 kV Marituba - Castanhal - 68,6 quilômetros; (c) Subestação 500/230 kV Marituba - (3+1R)x300 MVA; e (d) Subestação 230/69 kV Marituba 2x200 MVA, constituída em 17 de novembro de 2016. Em 10 de fevereiro de 2017 União e a SPE 07 celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047. Em 29 de dezembro de 2020, entraram em operação comercial 100% dos empreendimentos de transmissão que compõem a SPE 07, e para o período julho de 2021 a junho de 2022, conta com uma RAP (Receita Anual Permitida) total de R\$ 109.839. A sua entrada em operação representa uma antecipação de aproximadamente 13 meses, em relação ao prazo regulatório (fevereiro/2022);
- (r) Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. ("SPE 08"): Sociedade anônima, de capital aberto, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A SPE 08 tem por objeto social: explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão no estado do Pará, de acordo com Edital do Leilão nº 05/2016, consistente na (a) Linha de Transmissão Xingu - Altamira, em 230 kV, com extensão aproximada de 61 km; (b) Linha de Transmissão Altamira - Transamazônica, em 230 kV, com extensão aproximada de 188 km; (c) pela Linha de Transmissão Transamazônica - Tapajós, em 230 kV, com extensão aproximada de 187 km; (d) Subestação Tapajós, em 230/138-13,8 kV, (2 x 150 MVA); (e) Subestação Tapajós - Compensador Síncrono (-75/+150 MVAR); e (f) Subestação Rurópolis - Compensador Síncrono (-55/+110 MVAR), constituída em 14 de junho de 2017. Em 10 de fevereiro de 2017, a União e a SPE 08 celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047. A Subestação Rurópolis - Compensador Síncrono (-55/+110 MVAR) entrou em operação em 03 de junho de 2019. Em 15 de outubro de 2020, entraram em operação comercial 100% dos empreendimentos de transmissão que compõem a SPE 08, e para o período julho de 2021 a junho de 2022, conta com uma RAP (Receita Anual Permitida) total de R\$ 158.569. A sua entrada em operação representa uma antecipação de aproximadamente 22 meses, em relação ao prazo regulatório (julho/2022);
- (s) Solenergias Comercializadora de Energia S.A. ("Solenergias"): Sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, que tem como principais atividades a comercialização de energia elétrica, gerenciar contratos de fornecimento de energia elétrica de consumidores, organizar leilões de compra e venda de energia elétrica e comercializar insumos para a geração de energia elétrica, tendo como controladora a Equatorial Serviços S.A. Em 18 de outubro de 2021, a controlada Equatorial Serviços S.A. adquiriu a totalidade da participação societária na Solenergias Comercializadora de Energia S.A. e da Hélios Energia Comercializadora e Serviços Ltda. Antes dessa data, a Equatorial Serviços S.A. detinha diretamente 51% do capital social da Solenergias e, indiretamente, 99,99% do capital social da Hélios.;
- (t) Hélios Energia Comercializadora e Serviços Ltda. ("Hélios"): Sociedade empresarial limitada com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, que tem como principais atividades a comercialização de energia elétrica, gerenciar contratos de fornecimento de energia elétrica de consumidores, organizar leilões de compra e venda de energia elétrica e comercializar insumos para a geração de energia elétrica, tendo como controladora a Solenergias Comercializadora de Energia S.A.;
- (u) Equatorial Telecomunicações S.A. ("Equatorial Telecomunicações"): Sociedade anônima de capital fechado com sede em São Luís, Estado do Maranhão, que tem como suas atividades a prestação de serviços de telecomunicações, serviço telefônico fixo, serviços de comunicação multimídia, provedores de voz sobre o protocolo de internet e prestação de serviços de informações em telefonia, tendo como controladora a Equatorial Serviços S.A.;
- (v) Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. ("Equatorial Maranhão"): Sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Luís, no Estado do Maranhão, que atua na atividade principal de distribuição de energia elétrica na sua área de concessão legal que abrange todo o estado do Maranhão, atendendo 2.629.453 (*) consumidores em 217(*) municípios e cobrindo uma área com 331.937 km²(*), em 31 de dezembro de 2021. O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 060/2000, celebrado entre a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e a Equatorial Maranhão em 28 de agosto de 2000, possui vigência até agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos a critério do poder concedente. Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. A Equatorial Maranhão, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração;

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

- (w) Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. ("Equatorial Pará"): Sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Belém, no Estado do Pará, que atua na atividade principal de distribuição de energia elétrica na sua área de concessão legal que abrange todo o estado do Pará, atendendo 2.810.985(*) consumidores em 144(*) municípios e cobrindo uma área com 1.245.871 km²(*), em 31 de dezembro de 2021. O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 182/1998, celebrado entre a ANEEL e a Equatorial Pará em 28 de julho de 1998, possui vigência até julho de 2028, podendo ser renovado por mais um período de 30 anos a critério do poder concedente. Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. A Equatorial Pará, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração;
- (x) Equatorial Geração Distribuída SPE S.A. ("Equatorial Geração Distribuída"): Sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de maio de 2020, com sede em São Luís, Estado do Maranhão, que tem como suas atividades implantar, instalar, operar, manter e locar empreendimentos e equipamentos de micro e minigeração distribuídas, bem como formatar negócios, desenvolver produtos físicos, financeiros e soluções associadas à eficiência energética e à micro e minigeração distribuídas e prestar consultoria, assessoria técnica, serviços de engenharia, desenvolver estudos de instalação e locação de empreendimentos e equipamentos de geração distribuídas, tendo como controladora a Equatorial Serviços S.A.;
- (y) Equatorial Engenharia e Construções S.A. ("Equatorial Engenharia"): Sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de maio de 2021, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, tem por objetivo serviços de engenharia, que incluem construção de estações e redes de distribuição elétrica, tendo como controladora a Equatorial Serviços S.A.;
- (z) E-Nova Instalação e Manutenção Ltda ("E-Nova"): Sociedade empresarial limitada, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, tem por objeto a geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis. Em 02 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Companhia, controladora da Equatorial Serviços S.A. ("Equatorial Serviços") que, por sua vez, detém a totalidade das ações de emissão da Equatorial Geração Distribuída SPE S.A. ("Equatorial Geração Distribuída"), aprovou a compra de 100% das quotas da E-Nova, no montante de R\$ 7.500. A operação contribuirá para acelerar a atuação da Companhia em um novo segmento de mercado, com foco em oferecer soluções técnicas em eficiência energética e geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis, inclusive por meio da geração distribuída, o que permitirá a Companhia avançar em sua estratégia de criação de valor. A E-Nova tem como controladora a Equatorial Geração Distribuída SPE S.A.;
- (aa) Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica ("CEEE-D"): Sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, que atua na atividade principal de distribuição de energia elétrica na sua área de concessão legal que abrange o estado do Rio Grande do Sul, controlada pela Equatorial Participações e Investimentos S.A., atendendo 1.791.548(*) consumidores, cobrindo uma área com 251.755 km²(*), em 31 de dezembro de 2021. Para mais informações sobre o processo de combinação de negócios, ver nota 4.4.1 - Combinação de negócios;
- (bb) Equatorial Participações e Investimentos III S.A. ("Equatorial Participações III"): Sociedade anônima de capital fechado, constituída em 06 de agosto de 2021, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, tem por objetivo a participação em outras sociedades, consórcios e/ou empreendimentos;
- (cc) Equatorial Participações e Investimentos IV S.A. ("Equatorial Participações IV"): Sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de novembro de 2021, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, tem por objetivo a participação em outras sociedades, consórcios e/ou empreendimentos;
- (dd) Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA): Sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Macapá, no estado do Amapá, controlada pela Equatorial Participações e Investimentos II S.A. ("Equatorial Participações II"). A CEA é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o estado do Amapá, com 142.815 km²(*), atendendo, em 31 de dezembro de 2021, 198.715 (*) consumidores em 16 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. Para mais informações sobre o processo de combinação de negócios, ver nota 4.4.1 - Combinação de negócios; e
- (ee) Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A. (CSA): A Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade Macapá, no Estado do Amapá, controlada pela Equatorial Participações e Investimentos III S.A., que tem por objeto único e exclusivo a exploração dos serviços de captação, tratamento, distribuição e abastecimento de água, incluindo as atividades, infraestruturas e instalações necessárias (i) ao abastecimento público de água, desde a captação até as ligações prediais e seus instrumentos de mediação; (ii) ao esgotamento sanitário e gestão de redes de esgoto, incluindo as atividades de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente; e (iii) às atividades acessórias ou associadas, tudo em conformidade com as condições e especificações do Contrato de Concessão, celebrado no âmbito do procedimento licitatório promovido pelo Poder Concedente nos termos do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2021("Edital"), para Concessão da Prestação Regionalizada dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e dos Serviços Complementares dos Municípios do Estado do Amapá. Conforme contrato de concessão da Prestação Regionalizada dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e dos Serviços Complementares dos Municípios do Estado do Amapá ("contrato de concessão"), assinado em 21 de dezembro de 2021, celebrado entre o Estado do Amapá ("Estado") e a CSA, com vencimento em 21 de dezembro de 2056, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente.

(*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre, não auditado

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

As controladas Equatorial Serviços, Equatorial Transmissão, INTESA, Equatorial Piauí, Equatorial Alagoas, Equatorial Distribuição, Equatorial Participações, Equatorial Participações II, Equatorial Participações III e Equatorial Participações IV serão doravante mencionadas nas notas explicativas a seguir como “controladas diretas”.

A GERA Maranhão e Vila Velha são empresas controladas em conjunto (*joint venture*) pela Equatorial Energia, contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação, e o seu valor contábil será aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do investidor nos lucros ou prejuízos do exercício, gerados pela investida após a aquisição.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas Companhias consolidadas, incluindo as empresas controladas em conjunto, e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Todos os saldos e transações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação.

1.2 Impactos da COVID-19

Em março de 2020, foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a pandemia da Covid-19. Desde então, a Companhia e suas controladas têm acompanhado a propagação do vírus no Brasil e no mundo e seus impactos na economia.

Em 1º de abril de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 928/2021 que restabeleceu medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da Covid-19 e revogou as Resoluções Normativas nº 878, nº 886 e nº 891 (revogadas no exercício de 2020). Com essa resolução, ficou novamente vedada a suspensão de fornecimento por inadimplimento para alguns casos, como por exemplo, das unidades consumidoras das subclasses residenciais baixa renda e onde existam pessoas usuárias de equipamentos de autonomia limitada, vitais à preservação da vida humana e dependentes de energia elétrica. Essas medidas estariam vigentes até 30 de julho de 2021, porém com a publicação da Resolução Normativa nº 936/2021, realizada em 15 de junho de 2021, foram prorrogadas por mais 90 dias.

Com isso, a Resolução Normativa nº 936/2021, que manteve a proibição de cortes de energia por inadimplência de consumidores residenciais e prestadores de atividades essenciais em função da pandemia, permaneceu vigente até 30 de setembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, não constam vigentes regulamentos que flexibilizem obrigações por motivo atribuível à pandemia.

As controladas da Companhia, por serem reguladas, tem o seu equilíbrio econômico e financeiro garantido no contrato de concessão. A Companhia e suas controladas apresentam abaixo os principais efeitos financeiros e econômicos da Covid-19:

- (i) Reavaliação dos gastos gerenciáveis e dos investimentos na distribuição para o ano corrente em função do cenário;

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

- (ii) Sobrecontratação: as controladas Equatorial Maranhão e CEEE-D estão com um nível contratual de 102,51% e 105%, respectivamente, e ainda estão dentro dos limites de repasses para as tarifas. As controladas Equatorial Pará, Equatorial Piauí, Equatorial Alagoas e CEA estão com um nível de cobertura contratual de 105,62%, 106,51% e 105,86% e 105,89%, respectivamente, e serão tratadas como involuntárias. Para as controladas Equatorial Pará e Equatorial Alagoas constitui-se um ativo financeiro de R\$ 6.022 e R\$ 6.629, respectivamente, já a Controlada Equatorial Piauí reconheceu um passivo regulatório de R\$ 1.002; e
- (iii) Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD): A partir de 1º de outubro de 2021, a ANEEL liberou a suspensão de fornecimento para os beneficiários da tarifa social, baixa renda, que estava previsto na Resolução nº 936/2021. Nesse contexto, as controladas da Companhia anteciparam Campanha de Negociação com condições diferenciadas para proporcionar a regularização das dívidas dos clientes Baixa Renda (as resoluções que proibiam a suspensão de fornecimento de energia para outras classes de clientes não permaneceram vigentes no exercício de 2021, portanto, não há impacto para este exercício) e evitar a suspensão de fornecimento dessa classe de consumo. As controladas da Companhia intensificaram as ações de modo a aumentar a eficiência do seu processo de cobrança, tais como: envio de mensagem de texto, e-mail, corte, recorte, *call center*, assessoria de cobrança, negativação, protesto e visita. Essas ações de cobrança contribuíram para a redução da inadimplência em 2021, mantendo a PECLD em patamares históricos.

O efeito financeiro e econômico para as controladas da Companhia ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos. As controladas da Companhia já retornaram suas atividades presenciais, mantendo ainda as medidas de distanciamento social e higiene previstas pela OMS. As controladas da Companhia continuarão monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações contábeis.

1.3 Conta-Covid

Para aliviar parcialmente os impactos financeiros sofridos pelas distribuidoras por conta da pandemia, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 885/2020 que estabeleceu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta-Covid, destinada a receber recursos para cobrir déficits ou antecipar receitas de distribuidoras, criada pelo Decreto nº 10.350 de 18 de maio de 2020. A Conta-Covid visa antecipar recursos financeiros para as distribuidoras via o mecanismo tarifário. Os seguintes itens foram considerados nos valores a serem antecipados: (i) sobrecontratação de energia; (ii) saldo de Compensação de Variação de itens da parcela A (CVA) em constituição, a serem constituídos e não amortizados reconhecido no processo tarifário anterior à publicação da Resolução; (iii) neutralidade dos encargos setoriais; (iv) postergação, até 30 de junho de 2020, da aplicação dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras homologados até essa data; (v) saldo não amortizado de diferimentos reconhecidos ou revertidos no processo tarifário anterior à publicação da Resolução; e (vi) antecipação de itens relativos à Parcela B.

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 03 de julho de 2020, as controladas da Companhia aderiram à Conta-Covid e com essa adesão foram aplicadas restrições às distribuidoras controladas pela Companhia, sendo elas: (i) vedação de requerimentos de suspensão ou redução dos volumes de energia elétrica adquiridos por contratos de compra e venda de energia elétrica com fundamento na diminuição do consumo devido à pandemia, verificada até dezembro de 2020; (ii) limitação, no caso de inadimplemento intrasetorial, de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio ao percentual mínimo legal de 25% do lucro líquido, preservada a constituição das reservas legal e para contingências; e (iii) renúncia ao direito de discutir, no âmbito judicial ou arbitral, as condições, procedimentos e obrigações estabelecidas nos preceitos legais e regulamentares sobre a Conta-Covid, contudo, é preservado o direito de requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro. Estas restrições não estão vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Até 31 de dezembro de 2021, conforme os Despachos nºs 2.177/2020, 2.353/2020 e 2.640/2020, 2.914/2020, 3.197/2020, 3.490/2020 e 046/2021, respectivamente, publicados pela ANEEL, as controladas distribuidoras da Companhia receberam o montante de R\$ 1.293.509 da Conta-Covid.

A tabela a seguir, apresenta os repasses por Distribuidora:

Distribuidoras	31/07/2020	12/08/2020	14/09/2020	13/10/2020	12/11/2020	14/12/2020	12/01/2021	Total
Equatorial MA	116.674	19.114	9.472	206	1.698	59.930	38.127	245.221
Equatorial PA	284.511	30.622	785	-	-	89.680	118.620	524.218
Equatorial AL	320.945	3.689	-	-	-	-	-	324.634
Equatorial PI	143.482	22.634	13.434	10.695	6.088	3.103	-	199.436
Total	865.612	76.059	23.691	10.901	7.786	152.713	156.747	1.293.509

As controladas da Equatorial Energia S.A. concluíram que o repasse da Conta-Covid é uma amortização diretamente pelo poder concedente, através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) de parcelas que em situações normais seriam recebidas posteriormente via tarifa após incluídas nos reajustes tarifários.

Desta forma, via antecipação da parcela A e itens financeiros, as controladas da Companhia registraram acréscimo de caixa contra o recebimento do ativo financeiro setorial ou constituição de passivo financeiro setorial, em igual valor ao repasse dos recursos financeiros recebidos da CCEE. No caso dos passivos financeiros setoriais, esses serão amortizados quando do repasse dos efeitos da parcela A para o consumidor nos reajustes tarifários.

Vale relembrar que a Companhia e suas controladas trabalham com uma política de caixa conservadora, que busca manter a liquidez robusta, mediante a realização de aplicações em instituições financeiras de primeira linha e em operações com baixo risco de crédito, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros.

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2 Contratos de concessão

2.1 Distribuição de energia elétrica

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

2.1.1 Equatorial Maranhão

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 060/2000 (Contrato de Concessão), assinado em 28 de agosto de 2000 celebrado entre a ANEEL, a Equatorial Maranhão e a Equatorial Energia, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de agosto de 2030, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente.

A Equatorial Maranhão, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração.

2.1.2 Equatorial Pará

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 182/1998 (Contrato de Concessão), assinado em 28 de julho de 1998, celebrado entre a ANEEL, a Equatorial Pará e a Equatorial Energia, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente.

A Equatorial Pará, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração.

2.1.2.1 Fornecimento de energia elétrica aos sistemas isolados

Em licitação na modalidade de leilão (Leilão 02-2016 ANEEL), realizada pela ANEEL em abril de 2016, referente a 23 Usinas Termelétricas – UTE passaram a ser operadas pelo vencedor da licitação Consórcio Energia do Pará (CEPA) que desde fevereiro de 2017 tem a responsabilidade pela geração em todos os municípios que ainda não foram conectados ao Sistema Nacional Interligado (SIN), perdendo assim a validade do contrato 181/1998. Os prazos deste contrato, em sua maioria, são de 5 anos prorrogáveis por mais 12 meses. O processo acima tornou o Consórcio Energia do Pará (CEPA) o novo PIE (Produtor Independente de Energia), cabendo à Equatorial Pará a distribuição de energia elétrica nos municípios supra mencionados e manterá o mecanismo de reembolso de despesas inerentes ao processo do sistema isolado de energia elétrica, conforme REN 801/2017.

2.1.3 Equatorial Alagoas

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 002/2019 (Contrato de Concessão), assinado em 19 de março de 2019 celebrado entre a ANEEL, a Equatorial Alagoas e a Equatorial Energia, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 18 de março de 2049, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente.

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2.1.4 Equatorial Piauí

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 001/2018 (Contrato de Concessão), assinado em 18 de outubro de 2018 celebrado entre a ANEEL, a Equatorial Piauí e a Equatorial Energia, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 17 de outubro de 2048, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente.

2.1.5 Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 081/1999 (Contrato de Concessão), assinado em 25 de outubro de 1999, celebrado entre a ANEEL e a CEEE-D, alterado pelo 1º Termo Aditivo, 2º Termo Aditivo e 3º Termo Aditivo, de 17 de outubro de 2005, 13 de abril de 2010 e 10 de dezembro de 2014, respectivamente, para distribuição de energia elétrica. O 4º Termo Aditivo, de 09 de dezembro de 2015, prorrogou a concessão até 07 de julho de 2045, 30 anos, de acordo com o Despacho do Ministro de Minas e Energia, de 9 de novembro de 2015, fundamentado na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805, de 14 de setembro, e no Decreto nº 8.461, de 02 de junho de 2015. O 5º Termo Aditivo, de 25 de agosto de 2021, formalizou a transferência de controle social da CEEE-D para a Equatorial Participações e Investimentos S.A.

2.1.6 Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 01/2021 (Contrato de Concessão), assinado em 24 de novembro de 2021 celebrado entre a ANEEL, a Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA e a Equatorial Energia, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 23 de novembro de 2051, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente.

2.1.6.1 Fornecimento de energia elétrica aos sistemas isolados

Em licitação na modalidade de leilão (Leilão 01-2014 ANEEL), realizada pela ANEEL em setembro de 2014, a empresa Oiapoque Energia S/A se sagrou vencedora do certame e é responsável pelo atendimento à localidade isolada denominada CCESI, atualmente compreendida pelo município de Oiapoque, que não está conectado ao Sistema Nacional Interligado (SIN). O contrato tem a vigência de 10 anos e 15 meses. Cabe à Oiapoque Energia S.A. a produção de energia para a região e à Companhia de Eletricidade do Amapá a distribuição de energia elétrica no município supramencionados, mantendo o mecanismo de reembolso de despesas inerentes ao processo do sistema isolado de energia elétrica, conforme REN 801/2017.

2.2 Transmissão de energia elétrica

Os contratos de concessão assinados entre a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e as controladas transmissoras de energia estabelecem regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. Os contratos de concessão também estabelecem como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2.2.1 Equatorial Transmissora 1 SPE

Conforme Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 020/2017 – ANEEL (Contrato de Concessão), assinado em 10 de fevereiro de 2017, celebrado entre a União (Poder Concedente) e a Equatorial Transmissora 1 SPE S.A., o prazo de concessão são de 30 (trinta) anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual período, a critério do poder concedente.

2.2.2 Equatorial Transmissora 2 SPE

Conforme Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 08/2017 – ANEEL (Contrato de Concessão), assinado em 10 de fevereiro de 2017, celebrado entre a União (Poder Concedente) e a Equatorial Transmissora 2 SPE S.A., o prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 9 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual período, a critério do Poder Concedente.

2.2.3 Equatorial Transmissora 3 SPE

Conforme Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 020/2017- ANEEL (Contrato de Concessão), assinado em 10 de fevereiro de 2017, celebrado entre a União (Poder Concedente) e a Equatorial Transmissora 3 SPE S.A., o prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual período, a critério do poder concedente.

2.2.4 Equatorial Transmissora 4 SPE

Conforme Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 020/2017 – ANEEL (Contrato de Concessão), assinado em 10 de fevereiro de 2017, celebrado entre a União (Poder Concedente) e a Equatorial Transmissora 4 SPE S.A., o prazo de concessão são de 30 (trinta) anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual período, a critério do poder concedente.

2.2.5 Equatorial Transmissora 5 SPE

Conforme Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 013/2017 – ANEEL (Contrato de Concessão), assinado em 10 de fevereiro de 2017, celebrado entre a União (Poder Concedente) e a Equatorial Transmissora 5 SPE S.A., o prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual período, a critério do poder concedente.

2.2.6 Equatorial Transmissora 6 SPE

Conforme Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 014/2017 – ANEEL (Contrato de Concessão), assinado em 10 de fevereiro de 2017, celebrado entre a União (Poder Concedente) e a Equatorial Transmissora 6 SPE S.A., o prazo de concessão são de 30 (trinta) anos, com vencimento em 10 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual período, a critério do poder concedente.

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2.2.7 Equatorial Transmissora 7 SPE

Conforme Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 020/2017 – ANEEL (Contrato de Concessão), assinado em 10 de fevereiro de 2017, celebrado entre a União e a Equatorial Transmissora 7 SPE S.A., o prazo de concessão são de 30 (trinta) anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual período, a critério do poder concedente.

2.2.8 Equatorial Transmissora 8 SPE

Conforme Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 048/2017- ANEEL (Contrato de Concessão), assinado em 21 de julho de 2017 celebrado entre a União (Poder Concedente) e a Equatorial Transmissora 8 SPE S.A., o prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 20 de julho de 2047, podendo ser renovado por igual período, a critério do Poder Concedente.

2.2.9 Equatorial Transmissora 9 SPE (Intesa)

Conforme Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 002/2006- ANEEL (Contrato de Concessão), assinado em 27 de abril de 2006, celebrado entre a União (Poder Concedente) e firmado com a Integração Transmissora de Energia S.A., o prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, podendo ser renovado por igual período, a critério do poder concedente.

2.3 Abastecimento de água e esgotamento sanitário

2.3.1 Concessionária de Saneamento do Amapá (CSA)

Conforme Contrato de Concessão da prestação regionalizada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário e dos serviços complementares dos municípios do Estado do Amapá (“Contrato de concessão”), assinado em 21 de dezembro de 2021, celebrado entre o Estado do Amapá (“Estado”) e a CSA, com vencimento em 21 de dezembro de 2056, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente.

O Contrato de concessão prevê, como condição à exploração da Concessão, pagamento de outorga aos municípios que integram a concessão no montante de R\$ 930.008. Além do pagamento da outorga, o Contrato de concessão estabelece realização de investimento adicionais, no montante de R\$ 830.000, atualizado pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), a partir do terceiro ano de concessão, ao longo de um período de dez anos.

Em 21 de dezembro de 2021, a controlada da Companhia deu início a fase de operação assistida, que ocorrerá no período de 180 dias, podendo ser prorrogado por mais 90 dias. Nesta fase, a controlada da Companhia realizará o acompanhamento das atividades relacionadas à operação do sistema, figurando a Companhia da Água e Esgoto do Amapá (“CAESA”), para todos os efeitos, como responsável pela operação do sistema e titular das receitas provenientes desta operação.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

3 Base de preparação e apresentação das informações contábeis individuais e consolidadas

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As controladas da Companhia também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho da Administração da Companhia em 22 de março de 2022.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas.

3.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos apresentados foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

3.4.1 Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre julgamentos, incertezas sobre premissas e estimativas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 4.1 – Base de consolidação:** Determinação se o Grupo detém de fato o controle sobre uma investida;
- **Nota explicativa nº 4.1.1 – Combinação de negócios:** Determinação se um conjunto de atividades e ativos adquiridos atendem a definição de negócio e se houve a transferência de controle para o Grupo;
- **Nota explicativa nº 8 - Contas a receber de clientes :** Estimativas dos montantes da receita sobre a energia consumida, porém não faturada;
- **Nota explicativa nº 8.2 - Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber:** Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável;
- **Nota explicativa nº 9 - Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros:** Critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens;
- **Nota explicativa nº 12 – Equivalência patrimonial em investidas:** Determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida;
- **Nota explicativa nº 13 - Ativo financeiro da concessão:** Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão;
- **Nota explicativa nº 14 - Intangível:** Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor;
- **Notas explicativas nº 15 (Ativo de contrato) e nº 27 (Receita operacional líquida):**
Na contabilização dos contratos de concessão, as controladas transmissoras da Companhia efetuam análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.

A Administração das controladas transmissoras da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que as controladas transmissoras da Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, as controladas transmissoras da Companhia estimam a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa das controladas transmissoras da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que as controladas transmissoras da Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando as controladas das transmissoras da Companhia avaliam que a sua ocorrência é provável.

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

- **Nota explicativa 20.1 - Imposto de renda e contribuições sociais diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro. Os tributos diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores para fins de tributação; e em relação aos prejuízos fiscais, considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro;

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

- **Nota explicativa nº 24 - Provisão para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas, regulatórios e ambientais:** Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos;
- **Nota explicativa nº 26.7 - Planos de opção de compra de ações:** Probabilidade de exercício de opções;
- **Nota explicativa nº 32 - Benefício pós-emprego:** Reconhecimento dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria, através da avaliação atuarial que envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões;
- **Nota explicativa nº 33 - Instrumentos financeiros:** Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos; e
- **Nota explicativa nº 33.4 – Valor justo de instrumentos financeiros derivativos:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia e suas controladas utilizaram a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ativos estes não negociados em mercados ativos.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

(a) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC/ IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia e suas controladas reconhecem, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis, em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 33.3 – Categoria e valor justo dos Instrumentos financeiros.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4 Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 4.23.

4.1 Base de consolidação

4.1.1 Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

O Grupo tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida pela aquisição de uma subsidiária compreende os seguintes componentes: (i) o valor justo dos ativos transferidos; (ii) os passivos assumidos do negócio adquirido; (iii) o valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de uma contraprestação contingente, quando aplicável; e (iv) o valor justo de qualquer participação acionária pré-existente na subsidiária, quando aplicável. A Companhia reconhece a participação de não controlador em uma subsidiária adquirida pela participação proporcional da participação dos acionistas não controladores nos ativos líquidos identificáveis a valor justo desta subsidiária.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

Estimativas e julgamentos críticos

No processo de mensuração da combinação de negócio a Administração da Companhia aplica premissas e técnicas de avaliação nos principais elementos (ativos adquiridos e passivos assumidos) identificados na aquisição. Aplicação dessas premissas e técnicas de avaliação envolve julgamento por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão, e as características individuais dos elementos que estão sendo avaliados. Como resultado, o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos mensurados inicialmente na combinação de negócios podem sofrer variações significativas entre os resultados projetados pela Companhia e os resultados reais alcançados, estas variações podem ocorrer em função de revisão de fatores de investimentos, estratégicos ou operacionais, além do nível de crescimento e da taxa de desconto.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4.1.1.1 Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Em 31 de março de 2021, a Equatorial Participações e Investimentos S.A (“Equatorial Participações”), controlada da Companhia, sagrou-se vencedora no processo licitatório na modalidade de leilão (“Leilão”), realizado na forma do edital de leilão nº 01/2020 - Alienação de Ações Ordinárias e Preferenciais da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (“Edital”).

Em 27 de maio de 2021, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio do Despacho 1.516, anuiu a transferência de controle da CEEE-D à Equatorial Participações, com prazo de implantação da operação de até 120 dias a partir da data do Despacho. Em 31 de maio de 2021, transitou em julgado a operação de compra e venda pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Nos termos do Edital do Leilão, a Equatorial Participações adquiriu 64.920.583 ações ordinárias e 1.087 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da CEEE-D, equivalentes a 95,12% do total das ações de emissão da CEEE-D e, respectivamente, a 95,35% das ações ordinárias e 0,66% das ações preferenciais da CEEE-D, sendo que, dessas ações, 5.317 ações ordinárias de emissão da CEEE-D estão atualmente bloqueadas judicialmente e serão transferidas à Equatorial Participações assim que se tornarem livres e desembaraçadas de tal restrição.

Em 05 julho de 2021, foi aprovado o processo de desestatização da CEEE-D pela ANEEL, através do Despacho nº 1.516, de 27 de maio de 2021. Em 08 de julho de 2021, após a assinatura do contrato de compra e venda a controlada da Companhia, a Equatorial Participações assumiu oficialmente o controle da CEEE-D e passou a consolidá-la.

A aquisição de controle da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D permitirá ao Grupo iniciar sua participação no mercado de distribuição de energia da região sul.

Da data de aquisição: Desde a data da aquisição, a CEEE-D contribuiu com receita líquida de R\$2.824.710 e prejuízo de R\$ 61.531 às informações contábeis consolidadas. Caso a aquisição tivesse ocorrido no início do exercício, ou seja, em 01 de janeiro de 2021, a CEEE-D teria contribuído com R\$ 4.888.063 de receita líquida e R\$ 394.235 de prejuízo do exercício.

(a) Contraprestação transferida

Conforme mencionado acima, no dia 08 de julho de 2021 foi celebrado o contrato de compra e venda e outras avenças, que a Equatorial Participações S.A. adquiriu 95,12% do capital social total e votante da controlada, em contrapartida ao pagamento de R\$ 145, à Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações S.A. A Equatorial Participações S.A. não está sujeita a contraprestações contingentes ou possui direito a indenizações que possam afetar o preço de compra.

(b) Custos de aquisição

Os custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 4.439 foram contabilizados como despesas gerais e administrativas.

(c) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

A alocação preliminar de valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de cada aquisição da CEEE-D é apresentada a seguir:

	<u>30/06/2021</u>
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	137.647
Contas a receber de clientes	827.670
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	185.478
Depósitos judiciais	178.100
Impostos e contribuições a recuperar	918.809
Serviços pedidos	44.628
Direito de uso	41.485
Outros ativos	258.086
Ativo financeiro da concessão	348.378
Intangível	4.846.761
Passivos	
Fornecedores	(815.405)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(102.014)
Empréstimos e financiamentos	(1.104.868)
Impostos e contribuições a recolher	(2.467.386)
Encargos setoriais	(385.498)
Plano de aposentadoria e pensão	(1.098.051)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	(786.151)
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	(795.565)
Outros passivos	(231.952)
Total dos ativos identificáveis, líquido	152
(-) Participação dos minoritários (4,88%)	(7)
Ativos líquidos adquiridos (95,12%)	145
(-) Contraprestação paga	145
Ágio	-

Mensuração de valores justos

Na mensuração dos valores justos foram utilizadas técnicas de avaliação considerando preços de mercado para itens semelhantes, custos de reposição, fluxo de caixa descontado, entre outros.

As premissas e técnicas de avaliação dos principais ativos adquiridos e dos passivos assumidos identificados na aquisição da CEEE-D são conforme a seguir:

- Prazo de concessão de 24 anos remanescentes;
- Volume de energia esperada para a classe de consumidores, de acordo com a metodologia da ANEEL;
- Despesas operacionais baseadas em estimativas da Administração, considerando a experiência do Grupo em gestão de contratos de concessão;
- Mensuração da participação dos acionistas não controladores de acordo com sua participação proporcional nos ativos e passivos reconhecidos da CEEE-D;
- Não foram reconhecidos impostos diferidos relacionados à combinação de negócios, uma vez que a base fiscal e a base contábil, incluindo ajustes ao valor justo, eram as mesmas na data da aquisição;
- Taxa de desconto refletindo o custo médio ponderado de capital de 7,83% ("WACC" – *Weighted Average Capital Cost*), em nível adequado à percepção do risco de mercado e adequada remuneração aos acionistas; e
- Passivos contingentes relacionados aos processos judiciais da CEEE-D, baseado na melhor estimativa de perda pela Administração, considerando o valor justo que reflete as decisões judiciais recentes e ampla jurisprudência formada relacionada com os pleitos dos referidos processos judiciais.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4.1.1.2 Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA

Em 25 de junho de 2021, a Equatorial Participações e Investimentos II S.A (“Equatorial Participações II”), controlada da Companhia, sagrou-se vencedora no processo licitatório na modalidade de leilão (“Leilão”), realizado na forma do Edital nº 01/2021 - Alienação de Ações Ordinárias e Preferenciais da Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA (“Edital”).

Em 13 de agosto de 2021, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio do Despacho 2.470, anuiu a transferência de controle da CEA à Equatorial Participações II, com prazo de implantação da operação de até 120 dias a partir da data do Despacho. Em 16 de agosto de 2021, transitou em julgado a operação de compra e venda pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Nos termos do Edital do Leilão, a Equatorial Participações II adquiriu 1.116.360.715 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, equivalentes a 99,86% do total das ações de emissão da CEA.

Em 23 de novembro de 2021, foi aprovado o processo de desestatização da CEEE-D pela ANEEL, por meio do Despacho 2.470, de 13 de agosto de 2021. Em 23 de novembro de 2021, após a assinatura do contrato de compra e venda a controlada da Companhia, a Equatorial Participações II assumiu oficialmente o controle da CEA e passou a consolidá-la.

A aquisição de controle da Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA permitirá ao Grupo reforçar sua participação no mercado de distribuição de energia da região norte.

Da data de aquisição: Desde a data da aquisição, a CEA contribuiu com receita líquida de R\$ 58.931 e prejuízo de R\$ 46.594 às informações contábeis consolidadas. Caso a aquisição tivesse ocorrido no início do exercício, ou seja, em 01 de janeiro de 2021, a CEA teria contribuído com R\$ 1.550.132 de receita líquida e R\$ 426.906 de lucro do exercício.

(a) Contraprestação transferida

Conforme mencionado acima, no dia 23 de novembro de 2021 foi celebrado o contrato de compra e venda e outras avenças, que a Equatorial Participações II S.A. adquiriu 99,86% do capital social total e votante da controlada, em contrapartida ao pagamento de R\$ 400.050, ao Estado do Amapá. A Equatorial Participações II S.A. não está sujeita a contraprestações contingentes ou possui direito a indenizações que possam afetar o preço de compra.

(b) Custos de aquisição

Os custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 9.611 foram contabilizados como despesas gerais e administrativas.

(c) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A alocação preliminar de valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de cada aquisição da CEA é apresentada a seguir:

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	30/11/2021
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	393.216
Contas a receber de clientes	262.891
Impostos e contribuições a recuperar	12.614
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	2.570
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	20.114
Outros ativos	103.915
Investimentos	122.664
Ativo financeiro da concessão	2.708
Intangível	1.330.110
Ativo de contrato	18.587
Passivos	
Fornecedores	(1.009.955)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(11.733)
Impostos e contribuições a recolher	(425.139)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(48.952)
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	(36.453)
Provisões para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	(242.202)
Outros passivos	(94.364)
Total dos ativos identificáveis, líquido	400.591
(-) Participação dos minoritários (0,14%)	(541)
Ativos líquidos adquiridos (99,86%)	400.050
(-) Contraprestação paga	400.050
Ágio	-

Mensuração de valores justos

Na mensuração dos valores justos foram utilizadas técnicas de avaliação considerando preços de mercado para itens semelhantes, custos de reposição, fluxo de caixa descontado, entre outros.

As premissas e técnicas de avaliação dos principais ativos adquiridos e dos passivos assumidos identificados na aquisição da CEA são conforme a seguir:

- Prazo de concessão de 30 anos;
- Volume de energia esperada para a classe de consumidores, de acordo com a metodologia da ANEEL;
- Despesas operacionais baseadas em estimativas da Administração, considerando a experiência do Grupo em gestão de contratos de concessão;
- Mensuração da participação dos acionistas não controladores de acordo com sua participação proporcional nos ativos e passivos reconhecidos da CEA;
- Não foram reconhecidos impostos diferidos relacionados à combinação de negócios, uma vez que a base fiscal e a base contábil, incluindo ajustes ao valor justo, eram as mesmas na data da aquisição; e
- Taxa de desconto refletindo o custo médio ponderado de capital de 8,07% ("WACC" – *Weighted Average Capital Cost*), em nível adequado à percepção do risco de mercado e adequada remuneração aos acionistas.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4.1.2 Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

4.1.3 Participação de acionistas não controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição, bem como sobre o valor justo nos ativos identificáveis e passivos assumidos.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

4.1.4 Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite à Companhia controle compartilhado da entidade e dá à Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

As entidades controladas em conjunto são a Geradora de Energia do Norte S.A. e Vila Velha Termoeletricas Ltda.

4.1.5 Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4.2 Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

4.3 Receita operacional

4.3.1 Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando (ou à medida que) as controladas da Companhia satisfizerem à obrigação de performance ao transferir o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo.

As controladas transferem o controle do bem ou serviço ao longo do tempo e, portanto, satisfaz à obrigação de performance e reconhece receitas ao longo do tempo, se um dos critérios a seguir for atendido: (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte das controladas à medida que as controladas efetivam o desempenho; (b) o desempenho por parte das controladas criam ou melhoram o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; ou (c) o desempenho por parte das controladas não criam um ativo com uso alternativo para as controladas e as controladas possuem direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

A receita operacional é composta da seguinte forma:

4.3.1.1 Distribuição

(i) Receita de distribuição

O faturamento e respectivo reconhecimento da receita de distribuição de energia elétrica são efetuados mensalmente de acordo com o calendário de leitura. Além disso, a Companhia reconhece a receita não faturada, correspondente ao período entre a data da última leitura e o encerramento do mês, que é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

As receitas de distribuição são classificadas como: i) Fornecimento de energia elétrica para o consumidor; e ii) Energia elétrica no mercado de curto prazo. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

(ii) Receita pela disponibilidade – uso da rede

As controladas distribuidoras da Companhia reconhecem receita pela disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes livre e cativos. Tal receita é calculada conforme Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD definida pela ANEEL.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

(iii) Receita de construção

As controladas distribuidoras da Companhia contabilizam receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

A margem de construção é nula, considerando que: (i) o modelo tarifário não prevê margem de lucro para atividade de construção da infraestrutura; (ii) a atividade fim das Controladas é a distribuição de energia elétrica; (iii) as construções são realizadas substancialmente por meio de serviços de terceiros; e (iv) não há previsão de ganhos em construção nos planos da Administração das controladas distribuidoras da Companhia.

4.3.1.2 Transmissão

As receitas das controladas transmissoras da Companhia em linha com o CPC 47, reconhecidas como receita operacional, são:

(i) Receita de construção e melhoria de infraestrutura

As receitas de infraestrutura (que são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica), são reconhecidas ao longo do tempo aplicando-se a margem, definida no início do contrato, sobre os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente.

(ii) Remuneração dos ativos da concessão

Para o reconhecimento da receita de remuneração sobre o ativo contratual, registra-se uma receita de remuneração financeira pelo método linear, sob a rubrica remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa atualização mensal deve remunerar a infraestrutura e a indenização que a Companhia espera receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

(iii) Receita de operação e manutenção (O&M)

A receita de operação e manutenção (O&M) é decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, tais montantes são acrescidos da margem projetada definida nas projeções iniciais do projeto. O reconhecimento das receitas de Operação e Manutenção (O&M) ocorrem após o término da fase de construção.

4.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4.5 Ativo financeiro da concessão (ativo indenizável)

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, celebrados entre a União (poder concedente - outorgante) e as controladas distribuidoras da Companhia (concessionária - operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pelas controladas distribuidoras da Companhia, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica das controladas distribuidoras da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição ("VNR"), classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. O VNR é determinado de acordo com a estimativa dos custos necessários para a substituição completa de um ativo por outros que tenham a mesma funcionalidade, qualidade de serviços e a mesma capacidade que o ativo existente, mensurado pelo valor justo por meio do resultado; e
- Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com a reavaliação do bem, classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores, nota explicativa nº 13 – Ativo financeiro da concessão.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo financeiro e intangível das controladas distribuidoras da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

VNR, Base de Remuneração Regulatória (BRR), que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. As controladas distribuidoras da Companhia contabilizam a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição e transmissão de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

As controladas distribuidoras da Companhia reconhecem um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhorias prestados.

Caso as controladas distribuidoras da Companhia sejam ressarcidas pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber e, não são reclassificados após o seu reconhecimento inicial, a menos que as controladas distribuidoras da Companhia alterem seu modelo de gestão para o ativo financeiro.

4.6 Valores a receber da Parcela A e outros itens financeiros

As tarifas de energia elétricas, conforme modelo tarifário em vigor, devem considerar uma receita suficiente de modo a garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Nesse sentido, as distribuidoras de energia elétrica estão autorizadas a cobrar de seus consumidores: (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B, e ajuste da Parcela A.

A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas:

- Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho das Controladas da Companhia, ou seja, os custos incorridos pelas Controladas da Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pelas Controladas da Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Essas diferenças são registradas pelo regime de competência com base em estimativa como receita, através de um ativo setorial ou de uma redução do ativo financeiro no caso de passivo setorial.

Esses valores serão efetivamente liquidados no próximo período tarifário (quando do efetivo repasse à tarifa) ou, em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista. Esta liquidação é apenas financeira, já que o efeito no resultado do exercício via ajuste de receita já foi reconhecido pelo regime de competência.

4.7 Ativos intangíveis

4.7.1 Contratos de concessão de serviços

As controladas distribuidoras da Companhia reconhecem como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

Os valores registrados no ativo intangível da controlada Companhia de Saneamento do Amapá – CSA correspondem a valores pagos a título de outorga aos municípios que integram a concessão como condição à exploração da concessão. Esses direitos de concessão são amortizados linearmente pelo prazo de concessão diretamente relacionado.

4.7.2 Obrigações especiais

Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituídas por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com as controladas distribuidoras da Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador.

4.7.3 Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelas controladas distribuidoras da Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumulada do seu valor recuperável.

4.7.4 Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelas controladas da Companhia.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4.7.5 Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão das Controladas da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual as controladas da Companhia têm a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

4.8 Ativos de contrato

4.8.1 Distribuição

Os ativos de contrato são direitos à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão (ICPC 01), devem ser classificados como ativos de contrato em face das controladas da Companhia terem o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativos de contrato) para intangível da concessão, em que a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário ser determinada de acordo com os termos do contrato de concessão.

Os ativos de contrato (infraestrutura em construção) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição.

4.8.2 Transmissão

O serviço público de transmissão de energia elétrica é regulado por meio de contrato de concessão firmado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e as controladas transmissoras da Companhia, a qual compete transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.

O contrato de concessão determina que as controladas transmissoras da Companhia realize a construção de uma infraestrutura de transmissão ou investimento em sua melhoria.

As controladas transmissoras da Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários à medida que as obrigações de desempenho são cumpridas, em contrapartida, recebem a título de remuneração Receita Anual Permita (RAP), durante toda vigência do contrato.

Os investimentos realizados na infraestrutura de transmissão são amortizados à medida que os recebimentos ocorrem. Eventuais investimentos não realizados geram direito de indenização pelo poder Concedente (quando previsto em contrato) que, no final da concessão, receberá toda a infraestrutura de transmissão.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

A partir de 1º de janeiro de 2018, com o advento do Pronunciamento Técnico (CPC 47) – Receita de Contrato de Clientes (correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 15), houve a necessidade de serem identificadas as obrigações de performance previstas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica. Desta forma, duas obrigações de performance estão contempladas na relação contratual das controladas transmissoras da Companhia com o Outorgante, a saber: (i) construção e melhoria de infraestrutura (C&M); e (ii) operação e manutenção (O&M).

Em 1º de dezembro de 2020, a CVM divulgou o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 que fornece orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC 47 (IFRS 15) e do CPC48 (IFRS 9) que devem ser observados na elaboração das demonstrações contábeis das controladas transmissoras da Companhia em 31 de dezembro de 2020, abordando principalmente: (i) determinação e atribuição de margem de implementação da infraestrutura ao longo do período das obras; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto aos ativos dos contratos de concessão; (iii) orientação quanto à classificação dos ativos da Lei nº 12.783/13 como Ativo de contrato; e (iv) segregação em rubrica específica na demonstração de resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; e (v) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) em função de alteração na Base de Remuneração Regulatória (BRR) ou na taxa de remuneração de capital (*WACC Weighted Average Cost of Capital* regulatório) em rubrica abaixo da margem operacional.

À medida que as obrigações de performance são cumpridas, a receita é reconhecida contra um ativo de contrato até a devida homologação pela ANEEL. Após a homologação, momento em que as controladas transmissoras da Companhia obtém o direito incondicional de caixa, os valores são classificados como ativo financeiro.

4.9 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

4.10 Encargos regulatórios

A receita de prestação de serviços de distribuição está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- **Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE)** – Encargo estabelece em que as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, conforme estabelecido na Lei nº. 9.991/2000, com alterações inseridas pela Lei nº 14.120/2021, os percentuais mínimos a aplicar (P&D e PEE) e a recolher (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME), Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) e Conta de desenvolvimento energético (CDE), da tabela a seguir:

Até 31/12/2022						
P&D (% da ROL)				PEE (% da ROL)		
P&D/ANEEL	CDE	FNDCT	MME	PEE/ANEEL	CDE	PROCEL
0,14 a 0,2	até 0,06	0,2	0,1	0,28 a 0,4	até 0,12	0,1

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

- **Conta de desenvolvimento energético (CDE)** - Fundo setorial que tem como objetivo custear diversas políticas públicas do setor elétrico brasileiro. Nota explicativa nº 9 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, para mais detalhes;
- **Encargo de serviços do sistema (ESS)** - Tem como finalidade destinar recursos à cobertura dos custos dos serviços do SIN (Sistema Interligado Nacional) , compreende entre outros: custos decorrentes da geração despachada independentemente da ordem de mérito; a reserva de potência operativa para a regulação da frequência do sistema e sua capacidade de partida autônoma; a reserva de capacidade superior aos valores de referência estabelecidos para cada gerador, necessária para a operação do sistema de transmissão; e a operação dos geradores como compensadores síncronos, a regulação da tensão e os esquemas de corte de geração e alívio de cargas. O EER (Encargos de Energia de Reserva) representa todos os custos decorrentes da contratação da energia de reserva, entendida como aquela destinada a aumentar a segurança no fornecimento de energia elétrica ao SIN (Sistema Interligado Nacional). Nota explicativa nº 9 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, para mais detalhes; e
- **Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica (TFSEE)** - Destina-se à cobertura do custeio das atividades da ANEEL e tem sua metodologia de cálculo detalhada no submódulo 5.5. do Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET. A TFSEE foi instituída pela Lei n.º 9.427/1996, regulamentada pelo Decreto n.º 2.410/1997, e posteriormente alterada pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que reduziu o valor de 0,5% para 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária. Nota explicativa nº 9 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, para mais detalhes.

Esses encargos são apresentados como dedução da receita de uso do sistema de distribuição na demonstração do resultado.

4.11 Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando as controladas da Companhia receberem benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

4.11.1 Benefícios fiscais

Equatorial Maranhão SUDENE

Em 08 de agosto de 2018, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 0101/2018, que outorga à Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. o direito à redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2018 até o ano de 2027.

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Equatorial Alagoas

SUDENE

Em 08 de novembro de 2019, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 0066/2019, que outorga à Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. o direito à redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2019 até o ano de 2028.

Equatorial Piauí

SUDENE

Em 24 de setembro de 2018, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 244/2018, que outorga à Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. o direito à redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2018 até o ano de 2027.

Equatorial Pará

SUDAM

Em 28 de dezembro de 2018, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiu o Laudo Constitutivo nº 180/2018, que outorga à Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. o benefício de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de diversificação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de vigência de 2018 até o ano de 2027.

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Crédito presumido de ICMS

Em 22 de julho de 2021, a Secretaria de Fazenda do Estado do Amapá (SEFAZ) e a Companhia de Eletricidade do Amapá firmaram o termo de acordo 001/2021 em que o Estado concederá crédito presumido de 10% (dez por cento) calculados sobre o valor do faturamento bruto dos estabelecimentos da acordante localizados no Estado, no segundo mês anterior ao crédito que deverão ser utilizados, exclusivamente na liquidação de débitos vencidos e vincendos decorrentes do consumo de energia elétrica da Administração Pública Estadual, incluídas suas autarquias e fundações.

Equatorial Telecomunicações

SUDENE

Em 08 de novembro de 2018, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 0173/2018, que outorga à Equatorial Telecomunicações S.A. o direito à redução do imposto de renda de 75%, para as receitas de Serviço de Comunicação de Multimídia (SCM), com prazo de vigência de 2019 até o ano de 2028.

Em 26 de dezembro de 2019 a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 0243/2019, que outorga à Equatorial Telecomunicações S.A. o direito à redução do imposto de renda de 75%, para as receitas de STFC, com prazo de vigência de 2019 até o ano de 2028.

SPE 01 e 02

SUDENE

Em 21 de outubro de 2020, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 80/2020, que outorga à Equatorial Transmissora 1 SPE S.A. e o Laudo Constitutivo nº 79/2020, que outorga à Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. o direito à redução de 75% do imposto de renda sob a justificativa de implantação de linhas de transmissão na área de atuação da Sudene, com o prazo de vigência de 2021 até o ano de 2030.

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

SPE 03

SUDENE

Em 11 de janeiro de 2019, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu a Resolução N° 366/2018, que outorga à Equatorial Transmissora 3 SPE S.A. o direito à redução de 75% do imposto de renda, cuja a fruição está condicionada a entrada em operação do empreendimento e a apresentação dos documentos exigidos na legislação para fins de obtenção do Laudo Constitutivo.

SPE 04

SUDENE

Em 21 de outubro de 2020, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu a Resolução N° 367/2018, que outorga à Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. o direito à redução de 75% do imposto de renda, cuja fruição do benefício está condicionada à entrada e operação do empreendimento, e apresentação à SUDENE dos documentos exigidos na legislação para fins de obtenção de Laudo Constitutivo.

SPE 05

SUDENE

Em 22 de dezembro de 2021, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo N° 216/2021, que outorga à Equatorial Transmissora 5 SPE S.A. a redução de 75% do imposto de renda, sob a justificativa de implantação de linhas de transmissão, com prazo de vigência de 2022 a 2031.

SPE 06

SUDENE

Em 08 de novembro de 2018, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu a Resolução N° 320/2018, que outorga à Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. o direito à redução de 75% do imposto de renda, cuja a fruição está condicionada a entrada em operação do empreendimento e a apresentação dos documentos exigidos na legislação para fins de obtenção do Laudo Constitutivo.

SPE 07

SUDAM

Em 05 de dezembro de 2018, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiu a Resolução N° 203/2018, que outorga à Equatorial Transmissora 7 SPE S.A. o direito à redução de 75% do imposto de renda, cuja a fruição está condicionada a entrada em operação do empreendimento e a apresentação dos documentos exigidos na legislação para fins de obtenção do Laudo Constitutivo.

SPE 08

SUDAM

Em 30 de dezembro de 2020, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiu o Laudo Constitutivo n° 98/2020, que outorga à Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. o direito à redução de 75% do imposto de renda, sob a justificativa de implantação de linhas de transmissão na área de atuação da Sudam, com o prazo de vigência de 2020 até o ano de 2029.

INTESA

SUDAM

Em 31 de dezembro de 2018 a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiu o Laudo Constitutivo n° 201/2018, que outorga à INTESA a redução do imposto de renda em 75%, sob a justificativa de modernização total de suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2018 a 2027.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Redução do ICMS

A INTESA goza de incentivo fiscal, concedidos mediante Termo de Acordo de Regime Especial-TARE nº 1956/2007 firmado com a Secretaria da Fazenda do Estado de Tocantins. Conforme esse acordo, a base de cálculo do ICMS é reduzida em 60% relativo ao diferencial de alíquotas de importação de máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes, peças e outros materiais, destinados à construção, operação e manutenção das instalações das linhas de transmissão de energia elétrica, localizadas em território tocantinense. Esses incentivos estão sendo mensalmente amortizados pelo prazo do Contrato de Concessão.

REIDI

As controladas transmissoras da Companhia obtiveram habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, instituído pela Lei nº 11.488/2007, que concede o benefício fiscal de suspensão das contribuições PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo de 5 (cinco) anos.

4.11.2 Benefícios para reinvestimentos

Equatorial Maranhão

São decorrentes de benefício fiscal instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 5.508/1968, modificado pela Lei nº 8.167/1991, Lei nº 9.532/1997, e Medida Provisória nº 2.199/2014, que permite às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infraestrutura e turismo, considerados prioritários conforme Decreto nº 4.213/2002, que estejam em operação na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, reinvestir em seus próprios projetos de modernização ou complementação de equipamentos. O reinvestimento corresponde a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela (50% desses 30%) de Recursos Próprios. Os valores são recolhidos ao Banco do Nordeste (BNB) e podem ser utilizados no ressarcimento de despesas já realizadas no ano-calendário correspondente à opção, ou para adquirir equipamentos novos, sendo vedada a utilização dos recursos em equipamentos usados ou reconicionados.

4.12 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- Receita e despesas de juros;
- Rendimento de aplicações financeiras;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber);
- Ganhos/perdas líquidos nos instrumentos financeiros derivativos que são reconhecidos no resultado;
- Descontos concedidos e obtidos; e
- Outras receitas e despesas financeiras.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

4.13 Benefícios a empregados

4.13.1 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso as controladas da Companhia tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.13.2 Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

4.13.3 Planos de benefício definido

As obrigações líquidas das controladas da Companhia para os planos de benefício definido é calculadas para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para as controladas da Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Mensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. As controladas da Companhia determinam os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo /ativo de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo/ativo de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. As controladas da Companhia reconhecem ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

4.13.4 Plano de opção de compra de ações

A Equatorial Energia S.A. concedeu plano de pagamento baseado em ações e opção de compra de ações a executivos das Companhias do Grupo.

A Companhia reconhece os produtos ou os serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações quando ela obtiver os produtos ou a medida que receber os serviços. Em contrapartida, a Companhia reconhece o correspondente aumento do patrimônio líquido se os produtos ou serviços forem recebidos em transação com pagamento baseado em ações liquidadas em instrumentos patrimoniais, ou um passivo financeiro, correspondente ao pagamento baseado em ações liquidado em caixa (ou com outros ativos).

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido ou passivo, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço na data de aquisição (*vesting date*).

4.14 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

4.14.1 Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia e suas controladas compensam os ativos e passivos fiscais correntes se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.14.2 Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais e sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis constantes nas demonstrações financeiras e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia e suas controladas.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são ajustados na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço.

4.15 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33 - Resultado por Ação.

4.16 Instrumentos financeiros

4.16.1 Reconhecimento e mensuração inicial

Os contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4.16.2 Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia e suas controladas não possuem ativo financeiro ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4.16.3 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(c) Reforma na taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, as controladas da Companhia atualizam a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- A mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- A nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior, ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, as controladas da Companhia atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, as controladas da Companhia aplicam as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

4.16.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4.16.5 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

A controlada direta Equatorial Piauí e as controladas indiretas Equatorial Pará, Equatorial Maranhão, CEEE-D, CEA e Equatorial Telecomunicações mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. As controladas da Companhia não possuem derivativos embutidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do *hedge* de fluxo de caixa, definido abaixo:

(a) *Hedge* diretamente afetados pela reforma da taxa de juros de referência

As controladas da Companhia alteram a descrição do instrumento de *hedge* apenas se as seguintes condições forem satisfeitas:

- Há uma alteração exigida pela reforma da IBOR, alterando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais do instrumento de *hedge* ou usando outra abordagem que seja economicamente equivalente à alteração da base para determinar os fluxos de caixa contratuais do instrumento de *hedge* original; e
- O instrumento de *hedge* original não é desreconhecido.

Hedge de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Conforme CPC 48 (IFRS 9), no início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia e suas controladas formalmente designam e documentam a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*.

Para maiores informações sobre a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia e suas controladas avaliam se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge*, incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*, vide nota 33.4.

4.17 Capital social

4.17.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstradas no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4.17.2 Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

4.17.3 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25/IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes e ICPC 08 (R1) – Contabilização da Proposta de Pagamentos de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos.

A Companhia registra um passivo equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “Proposta de distribuição de dividendo adicional” no patrimônio líquido.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de “dividendo adicional proposto”. Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

4.18 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

4.18.1 Ativos financeiros não derivativos

As controladas da Companhia reconhecem estimativas para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço;
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.
- As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento; e

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

- Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As controladas da Companhia elaboraram um estudo que presume o tempo em que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver em atraso. Nota explicativa nº 33.5 – Gerenciamento dos riscos financeiros para mais detalhes.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e às suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; ou
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

4.18.2 Ativos financeiros com problema de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido às controladas da Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas não identificaram ativos financeiros sem expectativa de realização.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4.18.3 Ativos não financeiros

As controladas da Companhia possuem uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Companhia e suas controladas concluíram que não há indicativos de perda ao valor recuperável (*impairment*) nos ativos não financeiros. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado e avaliado anualmente.

4.19 Ajuste a valor presente (AVP) de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo, com exceção dos parcelamentos, são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

4.20 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(a) Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas, regulatórios e ambientais

As provisões para processos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(b) Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber

As controladas distribuidoras da Companhia adotam o modelo de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) que é mensurada a partir do *aging list* das contas a receber das faturas de energia elétrica e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia através da matriz de provisão. A matriz de provisão estabelece os percentuais de risco quanto ao não recebimento dos valores recebíveis de acordo com cada faixa do *aging list*.

A matriz de provisão adotada é resultado do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e dos parcelamentos no período histórico analisado de 5 (cinco) anos, que reflete a experiência da perda de crédito histórica dos consumidores com a fatura de energia elétrica e do parcelamento, capturando a eficiência da cobrança adotada pelas Controladas da Companhia.

As controladas utilizam uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com o contas a receber de clientes individuais.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

4.21 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Companhia elaborou a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

4.22 Principais mudanças nas políticas contábeis

4.22.1 Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2021

A Companhia e suas controladas aplicaram pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

(a) Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros e Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de *hedge* ou do instrumento de *hedge*.

Essas alterações não têm impacto nas demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas, uma vez que não possui relações de *hedge* de taxas de juros.

(b) Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

A alteração prevê concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladoras.

4.23 Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

(a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC25/IAS37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

(b) IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Essa norma não se aplica à Companhia e suas controladas.

(c) Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia e suas controladas avaliam o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

(d) Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis*

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia e suas controladas estão atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

(e) Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de “estimativa contábeis”. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

(f) Outras normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas não esperam impactos significativos quando da entrada em vigor dessas normas:

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12); e
- Melhorias anuais para normas IFRS – 2018-2020.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

5 Assuntos regulatórios

5.1 Bandeiras tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor, os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico.

O Procedimento de Regulação Tarifária (PRORET), Submódulo 6.8- Bandeiras Tarifárias tem por objetivo estabelecer as definições, metodologias e procedimentos de aplicação das Bandeiras Tarifárias. Os valores mensais dos repasses financeiros da Conta Bandeiras serão apurados a partir do resultado líquido das receitas e custos das distribuidoras, de acordo com a situação mensal verificada. Desse modo, as Companhias devedoras passaram a aportar na Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT) apenas as receitas excedentes. Já as Companhias credoras da CCRBT passaram a receber, a título de repasse, uma parcela desse excedente, proporcional ao seu custo não coberto por seus próprios recursos. Esta alteração aloca, de forma mais eficiente, os recursos provenientes das Bandeiras Tarifárias, mitigando o subsídio cruzado entre as distribuidoras e priorizando a alocação dos recursos nas áreas de concessão de origem.

Por fim, anualmente, ao final do período úmido (abril), a ANEEL irá definir o valor das Bandeiras Tarifárias para o ciclo seguinte, considerando a previsão de variação dos custos da energia relativos ao risco hidrológico das usinas hidrelétricas, à geração por fonte termelétrica, à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e aos encargos setoriais (Encargo de Serviços do Sistema – ESS e Encargo de Energia de Reserva) que afetem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

Como consequência da situação hidrológica desfavorável de 2021, foi criada a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), Medida Provisória nº 1.055/2021, com competência definir diretrizes obrigatórias relativas ao estabelecimento de condições excepcionais e temporárias para enfrentamento da situação hidrológica.

Por meio da Resolução nº 3, de 31 de agosto de 2021, a CREG determinou a cobrança da “Bandeira Escassez Hídrica”, no valor de R\$14,20 a cada 100 quilowatt-hora consumidos, para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional de setembro de 2021 a abril de 2022, com exceção dos beneficiários da tarifa social. Com isso, ocorre um aumento da receita de bandeira a partir de setembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, existem quatro faixas de bandeiras: vermelha - patamar 1, com acréscimo de R\$ 0,04/kWh, vermelha - patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$ 0,09/kWh, amarela, com acréscimo de R\$ 0,02/kWh e verde, sem acréscimo

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

O reconhecimento das receitas ocorre mensalmente, na referida competência, conforme demonstrado nas notas do contas a receber e receita e, refere-se ao total faturado de bandeira tarifária conforme acordo do mês, bem como os valores a receber ou a repassar da CCRBT.

Em 2021 e 2020, vigoraram as seguintes bandeiras tarifárias:

	Cor da Bandeira	
	2021	2020
Janeiro	Amarela	Amarela
Fevereiro	Amarela	Verde
Março	Amarela	Verde
Abril	Amarela	Verde
Maio	Vermelha Patamar 1	Verde
Junho	Vermelha Patamar 2	Verde
Julho	Vermelha Patamar 2	Verde
Agosto	Vermelha Patamar 2	Verde
Setembro	Vermelha Escassez Hídrica	Verde
Outubro	Vermelha Escassez Hídrica	Verde
Novembro	Vermelha Escassez Hídrica	Verde
Dezembro	Vermelha Escassez Hídrica	Vermelha Patamar 2

Vale ressaltar que o Despacho nº 1.511, de 01 de junho de 2020, suspendeu em caráter excepcional e temporário, a aplicação sistemática de acionamento do sistema de Bandeiras Tarifárias, prevista no Submódulo 6.8 do PRORET; e acionou bandeira verde, até a data citada, consoante ao período estipulado no Decreto nº 10.350/2020, para cobertura dos custos do setor elétrico com recursos da Conta-Covid.

Em 1º de dezembro de 2020, o Despacho nº 1.511/2020 foi revogado por meio do Despacho nº 3.364/2020 reativando a sistemática de acionamento do sistema de Bandeiras Tarifárias a partir de 1º de dezembro de 2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as controladas distribuidoras da Companhia auferiram receita no montante de R\$ 1.811.388 (R\$ 232.551 em 31 de dezembro de 2020) de bandeira tarifária, sendo que R\$ 1.715.837 (R\$ 140.244 em 31 de dezembro de 2020) obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes, e R\$ 95.551 (R\$ 92.307 em 31 de dezembro de 2020) foram repassados para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT. A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

5.2 Decreto nº 9.642/2018 – Eliminação gradual de subsídios

O Decreto nº 9.642, de 27 de dezembro de 2018, alterou o art. 1º do Decreto nº 7.891/2013, que trata da aplicação de descontos tarifários, de modo a vedar a cumulatividade de descontos sobre as tarifas de distribuição de energia elétrica, de maneira a prevalecer o que confira maior benefício ao consumidor (essa situação apenas se aplicava aos consumidores atendidos em baixa tensão como rural, com atividade de irrigação ou aquicultura realizada em horário especial). O decreto também determina que, a partir de 2019, nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, os descontos de que trata o § 2º do referido artigo, que são aqueles aplicados aos consumidores classificados como Rural; Cooperativa de Eletrificação Rural; Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento; e Serviço Público de Irrigação; sejam reduzidos à razão de 20% ao ano, até que a alíquota seja zero. Os descontos atualmente conferidos aos consumidores são custeados pela CDE, que repassa às distribuidoras o montante de subsídios concedidos. Com a redução desses descontos, as distribuidoras deixam gradualmente de receber recursos da CDE e passam a receber diretamente desses consumidores.

5.3 Sobrecontratação de energia

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, realizados com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência de um a sete anos, em relação ao início do suprimento da energia contratada. A possibilidade de contratação com antecedência de até sete anos passou a existir após a publicação do Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017.

Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004 se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total de energia da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

O Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017 determinou uma redução de lastro para fins de cobertura de consumo das distribuidoras, de 95% para 90%, referente às cotas de garantia física de energia, das usinas hidrelétricas com concessões prorrogadas ou licitadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, com vigência a partir de 1º de setembro de 2017.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as controladas distribuidoras da Companhia participaram dos Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits – MCSD de Energia Existente e Energia Nova, Mecanismo de Venda de Excedente – MVE, conforme previsto na Resolução Normativa 904/2020, para adequar seu portfólio contratual para o nível regulatório de cobertura. Ressaltamos que tais mecanismos estão previstos nos procedimentos de comercialização, podendo as distribuidoras declararem déficit ou sobras de energias dos seus contratos de compra de energia do ambiente regulado – CCEARs. No caso das empresas não adequarem seu portfólio de contratos, a energia excedente aos 105% será classificada como voluntária. Para 2021, as controladas Equatorial Pará, Equatorial Alagoas, CEEE-D e CEA, tiveram a energia excedente aos 105% classificada como involuntária, portanto, apurando um efeito positivo no resultado em virtude do PLD elevado.

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

5.4 Revisão Tarifária Periódica – Equatorial Pará

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em Reunião de Diretoria pública, aprovou o Reajuste Tarifário Anual 2021 da Equatorial Pará, aplicado desde 07 de agosto de 2021, conforme Resolução Homologatória nº 2.920/2021. Considerando os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Equatorial Pará, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor neste processo tarifário será um aumento de 9,01% nas contas de energia.

5.5 Revisão Tarifária Periódica – Equatorial Piauí

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em Reunião de Diretoria pública, aprovou o Reajuste Tarifário Anual 2021 da Equatorial Piauí, a ser aplicada desde 02 de dezembro de 2021, conforme Resolução Homologatória nº 2.980/2021. Considerando os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Equatorial Piauí, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor neste processo tarifário será positivo em 9,59% nas contas de energia.

5.6 Revisão Tarifária Periódica – Equatorial Alagoas

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em Reunião de Diretoria pública, aprovou o Reajuste Tarifário Anual 2021 da Equatorial Alagoas, aplicado desde 3 de maio de 2021, conforme Resolução Homologatória nº 2.862/2021. Considerando os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Equatorial Alagoas, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor neste processo tarifário será positivo em 8,62% nas contas de energia.

5.7 Revisão Tarifária Periódica – Equatorial Maranhão

Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em Reunião de Diretoria pública, aprovou a Revisão Tarifária Periódica 2021 da Equatorial Maranhão, a ser aplicada desde de 28 de agosto de 2021, conforme Resolução Homologatória nº 2.925/2021. Considerando os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Equatorial Maranhão, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor neste processo tarifário será um aumento de 2,79% nas contas de energia.

5.8 Revisão Tarifária Periódica – Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE-D

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em Reunião de Diretoria pública, aprovou a Revisão Tarifária Periódica 2021 da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, a ser aplicada a desde 22 de novembro de 2021, conforme Resolução Homologatória nº 2.972/2021. Considerando os componentes financeiros incluídos nas tarifas da controlada da Companhia, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor neste processo tarifário será um aumento de 14,62% nas contas de energia.

5.9 Revisão Tarifária Periódica – Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em Reunião de Diretoria pública, aprovou o Reajuste Tarifário Anual 2021 da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA, a ser aplicada desde 17 de dezembro de 2021, conforme Resolução Homologatória nº 3.006/2021. Considerando os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Companhia de Eletricidade do Amapá, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor neste processo tarifário será um aumento de 4,80% nas contas de energia.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

5.10 Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica

Para incentivar os consumidores a observar o desperdício de energia elétrica e diminuir o consumo, o Governo Federal lançou um programa que dará descontos para àqueles que reduzirem, voluntariamente, os gastos com energia. O Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, criado pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética, vinculada ao Ministério de Minas e Energia do Governo Federal entrou em vigor em 1º de setembro de 2021 com o objetivo de incentivar os clientes/consumidores a economizarem energia. As controladas distribuidoras da Companhia reconheceram um ativo no montante total de R\$ 188.720, sendo neutralizado integralmente com um passivo de mesmo valor.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	374	912	196.576	73.807
Equivalentes de caixa (a)				
Investimentos				
Certificado de Depósito Bancário – CDB	356.225	1.316	1.708.925	818.964
Operações compromissadas	-	-	596.940	635.873
Poupança	-	-	183	-
Fundo de investimento				
Cotas fundos de investimentos	7	24.183	19	87.407
Operações compromissadas	134.869	139.158	338.429	596.303
Certificado de Depósito Bancário – CDB	49.940	-	125.313	-
Títulos públicos	-	-	-	-
Letra financeira	-	-	-	-
Fundo de investimento aberto (b)	-	-	30.204	7.192
Subtotal de caixa e equivalentes	541.041	164.657	2.800.013	2.145.739
Total	541.415	165.569	2.996.589	2.219.546

- (a) Referem-se a Fundos de Investimentos, Certificados de Depósitos Bancários – CDBs e Operações Compromissadas, de alta liquidez e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia e suas controladas, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Adicionalmente, os fundos de investimento são investimentos em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos de baixo risco, insignificante variação de rentabilidade e alta liquidez, não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03(R2)/IAS 7 - Demonstrações de Fluxo de Caixa; e
- (b) Os fundos de investimentos abertos são compostos por ativos como operações compromissadas e títulos públicos. Estes fundos são utilizados no fluxo financeiro de curto prazo da Companhia e suas controladas, não constituindo aplicações de médio ou longo prazo e não estão sujeitos a significantes variações no valor, sendo prontamente conversíveis em caixa e equivalentes conforme CPC 03 (R2)/ IAS 7 – Demonstrações de Fluxo de Caixa.

A carteira da Companhia e suas controladas é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 equivale a 103,59% do CDI (87,05% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

7 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Circulante				
Investimentos				
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	-	-	5.381
Fundos de investimentos (a)				
Cotas de fundos de investimento	1.819.076	524.131	5.938.372	4.683.416
Títulos públicos	336.601	118.550	910.219	507.996
Letra financeira	150.871	-	378.584	-
Cheque não compensado	-	-	-	(1.581)
Fundo aberto (b)	332	318	147.452	202.071
Total circulante	2.306.880	642.999	7.374.627	5.397.283
Não circulante				
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	116.363	119.576
Total não circulante	-	-	116.363	119.576
Total	2.306.880	642.999	7.490.990	5.516.859

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha, cujos ativos dos fundos possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos para construção de projetos de infraestrutura na prestação dos serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia e suas controladas. Adicionalmente, os fundos de investimento são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia e suas controladas não possuem gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas;
- (b) Os fundos de investimentos abertos são compostos por ativos como Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), operações compromissadas, títulos públicos e depósitos a prazo e outros títulos de instrumentos financeiros; e
- (c) Referem-se às aplicações restritas a garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos.

A carteira da Companhia e suas controladas é remunerada pela variação do CDI e a rentabilidade média ponderada da carteira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, equivale a 102,94% do CDI (92,30% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

8 Contas a receber de clientes (Consolidado)**8.1 Composição dos saldos**

	2021				2020			
	Vencidos			Total	Vencidos			Total
	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias		A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	
Residencial	613.519	723.755	2.338.963	3.676.237	371.366	425.309	1.202.690	1.999.365
Industrial	116.371	23.537	305.766	445.674	87.741	11.316	157.484	256.541
Comercial	382.780	123.550	593.657	1.099.987	237.656	61.324	247.842	546.822
Rural	71.638	58.806	250.507	380.951	41.986	30.241	140.710	212.937
Poder público	131.243	36.160	155.420	322.823	75.521	32.248	45.776	153.545
Iluminação pública	62.868	13.381	130.462	206.711	70.589	8.329	33.990	112.908
Serviço público	80.237	33.599	61.900	175.736	49.543	32.813	33.018	115.374
Contas a receber de consumidores faturados	1.458.656	1.012.788	3.836.675	6.308.119	934.402	601.580	1.861.510	3.397.492
Residencial	1.085.890	100.126	773.312	1.959.328	962.731	74.836	504.492	1.542.059
Industrial	88.688	2.344	97.218	188.250	76.531	2.516	51.652	130.699
Comercial	441.143	30.599	188.315	660.057	312.336	12.173	85.964	410.473
Rural	48.396	6.809	55.353	110.558	43.036	4.207	34.538	81.781
Poder público	465.697	10.550	64.219	540.466	282.424	7.829	36.681	326.934
Iluminação pública	137.859	32.493	27.674	198.026	83.638	1.496	6.167	91.301
Serviço público	35.536	1.807	9.293	46.636	109.030	3.363	4.696	117.089
Parcelamentos (a)	2.303.209	184.728	1.215.384	3.703.321	1.869.726	106.420	724.190	2.700.336
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	808.289	-	-	808.289	440.274	-	-	440.274
Baixa renda (c)	116.780	-	-	116.780	114.314	-	-	114.314
(-) AVP- Contas a receber – parcelamentos (d)	(153.170)	-	-	(153.170)	(47.249)	-	-	(47.249)
Outras (e)	572.102	-	-	572.102	471.855	-	-	471.855
Total	5.105.866	1.197.516	5.052.059	11.355.441	3.783.322	708.000	2.585.700	7.077.022
(-) Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber	(957.257)	(253.902)	(3.446.766)	(4.657.925)	(588.572)	(118.900)	(1.812.706)	(2.520.178)
Total contas a receber clientes (f)	4.148.609	943.614	1.605.293	6.697.516	3.194.750	589.100	772.994	4.556.844
Circulante				5.476.221				3.589.317
Não circulante				1.221.295				967.527

- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso das controladas da Companhia e possuem juros de até 1% a.m.. Os valores dos juros são reconhecidos no recebimento da parcela, por isso não há necessidade de aplicação do ajuste a valor presente. Para os parcelamentos anteriormente firmados sem juros ou com taxas baixas, as controladas da Companhia efetuaram o respectivo ajuste a valor presente;
- (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, que em alguns casos após o período de encerramento contábil;
- (c) O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda;
- (d) Ajuste a valor presente sobre o saldo de parcelamentos de longo prazo calculado utilizando a taxa de 9,1% a.a.;
- (e) Em 31 de dezembro de 2021, refere-se principalmente às transações de compra e venda de energia no mercado livre de energia - Ambiente de Contratação Livre ("ACL") da controlada indireta Solenergias Comercializadora de Energia S.A. ("Solenergias") no montante de R\$ 110.439 (R\$ 151.374 em 31 de dezembro de 2020). Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia para a Solenergias, que foi reconhecido pelo seu valor justo; e
- (f) O aumento no saldo das contas a receber de clientes foi impactado, principalmente, pela consolidação das controladas CEEE-D e CEA. Para mais detalhes, ver tópico 4.4.1 Combinações de negócios.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

8.2 Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber

	2020	Provisões/ adições (a)	Reversões (a)	Aquisição (b)	2021
Contas a receber de consumidores faturados	1.318.251	1.033.311	(201.842)	862.257	3.011.977
Parcelamentos	1.126.421	293.188	(121.239)	232.971	1.531.341
Contas a receber de consumidores não faturados	18.948	85.179	(74.947)	1.443	30.623
Outras	56.558	197.981	(173.915)	3.360	83.984
Total	2.520.178	1.609.659	(571.943)	1.100.031	4.657.925

	2019	Provisões/ adições	Reversões	2020
Contas a receber de consumidores faturados	1.003.427	438.189	(123.365)	1.318.251
Parcelamentos	968.535	250.871	(92.985)	1.126.421
Contas a receber de consumidores não faturados	23.605	43.280	(47.937)	18.948
Outras	51.829	184.052	(179.323)	56.558
Total	2.047.396	916.392	(443.610)	2.520.178

- (a) As controladas da Companhia revisitaram a sua estimativa contábil de provisionamento de títulos vencidos do contas a receber, de forma que a movimentação líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1.037.716. Adicionalmente, as controladas da Companhia reconheceram reversão de perdas de títulos baixados de R\$ 1.071.166, e provisão de outros créditos de R\$ 6.445, gerando impacto líquido de R\$ 27.005, sendo R\$ 32.920 no resultado operacional e R\$ 5.915 decorrente de juros de mora contabilizado no resultado financeiro; e
- (b) Saldos provenientes da distribuidora de energia Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) e Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA). Para mais detalhes, ver tópico 4.4.1 Combinações de negócios.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

9 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros (Consolidado)

	2020	Constituição	Amortização	Atualização	Recebimento CCRBT (k)	Baixa RGR	Repasse da Covid	Créditos de PIS/COFINS	Reclassificação (l)	Aquisição (m)	2021
Parcela A											
CDE - Conta de desenvolvimento energético	(1.712)	11.070	(14.980)	2.071	-	-	-	-	14.212	27.511	38.172
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	(12.617)	10.030	45.386	1.287	-	-	-	-	(18.809)	9.950	35.227
Rede básica (a)	191.028	89.777	(21.997)	25.987	-	-	-	-	29.655	88.971	403.421
Compra de energia CVA (b)	639.330	1.939.513	(700.035)	48.787	(1.657.107)	-	-	-	500.482	383.356	1.154.326
ESS - Encargos do serviço do sistema (c)	(54.121)	1.402.678	64.566	11.441	(96.442)	-	-	-	-	109.042	1.437.164
Transp. Itaipu	-	(5.470)	(2.604)	42	-	-	-	-	-	8.118	86
(-) Repasses da Conta-Covid – Parcela A (d)	(605.085)	-	586.703	(15.863)	-	-	(156.747)	-	-	(101.916)	(292.908)
Outros (m)	-	-	114.188	-	-	-	-	-	(182.844)	68.656	-
	156.823	3.447.598	71.227	73.752	(1.753.549)	-	(156.747)	-	342.696	593.688	2.775.488
Itens financeiros											
Sobrecontratação de energia (e)	(17.206)	(203.668)	(34.302)	(5.654)	(9.277)	-	-	-	-	(25.086)	(295.193)
Neutralidade	3.745	3.610	(51.340)	(997)	-	-	-	-	51.486	18.766	25.270
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(249.782)	(73.929)	111.020	(7.887)	-	-	-	-	-	(51.489)	(272.067)
Ativo financeiro setorial RGR	6.164	-	-	-	-	-	-	-	(6.164)	-	-
Constituição/baixa RGR (f)	667.138	-	-	8.997	-	(812.530)	-	-	136.395	-	-
Acordo bilateral (g)	81.712	215	(81.790)	-	-	-	-	-	-	27	164
Risco hidrológico (h)	(215.410)	-	(104.809)	(17.185)	-	-	-	-	(272)	-	(337.676)
(-) Repasses da Conta-Covid – Parcela A (d)	(369.814)	-	206.513	(3.812)	-	-	-	-	-	(31.724)	(198.837)
Compensação créditos PIS/COFINS (i)	-	14.506	418.358	-	-	-	-	(432.864)	-	-	-
Diferimento Reajuste Tarifário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(91.133)	(91.133)
Saldo a compensar	-	-	3.723	-	-	-	-	-	-	(102.824)	(99.101)
Outros (j)	198.405	(230.860)	189.856	(5.837)	-	-	-	-	(157.331)	(141.085)	(146.852)
	104.952	(490.126)	657.229	(32.375)	(9.277)	(812.530)	-	(432.864)	24.114	(424.548)	(1.415.425)
Total	261.775	2.957.472	728.456	41.377	(1.762.826)	(812.530)	(156.747)	(432.864)	366.810	169.140	1.360.063
Circulante											
Valores a receber	-										698.729
Valores a pagar	(753.702)										-
Efeito líquido ativo (passivo)	(753.702)										698.729
Não circulante											
Valores a receber	1.185.784										697.926
Valores a pagar	(170.307)										(36.592)
Efeito líquido ativo (passivo)	1.015.477										661.334
Efeito líquido total	261.775										1.360.063

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	2019	Constituição	Efeito do ajuste tarifário	Atualização	Amortizações	2020
Parcela A						
CDE - Conta de desenvolvimento energético	(27.155)	43.202	(9.607)	(583)	(7.569)	(1.712)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	13.539	(22.860)	(661)	(267)	(2.368)	(12.617)
Rede básica	76.875	176.641	(26.462)	2.178	(38.204)	191.028
Compra de energia CVA	948.868	431.054	(99.057)	18.160	(659.695)	639.330
ESS - Encargos do serviço do sistema	(198.435)	(48.988)	10.783	(5.906)	188.425	(54.121)
(-) Repasses da Conta-Covid – Parcela A	-	(683.686)	-	(4.542)	83.143	(605.085)
	<u>813.692</u>	<u>(104.637)</u>	<u>(125.004)</u>	<u>9.040</u>	<u>(436.268)</u>	<u>156.823</u>
Itens financeiros						
Sobrecontratação de energia	(42.835)	26.400	3.665	(1.563)	(2.873)	(17.206)
Neutralidade	12.411	21.288	(32.219)	457	1.808	3.745
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(312.860)	(3.329)	(630)	871	66.166	(249.782)
Ativo financeiro setorial RGR	-	-	-	6.164	-	6.164
Constituição RGR	583.809	21.697	-	61.632	-	667.138
Acordo bilateral	11.466	10.179	134.695	530	(75.158)	81.712
Risco hidrológico	(215.498)	(49.576)	(2.603)	(3.980)	56.247	(215.410)
(-) Repasses da Conta-Covid – Parcela A	-	(453.076)	(1.081)	(1.660)	86.003	(369.814)
Outros	<u>104.054</u>	<u>(61.599)</u>	<u>155.165</u>	<u>228</u>	<u>557</u>	<u>198.405</u>
	<u>140.547</u>	<u>(488.016)</u>	<u>256.992</u>	<u>62.679</u>	<u>132.750</u>	<u>104.952</u>
Total	<u>954.239</u>	<u>(592.653)</u>	<u>131.988</u>	<u>71.719</u>	<u>(303.518)</u>	<u>261.775</u>
Circulante						
Valores a receber	231.463					-
Valores a pagar	(10.077)					(753.702)
Efeito líquido ativo (passivo)	<u>221.386</u>					<u>(753.702)</u>
Não circulante						
Valores a receber	865.227					1.185.784
Valores a pagar	(132.374)					(170.307)
Efeito líquido ativo (passivo)	<u>732.853</u>					<u>1.015.477</u>
Efeito líquido total	<u>954.239</u>					<u>261.775</u>

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) O saldo da CVA (compensação de variação de valores de itens da Parcela A) da Rede Básica foi afetado por três variáveis: (i) constituição da CVA – R\$ 89.777, cujo valor foi positivo em virtude do aumento das tarifas de transporte de energia elétrica, fazendo com que as despesas sejam superiores as coberturas vigentes, gerando uma constituição ativa, (ii) com amortização do exercício, no valor de R\$ (21.996), (iii) aquisição da CEEE-D em 06 de julho de 2021 e aquisição da CEA em 23 de novembro de 2021 são fatores relevantes para o aumento do saldo, para mais detalhes, ver tópico 4.4.1 Combinações de negócios;
- (b) O saldo da CVA (compensação de variação de itens da parcela A) de energia teve como movimentação as constituições positivas dos custos com efeito disponibilidade, risco hidrológico (nota explicativa nº 33.5.vii. - Risco de escassez de energia (risco hidrológico) e exposição financeira repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, gerando uma CVA positiva no exercício de R\$ 1.561.950. Ademais tem-se o acionamento das usinas termoeletrica motivada pelo cenário de escassez hídrica. Os contratos de energia tiveram constituições positivas de R\$ 377.563, o que reflete um preço médio de pagamento maior em relação à cobertura tarifária, esse resultado é devido ao aumento dos despachos térmicos no último semestre, o que elevam a parcela variável dos contratos de energia por disponibilidade gerando efeito líquido de constituição de CVA positivo em R\$ 1.939.513. O impacto da amortização para esse exercício foi negativo em R\$ (700.035). Aquisição da CEEE-D em 06 de julho de 2021 e aquisição da CEA em 23 de novembro de 2021 são fatores relevantes para o aumento do saldo, para mais detalhes, ver tópico 4.4.1 Combinações de negócios;
- (c) ESS (Encargo de Serviço do Sistema) está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD (preço de liquidação das diferenças). A medida de despachar essas térmicas é tomada pelo ONS (Operador Nacional do Sistema) para garantir a segurança energética do sistema. Em resumo, o valor de previsão do ESS concedido pela ANEEL nos processos tarifários foi inferior aos custos efetivamente pagos. Com isso, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a conta de Encargos de Serviços de Sistema (ESS) resultou em uma constituição ativa de R\$ 1.402.678 sendo R\$ 1.752.851 referente à constituição da CVA ESS, R\$ (237.205) passivo referente ao excedente financeiro de energia de reserva e R\$ (112.968) referente ao repasse de bandeira ESS. O impacto da amortização do exercício foi de R\$ 64.566 e do valor de 96.442 referente a recebimento da conta centralizadora (CCBRBT), forma de antecipação para alívio das despesas do ESS e por conseguinte reduzindo a constituição da CVA dos próximos reajustes;
- (d) Referem-se aos repasses da Conta-Covid, conforme Despachos 2.177/2020, 2.353/2020, 2.640/2020, 2.914/2020, 3.197/2020, 3.490/2020 e 46/2021 publicados pela ANEEL, representados principalmente, por: (i) R\$ 38.127 da Equatorial Maranhão e R\$ 118.620 da Equatorial Pará valores recebidos em 12 de janeiro de 2021, conforme o Despacho 046/2021; e (ii) R\$ 793.216 amortizado (parcela A e itens financeiros) através da tarifa homologada no Reajuste Tarifário das controladas diretas e indiretas distribuidoras da Companhia;
- (e) A constituição do saldo de (R\$ 203.668) deve-se à venda no mercado de curto prazo a um PLD médio superior ao preço médio de compra de energia da distribuidora. O impacto da amortização do exercício foi de R\$ (34.302);
- (f) O saldo é oriundo, em sua maior parte, da controlada Equatorial Alagoas, e refere-se ao empréstimo aprovado pela ANEEL a título de RGR (Reserva Global de Reversão), repassado através da CCEE. O empréstimo foi aprovado devido à necessidade de recursos extraordinários durante o período em que a controlada foi considerada pela ANEEL como Distribuidora Designada, atuando como prestadora de serviços até a sua privatização. O repasse foi aprovado no dia 12 de fevereiro de 2019, atendendo o que está disposto na Portaria MME nº 510, de 20 de dezembro de 2018. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o valor bruto de ativos setoriais RGR no montante de R\$ 1.275.391 foi compensado com o valor correspondente ao empréstimo considerando que a Lei 14.120, de 1º de março de 2021, extinguiu a obrigação de pagamento destes, bem como o montante correspondente à parcela com direito a reconhecimento tarifário e que não tenha sido objeto de deságio, nos termos do edital da licitação de que tratam os §§ 1º-A e 1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. O registro do ajuste a valor presente foi realizado em função da alteração das condições contratuais definidas no novo contrato de concessão para a dívida correspondente ao ativo financeiro setorial, em decorrência da compensação citada no saldo residual no montante de R\$ 607.560 foi estornado. O saldo líquido é de R\$ 667.830 (R\$ 1.275.391 de CVA RGR e (R\$ 607.561) de AVP);
- (g) Acordos bilaterais com geradoras (CCEAR). Trata-se de um efeito tarifário decorrente de acordos bilaterais entre distribuidora de energia e geradoras, signatárias de contratos de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR, nos termos da REN 711/2016, de modo a prover mecanismo adicional de adequação dos níveis de contratação de energia. Em 31 de dezembro de 2021, o montante era R\$ 164 (R\$ 81.712 em 31 de dezembro de 2020). O impacto de amortização no exercício foi de R\$ (81.790);
- (h) Reconhecimento antecipados dos custos de compra de energia elétrica associados aos riscos hidrológicos, conforme previsto no PRORET submódulo 4.4 – demais componentes financeiros, item 5.11. A previsão de risco hidrológico definida no processo tarifário será revertida no processo tarifário subsequente, devidamente atualizada. Em 31 de dezembro 2021, o montante era negativo em R\$ 337.676 (negativo de R\$215.410 em 31 de dezembro de 2020);
- (i) Refere-se antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário;
- (j) O saldo inicial em 2021 do Diferimento de Parcela A de (R\$ 163.938) foi reclassificado da linha Outros para as linhas específicas de Parcela A R\$ 14.212 de CDE; R\$ 29.655 de Rede Básica; R\$ 68.857 de Energia e R\$ 51.846 de Neutralidade, uma vez que a contabilização desse Diferimento homologado em 2021 deu-se em contas específicas de Parcela A, ao invés de uma conta de Outros Itens Financeiros, como aconteceu em 2020;
- (k) No exercício houve o recebimento CCRBT no montante de R\$ 1.762.826 (R\$ 1.778.141 efetivamente faturado no ano de 2021, conforme nota explicativa nº 5.1 e R\$ 15.315 de reversão do provisionamento de dezembro de 2020). A bandeira tarifária é uma forma de antecipação do reajuste seguinte, quando ocorre o faturamento de bandeira tarifária ou mesmo recebimento via conta centralizadora (CCRBT), onde tais valores são baixados da receita de CVA para não cobrar futuramente no reajuste. Quanto à realização, os valores apurados de Energia/ESS/Sobrecontratação, que possuíam cobertura de bandeira tarifária no exercício, são homologados pela ANEEL pelo valor líquido e a realização (amortização) ocorre mensalmente pelos faturamentos da tarifa vigente. Quando ocorre o faturamento da bandeira tarifária aos consumidores, impacta a receita da Companhia positivamente e ao mesmo tempo reduz a receita de CVA. Já quando ocorre recebimento de bandeira tarifária da conta centralizadora, impacta a receita de doação positivamente e reduz a receita de CVA. Para mais informações, ver detalhamento na nota explicativa nº 33.5. vii Risco de escassez de energia (Risco hidrológico);
- (l) Reclassificação de itens financeiros do ciclo passado anteriormente apresentados na linha de parcela A e reclassificados como itens financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, para fins de adequação das práticas do novo Controlador; e
- (m) Saldos provenientes da distribuidora de energia Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) e Companhia Estadual do Amapá (CEA). Para mais detalhes, ver tópico 4.4.1 Combinações de negócios.

Anualmente, no mês de agosto, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário das controladas indiretas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão).

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Através da Resolução Homologatória nº 2.925 de 24 de agosto de 2021, a ANEEL realizou o reajuste tarifária anual da controlada Equatorial Maranhão, e as novas tarifas entraram em vigor no dia 28 de agosto de 2021 com vigência até 27 de agosto de 2022.

Através da Resolução Homologatória nº 2.920, de 03 de agosto de 2021, a ANEEL homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da controlada indireta Equatorial Pará, as Tarifas de Energia – TE e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD. As novas tarifas entraram em vigor no dia 07 de agosto de 2021, possuem vigência até 06 de agosto de 2022.

As tarifas de aplicação das controladas indiretas, constantes da Resolução Homologatória nº 2.925, 24 de agosto de 2021, foram reajustadas em média +2,79% (dois inteiros e setenta e nove por cento) na controlada indireta Equatorial Maranhão, +9,01% (nove inteiros e zero um por cento) na controlada indireta Equatorial Pará conforme Resolução Homologatória nº 2.920, 03 de agosto de 2021, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos pelas controladas.

Anualmente, no mês de dezembro, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário da Controlada Equatorial Piauí adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). Através da Resolução Homologatória nº 2.980, de 30 de novembro de 2021, a ANEEL homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, as Tarifas de Energia (TE) e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD). As novas tarifas entraram em vigor no dia 02 de dezembro de 2021, possuem vigência até 01 de dezembro de 2022.

As tarifas de aplicação da controlada Equatorial Piauí, constantes da Resolução Homologatória nº 2.980, de 30 de novembro de 2021, foram, reajustadas em +9,59% (nove inteiros e cinquenta e nove centésimos por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores /usuários /agentes supridos pela Distribuidora.

Anualmente, no mês de maio, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário da controlada Equatorial Alagoas adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). Através da Resolução Homologatória nº 2.862, de 27 de abril de 2021, a ANEEL homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Controlada direta, as Tarifas de Energia – TE e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD, com efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores de 8,62% (oito inteiros e sessenta e dois centésimos por cento). As novas tarifas que entraram em vigor no dia 03 de maio de 2021 possuem vigência até 02 de maio de 2022.

No mês de novembro de 2021, a ANEEL homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica (RTP) de 2021 da controlada indireta CEEE-D adequando suas despesas da parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e atualizando a parcela B (custos gerenciáveis), com o efeito médio de 14,62% (quatorze vírgula sessenta e dois por cento). A Resolução Homologatória nº 2.972, de 16 de novembro de 2021, homologou as novas tarifas que entraram em vigor no dia 22 de novembro de 2021 com vigência até 21 de novembro de 2022.

Em dezembro de 2021, a ANEEL apurou o novo índice do reajuste tarifário da CEA adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). Através da Resolução Homologatória nº 3.006 de 13 de dezembro de 2021, a ANEEL homologou a Reajuste Tarifário Anual da CEA. As novas tarifas, entraram em vigor no dia 17 de dezembro de 2021 com vigência até 12 de dezembro de 2022.

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

As tarifas de aplicação da CEA, constantes da Resolução Homologatória 3.006 de 13 de dezembro de 2021, foram reajustadas, em média, 4,80%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora do Estado do Amapá.

Neste processo, as CVAs contabilizadas pelas controladas são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças entre o valor apurado pela Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, Equatorial Piauí, Equatorial Alagoas, CEEE-D e CEA e o concedido pela ANEEL no mesmo período. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste nas controladas diretas e indiretas.

10 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Circulante				
ICMS a recuperar (CIAP) (a) (c)	-	-	231.835	111.564
INSS	-	-	4.966	9.041
PIS e COFINS (c)	6	6	45.920	14.685
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (b)	-	-	914.135	1.087.311
Outros	29	28	19.119	18.372
Total circulante	35	34	1.215.975	1.240.973
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Não circulante				
ICMS a recuperar (CIAP) (a) (c)	-	-	306.097	157.542
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (b)	-	-	648.467	804.414
Outros	-	-	18.240	22.527
Total não circulante	-	-	972.804	984.483
Total impostos e contribuições a recuperar	35	34	2.188.779	2.225.456

- (a) As controladas da Companhia possuem impostos a recuperar referentes a créditos de ICMS sobre aquisição de materiais destinados ao ativo operacional, apropriados à proporção de 1/48 avos;
- (b) As controladas diretas Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas, bem como as controladas indiretas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará e CEEE-D, possuem um ativo referente a PIS/COFINS a recuperar circulante de R\$ 186.825, R\$ 12.999, R\$ 184.383, R\$ 312.854 e R\$217.074 (R\$ 211.526, R\$ 200.926, R\$ 326.525, R\$ 348.334 e R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020) e referente a PIS/COFINS a recuperar não circulante de R\$ 0, R\$ 0, R\$ 0, R\$ 0 e R\$ 648.467 (R\$189.435, R\$ 0, R\$ 224.833, R\$ 390.146 e R\$0 em 31 de dezembro de 2020), líquido de compensação com impostos federais, baseada na opinião de seus assessores jurídicos após publicação do Acórdão do julgamento do Recurso extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e suportado pelo trânsito em julgado da Ação, conforme nota explicativa nº 25 - PIS e COFINS a serem restituídos a consumidores. Este saldo será realizado mediante compensação dos seguintes tributos federais: imposto de renda e contribuição social, PIS e COFINS e retenções federais; e
- (c) O aumento no saldo foi impactado pela consolidação da controlada CEEE-D. Para mais detalhes, ver tópico 4.4.1 Combinações de negócios.

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

11 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia e suas controladas possuem movimentações com partes relacionadas, principalmente, dos empréstimos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Empresas	Notas	Controladora			
		2021		2020	
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Outros créditos a receber					
Controlada direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(a)	-	-	2.278	-
Total		-	-	2.278	-
Mútuos					
Controladas indiretas					
Equatorial Transmissão SPE 03 S.A	(b)	15.460	1.477	-	-
Total		15.460	1.477	-	-
Recuperação judicial					
Controladas indiretas					
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(c)	122.906	69.552	10.051	1.296
Total		122.906	69.552	10.051	1.296
Dividendos a receber					
Controladas diretas					
Equatorial Transmissão S.A.		-	-	16.170	-
Equatorial Distribuição S.A.		339.893	-	74.989	-
Equatorial Serviços S.A.		894	-	19.966	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.		74.791	-	-	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.		172.987	-	54.877	-
Intesa		-	-	1.161	-
Controladas indiretas					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.		390	-	390	-
Integração Transmissora de Energia S.A - Intesa		8.773	-	-	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.		261	-	261	-
Controlada em conjunto					
Geradora de Energia do Maranhão S.A.		6.036	-	7.463	-
Total		604.025	-	175.277	-

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Empresas	Notas	Consolidado			
		2021		2020	
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Dividendos a receber					
Controlada em conjunto					
Geradora de Energia do Maranhão S.A.		6.036	-	7.463	-
Total		6.036	-	7.463	-
Outros créditos a receber					
Entidade é plano de benefício pós-emprego					
Equatorial Energia Fundação de Previdência		13	3.435	13	2.610
Outros tipos de partes relacionadas					
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras		-	-	-	2.559
Controlada em conjunto					
Geradora de Energia do Maranhão S.A.		-	324	30	3.734
Total		13	3.759	43	8.903
Outros créditos a pagar					
Entidade é plano de benefício pós-emprego					
Fundação CEPISA de Seguridade Social		-	-	(147)	(39.256)
Equatorial Energia Fundação de Previdência		-	(1.691)	-	(30)
Fundação CEAL de Seguridade Social		-	-	(604)	(1.602)
Total		-	(1.691)	(751)	(40.888)
Empréstimos					
Outros tipos de partes relacionadas					
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras		-	-	-	(20.263)
Total		-	-	-	(20.263)
Fornecedores					
Controlada em conjunto					
Geradora de Energia do Maranhão S.A.		(892)	(48.177)	-	-
Outros tipos de partes relacionadas					
Instituto Equatorial		(653)	(687)	-	-
Entidade é plano de benefício pós-emprego					
Equatorial Energia Fundação de Previdência		(68)	(439)	-	-
Total		(1.613)	(49.303)	-	-
Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial					
Outros tipos de partes relacionadas					
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	(d)	(502.366)	(49.970)	(490.791)	(38.998)
Total		(502.366)	(49.970)	(490.791)	(38.998)

- (a) Refere-se a gastos incorridos durante a fase pré-operacional das transmissoras, pagamento efetuado em novembro de 2021;
- (b) Empréstimo mútuo realizado com entre a Equatorial Transmissão 03 e a Companhia no montante de R\$ 15.000 a uma taxa correspondente de 105,5% CDI a.a., com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados de 15 de julho de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo a receber totaliza R\$15.460;
- (c) Valores provenientes da aquisição direta ou indireta dos créditos constantes no Plano de Recuperação Judicial da Equatorial Pará; e
- (d) Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os arts. 61 e 63 da Lei 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, como encerrada a recuperação judicial da controlada Equatorial Pará. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras, é detentora de créditos homologados no valor de R\$ 423.463, que serão quitado da seguinte forma: (i) carência para pagamento de principal e juros até agosto de 2019, com juros capitalizados; (ii) juros de 6% a.a. e pagos semestralmente a partir do último dia de setembro de 2019, e incidentes sobre o valor do saldo do principal; e (iii) pagamento do principal: (iii.a) de março de 2027 a setembro de 2030, inclusive, amortizações correspondentes a 5% a.a. do principal em parcelas semestrais; (iii.b) de março de 2031 a setembro de 2033, inclusive, amortizações correspondentes a 10% a.a. do principal ao ano, em parcelas semestrais; (iii.c) em setembro de 2034, o saldo de 50% (cinquenta por cento) do principal. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo a pagar bruto totaliza R\$ 649.955 (R\$ 649.955 em 31 de dezembro de 2020), o qual é apresentado líquido do ajuste a valor presente no montante de R\$ 147.589 (R\$ 159.164 em 31 de dezembro de 2020), veja detalhes na nota explicativa nº 22 – Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial - Equatorial Pará.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros de Administração, o Presidente e os Diretores. A remuneração foi fixada em até R\$ 20.500, conforme Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2021 (R\$ 26.600 em 22 de maio de 2020).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia e suas controladas, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro 2021 e 2020, a Companhia e suas controladas não possuem para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Os benefícios pós-empregos estão descritos na nota explicativa nº 32 – Benefício pós emprego - e referem-se aos planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos possuem o benefício de planos de opção de compra de ações e pagamento baseado em ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 26.7 - Planos de opção de compra de ações.

Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente a 31 de dezembro de 2021, paga pela Companhia:

	Conselho de Administração	%	Diretoria Estatutária	%	Total
Números de membros	8		7		15
Total Remuneração fixa anual	4.968	100%	1.804	19%	6.772
Salário ou Pró-labore	4.140	83%	1.440	15%	5.580
Benefícios diretos e indiretos	-		76	1%	76
Outros (INSS parte empresa)	828	17%	288	3%	1.116
Total Remuneração variável	-		5.520	59%	5.520
Bônus	-	-	4.600	49%	4.600
Outros (INSS parte empresa)	-	-	920	10%	920
Total Remuneração baseada em ações	-		2.092	22%	2.092
Valor total da remuneração por órgão	4.968	100%	9.416	100%	14.384

Garantias

A Companhia presta garantia como avalista ou fiadora das Controladas sem ônus nos contratos de empréstimos, financiamentos, fianças e apólices de seguro.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

12 Investimentos

As principais informações sobre os investimentos nas controladas e nas controladas em conjunto estão conforme a seguir demonstradas:

	Participação	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Avaliados por equivalência patrimonial:					
Equatorial Distribuição	90,15%	4.577.589	4.629.987	-	-
Equatorial Piauí	94,93%	2.013.598	1.183.069	-	-
Equatorial Alagoas	96,37%	2.093.378	1.159.620	-	-
Geradora de Energia do Maranhão	25,00%	126.377	112.292	126.377	112.292
Equatorial Serviços	100,00%	193.057	143.541	-	-
Equatorial Transmissão	100,00%	2.338.756	3.079.946	-	-
INTESA	100,00%	304.374	314.595	-	-
Equatorial Participações II	100,00%	342.075	-	-	-
Equatorial Participações III	100,00%	29.049	-	-	-
Subtotal		12.018.253	10.623.050	126.377	112.292
Outros investimentos		-	-	44.217	17.732
Total investimentos		12.018.253	10.623.050	170.594	130.024
Provisão para perda em investimentos					
Equatorial Participações (a)	100,00%	(17.039)	-	-	-
Efeito líquido total		12.001.214	10.623.050	170.594	130.024

- (a) Representado pelo investimento indireto na CEEE-D, que apresenta passivo a descoberto, mas que possui projeções de recuperabilidade de ativos, utilizados durante a formulação do PPA – “Purchase Price Allocation”. Desta forma, não houve necessidade de constituir complemento de *impairment* sobre os ativos adquiridos da CEEE-D. A Companhia espera que a controlada indireta, recém adquirida, efetue “turn over” e passe a apresentar patrimônio líquido positivo e pagar dividendos a partir do exercício de 2023.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

12.1 Movimentação dos investimentos em controladas e controlada em conjunto--Controladora

	2020	Integra- lização de capital	Aquisição de investi- mentos	Redução de capital	Dividendos mínimos	Dividendos adicionais	Resultado de equivalência patrimonial	Provisão para perda desvalorizaçã o de investimento	Outros resultados abrangentes	Mudança na participa- ção relativa em contro-ladas	Stock options	2021
Controladas												
Equatorial Distribuição	4.629.987	-	-	-	(339.893)	(1.152.494)	1.431.128	-	(10.011)	-	18.872	4.577.589
Equatorial Piauí	1.183.069	-	3.818	-	(74.791)	-	896.716	-	(4.335)	5.557	3.564	2.013.598
Equatorial Alagoas	1.159.620	-	-	-	(172.987)	(6.904)	1.096.991	-	13.102	-	3.556	2.093.378
Geradora de Energia do Maranhão	112.292	-	-	-	-	(52.891)	66.976	-	-	-	-	126.377
Equatorial Serviços	143.541	47.270	-	-	(894)	-	1.198	-	(147)	888	1.201	193.057
Equatorial Transmissão	3.079.946	-	-	(750.000)	-	(174.184)	180.622	-	-	-	2.372	2.338.756
INTESA	314.595	-	-	-	(8.773)	(44.170)	42.722	-	-	-	-	304.374
Equatorial Participações	-	13.000	-	-	-	-	(86.379)	17.039	56.340	-	-	-
Equatorial Participações II	-	410.100	-	-	-	-	(59.282)	-	(9.216)	473	-	342.075
Equatorial Participações III	-	41.100	-	-	-	-	(12.051)	-	-	-	-	29.049
Total	10.623.050	511.470	3.818	(750.000)	(597.338)	(1.430.643)	3.558.641	17.039	45.733	6.918	29.565	12.018.253

	2019	Aumento de capital	Dividendos mínimos	Dividendos adicionais	Resultado da equivalência patrimonial	Amortização do direito de concessão	Outros resultados abrangentes	Stock options	Opções de Compra	2020
Controladas										
Equatorial Distribuição	4.423.190	-	(777.486)	(79.529)	1.020.860	-	766	42.186	-	4.629.987
Equatorial Piauí	679.917	-	-	-	590.479	(54.800)	(38.073)	5.546	-	1.183.069
Equatorial Alagoas	809.472	-	(54.878)	-	440.485	(39.093)	(9.317)	6.721	6.230	1.159.620
Geradora de Energia do Maranhão	103.751	-	(25.199)	-	33.740	-	-	-	-	112.292
55 Soluções	82.572	-	(19.964)	-	79.859	-	-	1.074	-	143.541
Equatorial Transmissão	2.072.159	129.898	(73.175)	(9.078)	955.662	-	-	4.480	-	3.079.946
INTESA	492.961	-	(199.062)	(1.161)	26.494	(4.637)	-	-	-	314.595
Total	8.664.022	129.898	(1.149.764)	(89.768)	3.147.579	(98.530)	(46.624)	60.007	6.230	10.623.050

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

12.2 Informações das controladas e controlada em conjunto--Controladora

A Companhia apresenta abaixo a posição de suas controladas e controlada em conjunto individualmente.

		Balanco patrimonial					Resultado em 2021					
Saldos em 2021	Participação societária	Circulante		Não circulante		Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. renda contribuição social	Resultado Líquido do exercício
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo							
Equatorial Distribuição	90,1451%	321.691	377.059	5.126.715	-	5.071.347	-	-	1.587.573	8	-	1.587.581
Equatorial Piauí	94,9341%	2.967.430	2.187.080	3.288.235	3.403.321	665.264	3.094.322	856.630	(121.344)	(104.246)	378.025	1.009.065
								717.406				
Equatorial Alagoas	96,3666%	1.895.532	1.259.329	2.393.553	1.894.458	1.135.298	2.756.337		(105.495)	51.156	511.227	1.174.294
Geradora de Energia do Maranhão	25,0000%	293.087	256.662	539.635	117.094	458.966	1.438.914	356.974	(28.582)	(12.283)	(48.207)	267.902
Equatorial Serviços	100,0000%	60.312	19.129	154.225	2.352	193.056	84.196	52.735	(41.984)	893	(7.881)	3.763
								-				
Equatorial Transmissão	100,0000%	127.531	21.272	3.197.161	964.664	2.338.756	-		271.237	(90.615)	-	180.622
INTESA	100,0000%	311.000	67.663	777.843	783.270	237.910	161.990	93.504	(2.027)	(35.683)	(8.435)	47.359
Equatorial Participações	100,0000%	7.557	3.951	(20.645)	-	(17.039)	-	-	(86.460)	81	-	(86.379)
Equatorial Participações II	100,0000%	6.163	5.669	341.581	-	342.075	-	-	(59.338)	56	-	(59.282)
Equatorial Participações III	100,0000%	1.132	475	28.392	-	29.049	-	-	(12.055)	4	-	(12.051)
		<u>5.991.435</u>	<u>4.198.289</u>	<u>15.826.695</u>	<u>7.165.159</u>	<u>10.454.682</u>	<u>7.535.759</u>	<u>2.077.249</u>	<u>1.401.525</u>	<u>(190.629)</u>	<u>824.729</u>	<u>4.112.874</u>

		Balanco patrimonial					Resultado em 2020					
Saldos em 2020	Participação societária	Circulante		Não circulante		Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. renda contribuição social	Resultado Líquido do exercício
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo							
Equatorial Distribuição	90,1451%	111.879	88.270	5.107.928	-	5.131.537	-	-	1.132.348	115	-	1.132.463
Equatorial Piauí	94,4737%	2.334.535	1.831.400	2.875.968	3.643.100	(263.997)	2.583.489	730.462	(25.873)	(55.137)	(30.052)	619.400
Equatorial Alagoas	96,3666%	1.837.604	1.300.545	2.470.911	2.877.446	130.524	2.122.930	621.203	(156.964)	(10.775)	(174)	453.290
Geradora de Energia do Maranhão	25,0000%	218.600	195.419	548.052	168.607	402.626	373.927	191.041	(16.908)	(14.510)	(24.662)	134.961
Equatorial Serviços	100,0000%	91.484	40.230	94.024	1.737	143.541	160.069	60.533	35.584	501	(16.759)	79.859
Equatorial Transmissão	100,0000%	17.668	28.684	3.090.962	-	3.079.946	-	-	955.659	3	-	955.662
INTESA	100,0000%	243.870	59.471	829.355	770.263	243.491	120.947	47.760	(3.181)	(19.249)	1.163	26.493
		<u>4.855.640</u>	<u>3.544.019</u>	<u>15.017.200</u>	<u>7.461.153</u>	<u>8.867.668</u>	<u>5.361.362</u>	<u>1.650.999</u>	<u>1.920.665</u>	<u>(99.052)</u>	<u>(70.484)</u>	<u>3.402.128</u>

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

12.3 Conciliação dos investimentos--Controladora

2021										
Controladas	Participaçã o no capital	Patrimônio da controlada	Resultado	Equivalência patrimonial (b)	Amortização do direito da concessão	Valor do investimento	Intangível de concessão (a)	Stock Options	Provisão para perda desvalorização de investimento	Total do investimento
Equatorial Distribuição	90,15%	5.071.347	1.587.581	1.431.128	-	4.571.571	-	6.018	-	4.577.589
Equatorial Piauí	94,93%	665.264	1.009.065	950.663	(53.947)	631.562	1.381.538	498	-	2.013.598
Equatorial Alagoas	96,37%	1.135.298	1.174.294	1.135.394	(38.403)	1.094.048	998.961	369	-	2.093.378
Geradora de Energia do Maranhão	25,00%	458.966	267.902	66.976	-	114.742	11.635	-	-	126.377
Equatorial Serviços	100,00%	193.056	3.763	1.198	-	193.057	-	-	-	193.057
Equatorial Transmissão	100,00%	2.338.756	180.622	180.622	-	2.338.756	-	-	-	2.338.756
INTESA	100,00%	237.910	47.359	47.359	(4.637)	237.907	66.467	-	-	304.374
Equatorial Participações	100,00%	(17.039)	(86.379)	(86.379)	-	(17.039)	-	-	17.039	-
Equatorial Participações II	100,00%	342.075	(59.282)	(59.282)	-	342.075	-	-	-	342.075
Equatorial Participações III	100,00%	29.049	(12.051)	(12.051)	-	29.049	-	-	-	29.049
		10.454.682	4.112.874	3.655.628	(96.987)	9.535.728	2.458.601	6.885	17.039	12.018.253
2020										
Controladas	Participação no capital	Patrimônio da controlada	Resultado	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Intangível de concessão (a)	Stock Options	Total do investimento		
Equatorial Distribuição	90,15%	5.131.537	1.132.463	1.020.860	4.625.830	-	4.157	4.629.987		
Equatorial Piauí	94,47%	(263.997)	619.400	590.479	(249.408)	1.432.170	307	1.183.069		
Equatorial Alagoas	96,37%	130.524	453.290	440.485	125.778	1.033.598	244	1.159.620		
Geradora de Energia do Maranhão	25,00%	402.626	134.961	33.740	100.657	11.635	-	112.292		
Equatorial Serviços	100,00%	143.540	79.859	79.859	143.541	-	-	143.541		
Equatorial Transmissão	100,00%	3.079.948	955.662	955.662	3.079.946	-	-	3.079.946		
INTESA	100,00%	243.491	26.493	26.494	243.491	71.104	-	314.595		
		8.867.669	3.402.128	3.147.579	8.069.835	2.548.507	4.708	10.623.050		

(a) Refere-se ao saldo decorrente da Alocação do Preço de Compra (PPA – Purchase Price Allocation) na aquisição de suas controladas.; e

(b) Em 31 de dezembro de 2021, o resultado de equivalência patrimonial está bruto da amortização do direito de concessão no montante de R\$ 96.987, conforme item 23 letra (a) do ICPC 19.

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

13 Ativo financeiro da concessão (Consolidado)

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	2020	Aquisição (d)	Atualização do ativo financeiro (a)	Transf. Ativo de contrato (b)	Baixas (e)	Outros (f)	2021
Ativo financeiro – Distribuição	7.735.970	351.086	1.270.107	803.549	(23.138)	(1.764)	10.135.810
Obrigações especiais Distribuição (c)	(2.070.048)	-	(426.621)	(104.980)	-	(19.506)	(2.621.155)
Total	5.665.922	351.086	843.486	698.569	(23.138)	(21.270)	7.514.655

	2019	Atualização do ativo financeiro (a)	Transf. (b) Ativo de contrato	Baixas	Outros	Reclassificação	2020
Ativo financeiro – Distribuição	6.514.499	276.664	597.748	(7.701)	355.822	(1.062)	7.735.970
Obrigações especiais Distribuição (c)	(1.568.954)	(92.072)	(53.200)	-	(355.822)	-	(2.070.048)
Total	4.945.545	184.592	544.548	(7.701)	-	(1.062)	5.665.922

A concessão das controladas da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

- (a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão nas controladas distribuidoras, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizado pelo regulador nos processos de reajuste tarifário;
- (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para ativo financeiro da concessão e ativo intangível;
- (c) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica;
- (d) Saldo proveniente das distribuidoras de energia Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) e Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA. Para mais detalhes, ver tópico 4.4.1 Combinações de negócios;
- (e) Saldos provenientes das controladas indiretas Equatorial Maranhão R\$ (742), Equatorial Pará R\$ (22.385) e controlada direta Equatorial Piauí R\$ (11) correspondentes às parcelas financeiras das baixas de bens integrantes do ativo financeiro entre as quais destacamos: baixa de medidores; transformadores e religadores de distribuição; e
- (f) Refere-se a reclassificações do ativo financeiro da concessão para o intangível ocorridas na controlada indireta Equatorial Maranhão no valor de R\$ (1.764); e pela reclassificação de R\$ (19.506) dos saldos de 2020, de obrigações especiais que foram reclassificados em 2021, após a mudança de controle da controlada indireta Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica, para apresentação líquida no ativo, com intuito de atender ao modelo societário.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

14 Intangível (Consolidado)

O intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	Taxas anuais*	2021			Valor líquido
		Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	
Distribuição					
Em serviço – Distribuição	4,02%	21.404.339	(10.734.130)	(2.383.352)	8.286.857
Direito de concessão					
Direito de concessão – Equatorial Maranhão (a)	3,33%	291.810	(156.145)	-	135.665
Direito de concessão – Equatorial Pará (a)	3,33%	172.905	(165.671)	-	7.234
Direito de concessão -Equatorial Alagoas (a)	3,33%	1.196.831	(110.892)	-	1.085.939
Direito de concessão – Equatorial Piauí (a)	3,33%	1.714.448	(187.591)	-	1.526.857
Direito de concessão - CEEE-D (a)	4,17%	2.786.062	(58.042)	-	2.728.020
Direito de concessão – CEA (a)	3,33%	1.049.867	(3.141)	-	1.046.726
Subtotal		7.211.923	(681.482)	-	6.530.441
Outros		12.878	(1.159)	-	11.719
Subtotal		28.629.140	(11.416.771)	(2.383.352)	14.829.017
Transmissão					
Em serviço – Transmissão (Direito de outorga)	4,34%	9.024	(1.959)	-	7.065
Em curso – Transmissão		3.519	-	-	3.519
Direito de concessão					
Direito de concessão - INTESA (a)	3,33%	80.378	(13.911)	-	66.467
Subtotal		92.921	(15.870)	-	77.051
Saneamento					
Direito de concessão – CSA (b)	2,86%	930.008	-	-	930.008
Total		29.652.069	(11.432.641)	(2.383.352)	15.836.076
	Taxas anuais*	2020			Valor líquido
		Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	
Distribuição					
Em serviço – Distribuição	4,32%	15.799.421	(7.654.070)	(2.196.067)	5.949.284
Direito de concessão					
Direito de concessão – Equatorial Maranhão (a)	3,33%	291.810	(140.491)	-	151.319
Direito de concessão – Equatorial Pará (a)	3,33%	172.905	(164.363)	-	8.542
Direito de concessão -Equatorial Alagoas (a)	3,33%	1.196.831	(71.042)	-	1.125.789
Direito de concessão – Equatorial Piauí (a)	3,33%	1.714.448	(130.511)	-	1.583.937
Subtotal		3.375.994	(506.407)	-	2.869.587
Outros		10.455	(440)	-	10.015
Subtotal		19.185.870	(8.160.917)	(2.196.067)	8.828.886
Transmissão					
Em serviço – Transmissão (Direito de outorga)	4,34%	9.024	(1.703)	-	7.321
Em curso – Transmissão		1.542	-	-	1.542
Direito de concessão					
Direito de concessão - INTESA (a)	3,33%	80.378	(9.274)	-	71.104
Subtotal		90.944	(10.977)	-	79.967
Total		19.276.814	(8.171.894)	(2.196.067)	8.908.853

* Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitado à data do contrato de concessão, conforme ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão.

- (a) Refere-se ao ajuste a valor justo do ativo intangível em combinação de negócio através da Alocação do Preço Pago – PPA, sendo classificado como intangível, por tratar-se de direitos contratuais e outros direitos legais, em conformidade com o CPC 04 / IAS 38 – Ativo intangível; e
- (b) O saldo apresentado é composto pelo valor pago a título de outorga para exploração da concessão da controlada Concessionária de Saneamento do Amapá.

14.1 Movimentação do ativo intangível

	Distribuição							2021
	2020	Adições	Baixas (f)	Transferências as Ativo de contrato (a)	Outros (c)	Reclassificação (e)	Aquisição (d)	
Em serviço	15.799.421	266	(329.287)	931.416	(29.109)	204.442	4.827.190	21.404.339
(-) Amortização	(7.654.070)	(985.319)	248.388	-	10.513	(116.845)	(2.236.797)	(10.734.130)
Total em serviço	8.145.351	(985.053)	(80.899)	931.416	(18.596)	87.597	2.590.393	10.670.209
Obrigações especiais (b)	(4.070.209)	(26)	-	(215.518)	15.171	31.770	(334.419)	(4.573.231)
(-) Amortização	1.874.142	230.769	-	-	-	-	84.968	2.189.879
Total em obrigações especiais	(2.196.067)	230.743	-	(215.518)	15.171	31.770	(249.451)	(2.383.352)
Direito de Concessão	3.203.089	-	-	-	-	-	3.835.929	7.039.018
(-) Amortização	(333.502)	(175.075)	-	-	-	-	-	(508.577)
Total em Direito de Concessão	2.869.587	(175.075)	-	-	-	-	3.835.929	6.530.441
Outros	10.015	1.704	-	-	-	-	-	11.719
Total Distribuição	8.828.886	(927.681)	(80.899)	715.898	(3.425)	119.367	6.176.871	14.829.017

	Transmissão							2021
	2020	Adições	Baixas	Transferências (a) Ativo de contrato	Outros	Reclassificação	Aquisição (d)	
Em serviço	1.320	-	-	-	-	-	-	1.320
(-) Amortização	(702)	(256)	-	-	-	-	-	(958)
Total em serviço	618	(256)	-	-	-	-	-	362
Em curso	1.542	1.977	-	-	-	-	-	3.519
Direito de concessão	80.378	-	-	-	-	-	-	80.378
(-) Amortização	(9.274)	(4.637)	-	-	-	-	-	(13.911)
Total direito de concessão	71.104	(4.637)	-	-	-	-	-	66.467
Outros	6.703	-	-	-	-	-	-	6.703
Total Transmissão	79.967	(2.916)	-	-	-	-	-	77.051

	Saneamento							2021
	2020	Adições	Baixas	Transferências (a) Ativo de contrato	Outros	Reclassificação	Aquisição (d)	
Direito de concessão	-	930.008	-	-	-	-	-	930.008
Total Saneamento	-	930.008	-	-	-	-	-	930.008
Intangível total	8.908.853	(589)	(80.899)	715.898	(3.425)	119.367	6.176.871	15.836.076

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Distribuição						Transferências (a) Ativo de contrato	2020
	2019	Outros	Reversão de impairment	Reclassifica ção	Adições	Baixas		
Em serviço	15.005.268	-	162.791	6.262	-	(109.509)	734.609	15.799.421
(-) Amortização	(6.828.676)	-	-	-	(895.785)	70.391	-	(7.654.070)
Total em serviço	8.176.592		162.791	6.262	(895.785)	(39.118)	734.609	8.145.351
Obrigações especiais (b)	(3.963.368)	(1.398)	-	25.263	-	15.821	(146.527)	(4.070.209)
(-) Amortização	1.667.843	-	-	-	206.300	-	(1)	1.874.142
Total em obrigações especiais	(2.295.525)	(1.398)	-	25.263	206.300	15.821	(146.528)	(2.196.067)
Outros	3.042.188	-	-	-	(114.759)	(47.827)	-	2.879.602
Total Distribuição	8.923.255	(1.398)	162.791	31.525	(804.244)	(71.124)	588.081	8.828.886

	Transmissão						Transferências (a) Ativo de contrato	2020
	2019	Outros	Reversão de impairment	Reclassificação	Adições	Baixas		
Em serviço	9.027	-	-	(7.707)	-	-	-	1.320
(-) Amortização	(798)	-	-	759	-	(663)	-	(702)
Total em serviço	8.229	-	-	(6.948)	-	(663)	-	618
Em curso	749	-	-	-	793	-	-	1.542
Direito de concessão	80.378	-	-	-	-	-	-	80.378
(-) Amortização	(4.637)	-	-	-	(4.637)	-	-	(9.274)
Total direito de concessão	75.741	-	-	-	(4.637)	-	-	71.104
Outros	-	-	-	6.948	(245)	-	-	6.703
Total Transmissão	84.719	-	-	-	(4.089)	(663)	-	79.967
Intangível total	9.007.974	(1.398)	162.791	31.525	(808.333)	(71.787)	588.081	8.908.853

- (a) Correspondem às transferências (bifurcação) do ativo de contrato para o ativo financeiro da concessão e ativo intangível;
- (b) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica;
- (c) O saldo líquido negativo de R\$ 3.425 é proveniente das controladas indiretas Equatorial Pará e Equatorial Maranhão. A Equatorial Pará obteve um impacto negativo no saldo de intangível em serviço no valor de R\$ 19.731 que corresponde à reclassificação para investimentos de bens relativos a imóveis e instalações destinadas a uso futuro. Na linha de obrigações especiais, o movimento refere-se, principalmente, à atualização dos saldos de obrigações especiais decorrentes da sub-rogação da CCC no montante de R\$ 15.374. A ANEEL aprovou por meio da Resolução Autorizativa o enquadramento das usinas isoladas da área de concessão no benefício da Sub-rogação CCC/Obrigações Especiais. Em conformidade ao MCSE e Art. 38 da Resolução Normativa nº 801/2017. A controlada indireta Equatorial Pará contabilizou a atualização do saldo subsidiado com recursos da CCC nas contas correlacionadas ao grupo de obrigações especiais. E a Equatorial Maranhão realizou reclassificações do intangível para investimentos, no valor de R\$ 632 e para encargos setoriais no valor de R\$ 203, e do ativo financeiro da concessão para o intangível no valor de R\$ 1.764;
- (d) Saldo proveniente das distribuidoras de energia Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) e Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA. Para mais detalhes, ver tópico 4.4.1 Combinações de negócios;
- (e) Saldo da controlada indireta CEEE-D que correspondem, principalmente, aos valores de PIS/COFINS, que durante o processo de avaliação dos custos das obras do período de 2017 a 2021, identificou-se que os serviços e materiais alocados nas obras foram contabilizados líquidos desses impostos, entretanto, os custos incorridos inicialmente para adquirir um ativo foram registrados pelo valor de aquisição. Desta forma, houve a reclassificação do montante para os ativos incorporados no período; e
- (f) Valores correspondentes às baixas de bens integrantes do ativo intangível entre as quais destacamos: baixa de medidores, transformadores e religadores de distribuição que correspondiam a direitos de recebimento via faturamento através de sua amortização. Os mesmos foram baixados por não estarem mais nem condição de uso e em condições de gerar receitas.

As controladas da Companhia concluíram suas análises de *impairment* e não há nenhum indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

15 Ativo de contrato (Consolidado)

A movimentação do ativo de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	Distribuição								
	Transferências (a)								
	2020	Adições	Reclassificação (d)	Baixas (e)	Ativo Intangível	Ativo Financeiro	Outros	Aquisição (c)	2021
Em curso	1.942.174	2.561.129	(6.940)	(2.017)	(931.416)	(803.549)	(14.280)	96.242	2.841.343
Obrigações especiais (b)	(853.251)	(218.951)	(214.559)	11.950	215.518	104.980	(7.064)	(73.714)	(1.035.091)
Total distribuição	1.088.923	2.342.178	(221.499)	9.933	(715.898)	(698.569)	(21.344)	22.528	1.806.252
	Transmissão								
	2020	Implementação da infraestrutura	Remuneração do ativo de contrato	Reconhecimento da RAP	Manutenção e operação	Ativo de contrato – ganho / perda de realização	Transferências		
Em curso	9.836.817	525.257	-	-	-	(450.851)	(6.045.847)	3.865.376	
Em serviço	147.473	7.982	1.457.832	(1.169.274)	31.190	-	6.045.847	6.521.050	
Total transmissão	9.984.290	533.239	1.457.832	(1.169.274)	31.190	(450.851)	-	10.386.426	
Total ativo de contrato	11.073.213								12.192.678
Circulante	708.900								1.394.297
Não circulante	10.364.313								10.798.381
	Distribuição								
	Transferências (a)								
	2019	Adições	Baixas	Ativo Intangível	Ativo Financeiro	Reclassificação	Outros	2020	
Em curso	1.464.994	1.843.133	(26.544)	(734.609)	(597.748)	(5.200)	(1.852)	1.942.174	
Obrigações especiais (b)	(620.117)	(416.834)	7.383	146.528	53.200	(25.263)	1.852	(853.251)	
Total distribuição	844.877	1.426.299	(19.161)	(588.081)	(544.548)	(30.463)	-	1.088.923	
	Transmissão								
	2019	Margem de construção	Remuneração do ativo de Contrato	Realização da RAP	Receita de O&M	Ativo de contrato – ganho / Perda de realização			
Em curso	7.437.274	2.200.964	705.808	-	-	(507.229)	9.836.817		
Em serviço	(37.907)	142.028	515.323	(493.746)	21.775	-	147.473		
Total transmissão	7.399.367	2.342.992	1.221.131	(493.746)	21.775	(507.229)	9.984.290		
Total ativos contratuais	8.244.244							11.073.213	
Circulante	699.692							708.900	
Não circulante	7.544.552							10.364.313	

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Correspondem às transferências (bifurcação) do ativo de contrato para o ativo financeiro da concessão e ativo intangível;
- (b) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica;
- (c) Saldo proveniente das distribuidoras de energia Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) e Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA. Para mais detalhes, ver tópico 4.4.1 Combinações de negócios;
- (d) Saldo proveniente das controladas indiretas Equatorial Pará e Equatorial Alagoas, onde o montante de R\$ 214.559 foi contabilizado na Equatorial Pará correspondendo aos custos realizados em obras de interligação de sistemas isolados devidamente autorizados através das Resoluções nº 9.499, 9.500 e 9.501 de 08 de dezembro de 2020, cujos créditos são oriundos da sub-rogação CCC em contrapartida a obrigações vinculadas e o montante de R\$ 6.940 contabilizado na Equatorial Alagoas refere-se aos bens de comodato tendo como contrapartida "outros investimentos"; e
- (e) Referem-se ao encerramento de ordens de serviços referentes às baixas de Kit Padrão – Obras PLPT.

As controladas da Companhia que atuam no ramo de distribuição de energia avaliaram o impacto e concluíram como baixo o risco de não recebimento e perda associada, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, nenhuma perda esperada para redução ao valor recuperável foi registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os valores dos bens em construção estão sujeitos a fiscalização da ANEEL.

16 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Circulante				
Suprimento de energia elétrica (a)	-	-	2.081.893	1.139.223
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	169.415	109.137
Materiais e serviços (b)	2.957	33.007	1.831.026	934.914
Repasse de energia livre	-	-	20.192	19.607
Partes relacionadas (c)	-	-	1.613	-
Provisão de fornecedores	-	-	-	32.293
Outros	-	-	3.615	28.120
Total	2.957	33.007	4.107.754	2.263.294
Não circulante				
Suprimento de energia elétrica	-	-	89.073	-
Materiais e serviços (b)	-	-	89.626	6.695
Total	-	-	178.699	6.695
Total (d)	2.957	33.007	4.286.453	2.269.989

- (a) A variação no exercício deve-se ao aumento dos custos das operações com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) referente ao efeito disponibilidade, efeito da contratação de cotas de garantia e exposição financeira que são valoradas ao PLD. Ademais, as despesas com contratos de energia aumentaram em razão da variação no preço médio de pagamento do exercício;
- (b) O saldo deve-se, substancialmente, a fornecedores de materiais e serviços referentes ao custeio operacional e aos investimentos na infraestrutura da concessão realizados durante o exercício nas controladas da Companhia;
- (c) Valores relativos às transações com partes relacionadas, conforme nota explicativa nº 11; e
- (d) O aumento da rubrica dos fornecedores foi impactado pela consolidação dos saldos das distribuidoras Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) e Companhia de Eletricidade do Amapá, para mais detalhes, ver tópico 4.4.1 Combinações de negócio.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

17 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

17.1 Composição do saldo

			2021			Custo médio da dívida (% a.a.)	2020		
Garantias	Custo da dívida (% a.a.)	Principal e encargos			Principal e encargos				
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante		Não circulante	Total	
Moeda estrangeira (USD)									
CCBI Citibank	Aval	111,8% a 113,5% do CDI	991.801	362.733	1.354.534	3,12%	400.433	1.258.982	1.659.415
Sumitomo Mitsui Banking Corporation	Aval	CDI +1,45%	2.283	267.522	269.805	-	-	-	-
Bank of America	Aval	CDI +1,50%	934	271.725	272.659	-	-	-	-
Agência Francesa de Desenvolvimento	Aval	4% a 4,81%	376.038	-	376.038	-	-	-	-
Banco Bocom BBM	Aval+ Fiança	CDI +1,71%	4	19.502	19.506	-	-	-	-
Scotiabank	Aval	CDI +1,58% a 1,85%	3.974	1.108.191	1.112.165	4,48%	659	185.928	186.587
Total moeda estrangeira		5,49%	1.375.034	2.029.673	3.404.707	3,26%	401.092	1.444.910	1.846.002
Moeda nacional									
Eletrobras	Recebíveis	*	526.072	980.067	1.506.139	3,74%	573.472	1.494.696	2.068.168
CEEE-GT		100% do CDI	187.180	-	187.180	-	-	-	-
Banco de Desenvolvimento Econômico e Social	Aval do Controlador + Recebíveis + Aplicação + Penhor de Ações	IPCA + 3,90% a 5,30%	329.683	5.453.934	5.783.617	7,28%	369.266	3.834.380	4.203.646
Banco do Brasil	Aval do Controlador + Alienação Fiduciária	IPCA + 1,6% //6%	64.649	720.030	784.679	4,10%	31.454	618.551	650.005
Banco do Nordeste	Aval do controlador + Aplicação + Penhor de Ações	IPCA + 1,1% a 2,98%// CDI+3,66%	112.143	1.475.254	1.587.397	4,39%	43.685	1.426.501	1.470.186
Caixa Econômica Federal	Aval do controlador+Recebíveis+ Aplicação	6,00%	10.542	46.960	57.502	6,00%	11.271	57.281	68.552
CCEE/RGR/ANEEL	Recebíveis	5,00%	-	1.005.395	1.005.395	5,00%	-	2.361.122	2.361.122
Santander	Aval do controlador	CDI +0,98% a 1,65%	23.834	580.000	603.834	3,79%	214.633	580.000	794.633
Nota promissória	Aval	CDI +1,40%	-	514.339	514.339	2,92%	585.778	-	585.778
Subtotal		11,55%	1.254.103	10.775.979	12.030.082	6,18%	1.829.559	10.372.531	12.202.090
(-) Custo de captação			(2.571)	(28.748)	(31.319)		(1.361)	(21.721)	(23.082)
(-) Ajuste a valor presente		12,41%	-	(602.015)	(602.015)	9,23%	-	(1.237.435)	(1.237.435)
Subtotal			(2.571)	(630.763)	(633.334)		(1.361)	(1.259.156)	(1.260.517)
Total moeda nacional		11,55%	1.251.532	10.145.216	11.396.748	6,65%	1.828.198	9.113.375	10.941.573
Total		10,16%	2.626.566	12.174.889	14.801.455	6,71%	2.229.290	10.558.285	12.787.575

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

* Os empréstimos com a Eletrobrás possuem os seguintes custos conforme cada contrato: IPCA + 0,50% a.a., SELIC + 0,50% a.a., 119,5% do CDI, 124,8% do CDI, 124,8% do CDI + 0,50% a.a.

Em 31 de dezembro de 2021, os valores de empréstimos e financiamentos consolidados possuem um custo médio de 10,16% a.a., equivalente a 229,05% do CDI (6,71% a.a., equivalente a 241,93% do CDI, em 31 de dezembro de 2020), considerando no custo das dívidas em moeda estrangeira, o custo da ponta passiva do swap em CDI + spread.

17.2 Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Consolidado

	2021	
	Valor	%
Circulante	2.626.566	18%
2023	2.220.758	15%
2024	2.326.005	16%
2025	1.162.200	8%
Após 2025	7.096.689	46%
Subtotal	12.805.652	85%
Custo de captação/ ajuste a valor presente (Não circulante)	(630.763)	(3%)
Não circulante	12.174.889	82%
Total	14.801.455	100%

17.3 Movimentação da dívida

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

Consolidado

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (USD)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.828.198	9.113.375	401.092	1.444.910	12.787.575
Ingressos	-	2.285.173	-	1.420.000	3.705.173
Aquisição (a)	78.117	155.962	871.254	-	1.105.333
Reclassificação do mútuo	(260.797)	260.797	-	-	-
Encargos	471.590	241.405	45.300	-	758.295
Variação monetária e cambial	61.099	434.801	373.483	(152.071)	717.312
Transferências	1.522.011	(1.522.011)	683.166	(683.166)	-
Amortizações de principal	(1.976.975)	-	(957.913)	-	(2.934.888)
Pagamentos de juros	(503.090)	-	(41.348)	-	(544.438)
Custo de captação (b)	3.519	(11.756)	-	-	(8.237)
Ajuste a valor presente (c)	27.860	607.560	-	-	635.420
Extinção de obrigação de pagamento - Lei nº 14.120/21 (d)	-	(1.420.090)	-	-	(1.420.090)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.251.532	10.145.216	1.375.034	2.029.673	14.801.455

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (USD)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.734.678	8.078.375	7.602	1.284.299	11.104.954
Ingressos	-	2.505.251	-	200.000	2.705.251
Encargos	504.637	89.191	50.810	-	644.638
Variação monetária e cambial	(5.038)	109.246	87.570	253.329	445.107
Transferências	1.668.059	(1.668.059)	292.718	(292.718)	-
Amortizações de principal	(1.779.089)	-	-	-	(1.779.089)
Pagamentos de juros	(341.592)	-	(37.608)	-	(379.200)
Custo de captação (c)	2.409	(629)	-	-	1.780
Ajuste a valor presente	44.134	-	-	-	44.134
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.828.198	9.113.375	401.092	1.444.910	12.787.575

- (a) Saldo proveniente da distribuidora de energia Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) e da E-Nova Instalação e Manutenção Ltda.. Para mais detalhes, ver tópico 4.4.1 Combinações de negócios;
- (b) Refere-se à movimentação do custo de captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição;
- (c) O valor de R\$ 607.560 refere-se ao estorno do saldo residual do AVP da dívida na controlada Equatorial Alagoas, que foi extinta pela lei nº 14.120/21; e
- (d) Em 1º de março de 2021, a Lei 14.120/21 extinguiu a obrigação de pagamento do empréstimo RGR, correspondente à parcela com direito a reconhecimento tarifário e que não tenha sido objeto de deságio, nos termos do edital da licitação de que tratam os §§ 1º-A e 1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, neste sentido, os montantes de R\$ 1.275.391 para a controlada Equatorial Alagoas e R\$ 144.699 para controlada Equatorial Piauí foram compensados com o valor correspondente de ativo financeiro setorial.

17.4 Ingressos

Controlada	Instituição	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação do Recurso	Encargo Financeiro (a.a)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a)
EQTL Maranhão	BNDES	106.623	mar/2021	Trimestral/Mensal após carência	Mensal	Investimento	IPCA +4,1%	Não se aplica
EQTL Maranhão	SCOTIABANK	350.000	fev/2021	Semestral	4º e 5º ano	Capital de Giro	USD + 1,48%	CDI + 1,65%
EQTL Maranhão	BNDES	145.000	jul/2021	Trimestral/Mensal após carência	Mensal	Investimento	IPCA +4,1%	Não se aplica
EQTL Maranhão	BNDES	26.370	ago/2021	Trimestral/Mensal após carência	Mensal	Investimento	IPCA +4,9%	Não se aplica
EQTL Maranhão	BNDES	140.000	nov/2021	Trimestral/Mensal após carência	Mensal	Investimento	IPCA +4,1%	Não se aplica
EQTL Pará	BNDES	115.514	mar/2021	Trimestral/Mensal após carência	Mensal	Investimento	IPCA +4,1%	Não se aplica
EQTL Pará	BNDES	70.025	jun/2021	Trimestral/Mensal após carência	Mensal	Investimento	IPCA +4,1%	Não se aplica
EQTL Pará	BNDES	500.000	set/2021	Trimestral/Mensal após carência	Mensal	Investimento	IPCA +4,1%	Não se aplica
EQTL Piauí	BNDES	54.500	jan/2021	Trimestral/Mensal após carência	Mensal	Investimento	IPCA +4,4%	Não se aplica
EQTL Piauí	SCOTIABANK	300.000	abr/2021	Semestral	4º e 5º ano	Capital de Giro	USD + 1,68%	CDI + 1,77%
EQTL Piauí	BNDES	19.235	jun/2021	Trimestral/Mensal após carência	Mensal	Investimento	IPCA +4,4%	Não se aplica
EQTL Piauí	BNDES	110.000	jul/2021	Trimestral/Mensal após carência	Mensal	Investimento	IPCA +4,4%	Não se aplica
EQTL Piauí	BNDES	115.000	nov/2021	Trimestral/Mensal após carência	Mensal	Investimento	IPCA +4,4%	Não se aplica
EQTL Alagoas	BNDES	81.500	jan/2021	Trimestral/Mensal após carência	Mensal	Investimento	IPCA +4,4%	Não se aplica
EQTL Alagoas	BNDES	22.037	mar/2021	Trimestral/Mensal após carência	Mensal	Investimento	IPCA +3,9%	Não se aplica
EQTL Alagoas	BNDES	110.000	out/2021	Trimestral/Mensal após carência	Mensal	Investimento	IPCA +4,4%	Não se aplica
CEEE-D	BOFA	250.000	jul/2021	Trimestral	Bullet	Capital de Giro	USD + 1,96%	CDI + 1,5%
CEEE-D	SMBC	250.000	ago/2021	Trimestral	Semestral	Capital de Giro	USD + 2,19%	CDI + 1,5%
CEEE-D	NPs	500.000	ago/2021	Bullet	Bullet	Capital de Giro	CDI + 1,4%	Não se aplica
CEA	SCOTIABANK	250.000	dez/2021	Semestral	4º e 5º ano	Capital de Giro	USD + 2,52%	CDI + 1,85%
SPE 1	BNB	5.000	set/2021	Mensal	Mensal	Investimento	IPCA +2,1%	Não se aplica
SPE 5	BNB	30.000	set/2021	Mensal	Mensal	Investimento	IPCA +2,6%	Não se aplica
SPE 5	BNB	22.340	nov/2021	Trimestral	Mensal	Investimento	IPCA +2,6%	Não se aplica
SPE 7	BB - FDA	50.679	out/2021	Semestral	Semestral	Investimento	IPCA +1,62%	Não se aplica
SPE 8	BB - FDA	61.350	jul/2021	Semestral	Semestral	Investimento	IPCA +1,62%	Não se aplica
EQTL Telecom	BOCOM	20.000	dez/2021	Semestral	Semestral	Capital de Giro	USD + LIBOR + 2,07%	CDI + 1,71%
		3.705.173						

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

17.5 Covenants dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pelas controladas diretas Equatorial Piauí, Equatorial Alagoas, Intesa e controladas indiretas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, CEEE-D, CEA e SPEs Transmissoras 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 possuem garantias fidejussórias e/ou recebíveis e/ou penhor de ações e/ou aplicações financeiras (contas reserva) e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar no vencimento antecipado dos contratos. Em 31 de dezembro de 2021, as controladas da Companhia mantiveram-se dentro dos limites dos *covenants* financeiros estipulados nos contratos, conforme demonstrado a seguir:

Controladas indiretas**Equatorial Maranhão****Covenants Empréstimos****BNDES 18-20**

1º Dívida líquida/EBITDA : <=3,5

1,3

2º Dívida líquida/(Dívida líquida + PL) : ≤ 0,70

0,3

Covenants Empréstimos**BNDES 21-23**

1º Dívida líquida/EBITDA : <=3,5

1,3

Covenants Empréstimos**Scotiabank**

1º Dívida líquida/EBITDA : <=3,5

0,7

1º EBITDA/ Despesa financeira líquida : >1,5

17,1

Equatorial Pará**Covenants Empréstimos****Santander**

1º Dívida líquida/EBITDA: <=3,5

1,1

Covenants Empréstimos**BNDES**

1º Dívida líquida/EBITDA : <=3,75

2,0

2º Dívida líquida/(Dívida Líquida + PL) : <=0,7

0,5

Covenants Empréstimos**Citibank I**

1º Dívida líquida/EBITDA : <=3,75

1,0

2ª EBITDA/ Resultado Financeiro : > 2

6,0

Covenants Empréstimos**Citibank II**

1º Dívida líquida/EBITDA : <=4

1,2

Controladas diretas**Equatorial Alagoas****Covenants Empréstimos****BNDES**

1º Dívida líquida/EBITDA : <=3,75

1,2

A Companhia é avalista nas seguintes emissões nas quais a apuração dos *covenants* se dá de forma consolidada, a saber:

Equatorial Piauí**Covenants Empréstimos****BNDES****Scotiabank****Citibank****Santander**

1º Dívida líquida/EBITDA : <=4,5

2,5

2,3

2,3

2,3

Equatorial Alagoas**Covenants Empréstimos****Santander**

1º Dívida líquida/EBITDA : <=4,5

2,3

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

CEEE-D

<i>Covenants Empréstimos</i>	<i>Bank of America</i>	<i>Sumitomo Mitsui Banking Corporation</i>	<i>Nota Promissória</i>
1º Dívida líquida/EBITDA : <=4,5	2,3	2,3	2,3

CEA

<i>Covenants Empréstimos</i>	<i>Scotiabank</i>
1º Dívida líquida/EBITDA : <=4,5	2,3

Os indicadores reportados na nota explicativa 17 - Empréstimos e Financiamentos obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, não auditados, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas mantiveram-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

18 Debêntures**18.1 Movimentação da dívida**

A movimentação das debêntures no exercício está conforme a seguir demonstrada:

Controladora

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.161	562.926	566.087
Ingressos (18.3)	-	2.000.000	2.000.000
Transferência de titularidade- parte relacionada (a)	(6.900)	(124.602)	(131.502)
Encargos	36.310	-	36.310
Variação monetária	-	9.492	9.492
Transferências	(2.924)	2.924	-
Pagamento de juros	(19.272)	-	(19.272)
Custo de captação (b)	1.872	(14.600)	(12.728)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	12.247	2.436.140	2.448.387
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	11.622	1.252.232	1.263.854
Encargos	32.563	-	32.563
Variação monetária	-	4.996	4.996
Transferências	693.748	(693.748)	-
Amortização do principal	(695.500)	-	(695.500)
Pagamento de juros	(41.028)	-	(41.028)
Custo de captação (b)	1.756	(554)	1.202
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.161	562.926	566.087

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Em 28 de outubro de 2021, a controlada Equatorial Transmissão realizou a assunção de dívida da 2ª emissão de debêntures no montante de R\$134.325 e o custo de captação de (R\$ 2.823) totalizando R\$ 131.502, emitida pela Companhia em 15 de dezembro de 2017 no montante de R\$104.500 com taxa equivalente a IPCA + 5,77%, com destinação, prioritariamente, para o aumento de capital de giro da Companhia. Para assunção de dívida foram mantidas à taxa contratada de IPCA + 5,77% a.a., com vencimento em 15 de novembro de 2024; e
- (b) Refere-se à movimentação do custo de captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui duas emissões vigentes.

Controladora							Em 31 de dezembro de 2021		
Emissão	Característica	Série	Valor da emissão	Custo nominal	Data da emissão	Vencimento	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total
5ª	(1)/(3)/(4)	2ª	300.000	CDI + 1,3% a.a.	dez/21	dez/28	747	300.000	300.747
5ª	(1)/(3)/(4)	1ª	1.700.000	CDI + 1,55% a.a.	dez/21	dez/26	2.217	1.688.257	1.690.474
3ª	(1)/(3)/(4)	Única	448.400	CDI + 1,3% a.a.	out/18	out/24	9.283	447.883	457.166
							12.247	2.436.140	2.448.387

(1) Emissão pública de debêntures simples;

(3) Não conversíveis em ações; e

(4) Espécie quirografária;

Consolidado

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	883.076	4.117.327	5.000.403
Ingressos (18.3)	-	5.803.000	5.803.000
Encargos	344.432	3.893	348.325
Variação monetária	18.262	222.179	240.441
Amortização do principal	(447.854)	-	(447.854)
Transferências	450.295	(450.295)	-
Pagamento de juros	(297.847)	-	(297.847)
Custo de captação (a)	10.646	(55.634)	(44.988)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	961.010	9.640.470	10.601.480
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	144.283	5.559.184	5.703.467
Encargos	393.435	(20.038)	373.397
Variação monetária	(97.427)	16.350	(81.077)
Transferências	1.439.196	(1.439.196)	-
Amortização do principal	(786.398)	-	(786.398)
Pagamento de juros	(218.161)	-	(218.161)
Custo de captação	8.148	1.027	9.175
Saldos em 31 de dezembro de 2020	883.076	4.117.327	5.000.403

- (a) Refere-se à movimentação do custo de captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição.

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2021, as controladas da Companhia, diretas e indiretas, possuem vinte e duas emissões vigentes.

Controlada	Emissão	Característica	Série	Valor da Emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Venc. Final	Em 31 de dezembro de 2021		
								Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total
Equatorial Pará	2ª	(2)/(3)/(4)/(6)/(7)	1ª	60.000	IPCA + 2,40% a.a.	dez/16	jan/24	27.479	51.533	79.012
Equatorial Pará	2ª	(2)/(3)/(4)/(6)/(7)	2ª	23.000	IPCA + 2,40% a.a.	dez/16	jan/24	10.284	19.242	29.526
Equatorial Pará (a)	3ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	2ª	100.931	IPCA + 6,87% a.a.	dez/16	dez/23	128	129.031	129.159
Equatorial Pará	5ª	(1)/(3)/(4)	1ª	543.033	CDI + 1,1% a.a.	abr/18	abr/23	7.206	542.457	549.663
Equatorial Pará	5ª	(1)/(3)/(4)	2ª	456.967	CDI + 1,30% a.a.	abr/18	abr/23	7.774	456.968	464.742
Equatorial Maranhão (a)	7ª	(1)/(3)/(4)/(5)	2ª	115.000	IPCA + 5,54% a.a.	out/16	out/23	194	146.729	146.923
Equatorial Maranhão	8ª	(1)/(3)/(4)	1ª	500.000	107% do CDI	set/17	set/22	511.010	-	511.010
Equatorial Piauí	1ª	(1)/(3)/(4)	Única	400.000	CDI + 1,37% a.a.	dez/21	dez/26	2.996	400.000	402.996
Equatorial Piauí	2ª	(1)/(3)/(4)	Única	620.000	CDI + 1,10% a.a.	mai/19	mai/23	315.331	309.905	625.236
Equatorial Transmissão	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)	Única	800.000	IPCA + 4,92% a.a.	mar/21	mar/36	10.297	836.161	846.458
Equatorial Transmissão	2ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	2ª	104.500	IPCA + 5,77% a.a.	out/21	nov/24	57	128.503	128.560
CEEE-D	1ª	(1)/(3)/(4)	1ª	1.200.000	CDI + 1,5% a.a.	ago/21	ago/26	33.323	1.191.318	1.224.641
CEEE-D	2ª	(1)/(3)/(4)/(5)	2ª	300.000	IPCA + 5,4% a.a.	ago/21	set/29	5.855	313.532	319.387
CSA	1ª	(1)/(3)/(4)/(6)	1ª	1.003.000	CDI + 1,55% a.a.	dez/21	jun/24	-	1.004.060	1.004.060
CEA	1ª	(1)/(3)/(4)/(6)	1ª	500.000	CDI + 1,28% a.a.	dez/21	dez/24	-	500.199	500.199
Equatorial Transmissão 1 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)	Única	55.000	IPCA + 4,85% a.a.	fev/19	jan/33	1.226	63.349	64.575
Equatorial Transmissão 2 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)	Única	45.000	IPCA + 4,85% a.a.	fev/19	jan/33	1.005	51.799	52.804
Equatorial Transmissão 3 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)	1ª	45.000	IPCA + 4,80% a.a.	fev/19	jan/33	1.183	53.763	54.946
Equatorial Transmissão 3 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)	2ª	45.000	IPCA + 4,65% a.a.	fev/19	jan/34	780	49.692	50.472
Equatorial Transmissão 5 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)	Única	66.000	IPCA + 4,85% a.a.	mai/19	abr/39	578	74.160	74.738
Equatorial Transmissão 7 (a)	2ª	(1)/(3)/(4)/(5)	2ª	130.000	IPCA + 4,85% a.a.	mai/19	abr/39	1.462	151.351	152.813
Equatorial Transmissão 8 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)	1ª	102.000	IPCA + 4,85% a.a.	abr/19	abr/39	668	110.938	111.606
Equatorial Transmissão 8 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)	2ª	87.000	IPCA + 4,85% a.a.	abr/19	abr/39	1.021	101.982	103.003
Intesa	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)	1ª	100.000	IPCA + 5,42% a.a.	nov/18	out/25	860	118.521	119.381
Intesa	1ª	(1)/(3)/(4)	1ª	250.000	109% do CDI	mar/19	mar/24	4.822	249.137	253.959
Intesa	2ª	(1)/(3)/(4)	2ª	150.000	CDI + 1,10% a.a.	mar/19	mar/26	3.224	150.000	153.224
								948.763	7.204.330	8.153.093

- (1) Emissão pública de debêntures simples;
- (2) Emissão privada de debêntures simples;
- (3) Não conversíveis em ações;
- (4) Espécie quirografária;
- (5) Debêntures incentivadas;
- (6) Garantia adicional fidejussória; e
- (7) Garantia adicional real.

- (a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

As emissoras das debêntures incentivadas, conforme o artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, alterada pelo Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011, tem como obrigatoriedade aplicar a totalidade dos recursos captados nas emissões das debêntures no custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas aos projetos enquadrados junto ao MME - Ministério de Minas e Energia, cujos prazos não são determinados para a aplicação dos mesmos. A finalidade das debêntures incentivadas é captar recursos destinados a projetos de infraestrutura e todos os recursos obtidos foram utilizados pelas controladas da Companhia para esse fim.

18.2 Cronograma de amortização da dívida**Controladora**

	2021	
	Valor	%
Vencimento		
Circulante	12.247	1%
2024	448.400	18%
2025	850.000	35%
Após 2025	850.000	35%
Não circulante	2.148.400	88%
Custo de captação (não circulante)	287.740	11%
Total não circulante	2.436.140	99%
Total	2.448.387	100%

Consolidado

	2021	
	Valor	%
Vencimento		
Circulante	961.010	9%
2023	2.039.326	19%
2024	2.671.079	25%
2025	1.292.789	12%
Após 2025	3.413.941	33%
Não circulante	9.417.135	89%
Custo de captação (não circulante)	223.335	2%
Total não circulante	9.640.470	91%
Total	10.601.480	100%

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

18.3 Ingressos

Empresa	Emissão	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação do Recurso	Encargo Financeiro	Taxa Efetiva com Derivativo
EQTL Energia	5ª Emissão - 1ª Série	1.700.000	dez/2021	Semestral	Bullet	Capital de Giro	CDI +1,6%	Não se aplica
EQTL Energia	5ª Emissão - 2ª Série	300.000	dez/2021	Semestral	Bullet	Capital de Giro	CDI +1,7%	Não se aplica
EQTL Transmissão	1ª Emissão	800.000	mar/2021	Semestral	Anual a partir de 2025	Capital de Giro	IPCA +4,9%	Não se aplica
CEEE-D	1ª Emissão - 1ª Série	1.200.000	ago/2021	Semestral	Anual a partir de 2023	Capital de Giro	CDI + 1,5% aa	Não se aplica
CEEE-D	1ª Emissão - 2ª Série	300.000	ago/2021	Semestral	Anual a partir de 2028	Capital de Giro	IPCA +5,4%	Não se aplica
CEA	1ª Emissão	500.000	dez/2021	Bullet	Bullet	Capital de Giro	CDI +1,3%	Não se aplica
CSA	1ª Emissão	1.003.000	dez/2021	Bullet	Bullet	Capital de Giro	CDI +1,6%	Não se aplica
		<u>5.803.000</u>						

18.4 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas pela Companhia e suas controladas possuem *covenants* e garantias financeiras (quirografárias), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas mantiveram-se dentro dos limites estipulados nos contratos, conforme abaixo:

Equatorial Pará**Covenants debêntures**

	2ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA: <3,5	1,3
2º EBITDA/Despesa financeira líquida: >2	5,1

Covenants debêntures

	3ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA: <3,5	1,1
2º EBITDA/Despesa financeira líquida: >=1,5	6,0

Covenants debêntures

	5ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA: <=4	1,1

Equatorial Maranhão**Covenants debêntures**

	7ª debêntures	8ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA: <=3,25	0,7	0,7
2º EBITDA /Despesa financeira líquida: >=1,5	17,1	17,1

Equatorial Piauí**Covenants debêntures**

	1ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA: <4,5	2,6

Equatorial Energia**Covenants debêntures**

	3ª debêntures	5ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	2,3	2,3

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais)

Equatorial Transmissão**Covenants debêntures**

	1ª debêntures	2ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA: <=6,5	5,7	5,7

SPEs 01, 02 e 08**Covenants debêntures**

	SPE 01	SPE 02	SPE 08
Geração de caixa/ serviço da dívida >=1,2	1,9	1,6	1,5

INTESA**Covenants debêntures**

	1ª debêntures	2ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	3,1	3,1

A Companhia é avalista nas seguintes emissões, na qual a apuração dos *covenants* se dá de forma consolidada, a saber:

Covenants debêntures	SPE 01	SPE 02	SPE 03	SPE 05	SPE 07	SPE 08	EQTL PI 2ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3

Covenants debêntures	CEA	CSA	CEEE-D
1º Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	2,3	2,3	2,3

Os indicadores, reportados na nota explicativa 18 – Debêntures, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos contratos. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

19 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Circulante				
ICMS	-	-	456.391	306.030
ICMS parcelamento (a)	-	-	89.063	19.744
Parcelamento federal	2.338	2.338	8.440	8.223
PIS e COFINS (b)	657	52	486.232	185.182
PIS e COFINS parcelamento	-	-	52.649	20.430
Encargos sociais e outros	649	354	42.720	28.976
ISS	-	19	23.199	21.904
Outros	-	-	2.338	5.585
Total	3.644	2.763	1.161.032	596.074
Não circulante				
ICMS	-	-	63.926	122.956
FGTS Parcelamento (b)	-	-	124.265	2.024
PIS e COFINS parcelamento	-	-	23.369	19.825
Parcelamento Federal	-	-	15.678	20.977
ICMS parcelamento (a)	-	-	2.285.163	64.188
ISS	-	-	5.262	4.395
Total	-	-	2.517.663	234.365
Total impostos e contribuições a recolher	3.644	2.763	3.678.695	830.439

- (a) Saldos referentes às controladas Equatorial Pará, Equatorial Alagoas e CEEE-D no montante de R\$ 50.775, R\$ 16.333 e R\$ 2.307.118, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 60.846, R\$ 23.086 e R\$ 0, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020). Vale destacar que o saldo ICMS parcelamento oriunda da controlada CEEE-D deve-se ao Instrumento Particular de Assunção de Obrigação de Pagamento de Dívidas e Outras Avenças, assinado em 07 de dezembro de 2020, a CEEE-D cedeu e transferiu à sua antiga controladora, a CEEE-Par, a assunção da obrigação do débito tributário relativo a ICMS, no montante de R\$ 2.778.735. A operação se deu mediante capitalização pela CEEE-Par, na CEEE-D, dos créditos decorrentes dessa obrigação, que em decorrência da assunção da obrigação de pagamento, será considerado integralmente quitado no montante anteriormente considerado. Do saldo remanescente, R\$ 2.171.654 refere-se ao parcelamento realizado junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul – SEFAZ/RS, nos termos do Decreto nº 55.577/2020 (Programa “REFAZ Energia Elétrica”), cujo pagamento foi dividido em 180 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC. Conforme previsto no inciso IV do art. 4º, há possibilidade de redução de 60% dos juros e multa condicionada a quitação total ou parcial do débito. Os descontos possíveis estão demonstrados na tabela abaixo:

	<u>Parcelamentos sem descontos</u>	<u>Descontos</u>	<u>Parcelamentos com descontos</u>
Principal	1.545.734	-	1.545.734
Multa	411.437	(246.862)	164.575
Juros	214.483	(128.690)	85.793
Total	2.171.654	(375.552)	1.796.102

- (b) O aumento deve-se, principalmente, à consolidação dos saldos das distribuidoras de energia Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) e Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA). Para mais detalhes, ver tópico 4.4.1 Combinações de negócios.

Cronograma de pagamento ICMS parcelado

	2021	
	Valor	%
Circulante	89.063	4%
2023	94.295	4%
2024	89.241	4%
2025	84.400	4%
Após 2025	2.017.227	84%
Não circulante	2.285.163	96%
Total ICMS parcelamento	2.374.226	100%

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

20 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**20.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

	2021	2020
Ativos de:		
Prejuízo fiscal (a)	714.439	108.127
Base negativa (a)	266.742	51.122
	981.181	159.249
Diferenças temporárias		
Provisão para contingências	302.893	228.885
Perdas esperadas por redução ao valor recuperável do contas a receber	469.791	370.504
Provisão para participação nos lucros	31.130	24.148
Custo de construção – CPC 47/IFRS 15	2.736.155	2.155.392
Arrendamentos – CPC 06 (R2) /IFRS 16	4.755	2.944
Provisão atuarial	59.955	26.333
Swap	16.878	4.022
AIC reversível	76.744	38.868
Intangível - concessão- aquisição Equatorial Pará	48.573	48.473
Contingências e encargos da dívida - Aquisição Equatorial Pará, Alagoas e Piauí	62.286	62.441
Atualização do ativo financeiro VNR e AVP	36.575	7.628
Outras diferenças temporárias	52.283	28.701
	3.898.018	2.998.339
Total	4.879.199	3.157.588
Passivos de:		
Diferenças temporárias		
Depreciação acelerada	(583.464)	(620.462)
Provisão para contingências	(78.046)	(20.989)
Reversão perdas esperadas por redução ao valor recuperável do contas a receber	(170.294)	(105.903)
Atualização do ativo financeiro VNR e AVP	(832.866)	(587.211)
Receita de Construção– CPC 47/IFRS 15	(4.156.081)	(3.474.286)
Swap	(152.545)	(141.868)
Arrendamento - CPC 06(R2)/IFRS 16	(3.115)	(2.110)
Provisão para participação nos lucros	(7.109)	(4.228)
Provisão atuarial	(21.720)	(12.985)
Reavaliação bens da concessão	(34.260)	(41.192)
Instrumentos financeiros- CPC 48/IFRS 9	(54.649)	-
Opção de compra de ações (b)	(140.465)	-
Outras diferenças temporárias	(71.162)	(62.104)
Total	(6.305.776)	(5.073.338)
Total IRPJ e CSLL passivo e ativo diferidos	(1.426.577)	(1.915.750)
Ativo não circulante (a)	939.618	-
Passivo não circulante	(2.366.195)	(1.915.750)
Efeito líquido não circulante	(1.426.577)	(1.915.750)

- (a) A movimentação do saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição no exercício representa o registro de imposto de renda e contribuição social diferidos nas controladas Equatorial Piauí, Alagoas e SPEs 01 a 08. Os impostos diferidos totalizaram R\$ 981.181, e estão embasados em projeções de recuperabilidade futura aprovada pelo Conselho de Administração; Existem saldos ativos e passivos por estarem sendo apresentadas no consolidado diversas entidades diferentes.
- (b) Refere-se ao diferimento da mensuração a valor justo do derivativo de opção de compra, nos termos do art. 41, da IN RFB 1.700/17. Para mais detalhes, ver nota nº 33.4 - Instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

20.2 Movimentação dos tributos diferidos

	2020	Reconhecimento no resultado	2021	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ prejuízos fiscais	108.127	606.312	714.439	714.439	-
Base negativa de CSLL	51.122	215.620	266.742	266.742	-
Provisão para contingências	207.896	16.951	224.847	302.893	(78.046)
Perdas esperadas por redução ao valor recuperável do contas a receber	264.601	34.896	299.497	469.791	(170.294)
Provisão para participação nos lucros	19.920	4.101	24.021	31.130	(7.109)
Custo de construção – CPC 47/IFRS 15	2.155.392	580.763	2.736.155	2.736.155	-
Receita de construção - CPC 47/IFRS 15	(3.474.286)	(681.795)	(4.156.081)	-	(4.156.081)
Arrendamentos – CPC 06 (R02) /IFRS 16	834	806	1.640	4.755	(3.115)
Contingências e encargos da dívida -Aquisição EQTL	62.441	(155)	62.286	62.286	-
Swap	(137.846)	2.179	(135.667)	16.878	(152.545)
Provisão atuarial	13.348	24.887	38.235	59.955	(21.720)
Outras	(33.403)	14.524	(18.879)	52.283	(71.162)
Atualização do ativo financeiro VNR e AVP	(579.583)	(216.708)	(796.291)	36.575	(832.866)
Depreciação acelerada	(620.462)	36.998	(583.464)	-	(583.464)
Intangível - Concessão- Aquisição Equatorial Pará	48.473	100	48.573	48.573	-
Reavaliação bens da concessão	(41.192)	6.932	(34.260)	-	(34.260)
Instrumentos Financeiros – CPC 48/ IFRS 9	-	(54.649)	(54.649)	-	(54.649)
Opção de compra de ações	-	(140.465)	(140.465)	-	(140.465)
AIC reversível	38.868	37.876	76.744	76.744	-
Total	(1.915.750)	489.173	(1.426.577)	4.879.199	(6.305.776)

	2019	Reconhecimento no resultado	2020	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ prejuízos fiscais	123.694	(15.567)	108.127	108.127	-
Base Negativa de CSLL	26.529	24.593	51.122	51.122	-
Provisão para contingências	159.494	48.402	207.896	228.885	(20.989)
Perdas esperadas por redução ao valor recuperável do contas a receber	205.688	58.913	264.601	370.504	(105.903)
Provisão para participação nos lucros	15.728	4.192	19.920	24.148	(4.228)
Custo de construção – CPC 47/IFRS 15	1.362.466	792.926	2.155.392	2.155.392	-
Receita de construção - CPC 47/IFRS 15	(2.187.705)	(1.286.581)	(3.474.286)	-	(3.474.286)
Arrendamentos – CPC 06 (R02) /IFRS 16	(1.130)	1.964	834	2.944	(2.110)
Perdas não técnicas	24.357	(24.357)	-	-	-
Baixa de ativo imobilizado - Aquisição EQTL Pará	24.866	(24.866)	-	-	-
Contingências e encargos da dívida -Aquisição EQTL	107.934	(45.493)	62.441	62.441	-
Outras contas a pagar –PLPT - aquisição Pará	9.150	(9.150)	-	-	-
Swap	(11.412)	(126.434)	(137.846)	4.022	(141.868)
Provisão atuarial	8.692	4.656	13.348	26.333	(12.985)
Outras despesas não dedutíveis temporariamente	(17.224)	(41.363)	(62.104)	-	(62.104)
Diferimento Órgão Público	(9.382)	9.382	-	-	-
Art. 69 da Lei 12.973/2014 - Saldo da quota fixa	(16.512)	16.512	-	-	-
Reversão de provisão	(129.044)	129.044	-	-	-
Custo de captação e atualização do ativo financeiro	(222.025)	(70.282)	(292.307)	-	(292.307)
Depreciação acelerada	(624.932)	4.470	(620.462)	-	(620.462)
Outras diferenças temporárias	16.468	12.233	28.701	28.701	-
AVP – ajuste a valor presente	(98.154)	(189.122)	(287.276)	7.628	(294.904)
Intangível - Concessão- Aquisição Equatorial Pará	(26.368)	74.841	48.473	48.473	-
AIC reversível	-	38.868	38.868	38.868	-
Reavaliação bens da concessão	(48.564)	7.372	(41.192)	-	(41.192)
Total	(1.307.386)	(604.847)	(1.915.750)	3.157.588	(5.073.338)

20.3 Expectativa de recuperação - Prejuízo fiscal e base negativa

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração das Controladas estimam que a realização dos créditos fiscais, oriundos das controladas diretas Equatorial Alagoas e Equatorial Piauí a ser realizada até 2029, das controladas indiretas SPEs 01 a 08 até 2024, conforme demonstrado a seguir:

Expectativa de realização	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total
Impostos de renda e contribuição social diferidos a realizar	133.328	154.546	131.955	111.006	450.346	981.181

Em 31 de dezembro de 2021, as controladas da Companhia apresentam o saldo de R\$ 981.181 a realizar de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa, que correspondem a R\$ 714.439 e R\$266.742, respectivamente.

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Equatorial Alagoas

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração da Controlada estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2029, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total
Impostos de renda e contribuição social diferidos a realizar	36.213	52.744	51.966	47.824	183.586	372.333

Em 31 de dezembro de 2021, a Equatorial Alagoas apresenta o saldo de R\$ 372.333 a realizar de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa, que correspondem a R\$ 251.182 e R\$121.151, respectivamente.

Equatorial Piauí

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração da Controlada estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2029, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
Impostos de renda e contribuição social diferidos a realizar	56.183	65.760	63.512	63.182	60.145	206.615	515.397

Em 31 de dezembro de 2021, a Equatorial Piauí apresenta o saldo de R\$ 515.397 a realizar de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa, que correspondem a R\$ 392.836 e R\$ 122.561, respectivamente.

SPEs 01 a 08

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração das Controladas estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2024, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2022	2023	2024	Total
Impostos de renda e contribuição social diferidos a realizar	40.932	36.042	16.477	93.451

Em 31 de dezembro de 2021, as SPEs 01 a 08 apresentam o saldo de R\$ 93.451 a realizar de tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa, que correspondem a R\$ 70.421 e R\$ 23.030, respectivamente.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais)

20.4 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) debitada em resultado, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, está demonstrada a seguir:

Controladora	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	3.834.992	3.834.992	2.975.089	2.975.089
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal (A)	958.748	345.149	743.772	267.758
Adições:				
Equivalência patrimonial	203.293	81.914	71.224	25.641
Outras provisões	27.302	1.055	2.851	1.026
Total adições (B)	230.595	82.969	74.075	26.667
Exclusões:				
Equivalência patrimonial	(1.117.200)	(402.192)	(833.486)	(300.056)
Derivativos – ajuste a valor justo	(103.283)	(37.182)		
Outras provisões	(357)	(128)	(121)	(43)
Total exclusões (C)	(1.220.840)	(439.502)	(833.607)	(300.099)
Dedutibilidade fiscal (limite legal) (D)	(31.497)	(11.384)	(15.760)	(5.674)
Total de IRPJ e CSLL do exercício E = (A) + (B) + (C) - (D)	-	-	-	-
IRPJ e CSLL diferido no resultado do exercício	103.283	37.182	-	-
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	3%	1%	-	-

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	4.169.434	4.169.434	4.358.302	4.358.302
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal (A)	1.042.359	375.249	1.089.576	392.247
Adições:				
Provisão para contingências	43.430	15.635	9.718	3.499
Perdas esperadas por redução ao valor recuperável do contas a receber	378.576	136.287	462.812	166.613
Ajuste a valor presente	26.308	9.471	17.076	6.147
Variação SWAP	25.271	9.097	2.957	1.064
Atualização do ativo financeiro VNR	63.552	22.879	28.128	10.125
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	5.049	1.818	5.421	1.951
Provisão para participação nos lucros	4.575	1.456	1.225	441
Multa e penalidades por infrações	1.594	103	3.555	1.079
Arrendamentos – CPC 06 (R2/IFRS 16)	4.186	1.507	1.969	709
Custo de construção – CPC 47/IFRS 15	196.753	71.001	384.166	138.324
Depreciação acelerada	36.998	-	35.851	-
Adição Art. 168 IN 1700/2017 - Contrato de concessão	231.770	83.435	74.910	26.968
Outras provisões	495.001	177.378	189.791	67.253
Total adições (B)	1.513.063	530.067	1.217.579	424.173
Exclusões:				
Provisão e reversão para contingências	(90.285)	(32.501)	(28.889)	(10.400)
Perdas esperadas por redução ao valor recuperável	(359.759)	(129.514)	(515.800)	(185.687)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	(3.909)	(1.407)	(4.207)	(1.515)
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	(2.118)	(1.274)	-	-
Ajuste ao valor presente	(3.387)	(1.219)	(7.920)	(2.851)
Receita de construção – CPC 47/IFRS 15	(501.683)	(180.603)	(842.875)	(303.436)
Custo de captação e atualização do ativo financeiro	(901)	(324)	(1.016)	(366)
Atualização do ativo financeiro VNR	(316.621)	(113.982)	(73.259)	(26.373)
Variação SWAP	(23.669)	(8.521)	(93.004)	(33.481)
Incentivo P&D	(3.064)	(1.104)	(2.406)	(866)
Derivativos – ajuste a valor justo	(103.283)	(37.182)	-	-
Outras provisões	(390.818)	(141.155)	(116.659)	(30.498)
Total exclusões (C)	(1.799.497)	(648.786)	(1.686.035)	(595.473)
Compensação prejuízo fiscal e base negativa	(104.280)	(32.632)	(71.843)	(35.469)
Incentivo PAT	(6.998)	-	(6.214)	-
IRPJ e CSLL outros (i)	(26.023)	(10.365)	-	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	(370)	161	(268)	-
Total compensações (D)	(137.671)	(42.836)	(78.325)	(35.469)
IRPJ subvenção governamental	(475.850)	-	(422.471)	-
Total outras deduções (E)	(475.850)	-	(422.471)	-
IRPJ e CSLL corrente no resultado do exercício (A+B+C+D+E)	142.404	213.694	120.324	185.478
IRPJ e CSLL diferido no resultado do exercício	(351.516)	(137.657)	445.440	159.407
Total	(351.516)	(137.657)	445.440	159.407
Total de IRPJ e CSLL correntes e diferidos do exercício	(209.112)	76.037	565.764	344.885
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	(5%)	2%	13%	8%

- (i) Conforme decisão do STF - RE nº 1.063.187 tema nº 962 - que julgou inconstitucional a incidência de IRPJ/CSLL sobre atualização SELIC de débitos tributários e para as empresas que possuíam ação ajuizada antes do julgamento do STF ocorrido em 24 de setembro de 2021, os efeitos da decisão abrangem os 5 anos anteriores a data de ajuizamento. Nesse contexto, a Equatorial Maranhão e a Equatorial Piauí ingressaram com as ações judiciais nº 1038635-88.2021.4.01.3700 e nº 1030801-07.2021.4.01.4000 em 18 de agosto de 2021 questionando a matéria, portanto, em data anterior a decisão final da Suprema Corte e procedeu ao registro do ativo decorrente ao valor pago indevidamente de IRPJ e CSLL sobre a atualização SELIC de débito tributário para as controladas Equatorial Maranhão e Equatorial Piauí no valor de R\$ 32.510 e R\$3.877, respectivamente.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

20.5 Composição do PIS e COFINS diferidos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Passivo		
PIS diferido sobre a receita de construção (a)	191.537	171.119
COFINS diferido sobre a receita de construção (a)	881.769	787.722
Outros impostos diferidos	11.372	26.004
Total PIS e COFINS diferidos	<u>1.084.678</u>	<u>984.845</u>

- (a) O diferimento do PIS e da COFINS é relativo a 9,25% da receita de construção. A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que as controladas transmissoras SPEs 01 a 08 e INTESA receberem as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

21 Dividendos a pagar (Controladora)

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados conforme demonstrado a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	3.694.527	2.975.089
(-) Reserva legal	(184.726)	(148.754)
Lucro líquido ajustado	<u>3.509.801</u>	<u>2.826.335</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	877.450	706.584
(-) Reserva lucros a realizar	(228.586)	(159.013)
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>648.864</u>	<u>547.571</u>
Dividendos adicionais propostos	-	1.127
Dividendos propostos	<u>648.864</u>	<u>548.698</u>

O Conselho de Administração aprovou a declaração de dividendos em reunião do Conselho de Administração em 22 de março de 2022.

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada conforme a seguir demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>322.581</u>
Dividendos adicionais 2019	736
Pagamento de dividendos	(323.291)
Dividendos propostos de 2020	<u>547.571</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>547.597</u>
Dividendos adicionais 2020	159.532
Pagamento de dividendos	(707.129)
Dividendos propostos de 2021	<u>648.864</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>648.864</u>

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal”. Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Dessa forma, em uma primeira análise, dado que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal” e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado à reserva de incentivos fiscais da “base de cálculo” da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte das companhias. Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

22 Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial – Equatorial Pará

Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os Arts. 61 e 63 da Lei nº 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, encerrada a recuperação judicial da controlada Equatorial Pará. Esta sentença encerra a fase de acompanhamento judicial do cumprimento do plano e retira as restrições legais da recuperação. O plano de recuperação negociado e aprovado pelos credores durante o processo permanece inteiramente válido e exigível, o que significa que as condições especiais para as dívidas que foram pactuadas continuam em vigor. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral.

A decisão de encerramento está produzindo efeitos normalmente, mas ainda não transitou em julgado por ter sido alvo de duas apelações, movidas pelos credores Petróleo Brasileiro S.A. e Pine S.A. Em novembro de 2017, a Equatorial Pará firmou acordo com o Banco Pine, que culminou com a desistência de sua apelação a sentença de encerramento. A outra apelação versa exclusivamente sobre pagamento de juros e correção no cumprimento das obrigações do plano.

Em função da matéria, a controlada Equatorial Pará estima que as chances de êxito deste recurso são remotas, o que é respaldado em *Legal Opinion* do escritório jurídico que conduz o processo. A estimativa da controlada é que a matéria será apreciada em um cenário de 24 a 36 meses, quando então o encerramento da recuperação judicial estará devidamente transitado em julgado.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

22.1 Composição da dívida

	2021	2020
Circulante		
Credores operacionais	5.695	3.566
Credores financeiros (a)	19.211	26.708
Partes relacionadas	9.606	-
Total	34.512	30.274
Não circulante		
Credores operacionais	83.853	83.853
Credores financeiros (a)	389.331	461.166
Partes relacionadas (b)	640.349	649.955
(-) Ajuste a valor presente – partes relacionadas	(147.589)	(159.164)
(-) Ajuste a valor presente (c)	(71.162)	(105.204)
Total	894.782	930.606
Total	929.294	960.880

- (a) Grupo de credores dentre os quais estão: (i) instituições financeiras públicas ou privadas; e (ii) titulares de créditos decorrentes de operações financeiras ou bancárias, inclusive, mas sem se limitar a, *bonds* e créditos decorrentes de operações de derivativos, com ou sem vinculação de recebíveis;
- (b) Partes relacionadas refere-se ao valor a pagar de acordo com plano de recuperação judicial com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras; e
- (c) Em 31 de dezembro de 2021, o saldo era composto por: R\$ 51.876 de empréstimos e financiamentos e R\$ 19.286 de credores operacionais (R\$ 84.407 de empréstimos e financiamentos e R\$ 20.797 de credores operacionais em 31 de dezembro de 2020).

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos valores a pagar de recuperação judicial é o seguinte:

	2021	
Vencimento	Valor	%
Circulante	34.512	4%
2023	28.385	3%
2024	33.546	4%
2025	30.966	3%
Após 2025	1.020.636	110%
Subtotal	1.113.533	120%
(-) Ajuste a valor presente (Não circulante)	(218.751)	(24%)
Não circulante	894.782	96%
Total	929.294	100%

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

22.2 Movimentação dos valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial

	2020	Juros e encargos	Variação monetária e cambial	Amortização	Juros pagos	Ajuste a valor presente	2021
Credores operacionais	66.620	5.028	-	-	(2.899)	1.513	70.262
Partes relacionadas – nota explicativa nº 11	490.791	38.395	-	-	(38.395)	11.575	502.366
Credores financeiros	403.469	15.765	40.794	(92.885)	(15.247)	4.770	356.666
Total	960.880	59.188	40.794	(92.885)	(56.541)	17.858	929.294

	2019	Juros e encargos	Variação monetária e cambial	Amortização	Ajuste a valor presente	2020
Credores operacionais	62.861	5.228	-	(2.907)	1.438	66.620
Credores financeiros	809.038	49.973	60.349	(43.920)	18.820	894.260
Total	871.899	55.201	60.349	(46.827)	20.258	960.880

23 Encargos setoriais**23.1 Encargos setoriais CCC – Equatorial Pará**

	2021	2020
Não circulante		
Encargos setoriais CCC	-	372.241
(-) Aquisição de combustível CCC	-	(105.883)
Efeito líquido	-	266.358

A conta de consumo de combustíveis fósseis (CCC) foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 7 de novembro de 1973, tem a finalidade de aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoeletrica nos sistemas isolados, especialmente na região Norte do país. O objetivo da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da CCC. Entre os valores reembolsados pela conta de consumo de combustíveis fósseis estão os tributos (ICMS, PIS e COFINS) não compensados sobre a compra de combustível e energia elétrica.

A Equatorial Pará estava passando pelo processo 48500.004790/2016-63, de fiscalização dos reembolsos recebidos da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC de julho/2009 a abril/2017. Em 23 de agosto de 2021, através da publicação do Despacho Aneel Nº 2.560, foi definida a devolução dos valores de reembolso pagos a maior no período fiscalizado. O valor provisionado para este fim era de R\$ 282.578 e, no dia 09 de setembro de 2021, foi efetuado o pagamento de R\$ 247.859 conforme determinado no processo. O saldo residual após o pagamento foi baixado no resultado do exercício, sendo R\$ 24.303 em contrapartida do custo de operação (Subvenção CCC) e R\$ 10.416 em contrapartida de outras receitas financeiras. O resumo do valor principal e atualizado da fiscalização, bem como do saldo residual em relação ao previsto, pode ser visto no quadro a seguir.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Valor principal	Atualização monetária	Valor total
Valor previsto	261.379	21.199	282.578
Valor pago	(237.076)	(10.783)	(247.859)
Saldo residual	24.303	10.416	34.719

23.2 Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

Distribuição do recurso	Percentual de distribuição da ROLⁱ	2021	2020
Programa de efficientização energética	0,40%	236.429	285.548
Pesquisa e desenvolvimento	0,20%	232.575	196.918
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	0,20%	9.258	6.279
Ministério de Minas e Energia – MME	0,10%	4.575	3.135
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL	0,10%	44.210	14.377
Conta de desenvolvimento energética - CDE		34.714	-
Outros		4.271	485
Total pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		566.032	506.742
Circulante		477.696	286.397
Não circulante		88.336	220.345

Os saldos apresentados no passivo circulante referem-se aos montantes que serão aplicados nos projetos no exercício seguinte, de acordo com as projeções aprovadas pela Administração.

Apresentamos, abaixo, os valores dos encargos setoriais, em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021	2020
Circulante	477.696	286.397
Não circulante	88.336	486.703
Total	566.032	773.100

ⁱ Receita operacional líquida regulatória.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

24 Provisões para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas, regulatórios e ambientais (Consolidado)

As controladas da Companhia são partes (polos passivos) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisa as demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2021		2020	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Cíveis	1.229.695	142.477	704.700	107.101
Fiscais	271.820	77.104	248.230	64.758
Trabalhistas	527.039	254.504	247.773	81.992
Regulatórias	79.041	-	6.292	-
Ambientais	27.328	-	-	-
Total	2.134.923	474.085	1.206.995	253.851
Circulante	526.133	4.025	215.811	3.567
Não circulante	1.608.790	470.060	991.184	250.284

Movimentação dos processos no exercício

	2020	Adições (1)	Utilização (2)	Reversão de provisão (3)	Atualização (4)	Aquisição (5)	2021
Cíveis	704.700	141.631	(133.662)	(81.664)	31.239	567.451	1.229.695
Fiscais	248.230	9.775	(25)	(219)	2.859	11.200	271.820
Trabalhistas	247.773	152.227	(89.007)	(110.347)	(50.158)	376.551	527.039
Regulatórias	6.292	15.033	-	(636)	1.961	56.391	79.041
Ambientais	-	337	(10)	(161)	988	26.174	27.328
Total	1.206.995	319.003	(222.704)	(193.027)	(13.111)	1.037.767	2.134.923

	2019	Adições (1)	Utilização (2)	Reversão de provisão (3)	Atualização (4)	2020
Cíveis	755.197	76.669	(79.560)	(52.628)	5.022	704.700
Fiscais	236.299	8.542	(1)	(753)	4.143	248.230
Trabalhistas	294.629	20.489	(11.866)	(44.900)	(10.579)	247.773
Regulatórias	6.122	-	-	-	170	6.292
Total	1.292.247	105.700	(91.427)	(98.281)	(1.244)	1.206.995

(1) Contingências provisionadas no exercício;

(2) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;

(3) Reversões realizadas no exercício;

(4) Atualizações monetárias; e

(5) Saldos provenientes das distribuidoras de energia elétrica Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) e Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA. Para mais detalhes, ver tópico 4.4.1 Combinações de negócios.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Cíveis

As controladas da Companhia figuram como rés em 54.253 processos cíveis em 31 de dezembro de 2021 (41.207 processos em 31 de dezembro de 2020), sendo que 13.461 tramitam em Juizados Especiais (15.197 processos em 31 de dezembro de 2020), os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2021 era avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica das controladas da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 1.893.603 (R\$ 691.799 em 31 de dezembro de 2020) para as quais não foram constituídas provisões.

Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)	2021	2020
Quebra de contrato	137.320	115.196
Debêntures	243.484	-
Falha no fornecimento	140.495	90.974
Cobrança indevida	194.639	172.154
Morte por eletroplessão	89.333	87.571
Fraude questionada	41.338	40.391
Acidente com terceiros	40.952	33.825
Falha no atendimento	24.513	10.386
Corte indevido	8.818	10.729
Portaria do DNAEE	10.317	3.362
Incêndio	834	3.747
Regulatório	88.097	88.095
Outras	209.555	48.270
Total (a)	1.229.695	704.700

- (a) O aumento no saldo das causas cíveis com prognóstico de risco de perda provável foi impactado pela consolidação dos processos da controlada CEEE-D no valor de R\$ 369.133 e da controlada CEA no valor de R\$ 132.454. Para mais detalhes, ver tópico 4.4.1 Combinações de negócios.

Contingências cíveis (prognóstico possível de perda)	2021	2020
Cobrança indevida	49.031	128.332
Quebra de contrato	729.376	249.257
Falha no fornecimento	180.433	56.773
Morte por eletroplessão	35.327	17.168
Adequação de rede	100.950	30.000
Acidente com terceiros	18.651	6.279
Licitação	17.124	2.609
Recadastramento iluminação pública	9.243	8.954
Incêndio	55.002	27.922
Portaria do DNAEE	90.593	12.330
Fraude questionada	23.049	11.847
Corte indevido	6.095	2.894
Falha no atendimento	6.190	2.024
Regulatório	259.055	117.667
Outras	313.484	17.743
Total	1.893.603	691.799

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Fiscais

As controladas da Companhia figuram como rés em 1.083 processos fiscais em 31 de dezembro de 2021 (627 processos em 31 de dezembro de 2020) representado pelo montante de R\$ 271.820 (R\$ 248.230 em 31 de dezembro de 2020).

Além dos processos provisionados conforme demonstrado anteriormente, existem outras contingências fiscais cuja possibilidade de perda era avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica das controladas da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 416.205 (R\$ 211.283 em 31 de dezembro de 2020) para as quais não foram constituídas provisões.

Contingências fiscais (prognóstico provável de perda)	2021	2020
Planos econômicos	146.745	146.745
PIS/COFINS	70.771	60.655
ICMS	37.932	35.897
ISS	1.306	541
Outras	15.066	4.392
Total	271.820	248.230

Contingências fiscais (prognóstico possível de perda)	2021	2020
ICMS	337.132	177.022
PIS/COFINS	21.323	7.212
Multa por infração	12.733	7.783
ISS	10.180	2.720
CSLL, PIS e COFINS	1.007	377
ICMS, TUSD e TUST	685	350
Outras	33.145	15.819
Total	416.205	211.283

Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021, as controladas da Companhia possuem 7.992 processos (4.010 processos em 31 de dezembro de 2020), no montante de R\$ 527.039 (R\$ 247.773 em 31 de dezembro de 2020) por ex-empregados contra as controladas da Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, estabilidade CIPA, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Além dos processos provisionados, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda era avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica das controladas da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 129.095 (R\$ 90.999 em 31 de dezembro de 2020) para as quais não foram constituídas provisões.

Contingências trabalhistas (prognóstico provável de perda)	2021	2020
Diferença salarial	146.518	-
Contribuição previdenciária	52.366	-
Verbas rescisórias	42.827	15.041
Hora extra	45.207	20.021
Auxílio alimentação	31.318	97.482
Reintegração no emprego	19.261	5.658
Responsabilidade subsidiária	23.796	12.612
Acidente de trabalho	15.100	16.233
Responsabilidade solidária	17.841	-
FGTS	3.081	17.856
Implantação do plano de cargos, carreira e salários	17.279	10.755
Plano de saúde	6.668	1.564
Periculosidade	2.530	6.033
Danos morais	4.921	5.186
Desligamento voluntário	4.286	4.047
Concurso público	3.577	3.893
Doença ocupacional/profissional	4.102	2.920
Penosidade	2.740	82
Gratificação	1.913	1.222
Equiparação salarial	850	861
Seguro de vida	433	791
Outras	80.425	25.516
Total (b)	527.039	247.773

- (b) O aumento no saldo das causas trabalhistas com prognóstico de risco de perda provável foi impactado pela consolidação dos processos da controlada CEEE-D no valor de R\$ 353.701. Para mais detalhes, ver tópico 4.4.1 Combinações de negócios.

Contingências trabalhistas (prognóstico possível de perda)	2021	2020
Responsabilidade subsidiária	41.585	43.253
Hora extra	26.136	6.600
Reintegração no emprego	377	1.860
Acidente de trabalho	4.774	4.971
Equiparação salarial	1.234	4.761
Diferença Plano Bresser	3.555	8.800
Gratificação	1.591	1.356
Doença ocupacional/profissional	8.179	1.155
Verbas rescisórias	548	1.836
Auxílio alimentação	1.539	669
Justa causa	535	881
FGTS	297	355
Danos morais	4.176	4.617
Outras	34.569	9.885
Total	129.095	90.999

Regulatórias

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 6.569 corresponde às prováveis penalidades a serem aplicadas contra a controlada Equatorial Maranhão, R\$14.533 contra a controlada Equatorial Pará, R\$21.749 contra a controlada Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) e R\$36.190 contra a controlada Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), totalizando o valor de R\$79.041 (R\$ 6.292 em 31 de dezembro de 2020), referente a termos de notificação e auto de infração da ANEEL, bem como penalidade de medição de fronteira na CCEE.

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

25 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal - STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese das controladas Equatorial Maranhão, que obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018 e Equatorial Pará em fevereiro de 2018, e das controladas diretas Equatorial Piauí em outubro de 2018 e Equatorial Alagoas em julho de 2019 e da controlada CEEE-D em março de 2021. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para: (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, devendo se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocoladas até (inclusive) 15 de março de 2017; e (ii) o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais, e não o efetivamente pago.

Equatorial Maranhão

Em 31 de dezembro de 2018, a controlada da Companhia constituiu: (i) ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 756.499; (ii) passivo de R\$ 580.587 relativo ao ressarcimento a seus consumidores; (iii) R\$ 77.177 como dedução da receita bruta referente ao PIS/COFINS; e (iv) R\$ 98.685 como receita financeira, onde também incidiu PIS/COFINS de R\$ 4.589.

Em 31 de dezembro de 2021, a controlada da Companhia registrou a atualização da taxa SELIC, constituindo: (i) complemento de ativo e passivo no montante de R\$ 10.062 (R\$ 14.058 e R\$ 15.701, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020) relativo ao ressarcimento a seus consumidores; (ii) não houve dedução da receita bruta referente a PIS/COFINS (R\$ 4.758 em 31 de dezembro de 2020); e (iii) não apurou receita financeira (R\$ 3.114 em 31 de dezembro de 2020), não havendo incidência de PIS/COFINS (R\$ 145 em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, a controlada da Companhia compensou créditos habilitados perante a Receita Federal no montante de R\$ 377.037 (R\$ 253.246 em dezembro de 2020) com os tributos federais imposto de renda, contribuição social, PIS, COFINS e retenções federais através de PER/DCOMP.

Equatorial Pará

Em 31 de março de 2020 a controlada da Companhia constituiu: (i) ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 935.138 e (ii) passivo de R\$ 935.138 relativo ao ressarcimento a seus consumidores.

Em 31 de dezembro de 2021, a controlada da Companhia registrou a atualização da taxa SELIC, constituindo um complemento de ativo e passivo no montante de R\$ 18.356 (R\$ 13.413 em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, a controlada da Companhia compensou créditos habilitados perante a Receita Federal no montante de R\$ 443.982 (R\$ 210.071 em 31 de dezembro de 2020) com os tributos federais imposto de renda, contribuição social, PIS, COFINS e retenções federais através de PER/DCOMP.

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Equatorial Piauí

Em 31 de dezembro de 2018, a controlada da Companhia constituiu: ativo referente a PIS/COFINS no montante de R\$ 435.231, um passivo de R\$ 418.741 relativo ao ressarcimento a seus consumidores, o montante de R\$ 8.227 como dedução da receita bruta referente a PIS/COFINS, e R\$ 8.263 como receita financeira, onde incidiu PIS/COFINS de R\$ 384.

Em 31 de dezembro de 2021, a controlada da Companhia registrou a atualização da taxa SELIC, constituindo um ativo e passivo de R\$ 8.009 (R\$ 8.855 e R\$ 8.716, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020), relativo ao ressarcimento a seus consumidores; Não apurou receita financeira (R\$140 em 31 de dezembro de 2020), não havendo incidência de PIS/COFINS (R\$ 6 em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, a controlada compensou débitos tributários perante a Receita Federal no montante de R\$ 221.729 (R\$ 70.425 em 31 de dezembro de 2020) com os tributos federais imposto de renda, contribuição social, PIS, COFINS e retenções federais através de PER/DCOMP.

Equatorial Alagoas

Em 31 de dezembro de 2019 a controlada da Companhia constituiu: ativo referente a PIS/COFINS relativo ao ressarcimento a seus consumidores ambos no montante de R\$ 290.234.

Em 31 de dezembro de 2021, a controlada da Companhia registrou a atualização da taxa SELIC, constituindo um ativo e passivo de R\$ 1.306 (R\$ 9.002 em dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, a controlada da Companhia compensou créditos habilitados perante a Receita Federal no montante de R\$ 189.233 (R\$ 98.309 em 31 de dezembro de 2020) com os tributos federais de imposto de renda, contribuição social, PIS, COFINS e retenções federais através de PER/DCOMP.

CEEE-D

Em 31 de março de 2021 a controlada da Companhia constituiu: (i) ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 694.466; (ii) passivo de R\$ 711.096 relativo ao ressarcimento a seus consumidores.

Em 31 de dezembro de 2021, a controlada da Companhia registrou a atualização da taxa SELIC, constituindo: (i) complemento de ativo e passivo no montante de R\$ 140.407; (ii) contabilização de R\$ 63.885 como resultado financeiro, referente a juros e multas; (iii) contabilização de R\$ 44.966 de recuperação de despesas, em outras receitas operacionais; (iv) compensação de débitos tributários de R\$ 96.366 com os tributos federais imposto de renda, contribuição social, PIS, COFINS e retenções federais através de PER/DCOMP; (v) houve amortização do passivo de R\$ 14.506 relativo ao ressarcimento a seus consumidores; e (vi) R\$ 18.183 como receita financeira, onde também incidiu PIS/COFINS de R\$ 845.

O ativo das controladas contemplam créditos com a receita federal desde o ingresso da ação. E o passivo foi constituído considerando que as controladas distribuidoras repassam aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica dos últimos 10 anos, consoante disposições do Código Civil Brasileiro. Assim, após a homologação o crédito na Receita Federal e seu efetivo aproveitamento, considerando ainda eventual definição de mecanismos de ressarcimento pela ANEEL, espera-se que a realização deste ocorra em uma expectativa de prazo de aproximadamente 20 e 28 meses e para as controladas indiretas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará, respectivamente, 156 meses para a controlada direta Equatorial Piauí e 37 meses para a controlada indireta Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica.

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	2021					Total
	Equatorial Maranhão	Equatorial Pará	Equatorial Piauí	Equatorial Alagoas	CEEE-D	
Ativo						
Circulante	184.383	312.854	186.825	12.999	217.074	914.135
Não circulante	-	-	-	-	648.467	648.467
PIS e COFINS a recuperar	184.383	312.854	186.825	12.999	865.541	1.562.602
Passivo (a)						
Circulante	81.925	369.478	219.457	48.788	-	719.648
Não circulante	501.158	343.408	222.132	154.005	836.997	2.057.700
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	583.083	712.886	441.589	202.793	836.997	2.777.348
Resultado						
(+) Receita financeira						
PIS/COFINS consumidores a restituir	-	-	-	-	14.875	14.875
(-) PIS/COFINS sobre a receita financeira	-	-	-	-	(845)	(845)
Efeito líquido no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	-	14.030	14.030

	2020					Total
	Equatorial Maranhão	Equatorial Pará	Equatorial Piauí	Equatorial Alagoas		
Ativo						
Circulante	326.525	348.334	211.526	200.926		1.087.311
Não circulante	224.833	390.146	189.435	-		804.414
PIS e COFINS a recuperar	551.358	738.480	400.961	200.926		1.891.725
Passivo						
Não circulante	619.293	948.552	454.311	299.236		2.321.392
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	619.293	948.552	454.311	299.236		2.321.392
Resultado						
(-) Deduções da receita						
PIS/COFINS consumidores a restituir	(4.758)	-	-	-		(4.758)
(+) Receita financeira						
PIS/COFINS consumidores a restituir	3.114	-	140	-		3.254
(-) PIS/COFINS sobre a receita financeira	(145)	-	(6)	-		(151)
Efeito líquido no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.789)	-	134	-		(1.655)

- (a) Após a homologação do processo de revisão tarifária pela ANEEL em agosto de 2021, houve a reclassificação do saldo do não circulante para o circulante no montante de R\$ 719.648 (Equatorial Maranhão R\$ 81.925, Equatorial Pará R\$ 369.478, Equatorial Piauí R\$ 219.457 e Equatorial Alagoas R\$ 48.788). Estes valores passaram a reduzir o contas a receber de parcela A, reduzindo o reajuste tarifário anual percebido pelos consumidores. Apesar do início da devolução dos valores aos consumidores, os critérios definitivos para a restituição dos créditos de PIS/PASEP e COFINS, no montante de R\$ 2.057.700, estão pendentes, aguardando a conclusão das discussões junto à ANEEL a respeito dos mecanismos e critérios de compensação, quando da efetiva compensação dos créditos tributários.

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Expectativa de realização de PIS e COFINS a recuperar

	2021	
	Valor	%
Circulante (a)	914.135	59%
2023	278.406	18%
2024	282.653	18%
Após 2024	87.408	5%
Não circulante	648.467	41%
Total	1.562.602	100%

- (a) Em 31 de dezembro de 2021, as controladas distribuidoras da Companhia possuem habilitação dos créditos pela Receita Federal e o saldo classificado no ativo circulante no montante de R\$ 914.135 (Equatorial Maranhão R\$ 184.383, Equatorial Pará R\$ 312.854, Equatorial Piauí R\$ 186.825, Equatorial Alagoas R\$ 12.999 e Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica R\$ 217.074) será realizado mediante compensação dos seguintes tributos federais até o próximo exercício: imposto de renda e contribuição social, PIS e COFINS e retenções federais.

26 Patrimônio líquido**26.1 Capital social**

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social é R\$ 4.655.287 (R\$ 3.489.736 em 31 de dezembro de 2020), o capital autorizado é de 1.500.000.000 de ações e sua composição por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	ON	%
Squadra Investimentos	99.380.285	9,84%
Opportunity	97.634.195	9,66%
BlackRock	57.299.125	5,67%
Verde Asset Management	51.204.855	5,07%
CPPIB	50.539.100	5,00%
Demais minoritários	654.482.025	64,76%
Total	1.010.539.585	100%

Em 28 de maio de 2021, conforme a Ata de Reunião de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado do aumento de capital no valor de R\$ 1.165.000, mediante a integralização de reserva legal no montante de R\$ 148.754 e reserva para investimento e expansão de R\$ 1.016.246, sem a emissão de novas ações.

Em 29 de julho de 2021, conforme a Ata de Reunião de Conselho de Administração, foi aprovado o aumento de capital através da entrada de caixa e equivalente de caixa no valor de R\$ 551 com emissão de 28.500 (vinte e oito mil e quinhentas) novas ações.

26.2 Reservas de capital

Esta reserva é constituída pelas opções outorgadas reconhecidas, por meio da deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 10 (R1)/IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações, bem como pela mudança na participação relativa da controladora sobre uma controlada que não resultam em perda de controle, conforme determina o CPC 36 Demonstrações Consolidadas. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo desta reserva era R\$ 155.745 (R\$ 118.307 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

26.3 Reservas de lucros

	2021	2020
Reserva legal (26.3.1)	184.726	148.754
Reserva para investimento e expansão (26.3.2)	7.221.951	5.605.846
Reserva de lucros a realizar (26.3.3)	1.398.202	1.224.792
Reserva de dividendos adicionais (26.3.4)	55.176	159.532
Total de reservas de lucros	8.860.055	7.138.924

26.3.1 Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária e limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo desta reserva era R\$ 184.726 (R\$ 148.754 em 31 de dezembro de 2020).

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

26.3.2 Reserva para investimento e expansão

Essa reserva estatutária prevista no artigo 26, itens IV e V do Estatuto Social, que faz referência ao artigo 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia na aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica e saneamento. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo desta reserva era R\$ 7.221.951 (R\$ 5.605.846 em 31 de dezembro de 2020).

26.3.3 Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo era R\$ 1.398.202 (R\$ 1.224.792 em 31 de dezembro de 2020).

A equivalência patrimonial absorvida sobre os resultados não realizados das controladas será realizado a medida que os mesmos forem sendo realizados nas controladas e os dividendos distribuídos para a controladora. As controladas possuem dividendos mínimos obrigatórios que variam de 1% a 25% do lucro líquido do exercício. Como explicado anteriormente, essas receitas oriundas da aplicação do CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente nas transmissoras (controladas) possuem prazo de realização que variam conforme o prazo de concessão, podendo chegar a 35 anos.

As reservas de lucros a realizar constituem-se em dividendos que serão distribuídos aos acionistas da Companhia quando realizados e serão adicionados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício, assim como facultado pela Lei das S.A. (6.404/76).

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

26.3.4 Reserva de dividendos adicionais

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo era R\$ 55.176 (R\$ 159.532 em 31 de dezembro de 2020).

Em 30 de abril de 2021, conforme a ata de Reunião de Assembleia Geral extraordinária, foi aprovada no valor de R\$ 159.532, sendo R\$ 158.405 referente à realização da reserva de lucros a realizar, para pagamento de dividendos adicionais de 2020.

26.3.5 Excesso de reservas de lucros sobre o capital social

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou excesso de reserva de lucros, exceptuando-se reserva de lucros a realizar, no valor de R\$ 2.806.566.

Em 10 de fevereiro de 2022, conforme detalhado na Nota de Eventos Subsequentes, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante total de R\$ 2.782.283, mediante a emissão de 118.395.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Adicionalmente em 22 de março de 2022, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve aprovação do aumento de capital no valor de R\$ 1.434.726, mediante a integralização de reserva de lucros, sem a emissão de novas ações.

Desta forma, a Companhia entende estar enquadrada dentro dos limites do art. 199 da Lei 6.404/76 que versa sobre limite do saldo de reserva de lucros.

26.4 Ajuste de avaliação patrimonial

Ajustes de avaliação patrimonial incluem:

O valor de (R\$ 33.892) refere-se à parcela efetiva da variação líquida do valor justo dos instrumentos de *hedge* utilizados em *hedge* de fluxo de caixa até o seu reconhecimento e que foram protegidos (ver nota explicativa nº 33.4). Em 31 de dezembro de 2021, o saldo era (R\$ 43.360) e (R\$ 9.468) em 31 de dezembro de 2020;

O valor de R\$ 79.626 refere-se à parcela efetiva de variação líquida dos efeitos dos planos de benefícios pós-emprego (ver nota explicativa nº 32). Em 31 de dezembro de 2021, o saldo era (R\$90.180) e (R\$169.806) em 31 de dezembro de 2020;

O valor de (R\$ 65.780) refere-se à parcela efetiva de transações entre acionistas no exercício. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo era (R\$139.349) e (R\$ 73.569) em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de ajuste de avaliação patrimonial era (R\$ 272.001) e (R\$252.843) em 31 de dezembro de 2020.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial serão reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação de ativos/passivos a que elas se referem.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

26.5 Ações em tesouraria

Ações em tesouraria compreendem o custo das ações da Companhia detidas pela Companhia. Em 04 de dezembro de 2020, a Companhia aprovou Programa de Recompra de Ações com o objetivo de maximizar a geração de valor para seus acionistas, por meio da aquisição para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento sem redução de capital social. A operação foi aprovada e limitada à quantidade de 50.110.056 ações ordinárias, com duração máxima de 18 meses, contados a partir de 07 de dezembro de 2020 a 07 de junho de 2022. No exercício de 2021, a Companhia efetuou a recompra de 27.500.100 ações no valor de R\$ 610.991. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia detinha 28.870.100 ações ordinárias em tesouraria no montante de R\$ 642.725 (R\$ 31.734 em 31 de dezembro de 2020).

26.6 Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per Share*), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	2021	2020
Numerador		
Lucro líquido do exercício	3.694.527	2.975.089
Denominador		
1. Média ponderada de ações no cálculo do LPA básico	981.641	1.009.141
2. Média ponderada de ações no cálculo do LPA diluído (a)	981.670	1.009.141
Lucro do exercício básico por lote de mil ações - R\$	3,76362	2,94814
Lucro do exercício diluído por lote de mil ações - R\$	3,76351	2,94814
(i) Fator de diluição (a)		
3. Quantidade de opção disponível	21.125	21.125
4. Quantidade de ações exercidas	21.125	21.125
5. Anos exercíveis	4	4
6. Exercíveis atual	1	1
Efeito diluidor diluído ((3/6)-(3-4))	-	-
(i) Fator de diluição (a)		
3. Quantidade de Ações <i>Stock Options</i> (5º Plano)	16.931	15.628
4. Quantidade de ações exercidas	29	-
5. Anos exercíveis	4	4
6. Exercíveis atual	1	1
Efeito diluidor do 5º Plano ((3/6)-(3))	29	-
Média ponderada de ações no cálculo do LPA diluído	981.670	1.009.141

(a) Decorre do Plano de Opções de Compra de Ações (vide nota explicativa nº 26.7.1)

26.7 Planos de opção de compra de ações

O Grupo possui planos para outorga de opções de ações aos seus colaboradores. Estes planos visam integrar os profissionais no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo.

A Companhia possuía dois planos de remuneração baseados em ações em vigor durante o terceiro trimestre de 2020: (i) Quarto Plano de Opção de Compra de Ações; e o (ii) Quinto Plano de Opção de Compra de Ações. Os planos contêm a distribuição de opções de compra de ações da Companhia a administradores e funcionários.

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, através de um Comitê, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável e são compostos da seguinte forma:

26.7.1 Quinto Plano de Opção de Compra de Ações

No dia 22 de julho de 2019, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), os acionistas da Equatorial Energia S.A. aprovaram a criação do Quinto Plano de Opções de Compra de Ações da Equatorial ("Plano").

O Plano busca estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e suas subsidiárias e alinhar os interesses dos acionistas da Companhia e suas subsidiárias aos das pessoas elegíveis.

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

1° Outorga		2° Outorga	
<i>Vesting Date</i>	Opções exercíveis	<i>Vesting Date</i>	Opções exercíveis
17/12/2020	286.875	14/12/2021	7.500
17/12/2021	286.875	14/12/2022	7.500
17/12/2022	286.875	14/12/2023	7.500
17/12/2023	286.875	14/12/2024	7.500
	1.147.500		30.000

3° Outorga	
<i>Vesting Date</i>	Opções exercíveis
05/08/2022	37.500
05/08/2023	37.500
05/08/2024	37.500
05/08/2025	37.500
	150.000

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a data de outorga.

As ações sujeitas as regras do Plano serão aquelas mantidas em tesouraria, adquiridas em programa de recompra ou a serem emitidas.

O valor das opções é estimado na data da outorga, com base no modelo "Black & Scholes" de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga do Plano são:

1ª Outorga

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Valor justo na data de outorga	6,78	6,78
Data da outorga: 17/12/2019		
Quantidade outorgada	1.147.500	1.147.500
Preço da ação na data de outorga	22,08	22,08
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	19,38	20,1
Volatilidade esperada (média ponderada)	22,96%	22,96%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	4,25	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	6,40%	6,40%

2ª Outorga

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Valor justo na data de outorga	6,83	6,83
Data da outorga: 14/12/2020		
Quantidade outorgada	-	30.000
Preço da ação na data de outorga	22,5	22,5
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	20,71	21,43
Volatilidade esperada (média ponderada)	29,05%	29,05%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	4,25	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	6,01%	6,40%

3ª Outorga

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Valor justo na data de outorga	9,34	-
Data da outorga: 04/08/2021		
Quantidade outorgada	150.000	-
Preço da ação na data de outorga	24,23	-
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	24,78	-
Volatilidade esperada (média ponderada)	30,30%	-
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	4,25	-
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	10,36%	-

a. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Desta forma, para as respectivas datas de outorga ou de final de exercício, adotou-se o preço de mercado da ação Equatorial Energia S.A. na data, a volatilidade histórica (não foi adotada uma volatilidade esperada), o prazo médio de vencimento de cada lote das opções, o preço de exercício das opções ajustado por dividendos projetados para o exercício e a taxa livre de risco com base na curva dos títulos públicos federais futuro pré-fixado no prazo médio esperado de exercício de cada lote. Considerou-se ainda uma taxa de não subscrição de ações sobre as outorgadas, com base no histórico da Companhia como expectativa futura.

b. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O preço de exercício foi calculado com base no preço de emissão das opções e ajustado pelos dividendos declarados no exercício.

Como parâmetro de proventos, adotou-se o valor efetivamente declarado em 2020 e uma estimativa futura de acordo com parâmetros internos.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

c. Forma de determinação da volatilidade esperada

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote.

Companhia:

	Número de opções	Valor justo ponderado do preço do exercício	Número de opções	Valor justo ponderado do preço do exercício
<i>Em opções</i>	2021	2021	2020	2020
Existentes em 1º de janeiro	1.177.500	-	1.242.500	20,10
Canceladas durante o exercício	-	-	(95.000)	20,42
Outorgadas durante o exercício	150.000	19,38	30.000	21,43
Existentes ao fim do exercício 1ª Outorga	1.147.500	20,42	1.147.500	20,42
Existentes ao fim do exercício 2ª Outorga	(30.000)	20,71	30.000	21,43
Existentes ao fim do exercício 3ª Outorga	150.000	24,78	-	-
Existentes ao fim do exercício	1.327.500	-	1.177.500	-

A despesa reconhecida na Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 2.488 (R\$ 3.960 em 31 de dezembro de 2020) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

Companhia e suas controladas:

	Número de opções	Valor justo ponderado do preço do exercício	Número de opções	Valor justo ponderado do preço do exercício
<i>Em opções</i>	2021	2021	2020	2020
Existentes em 1º de janeiro	15.627.500	-	17.947.500	20,10
Canceladas durante o exercício	-	-	(2.555.000)	20,42
Outorgadas durante o exercício	1.303.200	24,78	235.000	21,43
Existentes ao fim do exercício 1ª Outorga	15.392.500	19,38	15.392.500	20,42
Existentes ao fim do exercício 2ª Outorga	235.000	20,71	235.000	21,43
Existentes ao fim do exercício 3ª Outorga	1.303.200	24,78	-	-
Existentes ao fim do exercício	16.930.700	-	15.627.500	-

A despesa reconhecida na Companhia e suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 31.411 (R\$ 53.088 em 31 de dezembro de 2020) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento patrimonial, visto que a Companhia e suas controladas devem mensurar e reconhecer a transação com correspondente aumento do seu patrimônio líquido, conforme CPC 10 (R1) / IFRS 2.

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

26.7.2 Plano de outorga de “Phantom Shares”

Em 12 de dezembro de 2019, o Grupo criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa (“Programa”). O Programa visa atingir os seguintes objetivos: (a) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos beneficiários contemplados pelo Programa; (b) reter os beneficiários; e (c) focar na valorização e potencial de crescimento da Companhia no longo prazo.

O Programa outorga aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Companhia o direito a “Phantom Shares”, mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 50% (cinquenta por cento) das “Phantom Shares” outorgadas, o beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador do Grupo durante o período de carência que se encerra em 1º de maio de 2025 e (ii) 50% (cinquenta por cento) das “Phantom Shares” outorgadas, o beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador da Companhia ou de sociedade sob seu controle durante o período de carência que se encerra em 1º de maio de 2026; e (ii) o atingimento das metas de performance pela Companhia.

Os recursos a serem entregues pela Companhia e suas controladas aos participantes do Programa serão do caixa da Companhia e suas controladas.

a. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O Preço das “Phantom Shares” outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das ações da Equatorial Energia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a cada período de carência, ou seja, imediatamente anteriores a 1º de maio de 2025 e 1º de maio de 2026.

b. Forma de cálculo da despesa do programa

O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício social de 2021, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração das métricas de performance definidas, a Companhia e as suas controladas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, Equatorial Alagoas e Equatorial Serviços, fizeram jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial Energia, caso as métricas de performance forem atingidas:

Companhia:

	Número de ações	Valor justo ponderado do preço do exercício	Número de ações	Valor justo ponderado do preço do exercício
<i>Em ações</i>	2021	2021	2020	2020
Existentes em 1º de janeiro	382.500	21,47	-	-
Outorgadas durante o exercício	-	-	382.500	21,47
Existentes ao fim do exercício	382.500	24,79	382.500	21,47

A despesa reconhecida para o plano de “Phantom shares” na Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 3.134 (R\$ 1.588 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Companhia e suas controladas

	Número de ações	Valor justo ponderado do preço do exercício	Número de ações	Valor justo ponderado do preço do exercício
<i>Em ações</i>	2021	2021	2020	2020
Existentes em 1º de janeiro	1.797.500	21,47	-	-
Canceladas durante o exercício	(20.000)	-	-	-
Constituídas durante o exercício	305.000	23,60	-	-
Outorgadas durante o exercício	-	-	1.797.500	21,47
Existentes ao fim do exercício	2.082.500	23,60	1.797.500	21,47

A despesa reconhecida para o plano de “*Phantom shares*” na Companhia e suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 18.674 (R\$ 12.468 em 31 de dezembro de 2020).

As quantidades acima podem variar conforme a performance e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%.

Ressalta-se que este plano é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa. O plano de “*phantom shares*” está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da TIR (Taxa Interna de Retorno) obtida no projeto, ao qual suas metas de performance estão vinculadas.

26.8 Dividendos

Na controlada indireta Equatorial Maranhão, em 28 de abril de 2021, conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária, foi aprovado distribuição de dividendos adicionais os acionistas no montante de R\$ 142.632.

Na controlada indireta Equatorial Pará, em 29 de abril de 2021, conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado distribuição de dividendos adicionais aos acionistas no montante de R\$154.740.

Na controlada direta Equatorial Distribuição, em 29 de abril de 2021, conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado distribuição de dividendos adicionais aos acionistas no montante de R\$264.669.

Na controlada direta Equatorial Alagoas, em 27 de abril de 2021, conforme Ata de Reunião do Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado distribuição de dividendos adicionais aos acionistas no montante de R\$ 7.164.

Abaixo, apresentamos os valores dos dividendos adicionais constituídos em 2020 e aprovados sua distribuição em 2021, por Companhia, bem como sua relação como os acionistas não controladores:

	Dividendos adicionais 2020	Percentual participação acionistas não controladores	Dividendos adicionais - acionistas não controladores
Equatorial Maranhão	142.632	34,8913%	49.465
Equatorial Pará	154.740	3,5008%	5.417
Equatorial Distribuição	264.669	9,8549%	26.083
Equatorial Alagoas	7.164	3,6334%	260
Total	569.205		81.225

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Na controlada indireta Equatorial Maranhão, em 10 de agosto de 2021, conforme Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovado distribuição de dividendos suplementares aos acionistas no montante de R\$ 338.219.

Na controlada indireta Equatorial Pará, em 10 de agosto de 2021, conforme Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovado distribuição de dividendos suplementares aos acionistas no montante de R\$331.361.

Na controlada direta Equatorial Distribuição, em 10 de agosto de 2021, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado distribuição de dividendos suplementares aos acionistas no montante de R\$539.444.

Abaixo, apresentamos os valores dos dividendos suplementares constituídos e aprovados sua distribuição em 2021, por Companhia, bem sua relação como os acionistas não controladores:

	Dividendos suplementares 2021	Percentual participação acionistas não controladores	Dividendos adicionais - acionistas não controladores
Equatorial Maranhão	338.219	34,8913%	118.009
Equatorial Pará	331.361	3,5008%	11.600
Equatorial Distribuição	539.444	9,8549%	53.162
Total	<u>1.209.024</u>		<u>182.771</u>

Na controlada indireta Equatorial Maranhão, em 10 de novembro de 2021, conforme Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovado distribuição de dividendos adicionais intermediários aos acionistas no montante de R\$ 205.230.

Na controlada indireta Equatorial Pará, em 10 de novembro de 2021, conforme Ata de Reunião do Conselho Fiscal foi aprovado distribuição de dividendos adicionais intermediários aos acionistas no montante de R\$ 353.452.

Na controlada direta Equatorial Distribuição, em 10 de novembro de 2021, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado distribuição de dividendos adicionais intermediários aos acionistas no montante de R\$ 474.375.

Abaixo, apresentamos os valores dos dividendos suplementares constituídos e aprovados sua distribuição em 2021, por Companhia, bem sua relação como os acionistas não controladores:

	Dividendos suplementares 2021	Percentual participação acionistas não controladores	Dividendos adicionais - acionistas não controladores
Equatorial Maranhão	205.230	34,8913%	71.607
Equatorial Pará	353.452	3,5008%	12.374
Equatorial Distribuição	474.375	9,8549%	46.749
Total	<u>1.033.057</u>		<u>130.730</u>

Na controlada indireta Equatorial Maranhão, em 22 de março de 2022, conforme Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovado distribuição de dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas no montante de R\$ 189.716.

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Na controlada indireta Equatorial Pará, em 22 de março de 2022, conforme Ata de Reunião do Conselho Fiscal foi aprovado distribuição de dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas no montante de R\$203.427.

Na controlada direta Equatorial Distribuição, em 22 de março de 2022, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado distribuição de dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas no montante de R\$ 377.051.

Na controlada direta Equatorial Alagoas, em 22 de março de 2022, conforme Ata de Reunião do Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado distribuição de dividendos adicionais aos acionistas no montante de R\$ 179.509.

Na controlada direta Equatorial Piauí, em 22 de março de 2022, conforme Ata de Reunião do Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado distribuição de dividendos adicionais aos acionistas no montante de R\$ 78.782.

Abaixo, apresentamos os valores dos dividendos mínimos obrigatórios constituídos e aprovados sua distribuição em 2022, por Companhia, bem sua relação como os acionistas não controladores:

	Dividendos mínimos obrigatórios 2021	Percentual participação acionistas não controladores	Dividendos mínimos obrigatório - acionistas não controladores
Equatorial Maranhão	189.716	34,8913%	66.194
Equatorial Pará	203.427	3,5008%	7.122
Equatorial Distribuição	377.051	9,8549%	37.158
Equatorial Alagoas	179.509	3,6334%	6.522
Equatorial Piauí	78.782	5,0659%	3.991
Total	<u>1.028.485</u>		<u>120.987</u>

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

27 Receita operacional líquida (Consolidado)

A conciliação da receita bruta para a receita operacional líquida está a seguir demonstrada:

	2021	2020
Distribuição		
Receita de distribuição	18.912.165	14.626.738
Remuneração financeira WACC	782.557	697.845
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (a)	3.685.937	542.848
Subvenção CDE – outros	629.838	515.181
Fornecimento de energia elétrica	24.010.497	16.382.612
Suprimento de energia elétrica (b)	1.071.390	272.354
Receita pela disponibilidade - uso da rede (c)	735.111	502.413
Receita de construção	2.737.090	1.843.133
Atualização do ativo financeiro (d)	843.486	184.592
Outras receitas	450.078	633.807
Subtotal Distribuição	29.847.652	19.818.911
Transmissão		
Receita de construção e melhoria de infraestrutura (e)	533.238	2.361.172
Receita de operação e manutenção (f)	31.190	21.775
Ativo de contrato - perdas de realização (g)	-	(507.192)
Outras receitas	51.162	21.754
Subtotal	615.590	1.897.509
Remuneração dos ativos da concessão (h)	1.457.832	1.221.131
PIS/COFINS diferidos	(134.848)	(130.104)
Subtotal	1.322.984	1.091.027
Subtotal transmissão	1.938.574	2.988.536
Outros		
Receita de comercialização	287.276	334.868
Outras receitas	50.815	157.765
Subtotal outros	338.091	492.633
Receita operacional bruta	32.124.317	23.300.080
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(4.705.359)	(3.261.977)
PIS e COFINS	(1.932.176)	(1.372.678)
PIS e COFINS diferido – Transmissoras	(49.323)	(183.881)
Encargos do consumidor	(186.650)	(144.539)
ISS	(9.184)	(12.375)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (i)	(850.902)	(362.036)
Penalidades DIC/FIC e outras	(142.310)	(68.447)
Outros	(7.527)	(4.078)
Deduções da receita operacional	(7.883.431)	(5.410.011)
Receita operacional líquida	24.240.886	17.890.069

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais)

- (a) A variação de R\$ 3.143.089, entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, dos ativos e passivos regulatórios foi afetada, principalmente por: (i) reconhecimento na tarifa dos recursos recebidos a título de repasse da Conta-Covid, até dezembro de 2021, no montante de R\$ 884.314 das controladas distribuidoras; (ii) previsão dos custos de energia e encargos concedido pela ANEEL, no reajuste ou revisão, ter sido inferior aos custos efetivamente pagos, gerando uma receita de constituição de Parcela A superior em R\$ 2.032.467 das Controladas diretas e indiretas Distribuidoras, ao ocorrido no exercício de 2020; (iii) variação entre os valores amortizados do último reajuste no montante de R\$ 251.421 das Controladas diretas e indiretas Distribuidoras em relação ao exercício de 2020; e (iv) Variação entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e reativo excedente pertencente a distribuidora no montante de (R\$ 25.113) das Controladas diretas e indiretas Distribuidoras, quando comparada com o exercício de 2020; v) aquisição da CEEE-D em 06 de julho de 2021 e aquisição da CEA em 23 de novembro de 2021 são fatores relevantes para o aumento da variação, para mais detalhes, ver tópico 4.4.1 Combinações de negócios;
- (b) A receita de suprimento de energia elétrica foi maior em comparação ao exercício anterior, devido ao aumento do PLD. No quarto trimestre de 2021, as Controladas Equatorial Maranhão, Equatorial Piauí, Equatorial Alagoas e CEEE-D apresentaram um PLD médio de R\$ 293,14/MWh, e no quarto trimestre de 2020 o PLD médio apresentado foi de R\$ 142,08/MWh. A Equatorial Pará obteve a receita de suprimento de Energia elétrica maior em comparação ao exercício anterior, devido ao aumento do volume de energia negociado no mercado de curto prazo. No exercício findo de em 31 de dezembro de 2021, a Equatorial Pará negociou 630.070 MWh (291.007 MWh no exercício findo em 31 de dezembro de 2020);
- (c) As controladas distribuidoras de energia elétrica reconhecem receita pela disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica de distribuição, sendo calculada conforme a tarifa de uso do sistema de distribuição – TUSD definida pela ANEEL, com base na Resolução Normativa nº 414/2010 e as legislações específicas, de modo que o cliente cativo pode migrar para o ambiente livre, desde que atenda aos requisitos definidos. Nesse sentido, a variação deve-se principalmente a: i) despesa com a liquidação CCEE (Encargo do serviço de Sistema) em 2021 foi superior quando comparado com 2020, gerando uma receita maior na CVA, o que não ocorreu no exercício de 2020 e ii) amortização do passivo financeiro setorial dos recursos da Conta-Covid regulamentado por meio da Resolução Normativa 885/2020. A combinação destes dois fatores foram responsáveis pela variação em valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros;
- (d) O aumento deve-se ao número de obras encerradas, tendo em vista que impactaram o saldo a ser transferido/ bifurcado para o ativo financeiro e sua consequente atualização, cujo índice de inflação adotado, o IPCA, acumulou variação positiva no exercício comparativo;
- (e) A redução é devido à entrada em operação das controladas transmissoras SPE 01, SPE 02, SPE 03, SPE 05, SPE 07 e SPE 08;
- (f) Receita de operação e manutenção refere-se à entrada em operação das transmissoras, que tem como finalidade a não interrupção da disponibilidade das instalações, custeando os serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica;
- (g) São ganhos ou as perdas (eficiências ou ineficiências na construção) na receita de construção e/ou receita de operação, entre a base orçada versus a base real. Em 31 de dezembro de 2021, as controladas transmissoras da Companhia revisaram o seu orçamento de construção e incluíram gastos adicionais para a construção do empreendimento que não estavam previstos em seu orçamento inicial. Por fim, seguindo as orientações do ofício CVM 04/2020, houve reclassificação dos saldos de ganhos e/ou perdas para o grupo de custo, tendo em vista que os empreendimentos das controladas já se encontram construídos;
- (h) Remuneração financeira proveniente da atualização do ativo de contrato, que teve variação superior ao exercício anterior devido ao aumento da base de ativo de contrato; e
- (i) A variação na conta de desenvolvimento energético - CDE (Decreto nº 7.891/2013, alterado pelo Decreto nº 9.642/2018) deve-se a vigência das Resoluções nº 2.814 de 01º de dezembro de 2020 e nº 2.833 de 02 de fevereiro de 2021, as quais estabeleceram as quotas a serem pagas no decorrer do ano de 2021.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

27.1 Margem das obrigações de performance (Consolidado)

	2021			2020		
	SPEs	INTESA	Total	SPEs	INTESA	Total
Construção e melhoria de infra estrutura						
Receita, líquida de tributos diferidos	470.862	13.053	483.915	2.200.964	160.208	2.361.172
Ganho/perda de margem de realização	(361.532)	(47.617)	(409.149)	-	-	-
Custo	(304.917)	(6.402)	(311.319)	(1.207.068)	(59.021)	(1.266.089)
Margem (R\$)	(195.587)	(40.966)	(236.553)	993.896	101.187	1.095.083
Margem percebida (%)	(178,90%)	(313,84%)	-	45,16%	63,16%	-
Margem orçada no início do contrato (%) (**)	35,24%	45,91%	-	35,24%	-	-
	SPEs	INTESA	Total	SPEs (*)	INTESA	Total
Operação e manutenção						
Receita, líquida de tributos diferidos	19.418	11.772	31.190	10.884	10.891	21.775
Custo	(13.132)	(11.225)	(24.357)	(8.078)	(14.166)	(22.244)
Margem (R\$)	6.286	547	6.833	2.806	(3.275)	(469)
Margem percebida (%)	32,37%	4,65%	-	25,78%	(30,07%)	-
Margem orçada no início do contrato (%) (**)	35,24%	45,91%	-	23,96%	-	-

(*) Conforme citado na nota explicativa nº 1.1 Entidades controladas, algumas controladas transmissoras) ainda estão em fase de construção, portanto elas não reconhecem receita de operação e manutenção (O&M). Isso ocorre, pois a receita de O&M é um reflexo dos custos operacionais (acrescidos de margem) e tais custos precisam ser reconhecidos dentro do investimento da infraestrutura.

(**) Média ponderada da margem orçada no início do contrato de todas as SPEs que estão em operação (SPE 01, SPE 02, SPE 03, SPE 04, SPE 05, SPE 06, SPE 07, SPE 08 e INTESA).

(***) Média ponderada da margem orçada no início do contrato das SPEs que estavam em operação (SPE 01, SPE 02, SPE 08 e INTESA). Como em 31 de dezembro de 2020 as demais companhias não estavam em operação consequentemente ainda não possuíam custos de obra a serem capitalizados e, por isso, não apresentam receita e custo de O&M.

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

28 Custos do serviço e despesas operacionais (Consolidado)

	2021					
	Custo do serviço de energia elétrica	Custo de O&M	Total dos Custos	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Perdas esperadas para redução ao valor recuperável
Pessoal	(331.618)	(5.924)	(337.542)	(185.176)	(410.937)	-
Material	(49.915)	(2.156)	(52.071)	(23.097)	(9.153)	-
Serviços de terceiros	(404.701)	(14.669)	(419.370)	(371.354)	(360.528)	-
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(12.393.249)	-	(12.393.249)	-	-	-
Custo de construção – Distribuição (d)	(2.737.090)	-	(2.737.090)	-	-	-
Custo de construção - Transmissão (b)	(311.319)	-	(311.319)	-	-	-
Variações das margens do ativo de contrato, líquido PIS e COFINS diferidos (c)	(409.149)	-	(409.149)	-	-	-
Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber e perdas com clientes comerciais	-	-	-	-	-	32.920
Provisão para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	-	-	-	-	(97.726)	-
Amortização	(639.733)	-	(639.733)	-	(314.779)	-
Subvenção CCC	(48.353)	-	(48.353)	-	-	-
Outros	4.074	(1.608)	2.466	(17.804)	(6.472)	-
Total	(17.321.053)	(24.357)	(17.345.410)	(597.431)	(1.199.595)	32.920

	2020					
	Custo do serviço de energia elétrica	Custo de O&M	Total dos Custos	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Perdas esperadas para redução ao valor recuperável
Pessoal	(223.344)	(2.424)	(225.768)	(48.154)	(327.088)	-
Material	(49.909)	(524)	(50.433)	(5.991)	(6.398)	-
Serviços de terceiros	(457.174)	(4.321)	(461.495)	(33.583)	(378.192)	-
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(7.292.271)	-	(7.292.271)	-	-	-
Custo de construção – Distribuição (d)	(1.843.132)	-	(1.843.132)	-	-	-
Custo de construção - Transmissão (b)	(1.266.089)	-	(1.266.089)	-	-	-
Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber e perdas com clientes comerciais	-	-	-	-	-	(268.177)
Provisão para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	-	-	-	-	(29.774)	-
Amortização	(617.105)	(12)	(617.117)	-	(210.124)	-
Subvenção CCC	(123.759)	-	(123.759)	-	-	-
Outros	(22.842)	(408)	(23.250)	(6.435)	10.668	-
Total	(11.895.625)	(7.689)	(11.903.314)	(94.163)	(940.908)	(268.177)

- (a) Ver a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 29;
- (b) O custo de construção são todos os custos das controladas transmissoras da Companhia para a implementação da infraestrutura. A redução é devido à entrada em operação das controladas transmissoras SPE 01, SPE 02, SPE 03, SPE 04, SPE 05, SPE 06, SPE 07 e SPE 08 que estão com 100% das obras concluídas;
- (c) São as variações positivas ou negativas na receita de construção e/ou receita de operação, decorrentes de diferença entre a margem orçada versus a margem realizadas, essas diferenças são provenientes de diversos fatores, tais como: (i) atrasos e custos adicionais por questões ambientais; (ii) variação no custo dos insumos; (iii) antecipação/atraso no prazo de conclusão do projeto; e (iv) entre outros; e
- (d) Em decorrência da Covid-19, houve impacto no recebimento de materiais e liberação de equipes para execução das obras, o que ocasionou uma redução na realização de algumas obras orçadas para o exercício de 2020, as quais foram reprogramadas para o exercício de 2021, gerando com isso maiores investimentos em relação ao exercício comparativo.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

29 Energia elétrica comprada para revenda (Consolidado)

	2021		2020	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão (a)	26.335	(6.392.084)	21.518	(4.014.713)
Contratos Eletronuclear	2.835	(192.799)	784	(220.671)
Contratos cotas de garantias	6.080	(701.175)	6.437	(702.745)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (b)	-	(1.655.506)	-	(139.093)
Energia bilateral	262	-	226	-
Energia de curto prazo - CCEE (c)	-	(1.949.296)	-	(1.085.092)
Programa incentivo fontes alternativas energia – PROINFA	649	(215.375)	463	(143.202)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo (d)	-	997.005	-	654.001
Itaipu (f)	310	(233.280)	-	-
Outros custos	-	(197.479)	-	(292.765)
Subtotal	36.471	(10.539.989)	29.428	(5.944.280)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (e)	-	(1.853.260)	-	(1.347.991)
Total (g)	36.471	(12.393.249)	29.428	(7.292.271)

(*) não auditado

- (a) A variação refere-se aos custos com contratos (CCEAR-Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCSD - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits) decorrentes de preços de pagamentos superiores aos observados em 2020 em virtude da atualização da atualização das tarifas dos contratos, bem como a atual situação hídrica do país, que ocasionou a necessidade de acionamento térmico de Usina com preços de geração elevado;
- (b) O crescimento elevado associado as despesas do ESS deve-se ao acionamento das térmicas fora da ordem de mérito, ocasionando pagamentos elevados associado a este encargo;
- (c) A energia de curto prazo apresentou um aumento de R\$ 864.204 devido ao aumento do PLD comparado com o mesmo exercício de 2020;
- (d) Saldo decorre do diferimento do crédito do PIS/COFINS sobre a CVA realizado pelas controladas da Companhia (regime caixa);
- (e) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida – RAP. O aumento nos custos decorrem das tarifas aprovadas na resolução RAP de nº 2.726 de 14 de julho de 2020 com vigência até junho de 2021 e a nova resolução RAP Nº 2.896 de 13 de julho de 2021, com vigência a partir de julho/2021 até junho/2022, as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, assim como o aumento da contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão).
- (f) Refere-se à energia comercializada por Itaipu Binacional com as concessionárias de distribuição de energia elétrica adquirentes das cotas-partes da produção disponibilizada para o Brasil, conforme regulamento específico da ANEEL. Sendo este saldo exclusivo da CEEE-D; e
- (g) O aumento deve-se, principalmente, à consolidação dos saldos das controladas CEEE-D e CEA. Para mais detalhes, ver tópico 4.4.1 Combinações de negócios.

30 Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas (Consolidado)

	2021	2020
Perdas na alienação e desativação de bens e direitos	(118.389)	(59.176)
Indenização por danos a terceiros	(21.252)	(10.582)
Outras despesas e receitas operacionais	(71.213)	134.938
Total	(210.854)	65.180

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

31 Resultado financeiro

		Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras					
Rendimentos financeiros		51.600	24.133	388.638	155.768
PIS/COFINS sobre receita financeira		(3.554)	(1.100)	(62.563)	(37.278)
Valores a receber/devolver parcela A		-	-	136.279	115.220
Operações com instrumentos financeiros					
derivativos	(a)	413.131	-	628.561	360.187
Acréscimo moratório de energia vendida	(b)	-	-	761.986	458.667
Receita financeira de AVP		2.566	-	18.691	31.197
Variação monetária e cambial da dívida	(c)	-	-	216.524	13.681
Atualização sub-rogação CCC		-	-	15.374	1.494
Outras receitas financeiras		-	-	136.213	27.786
Total de receitas financeiras		463.743	23.033	2.239.703	1.126.722
Despesas financeiras					
Encargos da dívida		(37.284)	(46.513)	(1.088.720)	(732.819)
Operações com instrumentos financeiros					
derivativos	(a)	(54.874)	-	(160.275)	(8.031)
Valores a receber/devolver parcela A		-	-	(100.327)	(43.092)
Variação monetária e cambial da dívida	(c)	(9.492)	(4.997)	(1.238.449)	(579.359)
Despesa financeira de AVP		-	-	(101.306)	(64.816)
Atualização de eficiência e contingências		-	-	(58.082)	(19.454)
Descontos concedidos		-	-	(43.256)	(25.155)
Outras despesas financeiras		(11.366)	(8.021)	(267.346)	(78.121)
Total de despesas financeiras		(113.016)	(59.531)	(3.057.761)	(1.550.847)
Resultado financeiro líquido		350.727	(36.498)	(818.058)	(424.125)

- (a) Referem-se, principalmente, à contratação de operações de SWAP, que trocam dólar+spread por CDI+spread, onde a principal variação refere-se ao câmbio sobre essas operações. O principal efeito refere-se à variação cambial, que gerou receita com a alta do dólar em 7,39%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021. Além disso, houve o reconhecimento na Companhia do valor justo do instrumento financeiro da opção de compra da Equatorial Distribuição, no montante de R\$ 413.131, maiores detalhes ver nota explicativa 33.4 Opção de compra. Em virtude do rápido turn over para lucros nas empresas recém adquiridas, o valor de dividendos previstos que é a base calculo da call option, aumentaram de maneira significativa fazendo a call option ficar "in the money" no ano de 2021.
- (b) O aumento é resultado das ações de cobrança realizadas pelas controladas distribuidoras da Companhia, as quais contribuíram para a redução da inadimplência no exercício, evidenciada pelo recebimento de faturas de energia em atraso; e
- (c) A variação deve-se em função do crescimento da dívida, que foi impactado pela consolidação dos saldos da controlada indireta CEEE-D no período de julho a dezembro de 2021, para mais detalhes, ver tópico 4.4.1 Combinações de negócios. Além disso, houve impacto da variação cambial, que gerou despesa em 2021 com a alta do dólar em 7,39%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021 e, também, pela alta expressiva do IPCA, indexador com participação relevante na dívida das controladas da Companhia, que fechou 2020 em 4,52% e 2021 em 10,06%.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

32 Benefício pós-emprego (Consolidado)

32.1 Características do plano de aposentadoria

As controladas distribuidoras são patrocinadoras da EQTPREV - Fundação Equatorial de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária.

A EQTPREV (anteriormente denominada FASCEMAR) foi totalmente reestruturada ao longo do ano de 2005, culminando na implantação e operacionalização de um novo plano previdenciário a partir de maio de 2006, o Plano Misto de Benefícios I, em regime de contribuição definida na modalidade de contribuição variável de acordo com a classificação definida pela PREVIC. O plano oferece o benefício de aposentadoria normal, na modalidade de contribuição definida, e o benefício por incapacidade e por morte de participante ativo, na modalidade de benefício definido, além dos institutos legais obrigatórios. Desde a sua implementação, verificou-se a adesão de 98% dos participantes ativos do Plano de Benefício Definido I (Plano BD I), assim como dos funcionários da Companhia que não contavam com este benefício.

Os planos de benefícios previdenciários patrocinados pelas Controladas estão descritos a seguir:

(i) Plano Equatorial BD1 (Equatorial Maranhão)

O Plano BD é estruturado na modalidade de “benefício definido”, existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria por invalidez: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o Salário Real de Benefício (SRB) e a aposentadoria por invalidez da Previdência Social;
- Aposentadoria por idade: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria por idade da Previdência Social;
- Aposentadoria por tempo de contribuição: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria por tempo de contribuição da Previdência Social;
- Aposentadoria especial: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria especial da Previdência Social; e
- Pensão por morte: O benefício é equivalente a 50% (cinquenta por cento) mais 10% (dez por cento) por Beneficiário, até o máximo de 5 (cinco), da complementação de aposentadoria que o Participante estava recebendo ou daquela a que teria direito se, na data do falecimento, viesse a se aposentar por Invalidez pela Previdência Social.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

(ii) Plano Equatorial CD (Equatorial Maranhão)

O Equatorial CD é um plano contributivo com modalidade de “contribuição definida” para os benefícios programados e de “benefício definido” para os benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria normal: É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:
 - (a) Ter 180 meses ininterruptos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
 - (b) Ter 60 meses de contribuição efetiva ao plano;
 - (c) Ter idade igual ou superior a 55 anos; e
 - (d) Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora.
- O valor do benefício resulta da transformação do saldo de contas em uma renda certa, de 12 parcelas por ano, por “n” meses;
- Aposentadoria de incapacidade para o trabalho: O benefício é concedido ao participante que estiver em gozo da aposentadoria por Invalidez da Previdência Social, desde que esteja no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do saldo de contas em uma renda mensal;
- Pensão por morte de ativo: O benefício é concedido aos beneficiários do participante ativo que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do saldo de contas em uma renda mensal; e
- Pensão por morte de assistido: O benefício é concedido aos beneficiários do participante assistido que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício consiste na continuação da renda paga ao participante assistido.

(iii) Plano de Saúde (Equatorial Maranhão)

O Plano de Saúde Bradesco, foi implantado para os ativos (que inclui os colaboradores afastados – inclusive aposentadoria por invalidez), em uma apólice compulsória, na qual a empresa custeia integralmente a mensalidade do plano de saúde dos colaboradores titulares e seus dependentes legais e o titular tem corresponsabilidade na utilização do plano em 40% para consultas e exames simples, e elegibilidade por cargo.

(iv) Plano Equatorial BD (Equatorial Pará)

O Plano BD é estruturado na modalidade de “benefício definido”, existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria (por invalidez, idade, tempo de contribuição e especial): Benefício de aposentadoria apurado a partir da diferença entre o Salário Real de Benefício (SRB), que é a média dos últimos 36 Salários de Contribuição, e a aposentadoria concedida no RGPS. Com exceção da Aposentadoria por invalidez, as aposentadorias têm carência de 120 meses de contribuições mensais para o plano;

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

- Pensão por morte: O benefício corresponde a 50% da aposentadoria mensal que o participante recebia antes de seu falecimento ou da renda a que este teria direito caso se invalidasse. Será concedido aos beneficiários habilitados como pensionistas que o requererem; e
- Abono anual: O benefício consiste em uma prestação pecuniária anual de 1/12 (um doze avos) da renda mensal devida em dezembro por mês de complementação recebida durante o ano.

(v) Plano Celpa OP (Equatorial Pará)

O Plano Celpa OP é estruturado na modalidade “Contribuição Variável”, existindo compromisso pós-emprego na fase de inatividade (aposentados e pensionistas) para os benefícios estruturados na modalidade “Benefício Definido” (Aposentadoria na forma de Renda Mensal Vitalícia e suas respectivas reversões em pensão). De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Renda mensal com reversão em pensão: É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Ter 05 anos completos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
 - b) Ter 05 anos de contribuição efetiva ao plano;
 - c) Ter idade igual ou superior a 55 anos;
 - d) Ter a concessão do benefício, exceto se de invalidez pelo RGPS; e
 - e) Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora.

De acordo com a modalidade selecionada no requerimento, o valor do benefício equivale a:

- ✓ renda mensal vitalícia, estruturada na modalidade de “contribuição variável”; ou
- ✓ renda mensal financeira, estruturada na modalidade de “contribuição definida”.

- Pecúlio por invalidez ou por morte: o benefício de pecúlio por morte é concedido aos beneficiários quando do óbito do participante ativo. O benefício de pecúlio por Invalidez é concedido ao participante que possuir a Suplementação de Aposentadoria por Invalidez no Plano R.

(vi) Plano Celpa R (Equatorial Pará)

O Celpa R é estruturado na modalidade “Benefício Definido”, existindo compromisso pós-emprego com o pagamento de aposentadorias por invalidez e pensões. Além disso, o plano é não-contributivo, oferecendo somente benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos são os seguintes:

- Suplementação de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez: Os dois benefícios consistem em uma renda mensal obtida através da diferença entre o valor do Salário Real de Benefício (SRB) e o valor do benefício concedido pelo RGPS (Regime Geral de Previdência Social), sendo concedidos enquanto for garantida a concessão do RGPS (Regime Geral de Previdência Social);
- Pensão por morte: O benefício corresponde a 50% da aposentadoria mensal que o participante recebia antes de seu falecimento ou da renda a que este teria direito caso se invalidasse. Será concedido aos beneficiários habilitados como pensionistas que o requererem; e

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

- **Abono anual:** O benefício consiste no maior valor mensal recebido no ano pelo participante, e será pago até o dia 20 de dezembro. Por se tratar de um plano não-contributivo, o custeio do plano é feito 100% pela contribuição normal da própria patrocinadora, cujo percentual é determinado no plano de custeio do plano.

(vii) Plano Equatorial CD (Equatorial Pará)

Plano de benefícios previdenciários administrado pela Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTPREV) e patrocinado pela Equatorial Energia Pará, dentre outras. O plano passou a ser oferecido pela empresa a seus empregados no exercício de 2019, bem como recepcionou nesse ano participantes e assistidos patrocinados pela empresa advindos dos planos Celpa OP e Celpa R, sendo, portanto, o primeiro reconhecimento das obrigações com este plano pela empresa.

O Equatorial CD é um plano contributivo com modalidade de “Contribuição Definida” para os benefícios programados e de “Benefício Definido” para os benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- **Aposentadoria Normal:** É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Ter 180 meses ininterruptos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
 - b) Ter 60 meses de contribuição efetiva ao plano;
 - c) Ter idade igual ou superior a 55 anos; e
 - d) Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora. O valor do benefício resulta da transformação do saldo de contas em uma renda certa, de 12 parcelas por ano, por “n” meses.
- **Aposentadoria de incapacidade para o trabalho:** O benefício é concedido ao participante que estiver em gozo da aposentadoria por invalidez da Previdência Social, desde que esteja no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do saldo de contas em uma renda mensal;
- **Pensão por morte de ativo:** O benefício é concedido aos beneficiários do participante ativo que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do saldo de contas em uma renda mensal; e
- **Pensão por morte de assistido:** O benefício é concedido aos beneficiários do participante assistido que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício consiste na continuação da renda paga ao participante assistido.

(viii) Resolução 10/1989 (Equatorial Pará)

A controlada da Companhia possui um passivo atuarial a descoberto, de origem em um acordo firmado entre a empresa e seus ex-empregados e pensionistas. O acordo foi deliberado pela Resolução nº 10, de 04 de agosto de 1989, pela administração da controlada da Companhia, e entrou em vigor em 11 de junho de 1996.

Com a Resolução em vigor, os ex-empregados e pensionistas têm direito a benefícios previdenciários, que formam o passivo atuarial não coberto. O valor do passivo apurado é provisionado integralmente pela controlada da Companhia.

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

(ix) Plano de assistência médica (Equatorial Pará)**Plano de Saúde CNU**

A controlada da Companhia oferece a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos) um plano de saúde administrado pela operadora Central Nacional Unimed – Cooperativa Central (CNU), na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com abrangência Nacional. É oferecido para os seus colaboradores, bem como a seus dependentes, exceto para diretores e gerentes.

Unimed Seguro Saúde

A controlada da Companhia oferece a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos) um seguro saúde administrado pela operadora Unimed Seguro Saúde S.A., na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com abrangência Nacional. É oferecido para os diretores e gerentes da controlada da Companhia, bem como a seus dependentes.

Plano Odontológico UNIODONTO

Plano odontológico administrado pela operadora Uniodonto Belém a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos), bem como para seus dependentes. Diferente do que ocorre nos planos médicos, as despesas odontológicas não aumentam em função do envelhecimento dos participantes. Sendo assim, não há compromisso de pós-emprego (subsídio-cruzado).

(x) Plano Saldado (Equatorial Piauí)

Plano de benefícios previdenciários organizado e administrado pela EQTPREV e patrocinado pela Equatorial Energia Piauí, sendo oferecido aos seus empregados e respectivos dependentes.

O Plano Saldado é um plano contributivo com modalidade de “Benefício Definido” existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos. De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria por tempo de serviço/contribuição: A complementação de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição será devida ao participante durante o período que seja mantida a aposentadoria por tempo de serviço/contribuição pela Previdência Social, e só será suspensa por morte do participante, suspensão ou cancelamento dessa aposentadoria.
- Aposentadoria por invalidez: O benefício é concedido ao participante durante o período em que lhe seja mantida a aposentadoria pela Previdência Social;
- Aposentadoria por idade: O benefício é concedido aos beneficiários do participante durante o tempo em que seja mantida a aposentadoria por idade pela Previdência Social, e cancelada por sua morte, consistida numa renda mensal correspondente à diferença entre o Salário Real de Benefício e o valor da aposentadoria concedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
- Pensão por morte: O benefício é concedido aos beneficiários do participante assistido que vier a falecer, durante o período que lhe seja mantida a pensão pela Previdência Social. O valor do benefício consiste na continuação da renda de 60% a 100% da aposentadoria paga ao participante assistido;
- Auxílio doença: O benefício é concedido aos beneficiários do participante que estiver em gozo de Auxílio-Doença pela Previdência Social, consistida numa renda mensal correspondente à diferença entre o Salário Real de Benefício e o valor Auxílio-Doença fixado pelo INSS; e

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

- **Auxílio funeral:** O benefício é concedido em caso de morte do participante, após um mínimo de 60 (sessenta) contribuições mensais ao Plano, contadas a partir da última inscrição como participante EQTPREV, aos beneficiários ou, na falta destes, à pessoa que comprove ter sido executora do funeral. A ampliação do auxílio-funeral consistirá num pecúlio, de pagamento único, de valor igual a 1/5 (um quinto) do maior valor teto do Salário de Benefício da Previdência Social.

(xi) Plano CV (Equatorial Piauí)

Plano de benefícios previdenciários administrado pela EQTPREV e patrocinado pela Equatorial Energia Piauí, sendo oferecido aos seus empregados e respectivos dependentes.

O Plano CV é estruturado na modalidade de “Contribuição Variável”, existindo compromisso no período de pós-emprego dos participantes. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- **Aposentadoria programada:** O benefício será calculado atuarialmente em quotas com base, dentre outros parâmetros, no saldo da conta individual do participante, desdobrando-se esse benefício em duas fases: a de rendas a prazo certo de aposentadoria programada e a de rendas vitalícias de aposentadoria programada;
- **Aposentadoria por invalidez:** O benefício a ser concedido será calculado atuarialmente em quotas com base, dentre outros parâmetros, no saldo da conta individual existente na data da invalidez, acrescido esse saldo dos recursos provenientes do correspondente pecúlio por invalidez, desdobrando-se o benefício em duas fases: a de rendas a prazo certo de aposentadoria por invalidez e a de rendas vitalícias de aposentadoria por invalidez;
- **Pensão por morte:** O benefício a ser concedido será calculado atuarialmente em quotas, com base, dentre outros parâmetros, no saldo da conta individual existente na data da morte do participante ativo, acrescido esse saldo dos recursos provenientes do correspondente pecúlio por morte, desdobrando-se este benefício em duas fases: a de rendas a prazo certo de pensão de ativo e a de rendas vitalícias de pensão de ativo;
- **Auxílio-enfermidade:** O benefício equivale à vinte por cento (20%) da parcela do salário de participação corrente abaixo do teto - EQTPREV, acrescido de cem por cento (100%) da parcela desse salário de participação acima desse teto; e
- **Auxílio-funeral:** O benefício equivale à quarenta por cento (40%) do teto - EQTPREV em vigor no mês do óbito, independentemente do estágio previdenciário em que se encontrava o participante, do seu nível salarial e do nível de acumulação de poupanças laborais e patronais contabilizadas em seu nome.

(xii) Planos de Saúde (Equatorial Piauí)

A Equatorial Energia Piauí oferece a seus empregados um plano de saúde administrado pela operadora Humana Assistência Médica Ltda. Este plano é oferecido para os colaboradores da controlada, bem como a seus dependentes.

As contribuições são estabelecidas por faixas etárias dos beneficiários e são integralmente custeadas pela Equatorial Piauí, de forma que os seus empregados arcam somente com eventuais coparticipações. Por conta disso, não há previsão de permanência de inativos no plano de saúde.

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

No entanto, há o compromisso de pós emprego decorrente da responsabilidade da empresa com 21 ex empregados titulares inativos e seus respectivos grupos familiares que, conforme informado pela Equatorial Piauí, são exceções em que a empresa continua custeando integralmente as mensalidades do plano de saúde por consequência de decisões judiciais e/ou afastamentos por invalidez.

Para estimativa da obrigação da controlada da Companhia com esse grupo, parte-se do pressuposto de que no ano zero a apólice está equilibrada, ou seja, as contribuições são suficientes para a cobertura de todas as despesas assistenciais e demais despesas inerentes à manutenção do plano de saúde. A partir disso, o custo assistencial dos beneficiários é apurado por meio da alocação por faixa etária conforme os percentuais da premissa de variação por idade (*Aging Factor*).

- Plano odontológico (Odontoprev): A Equatorial Piauí oferece um plano odontológico a seus empregados e ex empregados, bem como para seus dependentes, cuja mensalidade vigente na data da avaliação é de R\$ 10,59. A participação da controlada no plano odontológico é de 60% do valor das mensalidades dos empregados e seus dependentes.

(xiii) Plano Equatorial CD (Equatorial Piauí)

Plano de benefícios previdenciários administrado pela EQTPREV, patrocinado pela Equatorial Energia Piauí, dentre outras patrocinadoras. O Equatorial CD é um plano contributivo com modalidade de “Contribuição Definida” para os benefícios programados e de “Benefício Definido” para os benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria normal: É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:
 - (a) Ter 180 meses ininterruptos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
 - (b) Ter 60 meses de contribuição efetiva ao plano;
 - (c) Ter idade igual ou superior a 55 anos; e
 - (d) Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora.

O valor do benefício resulta da transformação do saldo de contas em uma renda certa, de 12 parcelas por ano, por “n” meses.

- Aposentadoria de incapacidade para o trabalho: O benefício é concedido ao participante que estiver em gozo da aposentadoria por Invalidez da Previdência Social, desde que esteja no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do saldo de contas em uma renda mensal.
- Pensão por morte de ativo: O benefício é concedido aos beneficiários do participante ativo que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do saldo de contas em uma renda mensal.
- Pensão por morte de assistido: O benefício é concedido aos beneficiários do participante assistido que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício consiste na continuação da renda paga ao participante assistido.

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

(xiv) Plano Equatorial BD (Equatorial Alagoas)

Plano de benefícios previdenciários administrado pela EQTPREV e patrocinado pela Equatorial Energia Alagoas, sendo oferecido aos seus empregados e respectivos dependentes.

O Plano BD é estruturado na modalidade de “Benefício Definido”, existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria por invalidez: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre 80% do Salário Real de Benefício (SRB) e o valor do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar, apurada na data de concessão da suplementação da aposentadoria. A Aposentadoria por Invalidez tem carência de 12 meses de contribuição para o Plano.
- Aposentadoria por tempo de serviço/contribuição: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre 80% do Salário Real de Benefício (SRB) e o valor do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar, apurada na data de concessão da suplementação da aposentadoria. A carência para esses benefícios corresponde a 120 meses de contribuição para o Plano.
- Aposentadoria por idade: O benefício a ser concedido equivale ao valor de 1/20 (um vinte avos) da diferença positiva entre 80% do Salário Real de Benefício (SRB) e o valor do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar, apurada na data de concessão da suplementação da aposentadoria, para cada ano de contribuição ao Plano (limitado a 20/20).
- Aposentadoria especial: O benefício a ser concedido equivale ao valor de 1/20 (um vinte avos) da diferença positiva entre 80% do Salário Real de Benefício (SRB) e o valor do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar, apurada na data de concessão da suplementação da aposentadoria, para cada ano de contribuição ao Plano (limitado a 20/20). A Aposentadoria Especial tem carência de 180 meses de contribuição para o Plano.
- Pensão por morte: O benefício a ser concedido consiste em uma renda mensal equivalente a 50% (mais 10% por beneficiário) da renda recebida pelo participante assistido ou da renda que o participante ativo teria direito se viesse a se aposentar por invalidez na data de falecimento.
- Abono anual: O benefício é concedido na mesma época em que é concedido o abono anual da Previdência Social, e consiste em uma prestação pecuniária anual de 1/12 (um doze avos) da renda mensal devida em dezembro por mês de complementação recebida durante o ano.

(xv) Plano CD (Equatorial Alagoas)

Plano de benefícios previdenciários administrado pela EQTPREV e patrocinado pela Equatorial Energia Alagoas, dentre outras patrocinadoras. O Plano CD é um plano contributivo com modalidade de “Contribuição Definida” para os benefícios programados e de “Benefício Definido” para os benefícios de risco.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Os benefícios de risco são:

- Benefício por entrada em invalidez: Concedido em caso de invalidez de participante ativo, no valor de 13/12 (treze, doze avos) do dobro da Contribuição Real Média Mensal (CRMM), multiplicada pelo número de meses que, por ocasião da entrada em invalidez total e permanente, faltavam para o participante completar os exatos 55 (cinquenta e cinco) anos de idade.
- Benefício de pecúlio por morte como participante ativo: Concedido aos beneficiários do participante ativo, na ocorrência de seu falecimento, no valor de 13/12 (treze, doze avos) do dobro da Contribuição Real Média Mensal (CRMM), multiplicada pelo número de meses que, por ocasião do falecimento do participante ativo, faltavam para o participante completar os exatos 55 (cinquenta e cinco) anos de idade.

(xvi) Planos de Saúde (Equatorial Alagoas)

A Equatorial Alagoas oferece a seus empregados e ex-empregados um plano de saúde, administrado pela Qualicorp Administradora de Benefícios S.A., na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com obstetrícia, com abrangência estadual. É oferecido também um plano odontológico para os colaboradores da controlada.

Os planos de saúde (UNIMED) e odontológico (UNIODONTO) possuem mensalidades pré-estabelecidas, reajustadas anualmente, com pagamento mensal da parcela do empregado e da parcela patronal, totalizando 12 faturas ao ano.

No Plano de saúde e odontológico existem 03 grupos distintos, denominados G1, G3 e G8. As definições dos grupos são apresentadas a seguir.

- G1: composto pelos empregados, afastados e futuros ex-empregados da Equatorial Alagoas, conforme estabelecido no item 11.4 do Acordo Coletivo de Trabalho de 2019/2021. A parcela de participação da Equatorial Alagoas para este grupo varia conforme faixas salariais para o Plano de Saúde e equivale a 60% para o Plano Odontológico. Caso um empregado da controlada da Companhia venha a se invalidar permanentemente, ele e seus dependentes têm o direito a permanecer no plano vitaliciamente até o falecimento do titular (exceto filhos válidos, que permanecem temporariamente, conforme acordo coletivo, até 24 anos). Para os inválidos, a Equatorial Alagoas mantém o pagamento da parcela patronal para o titular e seus dependentes semelhante ao que contribuiria se ele ainda estivesse em atividade. Este grupo é aberto para novas inclusões de ativos e inativos, conforme as alterações no quadro de empregados da controlada da Companhia;
- G3: composto por ex-empregados inválidos que permanecem no plano de saúde e odontológico sem contribuírem para os referidos planos, de forma que a participação da Equatorial Alagoas para este grupo é de 100% das mensalidades. A Equatorial Alagoas contribui para os titulares e também para os seus dependentes. Os titulares e dependentes deste grupo permanecem no plano vitaliciamente até o falecimento do titular (exceto filhos válidos, que permanecem temporariamente, conforme acordo coletivo, até 24 anos). Este é um grupo fechado, onde não há novas inclusões; e

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

- G8: composto por ex-empregados (válidos e inválidos) que permanecem no plano de saúde e odontológico por decisão judicial. A parcela de participação da Equatorial Alagoas para este grupo é estabelecida individualmente conforme cada decisão judicial. A Equatorial Alagoas contribui para os titulares e também para os seus dependentes. Os titulares e dependentes deste grupo permanecem no plano vitaliciamente até o falecimento do titular (exceto filhos válidos, que permanecem temporariamente, conforme acordo coletivo, até 24 anos). A inclusão de novos titulares neste grupo somente pode ocorrer por meio de decisão judicial.

(xvii) Plano Equatorial CD (Equatorial Alagoas)

Plano de benefícios previdenciários administrado pela Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTLPREV), patrocinado pela Equatorial Energia Alagoas, dentre outras patrocinadoras. O Equatorial CD é um plano contributivo com modalidade de “Contribuição Definida” para os benefícios programados e de “Benefício Definido” para os benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria normal: É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:
 - (a) Ter 180 meses ininterruptos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
 - (b) Ter 60 meses de contribuição efetiva ao plano;
 - (c) Ter idade igual ou superior a 55 anos; e
 - (d) Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora.

O valor do benefício resulta da transformação do saldo de contas em uma renda certa, de 12 parcelas por ano, por “n” meses.

- Aposentadoria de incapacidade para o trabalho: O benefício é concedido ao participante que estiver em gozo da aposentadoria por Invalidez da Previdência Social, desde que esteja no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do saldo de contas em uma renda mensal.
- Pensão por morte de ativo: O benefício é concedido aos beneficiários do participante ativo que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do saldo de contas em uma renda mensal.
- Pensão por morte de assistido: O benefício é concedido aos beneficiários do participante assistido que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício consiste na continuação da renda paga ao participante assistido.

(xviii) Plano CD (CEEE-D)

Plano de benefícios previdenciários administrado pela EQTPREV e patrocinado pela Companhia, dentre outras patrocinadoras. O Plano CD é um plano contributivo com modalidade de “Contribuição Definida” para os benefícios programados e de “Benefício Definido” para os benefícios de risco. Os benefícios de risco são:

- Benefício por entrada em invalidez: Concedido em caso de invalidez de participante ativo, no valor de 13/12 (treze, doze avos) do dobro da Contribuição Real Média Mensal (CRMM), multiplicada pelo número de meses que, por ocasião da entrada em invalidez total e permanente, faltavam para o participante completar os exatos 55 (cinquenta e cinco) anos de idade; e

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

- Benefício por pecúlio por morte como participante ativo: Concedido aos beneficiários do participante ativo, na ocorrência de seu falecimento, no valor de 13/12 (treze, doze avos) do dobro da Contribuição Real Média Mensal (CRMM), multiplicada pelo número de meses que, por ocasião do falecimento do participante ativo, faltavam para o participante completar os exatos 55 (cinquenta e cinco) anos de idade.

(xix) Planos de benefícios CEEEPREV (CEEE-D)

O CEEEPREV é um plano com características de contribuição definida, exceto no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados.

O benefício saldado é um benefício proporcionado a uma parcela de participantes que migraram do Plano Único. É o valor calculado no momento dessa migração e atualizado pelo índice de reajuste do plano, viabilizado por uma contribuição suplementar, chamada reserva a amortizar, hoje, de responsabilidade exclusiva da patrocinadora CEEE-D. Essa parcela decorre de desequilíbrio encontrado no Plano CEEEPREV, originário dos participantes migrados do Plano Único, gerando uma situação atípica dentro de um plano originalmente de contribuição definida.

Em 2014, houve a implantação de alterações regulamentares do Plano CEEEPREV, aprovadas pela Portaria PREVIC nº 213/2014. As alterações contemplaram a recomposição dos benefícios saldados e referencial dos participantes que migraram do Plano Único, atribuindo a esses o crescimento de 3% ao ano, de novembro de 2002 até a data em que o empregado completar as carências para a aposentadoria normal ou até a data em que se desvinculou das patrocinadoras, o que ocorrer primeiro. Na mesma esteira, esse incremento nas obrigações é viabilizado por uma contribuição suplementar, também de responsabilidade exclusiva da patrocinadora.

Assim, existem peculiaridades *sui generis* no Plano CEEEPREV, contendo uma parte contribuição definida e uma parte benefício definido. Especialmente na parte que toca ao benefício definido e à responsabilidade de cobertura integral desses déficits pela CEEE-D, há apontamentos pelos órgãos de controle, tanto no âmbito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) quanto do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que afirmam a ilegalidade desse procedimento.

Pela regulamentação atual do Plano CEEEPREV (artigos 109, 132 e 147), a eventual insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam o chamado benefício saldado (déficit) é suportada integralmente pela patrocinadora. A PREVIC interpreta tal dispositivo regulamentar como ilegal, determinando através da Portaria PREVIC nº 213, de 23/04/2014, a alteração do respectivo regulamento do plano, introduzindo nova disciplina para que os eventuais déficits sejam suportados de forma paritária entre participantes e patrocinadora, em consonância com a Emenda Constitucional nº 20/98. Contrária à determinação da PREVIC, a ELETROCEEE ingressou com a ação judicial de nº 0065790-57.2014.4.01.3400 perante a Justiça Federal do Distrito Federal, que, em primeira instância, foi julgada improcedente, estando pendente de julgamento recurso de apelação interposto pela ELETROCEEE. Tal recurso acabou sendo recebido pelo TRF com efeito suspensivo, razão pela qual fica impedido o cumprimento imediato da decisão pela PREVIC. Na mesma esteira do órgão de controle previdenciário, a equipe de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul também apontou ilegalidade nos dispositivos regulamentares do CEEEPREV, notadamente em desacordo com o princípio constitucional da paridade contributiva, concluindo que essas ilegalidades geraram reflexos significativos na situação patrimonial da controlada da Companhia.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Considerando a natureza societária da CEEE-D e a responsabilidade de seus administradores, a patrocinadora ingressou com ação declaratória contra a ELETROCEEE, demanda instruída nos autos do processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001, em curso na justiça estadual do Rio Grande do Sul. Em 18 de dezembro de 2019, foi deferido pedido de antecipação de tutela, determinando que a ELETROCEEE enquadre os aportes exigidos da Empresa aos ditames do art. 202, § 3º da CF, e do art. 6º da Lei Complementar 108/2001. De outro lado, a Fundação ELETROCEEE interpôs agravo de instrumento (processo nº 5000483-37.2020.8.21.7000), ao qual foi atribuído efeito suspensivo à luz da tutela recursal vigente no processo federal que suspendeu temporariamente a determinação da PREVIC contida na Portaria nº 213/2014. Conceitualmente, a aplicação efetiva da paridade contributiva reduziria o saldo do passivo pós-emprego do Plano CEEEPREV em aproximadamente 50%.

(xx) Plano único (CEEE-D)

O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Esse plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados.

A Lei Complementar nº 108/2001 disciplina, nos termos de seu artigo 1º, a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive no tocante às Sociedades de Economia Mista, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência complementar. Nessa esteira, o Parágrafo 1º do artigo 6º da referida Lei determina que “A contribuição normal do patrocinador para plano de benefício definido, em hipótese alguma, excederá a do participante, observado o disposto no artigo 5º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e as regras específicas emanadas do órgão regulador e fiscalizador”. Ainda é vedado ao patrocinador, pelo Parágrafo 3º da mesma Lei Complementar, assumir encargos adicionais para financiamento dos planos de benefício além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio.

Considerando que o Regulamento do Plano Único da controlada da Companhia prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável, e, na medida em que a Resolução CNPC nº30 de 30/10/2018, determina em seu art. 14º que para a destinação da reserva especial ou equacionamento de déficit, deverão ser identificados quais os montantes atribuíveis aos participantes e assistidos, de um lado, e ao patrocinador, de outro, observada a proporção contributiva das contribuições normais vertidas no período em que se deu a constituição da reserva especial, no caso de superávit, e as contribuições vigentes no período em que o resultado deficitário foi apurado, no caso de déficit, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que tenham dado causa a dano ou prejuízo ao plano do benefício administrado pela EFPC, a controlada da Companhia, na qualidade de empresa de economia mista patrocinadora do Plano Único, pelo conteúdo do ordenamento legal brasileiro, não pode exceder a paridade contributiva em caso de equacionamento de déficit eventualmente apurado. Considerando a natureza societária da controlada da Companhia e a responsabilidade de seus administradores, o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária, em aderência às manifestações anteriores registradas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

32.2 Apuração do passivo (ativo) atuarial líquido

A conciliação dos ativos e passivos demonstrará o excesso ou a insuficiência de recursos para cobertura do benefício pós-emprego, e que deve ser apresentado no balanço das controladas da Companhia. Apresentamos, a seguir, a demonstração dos resultados apurados em 31 de dezembro de 2021 (passivo ou ativo atuarial contabilizado) e a projeção de despesas a serem reconhecidas no resultado o exercício de 2022.

2021																					
Equatorial Maranhão			Equatorial Pará							Equatorial Piauí				Equatorial Alagoas				CEEE-D			
CD	BD1	Plano de Saúde	CD	BD	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Planos de saúde	Total	Saldado	CV	Plano de Saúde	Equatorial CD	Equatorial BD	CD	Plano de Saúde e Odontológico	Equatorial CD	CD	CEEEPREV	Plano único	
Déficit/(Superávit) apurado																					
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	959	160.039	5.763	791	202.730	9.514	1.849	17.440	37.217	269.541	442.086	3.623	2.528	62	131.949	1.638	94.622	22	11	1.851.908	1.272.751
Valor justo dos ativos do plano	(7.006)	(207.214)	-	(9.711)	(305.143)	(5.637)	(4.320)	-	-	(324.811)	(506.906)	(3.523)	-	(360)	(265.693)	(6.792)	-	(141)	(46)	(1.146.386)	(976.440)
Déficit/(Superávit) apurado	(6.047)	(47.175)	5.763	(8.920)	(102.413)	3.877	(2.471)	17.440	37.217	(55.270)	(64.820)	100	2.528	(298)	(133.744)	(5.154)	94.622	(119)	(35)	705.522	296.311
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais																					
Efeito do Teto de Ativo	3.035	47.175	-	2.503	102.413	-	1.699	-	-	106.615	64.820	-	-	196	114.848	5.154	-	71	35	-	-
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	3.035	47.175	-	2.503	102.413	-	1.699	-	-	106.615	64.820	-	-	196	114.848	5.154	-	71	35	-	-
Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33(R1)																					
Ativo líquido apurado	(3.012)	-	5.763	(6.417)	-	3.877	(772)	17.440	37.217	51.345	-	100	2.528	(102)	(18.896)	-	94.622	(48)	-	705.522	296.311

2020																				
Equatorial Maranhão			Equatorial Pará							Equatorial Piauí			Equatorial Alagoas							
CD	BD1		CD	BD	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Planos de saúde	Total	Saldado	CV	Equatorial CD	Equatorial BD	CD	Plano de Saúde e Odontológico	Equatorial CD				
Déficit/(Superávit) apurado																				
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	1.027	178.966	737	244.025	8.928	2.083	20.092	25.070	300.935	507.194	7.324	67	151.743	1.496	105.241	17				
Valor justo dos ativos do plano	(6.342)	(210.751)	(9.014)	(316.014)	(6.049)	(4.825)	-	-	(335.902)	(531.670)	(3.329)	(386)	(284.000)	(6.190)	-	(120)				
Déficit/(Superávit) apurado	(5.315)	(31.785)	(8.277)	(71.989)	2.879	(2.742)	20.092	25.070	(34.967)	(24.476)	3.995	(319)	(132.257)	(4.694)	105.241	(103)				
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais																				
Efeito do Teto de Ativo	3.764	31.785	2.700	71.989	-	2.479	-	-	77.168	24.476	-	246	114.933	4.694	-	61				
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	3.764	31.785	2.700	71.989	-	2.479	-	-	77.168	24.476	-	246	114.933	4.694	-	61				
Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33(R1)																				
Ativo líquido apurado	(1.551)	-	(5.577)	-	2.879	(263)	20.092	25.070	42.201	-	3.995	(73)	(17.324)	-	105.241	(42)				

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

32.3 Resultado da avaliação atuarial

Os resultados das avaliações atuariais apuraram o seguinte compromisso do plano com seus participantes:

	2021																		
	Equatorial Maranhão			Equatorial Pará					Equatorial Piauí				Equatorial Alagoas				CEEE-D		
	CD	BD1	Plano de Saúde	BD	CELPA OP	CELPA R	CD	Resoluç ão 10/1989	Planos de Saúde	Saldado	CV	Plano de Saúde	Equatorial CD	Equatorial BD	CD	Planos de saúde	Equatorial CD	CEEEPREV	Plano único
Resultado do Exercício																			
Custo do serviço corrente líquido	127	8	-	15	-	6	89	-	1.227	-	-	-	8	72	165	1.268	3	8.583	(1.137)
Custo do serviço passado e (ganhos)/perdas na liquidação	-	-	-	-	-	2.455	-	1.163	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	54	11.297	5.763	15.187	136	624	38	1.214	2.595	33.271	530	-	3	9.641	86	7.254	1	134.954	46.592
Rendimento esperado dos ativos do plano	(376)	(13.385)	-	(19.860)	(322)	(422)	(535)	-	-	(34.931)	(241)	-	(23)	(18.377)	(369)	-	(7)	(80.735)	(31.645)
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	223	2.086	-	4.673	168	-	160	-	-	1.660	-	-	15	7.592	284	-	4	-	-
Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	28	6	5.763	15	(18)	2.663	(248)	2.377	3.822	-	289	-	3	(1.072)	166	8.522	1	62.802	13.810
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício																			
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(161)	2.869	-	11.493	693	559	(162)	-	-	26.028	47	-	65	25.397	(232)	-	(7)	93.713	85.212
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	(197)	(16.166)	-	(37.259)	(236)	(1.913)	96	(3.218)	(1.453)	(64.713)	(4.231)	-	(16)	(18.221)	(110)	12.929	1	(219.721)	(11.874)
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	(952)	13.304	-	25.751	(947)	-	(357)	-	-	38.685	-	-	(65)	(7.677)	176	-	6	-	(16.697)
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(1.310)	7	-	(15)	(490)	(1.354)	(423)	(3.218)	(1.453)	-	(4.184)	-	(16)	(501)	(166)	12.929	-	(126.008)	56.641
Reconciliação do Passivo/(Ativo) reconhecido																			
Passivo/(ativo) no fim do exercício anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.995	-	(73)	-	-	-	-	-	-
Despesa/(receita) reconhecida no Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	289	2.528	3	-	-	-	-	-	-
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.184)	-	(16)	-	-	-	-	-	-
Contribuições do empregador	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16)	-	-	-	-	-	-
Passivo/(ativo) no fim do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	2.528	(102)	-	-	-	-	-	-

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	2020														
	Equatorial Maranhão		Equatorial Pará						Equatorial Piauí			Equatorial Alagoas			
	CD	BD1	BD	CELPA OP	CELPA R	CD	Resolução 10/1989	Planos de Saúde	Saldado	Plano CV	Equatorial CD	Equatorial BD	CD	Planos de saúde	Equatorial CD
Resultado do Exercício															
Custo do serviço corrente líquido	109	9	(14)	-	(139)	(125)	-	(1.277)	55	-	-	80	253	1.030	44
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	47	11.890	(15.819)	(138)	(578)	(53)	(1.392)	(1.543)	34.009	568	-	9.867	128	6.340	1
Rendimento esperado dos ativos do plano	(546)	(14.272)	21.903	234	418	631	-	-	(35.567)	(162)	-	(19.338)	(414)	-	(7)
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	444	2.381	(6.084)	(39)	-	(104)	-	-	296	-	-	8.356	286	-	4
Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	54	8	(14)	57	(299)	349	(1.392)	(2.820)	(1.207)	406	-	(1.035)	253	7.370	42
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício															
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	2.913	4.947	(17.486)	1.270	85	(1.748)	-	-	18.136	147	-	10.735	314	-	-
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	44	388	(5.771)	(14)	(194)	415	1.080	(729)	218	(2.208)	-	5.025	(838)	10.018	-
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	(3.596)	(5.329)	23.271	(1.290)	-	748	-	-	19.907	-	-	(15.858)	271	-	-
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(639)	6	14	(34)	(109)	(585)	1.080	(729)	38.261	(2.061)	-	(98)	(253)	10.018	-
Reconciliação do Passivo/(Ativo) reconhecido															
Passivo/(ativo) no fim do exercício anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.650	-	-	-	-	-
Despesa/(receita) reconhecida no Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.207)	406	-	-	-	-	-
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	-	-	-	-	-	-	-	-	38.261	(2.061)	-	-	-	-	-
Contribuições do empregador	-	-	-	-	-	-	-	-	(37.054)	-	(73)	-	-	-	-
Passivo/(ativo) no fim do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.995	(73)	-	-	-	-

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

32.4 Ativos do plano

32.4.1 Ativos do plano incluem:

2021															
	Equatorial Maranhão		Equatorial Pará				Equatorial Piauí			Equatorial Alagoas			CEEE-D		
	CD	BD1	BD	OP	R	CD	Saldado	CV	Equatorial CD	Equatorial BD	CD	Equatorial CD	CD	CEEEPREV	Plano único
Títulos Públicos	141.607	189.565	267.865	5.740	3.600	141.607	-	-	-	216.685	55.966	141.607	141.607	1.996.033	1.245.042
Fundos de Investimento	159.983	-	16.147	3.004	1.967	159.983	159.983	40.659	159.983	79.164	191.263	159.983	159.983	845.500	469.182
Outros	63.797	20.089	28.312	2.386	2.209	63.797	205.404	21.813	205.404	15.508	18.898	63.797	63.797	782.242	449.168
(=) Ativo Total	365.387	209.654	312.324	11.130	7.776	365.387	365.387	62.472	365.387	311.357	266.127	365.387	365.387	3.623.775	2.163.392
2020															
	Equatorial Maranhão		Equatorial Pará				Equatorial Piauí			Equatorial Alagoas					
	CD	BD1	BD	OP	R	CD	Saldado	CV	CD	Equatorial BD	CD	Equatorial CD	CD		
Títulos Públicos	93.198	196.927	278.554	6.062	3.802	93.138	-	-	-	-	-	-	-	93.198	
Fundos de Investimento	205.267	-	13.930	2.650	2.131	205.268	514.928	60.480	205.268	311.985	273.956	205.268	205.268		
Outros	58.838	16.016	29.846	1.965	764	58.838	38.384	3.322	152.035	14.054	19.258	58.838	58.838		
(=) Ativo Total	357.303	212.943	322.330	10.677	6.697	357.244	553.312	63.802	357.303	326.039	293.214	357.304	357.304		

Os ativos dos planos são compostos por ativos financeiros com cotação de mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

32.5 Obrigação do benefício definido

(a) Premissas atuariais

Premissas em 31 de dezembro de 2021	Equatorial Maranhão			Equatorial Pará						Equatorial Piauí				Equatorial Alagoas				CEEE-D		
	CD	BD1	Plano de saúde	BD	CELPA OP	CELPA R	CD	Resolução 10/1989	Planos de Saúde	Saldado	CV	Plano de Saúde	Equatorial CD	Equatorial BD	CD	Planos de Saúde	Equatorial CD	CD	CEEEPREV	Plano único
Taxa de inflação	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%
Taxa de desconto	10,48%	10,57%	10,73%	10,54%	10,65%	10,76%	10,48%	10,53%	10,73%	10,65%	10,73%	10,76	10,48%	10,59%	10,48%	10,76%	10,48%	5,19%	5,38%	5,31%
Futuros aumentos salariais	6,08%	6,08%	Não aplicável	10,54%	10,65%	10,76%	10,48%	10,53%	10,73%	5,03%	5,03%	Aplicável	6,08%	7,58%	7,58%	5,03%	6,08%	5,19%	5,38%	5,31%
Futuros aumentos de pensão	5,03%	5,03%	5,03%	7,13%	Não aplicável	7,13%	6,08%	5,03%	7,13%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	Não aplicável	5,03%	5,03%	6,08%	5,03%	5,03%
Mortalidade geral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	-	-	-	-	-	-	-

Premissas em 31 de dezembro de 2020	Equatorial Maranhão			Equatorial Pará					Equatorial Piauí			Equatorial Alagoas			
	CD	BD1	BD	CELPA OP	CELPA R	CD	Resolução 10/1989	Planos de Saúde	Saldado	CV	Plano Equatorial CD	Equatorial BD	CD	Planos de saúde	Equatorial CD
Taxa de inflação	3,32%	3,32%	3,32%	3,32%	3,32%	3,32%	3,32%	3,32%	3,32%	3,32%	3,32%	3,32%	3,32%	3,32%	3,32%
Taxa de desconto	5,92%	6,56%	6,49%	6,76%	7,25%	5,92%	6,34%	6,87%	6,78%	7,25%	5,92%	6,61%	6,05%	7,09%	5,92%
Futuros aumentos salariais	4,35%	4,35%	6,49%	6,76%	7,25%	5,92%	6,34%	6,87%	Não aplicável	3,61%	4,35%	5,83%	5,83%	3,32%	4,35%
Futuros aumentos de pensão	3,32%	3,32%	5,39%	Não aplicável	5,39%	4,35%	3,32%	5,34%	Não aplicável	3,61%	3,32%	3,32%	Não aplicável	3,32%	3,32%
Mortalidade geral	-	-	-	-	-	-	-	-	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	-	-	-	-

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

(b) Análise de sensibilidade

Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em cada uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

		2021																
		Equatorial Maranhão		Equatorial Pará						Equatorial Piauí				Equatorial Alagoas		CEEE-D		
Premissa	Análise de sensibilidade	Plano CD	Plano BD1	BD	CD	OP	R	Resolução 10/1989	Plano de Saúde	Saldado	Plano CV	Plano de Saúde	Equatorial CD	Equatorial BD	Planos de saúde	CD	CEEEPREV	Plano único
		Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$					Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(25.429)	(6.239)	(7.485)	(19)	(81)	(533)	(596)	(2.129)	(19.301)	(419)	(131)	(2)	(5.203)	(5.048)	(320)	(85.191)	(51.774)
	Redução de 0,5%	26.745	6.714	8.035	20	88	590	637	2.358	20.941	481	143	2	2.959	5.596	337	93.935	55.847
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	(22.811)	4.291	6.034	(19)	38	98	567	725	-	-	-	-	3.296	4.479	(287)	36.521	35.425
	Redução de 1 ano	25.565	(4.334)	(6.068)	21	(39)	(102)	(566)	(728)	-	-	-	-	(3.213)	(4.355)	327	(37.299)	(35.731)
HCCTR	Aumento de 0,5%	-	-	-	-	-	-	-	2.283	-	-	-	-	-	5.405	-	-	-
	Redução de 0,5%	-	-	-	-	-	-	-	(2.080)	-	-	-	-	-	(4.918)	-	-	-

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

2020															
Premissa	Análise de sensibilidade	Equatorial Maranhão		Equatorial Pará				Resolução 10/1989	Plano de Saúde	Equatorial Piauí			Equatorial Alagoas		
		Plano CD	Plano BD1	BD	CD	OP	R			Saldado	Plano CV	Equatorial CD	Equatorial BD	CD	Planos de saúde
		Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$				Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(31.152)	(8.124)	(10.539)	(20)	(107)	(602)	(786)	(1.364)	(26.153)	(1.955)	(2)	(71.667)	-	(6.190)
	Redução de 0,5%	32.795	9.521	11.835	21	117	679	845	1.492	28.706	2.299	2	7.848	-	6.924
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	(21.084)	5.648	8.435	(15)	52	110	766	207	-	-	-	4.273	-	4.188
	Redução de 1 ano	27.155	(5.376)	(8.028)	20	(52)	(113)	(756)	(221)	-	-	-	(4.259)	-	(4.036)
HCCTR	Aumento de 0,5%	-	-	-	-	-	-	-	1.329	-	-	-	-	-	6.610
	Redução de 0,5%	-	-	-	-	-	-	-	(1.227)	-	-	-	-	-	(5.971)

Quando consideramos a análise de sensibilidade da taxa de desconto para o plano CD as variações são irrelevantes.

Embora as análises não levem em conta a distribuição completa dos fluxos de caixa esperados no âmbito dos planos, elas fornecem uma aproximação da sensibilidade da premissa apresentada.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2021 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

32.6 Fluxo de Caixa

2021																
	Equatorial Maranhão			Equatorial Pará						Equatorial Alagoas				CEEE-D		
	CD	BD1	Plano de Saúde	BD	CD	OP	R	Resolução 10/1989	Plano de saúde	Equatorial BD	CD	Plano de saúde e odontológico	Equatorial CD	CD	CEEEPREV	Plano único
1 Fluxo de caixa no exercício																
Contribuições do empregador	180	13	190	-	170	-	311	-	1.036	-	-	6.212	7	1	55.164	23.692
Contribuições de participante	-	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	52	14.080	190	19.238	168	134	585	-	1.036	11.286	-	6.212	-	-	1.752	15.547
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	-	-	-	1.811	-	-	-	-	-	-	126.596	153.061
Contribuições do empregador	183	11	-	-	167	-	179	-	1.558	-	-	6.218	7	3	54.989	23.692
Contribuições de participante	-	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	321	15.413	-	20.959	273	161	914	-	1.558	12.713	220	6.218	11	-	1.650	16.533
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	-	-	-	1.954	-	-	-	-	-	4	156.034	168.975

Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2020												
	Equatorial Maranhão		Equatorial Pará						Equatorial Alagoas			
	CD	BD1	BD	CD	OP	R	Resolução 10/1989	Plano de saúde	Equatorial BD	CD	Plano de saúde e odontológico	Equatorial CD
1 Fluxo de caixa no exercício												
Contribuições do empregador	211	13	-	179	-	164	-	1.036	-	-	5.752	4
Contribuições de participante	-	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	-	13.516	19.240	-	128	540	-	1.036	10.911	-	5.752	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	-	-	1.943	-	-	-	-	-
2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte												
Contribuições do empregador	259	15	-	198	-	167	-	1.558	-	-	6.003	7
Contribuições de participante	-	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	204	13.941	20.513	203	145	637	-	1.558	11.770	163	6.003	7
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	-	-	1.905	-	-	-	-	-

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

33 Instrumentos financeiros

33.1 Considerações gerais

A Companhia e suas controladas efetuaram análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) parcela A e outros itens financeiros, sub-rogação da CCC, ativos financeiros da concessão, ativo de contrato, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial, derivativos e passivo de arrendamento, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre EBITDA ajustado¹ (DL/EBITDA Ajustado) e dívida líquida sobre a dívida líquida somada ao patrimônio líquido (DL/(DL+PL)).

33.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia e suas controladas utilizam operações com derivativos (*Swap e NDF*) para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia, através de suas controladas, possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

33.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia e suas controladas reconhecem, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

¹ O EBITDA Ajustado é calculado por meio do EBITDA acrescido ou reduzido por itens que entendemos como não recorrentes ou que não afetam a nossa geração de caixa, como perda/ganho na desativação de bens e direitos.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

(i) Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão identificados conforme a seguir:

Controladora			2021		2020		
Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado	
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	374	374	912	912	
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	2	Valor justo por meio do resultado	541.041	541.041	164.657	164.657	
Instrumentos financeiros derivativos – opção de compra de ações (b)	3	Valor justo por meio do resultado	413.131	413.131	-	-	
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	2.306.880	2.306.880	642.999	642.999	
Total do ativo			3.261.426	3.261.426	808.568	808.568	
			2021		2020		
Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado	
Fornecedores	-	Custo amortizado	2.957	2.957	33.007	33.007	
Debêntures	-	Custo amortizado	2.448.387	2.467.387	566.087	569.215	
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	517	517	793	793	
Total do passivo			2.451.861	2.470.861	599.887	603.015	
Consolidado			2021		2020		
Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado	
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	196.576	196.576	73.807	73.807	
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	2	Valor justo por meio do resultado	2.800.013	2.800.013	2.145.739	2.145.739	
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	7.490.990	7.490.990	5.516.859	5.516.859	
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	6.697.516	6.697.516	4.556.844	4.556.844	
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	1.396.655	1.396.655	1.185.784	1.185.784	
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	-	Custo amortizado	85.120	85.120	85.120	85.120	
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	420.492	420.492	395.761	395.761	
Instrumentos financeiros derivativos – opção de compra de ações (b)	3	Valor justo por meio do resultado	413.131	413.131	-	-	
Ativo financeiro de concessão - Distribuidoras	2	Valor justo por meio do resultado	7.514.655	7.514.655	5.665.922	5.665.922	
Total do ativo			27.015.148	27.015.148	19.625.836	19.625.836	
			2021		2020		
Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado	
Fornecedores	-	Custo amortizado	4.286.453	4.286.453	2.269.989	2.269.989	
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	14.801.455	15.849.789	12.787.575	13.916.551	
Debêntures	-	Custo amortizado	10.601.480	9.815.399	5.000.403	4.984.271	
Valores a pagar da recuperação judicial	-	Custo amortizado	929.294	1.299.245	960.880	1.195.726	
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	36.592	36.592	924.009	924.009	
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	51.883	51.883	-	-	
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	57.610	57.610	28.853	28.853	
AICs Ressarcíveis (a)	2	Valor justo por meio do resultado	104.641	104.641	106.266	106.266	
Total do passivo			30.869.408	31.501.612	22.077.975	23.425.665	

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) O montante do ressarcimento devido à Eletrobras, a título de pagamento pelos AICs Ressarcíveis correspondente a 50% (cinquenta por cento) da contribuição de cada um dos ativos na base de remuneração líquida, conforme definição vigente nos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET da ANEEL, desconsideradas eventuais contabilizações, posteriores à data-base do laudo de avaliação, de investimentos necessários à imobilização desses ativos em curso. Neste sentido, a Equatorial Piauí provisionou o montante de R\$ 43.892 (R\$ 44.939 em 31 de dezembro de 2020) e a Equatorial Alagoas R\$ 60.749 (R\$ 61.327 em 31 de dezembro de 2020). Após a homologação pela ANEEL do resultado da revisão tarifária, a compradora se compromete a contratar consultor técnico para apuração do montante de ressarcimento devido à Eletrobras.
- (b) Em 05 de novembro de 2019, foi aprovado pelo Conselho de administração a celebração de acordo de investimento entre a Equatorial Energia e o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), com a interveniência e anuência da sociedade controlada Equatorial Energia Distribuição S.A. ("Equatorial Distribuição"), regulando os termos e condições gerais para a realização de um investimento, pelo Itaú, na Equatorial Distribuição, através da subscrição e integralização de ações preferenciais do capital social.

Com a conclusão da operação, o Itaú Unibanco S.A. passou a ser titular da totalidade das ações preferenciais representativas de 9,85% do capital social total da Equatorial Distribuição, e a Equatorial Energia, por sua vez, sendo titular da totalidade das ações ordinárias representativas de 90,15% do capital social da Equatorial Distribuição.

Destaca-se que os direitos e obrigações da Equatorial Energia S.A. e do Itaú Unibanco S.A., na qualidade de acionistas da Equatorial Distribuição, foram disciplinados por meio de acordo de investimento celebrado entre as partes. Para mais informações, ver nota nº 33.4 – Instrumentos financeiros derivativos.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante da posição favorável do valor justo da opção de compra, contabilizado na demonstração do resultado do período em receitas financeiras da Companhia (individual e consolidado) é de R\$ 413.131, reconhecido como instrumento financeiro de nível 3, conforme segue:

Técnicas de valorização	Valor justo - opção de compra de ações em 31/12/2021	Inputs significativos não observáveis	Sensibilidade dos inputs ao valor justo
Método de fluxo de caixa descontado	413.131	Dividendos (*)	+10% (aumento no valor justo de R\$114.161) -10% (redução no valor justo de R\$114.161)

(*) Projeção de dividendos a serem recebidos pelas ações PN da controlada Equatorial Distribuição S.A. até 11 de novembro de 2026.

- **Caixa e equivalente de caixa** - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais. Para fundos de investimentos, são classificados como de valor justo por meio do resultado. Nível 2 na hierarquia de valor justo;
- **Aplicações financeiras (ativo circulante)** - são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois, em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI;
- **Aplicações financeiras (ativo não circulante)** - referem-se a aplicações financeiras não alocadas em disponibilidade, classificados como valor justo por meio resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma está refletido no valor da cota do fundo;
- **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações da Companhia e suas controladas, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;
- **Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros** - são decorrentes de custos não gerenciáveis a serem repassados integralmente ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente. Classificados como custo amortizado;
- **Sub-rogação da CCC** - valores aplicados: são classificados como custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados, possuem o propósito de financiar o subsídio da interligação de municípios isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN;

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

- **Ativo financeiro de concessão** - são classificados como valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, como IPCA existentes em mercado ativo e a taxa de depreciação que é definida pela resolução da ANEEL, sendo sua classificação nível 2 na hierarquia do valor justo;
- **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e suas controladas e são classificados como passivo ao custo amortizado;
- **Empréstimos e financiamentos** - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e suas controladas e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas pela B3 e ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais);
- **Debêntures** - são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA e B3 S.A.;
- **Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial** - decorrente do plano de recuperação judicial da controlada indireta Equatorial Pará que são classificados como passivo ao custo amortizado;
- **Passivo de arrendamento** - composto pelas obrigações decorrentes de contratos de locações e *leasing* que se enquadram na no escopo do CPC 06 (R2). Os saldos são trazidos a valor presente por meio de fluxo de caixa descontado para o período de vigência de cada contrato e são classificados como passivo ao custo amortizado;
- **Instrumentos financeiros derivativos** - são classificados pelo valor justo através do resultado e de outros resultados abrangentes, tendo como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swaps*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo; e
- **AICs Ressarcíveis** - são classificados como nível 2 na hierarquia de valor justo através de outros resultados abrangentes, tendo em vista que a sensibilidade do valor justo está nos ativos em curso na base de remuneração líquida, dependendo de avaliação de especialista e homologação total ou parcial pela Eletrobras.

Mensuração a valor justo

Para mensuração do valor justo, foi utilizado o modelo de *Black & Scholes*, os quais a taxa de juros e o *pay out* de dividendos nesta opção até o seu período é irrelevante, pois o preço de exercício também sofre correção pela mesma taxa de juros e também é descontado pelos dividendos pagos. Assim, as variáveis utilizadas para cálculo da opção tradicional foram:

Na avaliação da estimativa, o resultado do cálculo, em 31 de dezembro de 2021, era R\$364.857 (R\$165.169 em 31 de dezembro de 2020). Dado que o preço de exercício da opção foi superior ao preço das ações à vista, não foi contabilizado o valor justo desta opção.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

33.4 Instrumentos financeiros derivativos

A política de gestão de risco da Companhia e suas controladas é fazer *hedge* de 100% da sua exposição em moeda estrangeira para empréstimos e financiamentos, contratando *swaps* de fluxo de caixa onde na ponta passiva está moeda nacional indexado a CDI e na ponta ativa moeda estrangeira e custo do contrato, tais contratos são designados como *hedge* de fluxo de caixa.

A Companhia e suas controladas determinam a existência de relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido com base na moeda, no valor e no momento dos respectivos fluxos de caixa, avaliando as mudanças no fluxo de caixa do item protegido possam ser compensadas pelas variações do fluxo de caixa do derivativo de *hedge*. O método utilizado é o Critério dos termos críticos - método prospectivo. O teste de efetividade é feito uma única vez no momento inicial da contabilização, constatando se todos os termos do derivativo estão alinhados com os termos do objeto de *hedge*, em relação a prazos, amortizações, *notional* contratado, e pagamento de juros, garantido a efetividade do fluxo de caixa em 100%.

Opção de compra

A Companhia detém um direito de recompra da totalidade das ações preferencias da Equatorial Distribuição que pode ser exercida entre 11 de novembro de 2022 a 11 de novembro de 2026. O preço da compra, se a opção for exercida, será o valor de R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais) corrigido por 100% do CDI desde 11 de novembro de 2019, data de exercício da opção, menos os dividendos recebidos pelo acionista minoritário corrigidos por 100% do CDI da data do pagamento até a data de exercício da opção de compra. O acionista minoritário não detém a opção de venda das ações, estando no controle da Companhia o exercício ou não deste direito.

Tal opção de compra possui a hierarquia de valor justo nível 3, na qual os valores dos *inputs* para mensuração do valor justo não são observáveis, uma vez que a Equatorial Distribuição não tem ações negociadas em bolsa e as ações preferenciais têm características próprias e diferentes das ações preferenciais tradicionalmente negociadas em bolsa, pois as mesmas tem direito a dividendos privilegiados desproporcionais à participação desta classe de ação no capital social da Equatorial Distribuição.

A desproporcionalidade dos dividendos em relação à participação no capital social levaria a Companhia a exercer a opção mesmo em cenários na qual a o valor das ações reduzisse, ou seja, em situações nas quais a Companhia obtivesse prejuízo no exercício da *call*. Tal efeito não é capturado tradicionalmente no cálculo de uma opção de compra.

Em outras palavras, há que se levar em conta que a Companhia recompraria as ações ainda que o valor da Equatorial Distribuição desvalorizasse bastante, ou seja, até quando o valor da participação destas ações PNs fosse R\$ 179.180, pois neste cenário o direito ao fluxo de dividendos de 55% é igual ao valor do aporte do acionista minoritário R\$ 1.000.000.

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020, que podem ser assim resumidos:

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

		Valor justo	
Objetivo de proteção de risco de mercado	Indexadores	2021	2020
Opção de compra de ações			
Itaú Unibanco	100% CDI	413.131	-
Total		413.131	-
Ativo circulante		-	-
Ativo não circulante		413.131	-
Total		413.131	-

Equatorial Pará

Em 11 de junho de 2018, a controlada indireta Equatorial Pará realizou a captação de recursos de valor contratado de US\$ 100.000, com juros trimestrais e amortização anual tendo como data de vencimento final 12 de junho de 2023. A captação tem custo à taxa de USD +Libor +0,84% a.a + IR (objeto de *hedge*), e tem um contrato de *SWAP* contabilizado a valor justo por meio do resultado (instrumento de *hedge*).

Em 05 de julho de 2019, a Companhia realizou captação de recursos no valor contratado de US\$ 140.909, com juros trimestrais e amortização trimestral tendo como data de vencimento final 05 de julho de 2022. A captação tem custo à taxa de USD + Libor + 0,93% a.a. + I.R (objeto de *hedge*), e tem um contrato de *SWAP* contabilizado por meio de outros resultados abrangentes (instrumento de *hedge*).

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com o Citibank é R\$ 919.758 (R\$ 1.254.424 em 31 de dezembro de 2020). Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da controlada indireta Equatorial Pará, vigentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020, que podem ser assim resumidos:

Operações passivas		Valor justo	
Objetivo de proteção de risco de mercado	Indexadores	2021	2020
Citibank – R\$ 542.000			
Ponta ativa	US\$ + Libor + 1,09% a.a.	473.505	733.842
Ponta passiva	114% do CDI	(333.283)	(547.557)
Total		140.222	186.285
Citibank – R\$ 390.000			
Ponta ativa	US\$ + Libor + 0,99% a.a.	450.232	521.720
Ponta passiva	111,8% do CDI	(318.438)	(394.024)
Total		131.794	127.696
Líquido circulante		164.999	100.448
Líquido não circulante		107.017	213.533
Total		272.016	313.981

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Destacamos que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* e a inefetividade de *hedge* foram os seguintes:

Risco Cambial	Valor Nominal	Valor contábil 2021		Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	Valor contábil 2021	
		Ativo	Passivo		Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA	Rubrica no resultado afetada pela reclassificação
Contrato de SWAP <i>Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	325.500	140.222	-	Instrumentos financeiros derivativos	(750)	N/A

Risco Cambial	Valor Nominal	Valor contábil 2020		Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	Valor contábil 2020	
		Ativo	Passivo		Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA	Rubrica no resultado afetada pela reclassificação
Contrato de SWAP <i>Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	542.500	186.285	-	Instrumentos financeiros derivativos	(2.833)	N/A

A tabela a seguir fornece uma conciliação por categoria de risco dos componentes do patrimônio líquido e a análise dos itens de Outros resultados abrangentes - ORA, líquido de impostos, resultantes da contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa:

	<u>Reserva de <i>Hedge</i></u>
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(2.833)
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	
Mudanças no valor justo:	
Risco cambial - SWAP Empréstimos	2.083
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(750)

Equatorial Piauí

Em 31 de dezembro de 2021, a controlada direta Equatorial Piauí possui contratos de *swap* com o banco Citibank e o banco Scotiabank, referente à operação em moeda estrangeira.

Em 05 de abril de 2019, a Controlada realizou captação de recursos com o Citibank no valor contratado de US\$ 77.720, com juros e amortização trimestrais tendo como data de vencimento final 05 de abril de 2022. A captação tem como desembolso a taxa de USD Libor + 0,72% a.a. + I.R (objeto de *hedge*), e tem um contrato de *swap* contabilizado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumento de *hedge*).

Em 10 de outubro de 2020, a Controlada realizou captação de recursos com o Scotiabank, no valor contratado de US\$ 35.778, com juros semestrais e amortização 100% no final do contrato, tendo como data de vencimento final 16 de outubro de 2023. A captação tem como desembolso a taxa de 1,43% a.a. + I.R (objeto de *hedge*), e tem um contrato de *swap* contabilizado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumento de *hedge*).

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 26 de abril de 2021, a Controlada realizou captação de recursos com o Scotiabank, no valor contratado de US\$ 53.571, com juros semestrais e amortização anual, tendo como data de vencimento final 26 de abril de 2026. A captação tem como desembolso a taxa de 1,92% a.a. + I.R (objeto de *hedge*), e tem um contrato de *swap* contabilizado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumento de *hedge*).

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com o Citibank era R\$ 434.776 (R\$ 404.991 em 31 de dezembro de 2020), com o Scotiabank é de R\$ 200.350(R\$ 186.587 em 31 de dezembro de 2020) e Scotiabank no valor de R\$300.197(R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020). Para mais informações, ver nota explicativa nº 17 – Empréstimos e financiamentos.

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Controlada, vigentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020, que podem ser assim resumidos:

Objetivo de proteção de risco de mercado	Indexadores	Valor justo	
		2021	2020
Citibank- R\$ 300.000			
Ponta ativa	US\$ + Libor + 0,85% a.a.	435.078	404.619
Ponta passiva	113,5% do CDI	(307.061)	(303.157)
Total		128.017	101.462
Scotiabank- R\$ 200.000			
Ponta ativa	US\$ + 1,68% a.a.	201.686	190.137
Ponta passiva	CDI + 1,58%	(209.054)	(209.819)
Total		(7.368)	(19.682)
Scotiabank- R\$ 300.000			
Ponta ativa	US\$ + 2,27% a.a.	306.226	-
Ponta passiva	CDI + 1,77%	(322.296)	-
Total		(16.070)	-
Líquido circulante		127.924	152
Líquido não circulante		(23.345)	81.628
Total		104.579	81.780

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

Os valores relativos ao item designado como instrumentos de *hedge* e a inefetividade de *hedge* foram os seguintes:

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Risco Cambial	Valor Nominal	Valor contábil 2021		Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	Valor contábil 2021	
		Ativo	Passivo		Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA	Rubrica no resultado afetada pela reclassificação
Contrato de SWAP <i>Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	800.000	128.015	(23.437)	Instrumentos financeiros derivativos	15.627	N/A

Risco Cambial	Valor Nominal	Valor contábil 2020		Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	Valor contábil 2020	
		Ativo	Passivo		Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA	Rubrica no resultado afetada pela reclassificação
Contrato de SWAP <i>Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	500.000	81.780	-	Instrumentos financeiros derivativos	6.839	N/A

A tabela a seguir fornece uma reconciliação por categoria de risco dos componentes do patrimônio líquido e a análise dos itens de Outros Resultados Abrangentes - ORA, líquido de impostos, resultantes da contabilidade de hedge de fluxo de caixa:

	Reserva de Hedge
Saldo em 1º de janeiro de 2021	6.839
Hedge de fluxo de caixa	
Mudanças no valor justo:	
Risco cambial - SWAP Empréstimos	8.788
Saldo em 31 de dezembro de 2021	15.627

Equatorial Maranhão

Em 31 de dezembro de 2021, a controlada indireta Equatorial Maranhão possui contratos de swap com o banco Scotiabank, referente à operação em moeda estrangeira, com seu vencimento final em 19 de fevereiro de 2025, contabilizado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Em 19 de fevereiro de 2021, ocorreu a liberação do empréstimo em moeda estrangeira junto ao Scotiabank no valor de US\$ 66.500, equivalente a R\$ 350.000, com juros semestrais e amortização de 50% ao final do 3º ano e 50% no 4º ano, em 19 de fevereiro de 2025. A captação tem custo à taxa de 1,25% a.a. + I.R (objeto de hedge), e tem um contrato de swap contabilizado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumento de hedge).

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com o Scotiabank era R\$ 366.782 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020).

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020, que podem ser assim resumidos:

Operações passivas	Indexadores	Valor justo	
		2021	2020
Objetivo de proteção de risco de mercado			
Scotiabank- R\$ 350.000			
Ponta ativa	US\$ + 1,48% a.a	365.991	-
Ponta passiva	CDI + 1,65% a.a	(374.202)	-
Total		(8.211)	-

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Líquido circulante	(45)	-
Líquido não circulante	(8.166)	-
Total	(8.211)	-

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destacamos que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

Risco Cambial	Valor Nominal	Valor contábil 2021		Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de hedge está incluído	Valor contábil 2021	
		Ativo	Passivo		Alterações no valor do instrumento de hedge reconhecidas em ORA	Rubrica no resultado afetada pela reclassificação
Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	350.000	-	(8.211)	Instrumentos financeiros derivativos	(14.265)	-

A tabela a seguir fornece uma reconciliação por categoria de risco dos componentes do patrimônio líquido e a análise dos itens de Outros Resultados Abrangentes - ORA, líquido de impostos, resultantes da contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa:

	Reserva de Hedge
Saldo em 1º de janeiro de 2021	-
Hedge de fluxo de caixa	-
Mudanças no valor justo:	
Risco cambial - <i>SWAP</i> Empréstimos	(14.265)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(14.265)

CEEE-D

Em 31 de dezembro de 2021 a controlada indireta CEEE-D possui contratos de *SWAP* com o Bank of America e Banco Sumitomo Mitsui Banking Corporation, referente à operação em moeda estrangeira.

Em 26 de julho de 2021, a controlada indireta CEEE-D realizou captação de recursos com o Bank of America, no valor contratado de US\$ 47.991, com juros trimestrais e amortização final na data do vencimento (*Bullet*), tendo como data de vencimento final 31 de julho de 2023. A captação tem como desembolso a taxa de 1,67% a.a. + I.R (objeto de *hedge*), e tem um contrato de *swap* contabilizado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumento de *hedge*).

Em 13 de agosto de 2021, o saldo dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com o Banco Sumitomo Mitsui Banking Corporation é de US\$ 47.938 com juros semestral e amortização final na data do vencimento (*Bullet*), tendo como data de vencimento final 13 de agosto de 2024. A captação tem como desembolso a taxa de 2,1943% a.a. + I.R (objeto de *hedge*), e tem um contrato de *swap* contabilizado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumento de *hedge*). Para mais informações vide nota explicativa nº 17 – Empréstimos e financiamentos.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2021, a CEEE-D contratou *Non Deliverable Forward* (NDF) com o banco Citibank, no valor de US\$ 67.963, com o objetivo de mitigar a variação cambial da dívida em moeda estrangeira com o AFD, tendo como data de vencimento final em 31 de janeiro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com o *Bank of America* é de R\$ 272.659 (com valor contratado de R\$ 250.000), com o banco *Sumitomo Mitsui* o R\$ 269.805 (com valor contratado de R\$ 250.000) é de R\$ 376.038 contratado com o Banco Citibank.

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da CEEE-D, vigentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020, que podem ser assim resumidos:

		Valor justo	
Objetivo de proteção de risco de mercado	Indexadores	2021	2020
Swap Hedge			
<i>Bank of América</i>			
Ponta ativa	US\$ + 1,96% a.a.	271.770	-
Ponta passiva	CDI + 1,50% a.a.	(259.492)	-
Total		12.278	-
<i>Banco Sumitomo Mitsui Banking Corporation</i>			
Ponta ativa	US\$ + 2,19% a.a.	274.449	-
Ponta passiva	CDI + 1,45% a.a.	(266.175)	-
Total		8.274	-
Non Deliverable Forward (NDF)			
<i>Citibank</i> – R\$ 379.269			
Total	N/A	(5.069)	-
		(5.069)	-
Ativo circulante		97	-
Ativo não circulante		20.455	-
Passivo circulante		(5.069)	-
Total		15.483	-

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *SWAP* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

Os valores relativos ao item designado como instrumentos de *hedge* e a inefetividade de *hedge* foram os seguintes:

Risco Cambial	Valor Nominal	Ativo	Passivo	Valor contábil		
				2021		
				Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA	Rubrica no resultado afetada pela reclassificação
Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	500.000	20.552	-	Instrumentos financeiros derivativos	10.139	N/A

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

A tabela a seguir fornece uma reconciliação por categoria de risco dos componentes do patrimônio líquido e a análise dos itens de Outros Resultados Abrangentes - ORA, líquido de impostos, resultantes da contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa:

	<u>Reserva de Hedge</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2021	-
Hedge de fluxo de caixa	
Mudanças no valor justo:	
Risco cambial - SWAP Empréstimos	10.139
Valor reclassificado para resultado:	
Risco cambial - SWAP Empréstimos	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	10.139

Equatorial Telecomunicações

Em 28 de dezembro de 2021, ocorreu a liberação do empréstimo em moeda estrangeira junto ao *Bocom* no valor de US\$ 3.494, equivalente a R\$ 20.000, com juros semestrais e amortização em 29 de junho de 2026 e 28 de dezembro de 2026. A captação tem custo à taxa de Libor + 1,76% a.a. + I.R (objeto de *hedge*), e tem um contrato de swap contabilizado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumento de *hedge*).

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com o *Bocom* era R\$ 19.506 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020).

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da controlada, vigentes em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, que podem ser assim resumidos:

Operações passivas		<u>Valor justo</u>	
		31/12/2021	31/12/2020
Objetivo de proteção de risco de mercado	Indexadores		
<i>Bocom</i> – R\$ 20.000			
Ponta ativa	US\$ + Libor + 2,07% a.a.	19.357	-
Ponta passiva	CDI + 1,71% a.a.	(20.024)	-
Total		(667)	-
Líquido circulante		-	-
Líquido não circulante		(667)	-
Total		(667)	-

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

Destacamos que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Risco Cambial	Valor Nominal	Valor contábil 31/12/2021		Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	Valor contábil 31/12/2021	
		Ativo	Passivo		Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA	Rubrica no resultado afetada pela reclassificação
Contrato de SWAP <i>Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	20.000	-	667	Instrumentos financeiros derivativos	(148)	N/A

A tabela a seguir fornece uma reconciliação por categoria de risco dos componentes do patrimônio líquido e a análise dos itens de Outros Resultados Abrangentes - ORA, líquido de impostos, resultantes da contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa:

	Reserva de <i>Hedge</i>
Saldo em 1º de janeiro de 2021	-
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	-
Mudanças no valor justo:	
Risco cambial - SWAP Empréstimos	(148)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(148)

CEA

Em 31 de dezembro de 2021 a controlada indireta CEA possui contratos de *swap* com o banco Scotiabank referente às operações em moeda estrangeira.

Em 29 de dezembro de 2026, a Controlada indireta CEA realizou captação de recursos no valor contratado de US\$ 43.867, com juros semestrais e amortização anual tendo como data de vencimento final 29 de Dezembro de 2026. A captação tem custo à taxa de USD + 2,14% a.a. + I.R (objeto de *hedge*), e tem um contrato de SWAP contabilizado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumento de *hedge*).

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com o Scotiabank é de R\$ 244.836 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020). Para maiores informações vide nota explicativa nº 17.

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da controlada indireta CEA, vigentes em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, que podem ser assim resumidos:

Operações passivas		Valor justo	
Objetivo de proteção de risco de mercado	Indexadores	31/12/2021	31/12/2020
Scotiabank – R\$ 250.000			
Ponta ativa	US\$ + 2,52% a.a.	252.549	-
Ponta passiva	CDI + 1,85% a.a.	(267.140)	-
Total		(14.591)	-
Líquido circulante			
Líquido não circulante		(2)	-
		(14.589)	-
Total		(14.591)	-

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

Destacamos que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

Risco Cambial	Valor Nominal	Valor contábil 31/12/2021		Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	Valor contábil 31/12/2021	
		Ativo	Passivo		Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA	Rubrica no resultado afetada pela reclassificação
Contrato de SWAP <i>Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	250.000	-	14.591	Instrumentos financeiros derivativos	9.217	N/A

A tabela a seguir fornece uma reconciliação por categoria de risco dos componentes do patrimônio líquido e a análise dos itens de Outros Resultados Abrangentes - ORA, líquido de impostos, resultantes da contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa:

	Reserva de <i>Hedge</i>
Saldo em 1º de janeiro de 2021	-
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	-
Mudanças no valor justo:	
Risco cambial - SWAP Empréstimos	9.217
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.217

Apresentamos, abaixo, os valores consolidados dos instrumentos derivativos das controladas da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021	2020
Ativo circulante	293.020	100.600
Passivo circulante	(5.116)	-
Efeito líquido circulante	287.904	100.600
Ativo não circulante	540.603	295.161
Passivo não circulante	(46.767)	-
Efeito líquido não circulante	493.836	295.161
Efeito líquido total	781.740	395.761

33.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia, bem como de suas controladas têm a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas em suas áreas de especialidades. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostos, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

controladas. A Companhia e suas controladas através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Companhia, supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco das controladas distribuidoras da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. A Administração acompanha a evolução do contas a receber, e reforça os direcionamentos estratégicos para potencializar a gestão e a eficiência do desempenho operacional das ações de cobranças enviadas para mitigar o risco de inadimplência. As controladas distribuidoras da Companhia adotam uma política de cobrança cujas diretrizes estão em consonância com a legislação e regulamentações específicas.

Contas a receber

As contas a receber das controladas distribuidoras da Companhia compostas pelas faturas de energia elétrica, de consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos de faturas do fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão.

As controladas distribuidoras da Companhia estabelecem as políticas de cobrança para as classes de clientes, para reduzir os níveis de inadimplência, e consequentemente, a recuperação dos valores recebíveis. As políticas de cobrança estabelecidas nas controladas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 414 emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A participação das contas a receber de consumidores das controladas está conforme abaixo:

Classe consumidora	%	
	2021	2020
Residencial	56%	59%
Industrial	6%	6%
Comercial	18%	15%
Rural	5%	5%
Poder público	8%	8%
Iluminação pública	4%	3%
Serviço público	3%	4%
Total	100%	100%

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

As controladas da Companhia do segmento de distribuição registraram uma provisão para perda que representa sua melhor estimativa de perdas incorridas referentes a Contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 8.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes, por classe consumidora, estava assim apresentada:

2021				
Classe consumidora	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total
Residencial	3.676.237	485.793	1.884.606	6.046.636
Industrial	445.674	36.451	188.249	670.374
Comercial	1.099.987	162.501	660.057	1.922.545
Rural	380.951	53.696	110.558	545.205
Poder público	322.823	42.775	540.466	906.064
Iluminação pública	206.711	1.139	198.027	405.877
Serviço público	175.736	23.109	121.353	320.198
Concessionária e permissionária	-	2.825	5	2.830
Total	6.308.119	808.289	3.703.321	10.819.729

2020				
Classe consumidora	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total
Residencial	1.999.365	323.781	1.542.059	3.865.205
Industrial	256.541	3.569	130.699	390.809
Comercial	546.822	65.198	410.473	1.022.493
Rural	212.937	19.922	81.781	314.640
Poder público	153.545	17.055	326.934	497.534
Iluminação pública	112.908	586	91.301	204.795
Serviço público	115.374	10.163	117.089	242.626
Total	3.397.492	440.274	2.700.336	6.538.102

Avaliação da perda esperada de crédito de liquidação duvidosa do contas a receber (Controladas distribuidoras da Companhia, exceto CEEE-D)

As controladas distribuidoras da Companhia, exceto CEEE-D, adotam o modelo de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) que é mensurada a partir do *aging list* de não recebimento de faturas e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia através da matriz de provisão. A matriz de provisão estabelece os percentuais de estimativas e de risco de recebimento dos valores recebíveis de acordo com o *aging list* das faturas de energia elétrica e das parcelas.

A matriz de provisão adotada é resultado do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e dos parcelamentos no período histórico analisado de 5 (cinco) anos, que reflete a experiência da perda de crédito histórica dos consumidores com a fatura de energia elétrica e do parcelamento, capturando a eficiência da política de cobrança adotada pelas controladas da Companhia, exceto CEEE-D, no decorrer do exercício.

A PECLD é constituída com base nos valores recebíveis dos consumidores, segregando por faturamento e parcelamento pelas classes de consumidores, em valor considerado suficiente pela Administração, para cobrir as possíveis perdas na realização de créditos.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (Controladas distribuidoras da Companhia, exceto CEEE-D)

Faixa	Saldo contábil bruto Parcelamentos	%Taxa média ponderada da perda média do Parcelado	Saldo	Saldo contábil bruto faturado	%Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo
A Vencer	1.888.786	23,71%	447.902	1.146.377	4,12%	47.199
Vencido 1 a 30	49.205	25,75%	12.673	570.682	7,39%	42.169
Vencido 31 a 60	36.626	37,38%	13.691	181.419	18,09%	32.826
Vencido 61 a 90	25.247	50,70%	12.801	97.244	30,27%	29.436
Vencido 91 a 120	26.088	56,34%	14.698	85.483	36,40%	31.117
Vencido 121 a 150	23.870	59,61%	14.230	71.242	39,43%	28.090
Vencido 151 a 180	22.787	61,59%	14.035	58.526	41,06%	24.032
Vencido 181 a 210	21.930	64,08%	14.052	48.736	43,07%	20.988
Vencido 211 a 240	21.075	65,65%	13.836	46.199	44,65%	20.626
Vencido 241 a 270	21.373	66,97%	14.314	46.139	44,85%	20.695
Vencido 271 a 300	18.926	68,10%	12.888	37.414	45,01%	16.840
Vencido 301 a 330	20.751	68,26%	14.164	48.833	46,10%	22.511
Vencido 331 a 360	20.829	68,83%	14.336	75.293	44,44%	33.460
Vencido 361 a 390	16.415	69,48%	11.405	40.948	47,86%	19.599
Vencido 391 a 420	19.367	69,71%	13.502	41.383	48,27%	19.977
Vencido 421 a 450	17.605	70,25%	12.367	37.499	48,51%	18.190
Vencido 451 a 630	96.808	72,54%	70.227	166.588	52,29%	87.112
Vencido 631 a 720	49.483	75,53%	37.374	114.962	58,58%	67.340
Vencido 721 a 810	42.983	76,97%	33.085	104.567	60,87%	63.648
Vencido 811 a 990	76.996	77,81%	59.907	190.074	60,16%	114.341
Vencido 991 a 1080	36.624	78,34%	28.693	99.959	61,34%	61.316
Vencido 1081 a 1170	34.484	81,54%	28.119	113.064	60,74%	68.678
Vencido 1171 a 1350	59.838	84,74%	50.706	197.339	62,65%	123.632
Vencido 1351 a 1530	51.567	87,27%	45.004	189.850	63,88%	121.284
Vencido 1531 a 1710	35.678	91,23%	32.549	125.281	73,86%	92.530
Vencido 1711 a 1890	27.796	93,13%	25.886	135.255	86,55%	117.063
Vencido Maior 1890	256.011	95,59%	244.715	1.045.184	89,93%	939.929
Total	3.019.148		1.307.159	5.115.540		2.284.628

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

PECLD Outros (Controladas distribuidoras da Companhia, exceto CEEE-D)

Faixa	Outros faturados	%Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo PECLD outros faturados
A Vencer	83.864	4,12%	3.453
Vencido 1 a 30	12.532	7,39%	926
Vencido 31 a 60	6.065	18,09%	1.097
Vencido 61 a 90	3.133	30,27%	948
Vencido 91 a 120	3.000	36,40%	1.092
Vencido 121 a 150	3.493	39,43%	1.377
Vencido 151 a 180	2.857	41,06%	1.173
Vencido 181 a 210	1.555	43,07%	670
Vencido 211 a 240	1.134	44,65%	506
Vencido 241 a 270	1.625	44,85%	729
Vencido 271 a 300	791	45,01%	356
Vencido 301 a 330	893	46,10%	412
Vencido 331 a 360	1.521	44,44%	676
Vencido 361 a 390	2.886	47,86%	1.381
Vencido 391 a 420	3.428	48,27%	1.655
Vencido 421 a 450	4.248	48,51%	2.061
Vencido 451 a 630	9.401	52,29%	4.916
Vencido 631 a 720	6.109	58,58%	3.578
Vencido 721 a 810	5.707	60,87%	3.474
Vencido 811 a 990	11.574	60,16%	6.962
Vencido 991 a 1080	5.568	61,34%	3.415
Vencido 1081 a 1170	7.043	61,93%	4.362
Vencido 1171 a 1350	10.631	63,40%	6.740
Vencido 1351 a 1530	7.123	65,44%	4.661
Vencido 1531 a 1710	4.757	76,60%	3.644
Vencido 1711 a 1890	3.674	88,56%	3.254
Maior 1890	22.634	91,25%	20.655
Total	227.246		84.173

PECLD não faturados (Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, Equatorial Piauí Equatorial Alagoas e CEA)

Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	%Taxa média ponderada da perda média do não faturado	Saldo
A Vencer		%	
	540.854	4,12%	22.283
Total	540.854	4,12%	22.283

Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (CEEE-D)

A controlada da Companhia adota o modelo de PECLD a partir das condições previstas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, que infere sobre a provisão dos recebíveis para classe de consumo residencial, acima de 90 dias, classe de consumo comercial, acima de 180 dias, e as demais classes de consumo, acima de 360 dias

Para aplicação do CPC 48 – Instrumentos financeiros, a CEEE-D avalia o percentual de não recebimento dos faturamentos nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, por classe de consumo e aplica sobre o *aging list* das contas a receber das faturas de energia elétrica e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia, para reconhecimento adicional da perda esperada de liquidação duvidosa.

A PECLD é constituída com base nos valores recebíveis dos consumidores, segregando por faturamento e parcelamento pelas classes de consumidores, em valor considerado suficiente pela

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Administração, para cobrir as possíveis perdas na realização de créditos.

Aging parcelamento saldos a vencer

	2021				Total
	2022	2023	2024	Após 2024	
Residencial	76.707	32.746	6.451	1.433	117.337
Industrial	4.677	1.376	1.005	221	7.279
Comercial	20.633	11.437	5.210	29.617	66.897
Rural	3.641	1.245	275	37	5.198
Poder público	8.647	8.365	8.356	137.989	163.357
Iluminação pública	7.363	7.161	7.080	32.386	53.990
Serviço público	125	8	-	-	133
Concessionárias e permissionárias	5	-	-	-	5
Total a vencer	121.798	62.338	28.377	201.683	414.196

Aging de parcelamentos vencidos há mais de 90 dias

	2021				Total
	Venc. 91 a 360 dias	Venc. de 361 à 720 dias	Venc. de 721 a 1080 dias	Venc. de 1081 a 1530 dias	
Residencial	21.392	19.281	16.310	22.351	79.334
Industrial	526	1.539	1.424	20.957	24.446
Comercial	14.482	11.707	9.523	17.873	53.585
Rural	676	537	427	6.081	7.721
Poder Público	1	2	1	6.185	6.189
Iluminação Pública	2.680	2.548	2.019	17.577	24.824
Total de parcelamentos	39.757	35.614	29.704	91.024	196.099

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas detém caixa e equivalentes de caixa individual e consolidado no montante de R\$ 541.415 e R\$ 2.996.589, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021 (R\$165.569 e R\$ 2.219.546 em 31 de dezembro de 2020). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* acima AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings* e *Standard & Poors*.

A Companhia e suas controladas consideram que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia e suas controladas julgaram não ser necessário a constituição de provisão.

Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia, bem como das suas controladas, considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

Derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings* e *Standard & Poors*.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e controladas em cumprirem adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentados nas notas explicativas nº 17 (Empréstimos e financiamentos), nº 18 (Debêntures) e nº 22 (Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial).

A Companhia e suas controladas tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e suas controladas e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano prestam à Companhia, bem como às suas controladas, estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia e suas controladas buscam manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo é de 2,9 em 31 de dezembro de 2021 (2,4 em 31 de dezembro de 2020).

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Controladora

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Títulos de dívida emitidos sem garantia	2.448.387	3.457.780	-	305.816	211.573	2.601.597	338.794
Subtotal – Debêntures	2.448.387	3.457.780	-	305.816	211.573	2.601.597	338.794
Passivo de arrendamento financeiro	517	590	32	160	383	15	-
Fornecedores	2.957	2.957	2.957	-	-	-	-
Total	2.451.861	3.461.327	2.989	305.976	211.956	2.601.612	338.794

Consolidado

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	13.000.578	20.806.281	258.488	2.469.564	2.626.167	4.916.858	10.535.204
Empréstimos bancários sem garantia	1.286.538	1.639.447	436.139	487.760	356.081	359.467	-
Títulos de dívida emitidos com garantia	514.339	721.411	-	-	-	721.411	-
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	14.801.455	23.167.139	694.627	2.957.324	2.982.248	5.997.736	10.535.204
Títulos de dívida emitidos sem garantia	4.647.288	6.092.757	-	1.040.684	1.548.554	3.164.725	338.794
Títulos de dívida emitidos com garantia	5.954.192	9.806.007	380.455	583.606	1.122.343	4.666.036	3.053.567
Subtotal – Debêntures	10.601.480	15.898.764	380.455	1.624.290	2.670.897	7.830.761	3.392.361
Empréstimos bancários com garantia	131.640	158.865	1.899	23.771	38.778	94.417	-
Empréstimos bancários sem garantia	797.654	2.089.576	357	47.638	48.036	144.107	1.849.438
Subtotal - Demais passivos financeiros não derivativos	929.294	2.248.441	2.256	71.409	86.814	238.524	1.849.438
Passivo de arrendamento financeiro	57.610	66.768	5.158	24.466	15.447	14.976	6.721
Fornecedores	4.286.453	4.492.909	1.148.491	2.608.643	700.206	35.569	-
Total	30.676.292	45.874.021	2.230.987	7.286.132	6.455.612	14.117.566	15.783.724

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 17 – Empréstimos e financiamentos e nº 18 - Debêntures, a Companhia e suas controladas possuem operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro destas cláusulas contratuais restritivas pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas.

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia e suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos adiante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia e suas controladas utilizam derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas observando o comportamento do mercado e obedecendo a política de *hedge* da Companhia e suas controladas. Geralmente, a Companhia e suas controladas buscam aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado.

(iv) Risco de taxa de câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Determinados passivos financeiros de suas controladas estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Em 31 de dezembro de 2021, a exposição ao câmbio da controlada Equatorial Maranhão é de 16,9% (0% em 31 de dezembro de 2020), da controlada Equatorial Pará é de 18,5% (26,4% em 31 de dezembro de 2020), da controlada Equatorial Piauí é de 24,3% (17,5% em 31 de dezembro de 2020), da controlada CEEE-D é de 29,0% e da controlada CEA é de 32,9% e da controlada Equatorial Telecomunicações é de 100%, de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos, credores financeiros de recuperação judicial e AVP de credores financeiros em moeda estrangeira), conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado

Indexador	R\$ mil	Custo médio (a.a.)	Prazo final médio (mês/ano)	Prazo médio (em anos)	Part. (%)
Libor (com Swap CDI)	3.028.669	5,63%	Jan/24	1,91	11,5%
Pré-Fixado (com Swap CDI)	376.038	4,37%	Set/36	0,09	1,4%
Moeda estrangeira	3.404.707	5,49%	Jun/25	1,71	12,9%
CDI	10.958.479	5,76%	Fev/25	2,70	41,5%
Pré-fixado	1.853.245	5,72%	Jul/41	12,1	7,0%
IGP-M	268.477	18,96%	Set/34	11,1	1,0%
IPCA	10.778.801	14,61%	Jan/36	8,1	40,8%
SELIC	71.259	4,95%	Mar/23	0,7	0,3%
Moeda nacional	23.930.261	9,89%	Mai/31	6,0	90,6%
Custo de captação/AVP	(922.306)	0,00%	Set/43	11,1	(3,5%)
Total	26.412.662	9,34%	Ago/30	5,4	100,0%

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

As empresas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará e a Equatorial Piauí possuem duas dívidas em moeda estrangeira, sendo que ambas possuem *SWAP* para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa nº 33.4.

A empresa Equatorial Alagoas não tem exposição ao câmbio na dívida em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

A sensibilidade da dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V). O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2021 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados conforme a seguir:

Operação	Risco	Saldo em R\$ mil (exposição)	Consolidado				
			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros ou variação cambial				
			Impacto no resultado				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	USD	(3.404.707)	(3.764.703)	(4.705.879)	(5.647.054)	(2.823.527)	(1.882.351)
Impacto no resultado do exercício				(941.176)	(1.882.351)	941.176	1.882.351
Swap - Ponta Ativa	USD	3.050.843	3.373.423	4.216.779	5.060.135	2.530.067	1.686.712
Impacto em outros resultados abrangentes				6.130	12.259	(6.130)	(12.260)
Impacto no resultado do exercício				837.226	1.674.452	(837.226)	(1.674.452)
NDF		(5.069)	(4.533)	(3.400)	(2.266)	(5.666)	(6.800)
Impacto no resultado do exercício				1.133	2.267	(1.133)	(2.267)
Impacto líquido no resultado do exercício total				(102.817)	(205.632)	102.817	205.632
Referência para passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa projetada 2021	+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar USD/R\$ (12 meses)		6,17	5,58	7,71	9,26	4,63	3,09

Fonte: B3

(v) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos, debêntures e as aplicações financeiras. A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros foi demonstrada em cinco cenários. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2021 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

A seguir é apresentado, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

			Controladora				
			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros				
Operação	Risco	Saldo em R\$ mil (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	2.847.921	3.183.691	3.267.633	3.351.576	3.099.748	3.015.806
Impacto no resultado do exercício				83.942	167.885	(83.942)	(167.885)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(2.462.896)	(2.753.271)	(2.825.865)	(2.898.459)	(2.680.677)	(2.608.084)
Total de passivos financeiros		(2.462.896)	(2.753.271)	(2.825.865)	(2.898.459)	(2.680.677)	(2.608.084)
Impacto no resultado do exercício				(72.594)	(145.188)	72.594	145.188
Impacto líquido no resultado do exercício total				11.348	22.697	(11.348)	(22.697)
Consolidado							
Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros							
Operação	Risco	Saldo em R\$ mil (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	10.291.003	11.504.312	11.807.640	12.110.697	11.200.985	10.897.658
Impacto no resultado do exercício				303.327	606.655	(303.327)	(606.655)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(10.958.479)	(12.250.484)	(12.573.485)	(12.896.486)	(11.927.483)	(11.604.481)
	SELIC	(71.259)	(79.660)	(81.761)	(83.861)	(77.560)	(75.460)
	IGP-M	(268.477)	(283.726)	(287.539)	(291.351)	(279.914)	(276.102)
	IPCA	(10.778.801)	(11.341.454)	(11.482.118)	(11.622.781)	(11.200.791)	(11.060.128)
Total de passivos financeiros		(22.077.016)	(23.955.324)	(24.424.903)	(24.894.479)	(23.485.748)	(23.016.171)
Impacto no resultado do exercício				(469.577)	(939.154)	469.577	939.154
Swap – Ponta Passiva	CDI	(2.677.165)	(2.992.803)	(3.071.712)	(3.150.622)	(2.913.894)	(2.834.984)
Impacto em outros resultados abrangentes				(2.168)	(4.335)	2.168	4.335
Impacto no resultado do exercício				(76.742)	(153.484)	76.742	153.484
Impacto líquido no resultado do exercício total				(242.992)	(485.983)	242.992	485.983
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa em 2021	25%	50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)		11,79%	4,42%	14,74%	17,69%	8,84%	5,90%
SELIC (% 12 meses)		11,79%	4,42%	14,74%	17,69%	8,84%	5,90%
IGP-M (% 12 meses)		5,68%	17,78%	7,10%	8,52%	4,26%	2,84%
IPCA (%12 meses)		5,22%	10,06%	6,53%	7,83%	3,92%	2,61%

Fonte: B3 e Santander

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

(vi) Risco de vencimento antecipado

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas 17 (Empréstimos e financiamentos) e 18 (Debêntures).

Em consideração aos contratos sujeitos à recuperação judicial da Equatorial Pará, a novação dos créditos incitou a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de *covenants* financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.

(vii) Risco de escassez de energia (Risco hidrológico)

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduz o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo através do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT - conta bandeiras), visando repassar mais adequadamente aos consumidores finais o custo associado às condições de geração de eletricidade. O recebimento de repasse CCRBT no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está evidenciado na nota explicativa nº 9 - Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros.

Como consequência da situação hidrológica desfavorável de 2021, foi criada a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética – CREG (Medida Provisória nº 1.055/2021), com competência definir diretrizes obrigatórias relativas ao estabelecimento de condições excepcionais e temporárias para enfrentamento da situação hidrológica. Por meio da Resolução nº 3, de 31 de agosto de 2021, a CREG determinou a cobrança da “bandeira Escassez Hídrica”, no valor de R\$ 14,20 a cada 100 quilowatt-hora consumidos, para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional de setembro de 2021 a abril de 2022, com exceção dos beneficiários da tarifa social. Com isso, ocorreu um aumento da receita de bandeira a partir de setembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, após a implementação de diversas ações da CREG, a entrada em operação de nova capacidade de geração e transmissão e com a evolução das aflúências nos últimos meses, as projeções elaboradas por especialistas do setor apontam que a condição de suprimento de 2021 é preocupante, sendo os maiores impactos observados sob a perspectiva do custo da energia que, no caso específico das controladas distribuidoras da Companhia, têm-se um efeito, não cobertos pela bandeira escassez hídrica, que estão contidos na constituição da CVA e serão repassados no processo tarifário subsequente, conforme apresentado abaixo:

Déficit Bandeira Tarifária não coberto – R\$	
Equatorial Maranhão	191.405
Equatorial Pará	204.016
Equatorial Piauí	152.053
Equatorial Alagoas	34.402
CEEE-D	279.986
CEA	72.157
Total	934.019

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Cabe ressaltar que essas expectativas envolvem riscos e incertezas, como menor disponibilidade de águas nos grandes reservatórios hidroelétricos que o estimado e a consequente manutenção do despacho das térmicas por mais tempo, que podem impactar os custos das controladas da Companhia e, por consequência, as demonstrações contábeis e regulatórias.

(viii) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia e suas controladas, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia, bem como suas controladas, justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

(ix) Riscos regulatórios e operacionais

Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e suas controladas transmissoras e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as controladas transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável, prevista na REN nº 729/2016, dependendo do tipo de desligamento, do tipo de equipamento e duração da indisponibilidade dos serviços.

Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso as controladas transmissoras expandam os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidade.

Risco regulatório: caso as controladas transmissoras da Companhia não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da empresa.

(x) Risco ambiental

A Companhia e suas controladas balizam suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos;
- Educação e Conscientização Ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Dentro destes macroprocessos, a Companhia e suas controladas realizam a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, Linhas de Transmissão e Redes de Distribuição de Energia. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

No SGA, a Companhia e suas controladas tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia e suas controladas utilizam em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte.

33.6 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia e suas controladas é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

34 Demonstrações dos fluxos de caixa**34.1 Transações não envolvendo caixa**

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

Controlada	Efeito não caixa
Atividades de financiamento	
Dividendos adicionais (g)	159.532
Aumento de capital	1.165.000
Total atividades de financiamento	1.324.532
Atividades de investimento	
Dividendos a receber	1.430.641
Total atividades de investimentos	1.430.641
Total	2.755.173
Consolidado	
Atividades de investimento	
Transferências entre ativo financeiro e ativo contratual (a)	466.669
Transferências entre ativo contratual e intangível (a)	951.864
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedores (b)	15.561
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações e encargos sobre folha de pagamento (b)	41.116
Transferência entre investimentos e intangível	20.360
Transferência entre sub-rogação e ativo contratual	214.559
Adição de ativo intangível em contrapartida em encargos setoriais	203
Compensação do saldo de Encargo setoriais e serviços pedidos	22.771
Transferência entre ativo contratual e investimentos	6.940
Dividendos a receber	52.891
Capitalização de rendimento de aplicação financeira	32.625
Total atividades de investimentos	1.825.559
Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos, juros e mútuos (c)	81.588
Reclassificação de outros créditos a receber para empréstimos mútuos	251.247
Aumento de capital	1.165.000
Extinção da obrigação de pagamento RGR - Lei nº 14.120/21 (e)	812.530
Hedge accounting de fluxo de caixa (d)	25.136
Reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento (f)	6.322
Dividendos adicionais (g)	240.757
Dividendos intermediários distribuídos	313.501
Total atividades de financiamento	2.896.081
Total	4.721.640

- (a) Correspondem às transferências (bifurcação) de ativo de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão;
 (b) Referem-se às adições de ativo de contrato em contrapartida de fornecedores e obrigações e encargos sobre a folha de pagamento, mais detalhes na nota explicativa 15;
 (c) Capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis registrados no ativo contratual de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos;
 (d) Proteção contra exposições a variações de fluxos de caixa que sejam atribuíveis a riscos específicos associados com ativos ou passivos ou que possa afetar o resultado;
 (e) Em 1º de março de 2021, a Lei 14.120 extinguiu a obrigação de pagamento do empréstimo RGR, correspondente à parcela com direito a reconhecimento tarifário e que não tenha sido objeto de deságio, nos termos do edital da licitação de que tratam os §§ 1º-A e 1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013;
 (f) Reconhecimento de direito de uso no exercício; e
 (g) Constituição de dividendos adicionais do exercício.

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

34.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2020	Aquisição	Fluxo de caixa	Pagamento de juros(*)	Novos arrendamentos	Mudança no valor justo	Outros (**)	2021
Empréstimos e financiamentos	12.787.575	1.105.333	770.285	(544.438)	-	635.420	47.280	14.801.455
Debêntures	5.000.403	-	5.355.146	(297.847)	-	-	543.778	10.601.480
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(20.092)	-	14.265	57.710	51.883
Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	970.931	-	(378)	(56.541)	-	20.809	(5.527)	929.294
Passivos de arrendamento	28.853	45.718	(16.216)	(2.704)	6.322	-	(4.363)	57.610
Dividendos a pagar	601.510	-	(1.220.079)	-	-	-	1.397.906	779.337
Totais	19.389.272	1.151.051	4.888.758	(921.622)	6.322	670.494	2.036.784	27.221.059

(*) A Companhia e suas controladas classificam juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas, capitalização de juros e o reconhecimento de dividendos a pagar ainda não pagos no fim do exercício. A Companhia e suas controladas classificam juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

35 Segmento de negócios

A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes.

A Companhia optou por organizar a entidade em torno das diferenças entre produtos e serviços. Desta forma, os segmentos econômicos em que atua são: Distribuição, Transmissão, Serviçosⁱ, Saneamento e Outrosⁱⁱ cujas informações das operações por segmento estão conforme a seguir:

	2021						
	Distribuição	Transmissão	Serviços e Comercialização	Saneamento	Reconciliação		Total
					Administração	Eliminações	
Receita operacional líquida	22.260.101	1.796.705	382.509	-	-	(198.429)	24.240.886
Custos e despesas operacionais	(18.065.003)	(778.688)	(389.324)	(10.880)	(274.904)	198.429	(19.320.370)
Resultado oper. antes do resultado financeiro	4.195.098	1.018.017	(6.815)	(10.880)	(274.904)	-	4.920.516
Receita financeira	1.758.325	19.822	4.068	743	470.691	(13.946)	2.239.703
Despesa financeira	(2.277.311)	(578.948)	(645)	(4.373)	(210.430)	13.946	(3.057.761)
Resultado financeiro	(518.986)	(559.126)	3.423	(3.630)	260.261	-	(818.058)
Resultado de participações societárias	-	-	(5.045)	-	5.460.126	(5.388.105)	66.976
Imposto de renda e contribuição social	406.335	(130.287)	(2.508)	-	(140.465)	-	133.075
Lucro líquido do exercício	4.082.447	328.604	(10.945)	(14.510)	5.305.018	(5.388.105)	4.302.509

ⁱServiços diz respeito às atividades de serviços fornecidos pela Equatorial Serviços S/A., Equatorial Telecomunicações S.A e Solenergias Comercializadora de Energia S.A. Para mais informações, consultar nota explicativa nº 12.2 Informações das controladas e controladas em conjunto.

ⁱⁱOutros é referente aos serviços de Administração Central decorrentes das operação de *holding*, bem como compartilhamento de pessoal e infra-estrutura, fornecidas pelas empresas Equatorial Energia Distribuição S.A., Equatorial Transmissão S/A e Equatorial Energia S.A. Para mais informações, consultar nota explicativa nº 12.2 - Informações das controladas e controladas em conjunto.

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	2020					Total
	Distribuição	Transmissão	Serviços e Comercialização	Reconciliação		
				Administração	Eliminações	
Receita operacional líquida	14.688.262	2.792.348	601.525	-	(192.066)	17.890.069
Custos e despesas operacionais	(11.447.805)	(1.298.799)	(424.960)	(161.884)	192.066	(13.141.382)
Resultado oper. antes do resultado financeiro	3.240.457	1.493.549	176.565	(161.884)	-	4.748.687
Receita financeira	1.093.031	8.868	4.354	23.243	(2.774)	1.126.722
Despesa financeira	(1.399.460)	(94.577)	39	(59.623)	2.774	(1.550.847)
	(306.429)	(85.709)	4.393	(36.380)	-	(424.125)
Resultado de participações societárias	-	-	-	5.261.477	(5.227.737)	33.740
Imposto de renda e contribuição social	(434.139)	(415.774)	(60.736)	-	-	(910.649)
Lucro Líquido do exercício	2.499.889	992.066	120.222	5.063.213	(5.227.737)	3.447.653

	2021						
	Distribuição	Transmissão	Serviços e Comercialização	Saneamento	Reconciliação		Total
					Administração	Eliminações	
Ativos operacionais	45.500.109	11.329.537	469.763	1.039.764	25.212.562	(21.837.435)	61.714.300
Passivos operacionais	34.733.893	7.833.888	126.694	1.004.274	4.692.013	(1.280.934)	47.109.828

	2020					Total
	Distribuição	Transmissão	Serviços e Comercialização	Reconciliação		
				Administração	Eliminações	
Ativos operacionais	32.292.211	10.644.618	441.369	19.995.209	(19.249.387)	44.124.020
Passivos operacionais	23.736.128	7.271.503	161.277	773.763	(644.709)	31.297.962

35.1 Receita operacional por segmento

	2021					Total
	Distribuição	Transmissão	Serviços	Eliminações		
Suprimento (venda) de energia elétrica	1.071.390	-	-	-		1.071.390
Fornecimento de energia elétrica	20.324.561	-	327.641	-		20.652.202
CVA e outros itens financeiros	3.685.937	-	-	-		3.685.937
Receita de construção	2.737.090	533.238	-	-		3.270.328
Receita de operação e manutenção	-	31.190	-	-		31.190
Outras receitas	2.138.788	1.374.146	98.765	(198.429)		3.413.270
Total da receita bruta	29.957.766	1.938.574	426.406	(198.429)		32.124.317

	2020					Total
	Distribuição	Transmissão	Serviços	Eliminações		
Suprimento (venda) de energia elétrica	272.354	-	-	-		272.354
Fornecimento de energia elétrica	15.839.765	-	334.868	-		16.174.633
CVA e outros itens financeiros	542.848	-	-	-		542.848
Receita de construção	1.843.132	2.361.172	-	-		4.204.304
Receita de operação e manutenção	-	21.775	-	-		21.775
Outras receitas	1.320.812	605.589	349.831	(192.066)		2.084.166
Total da receita bruta	19.818.911	2.988.536	684.699	(192.066)		23.300.080

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

35.2 Segmento geográfico

A Companhia optou evidenciar as informações por segmentos econômicos por Unidade Federativa em que atua no setor de distribuição* de energia:

(a) Receita operacional distribuição

	2021						
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Rio Grande do Sul	Amapá	Total
Receita operacional líquida	5.389.645	8.119.519	3.094.322	2.756.337	2.841.347	58.931	22.260.101

	2020				
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Total
Receita operacional líquida	4.106.994	5.874.849	2.583.489	2.122.930	14.688.262

* As controladas distribuidoras possuem sedes operacional e administrativa nas respectivas Unidades Federativas em que atuam. As controladas transmissoras, por sua vez, possuem suas operações em locais distintos da sede administrativa, as quais estão em Brasília/Distrito Federal e, portanto, não são analisadas de forma geográfica pela Companhia.

Os administradores da Companhia, para a tomada de decisão, analisam somente as distribuidoras por segmento geográfico. As transmissoras não são analisadas nessa segmentação devido ao fato das linhas de transmissão passarem por diversas regiões.

36 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

Controladora

	Vigência	2022	2023	2024	Após 2024*
Arrendamentos e aluguéis	2022 a 2025	155	167	182	14
(*) estimado em 1 ano após 2024.					

Consolidado

	Vigência	2022	2023	2024	Após 2024*
Energia contratada	2022 a 2033	10.181.542	9.104.578	9.528.701	105.822.345
Energia contratada (em MhW)	2022 a 2033	40.020.127	40.186.455	40.230.529	381.240.852
(*) estimado em 9 anos após 2024.					

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	2022	2023	2024	Após 2024*
Arrendamentos e aluguéis	2022 a 2029	25.877	13.218	5.395	13.121
Sistema isolado	2022 a 2027	756.083	459.476	777.324	360.806
Sistema isolado (MhW)	2022 a 2027	281.327	282.729	496.948	284.762
(*) estimado em 5 anos após 2024.					

Notas Explicativas Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

37 Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia e suas controladas são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações contábeis individuais e consolidadas, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia e por suas controladas estão demonstrados a seguir:

Consolidado**Riscos**

Riscos operacionais
Seguro D&O
Responsabilidade civil geral – operações
Riscos diversos
Seguro garantia judicial
Seguro garantia licitante
Seguro Garantia de Fiel Cumprimento/Construção
Automóvel*

Vencimento	Valores
(a)	2.296.046
(a)	120.000
(a)	80.000
(a)	416.047
(b)/(c)/(d)	2.964.527
(a)	28.305
(a)	906.212
(e)	-

- (a) Apólices vigentes até 2022;
(b) Apólices vigentes até 2023;
(c) Apólices vigentes até 2024;
(d) Apólices vigentes até 2026; e
(e) Conforme apólice, este seguro é apenas contra terceiros, ou seja, não há importância segurada.
(*) 786 veículos próprios segurados.

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

38 Eventos subsequentes

Equatorial Energia

Follow on - Precificação de oferta das ações

Em 10 de fevereiro de 2022, foi aprovado o Preço por Ação de R\$23,50 (“Preço por Ação”), para o efetivo aumento do capital social da Companhia no montante total de R\$ 2.782.283, mediante a emissão de 118.395.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações”), bem como a sua homologação, no âmbito da oferta pública com esforços restritos de distribuição primária de Ações, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita”).

Liberação de recursos – debêntures

Em 25 de fevereiro de 2022, ocorreu a liberação dos recursos da 5ª série do Instrumento Particular da 5ª (quinta) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 5 (cinco) séries para distribuição pública, no valor de R\$ 2.000.000, cujo recurso é destinado para aquisição, ou reembolso de recursos dispendidos na aquisição, pela Emissora, de 100% (cem por cento) da participação societária da Echoenergia Participações S.A., com o custo de CDI + 1,40% a.a. e vencimento final em 24 de fevereiro de 2025.

Venda da participação acionária na Geradora de Energia do Maranhão S.A.

Em 20 de dezembro de 2021, a Equatorial Energia celebrou a venda de sua totalidade participação acionária na Geradora de Energia do Maranhão S.A. (“GERA Maranhão”) pelo valor de R\$ 85.000, o valor deve ser corrigido pelo CDI desde a data de assinatura do contrato.

Em 12 de janeiro de 2022, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a operação, porém ainda está pendente a condição suspensiva relativa à anuência prévia dos Financiadores (BASA e BNB), de responsabilidade do comprador, que ainda não foi concluída e ocorrerá quando forem finalizadas todas as condições precedentes.

Aumento de capital e distribuição de dividendos adicionais

Em 22 de março de 2022, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve aprovação do aumento de capital no valor de R\$ 1.434.726, mediante a integralização de reserva de lucros, sem a emissão de novas ações. Adicionalmente, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 55.176.

Equatorial Piauí

Contrato de empréstimo

Em 25 de fevereiro de 2022, a Equatorial Piauí assinou o contrato de empréstimo (Cédula de Crédito Bancário) com a *China Construction Bank* (Brasil) Banco Múltiplo S.A., no valor de R\$ 150.000, cujo recurso é destinado a capital de giro da controlada da Companhia, com o custo de CDI + 0,97% a.a. e vencimento final em 04 de fevereiro de 2026.

Aumento de capital social

Conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, ocorrida em 22 de março de 2022, houve aprovação do aumento de capital no valor de R\$ 286.478, sem a emissão de novas ações.

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Contrato de empréstimo

Em 07 de fevereiro de 2022, a CEA assinou o contrato de empréstimo em moeda estrangeira, Lei nº 4.131, junto ao Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A., no valor de US\$ 47.080.979,28, equivalente a R\$ 250.000, cujo recurso é destinado a capital de giro da controlada da Companhia, com proteção de SWAP de 100% da exposição cambial para a taxa de CDI+1,48%a.a., e vencimento final em 07 de fevereiro de 2025.

Equatorial Transmissão

Aumento de capital

Em 24 de fevereiro de 2022, conforme a ata de Reunião de Administração da Equatorial Transmissão S.A., houve aprovação do aumento de capital no valor de R\$ 7.034.084, com a emissão de 6.284.000.000 ações.

Aumento de capital e distribuição de dividendos adicionais

Em 22 de março de 2022, conforme ata de Reunião de Administração da Equatorial Transmissão S.A., houve aprovação do aumento de capital no valor de R\$ 104.060, mediante a integralização de reserva de lucros, sem a emissão de novas ações. Adicionalmente, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 51.574.

Aquisição de 100% das ações do capital social da Echoenergia Participações S.A.

Em 03 de março de 2022, foi assinado o Contrato de compra e venda de ações, entre a Equatorial Energia (Controladora da Companhia) e Ipiranga Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, nos termos do qual as partes acordaram, dentre outras matérias, a aquisição pela Equatorial Energia, direta e indiretamente, de 100% das ações representativas do capital social da Echoenergia Participações S.A., sujeito a implementação de determinadas condições precedentes. Com o fechamento, a Equatorial Transmissão S.A., subsidiária integral da Equatorial Energia, tornou-se titular de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da Echoenergia, pagando o valor de R\$ 7.034.084, que representa o valor informado no fato relevante após a correção do CDI e ajustes usuais de fechamento em operações dessa natureza, observado que tal valor permanece sujeito a novos ajuste positivos ou negativos após o fechamento, nos termos do contrato.

SPE 02

Celebração de mútuo entre a controladora da Companhia, Equatorial Energia, e a SPE 02

Em 17 de janeiro de 2022, a Equatorial Energia celebrou na qualidade de “mutuante” o instrumento particular de mútuo pecuniário com a Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. “mutuária”, conforme previamente anuído pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio do Despacho nº 3.085 de 18 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 4.017, com o custo de 105,5% do CDI e vencimento final em 27 de janeiro 2022.

CEEE-D

Paridade contributiva nos planos de benefícios CEEE-PREV

Em 25 de fevereiro de 2022, foi proferida decisão pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS), concedendo tutela antecipada ao pedido da CEEE-D, para atribuir eficácia imediata à sentença proferida em 14 de outubro de 2021, que reconheceu a inobservância da paridade contributiva no plano de benefício CEEE-PREV, fazendo cessar, a contar da sentença, o pagamento das contribuições que superam tal limite, incluindo a recomposição de 3% (três por cento) referente aos benefícios de participantes ativos migrados em 2002.

Notas Explicativas Equatorial Energia S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Controladas distribuidoras de energia elétrica da Companhia

Conta Escassez Hídrica (Medida Provisória nº 1.078/2021 e pelo Decreto nº 10.939/2022)

Em 15 de março de 2022, determinada pela Medida Provisória nº 1.078/2021 e pelo Decreto nº 10.939/2022, a Diretoria Colegiada da ANEEL aprovou os critérios e os procedimentos para a operação de crédito visando reduzir os impactos financeiros dos custos referentes ao período de escassez hídrica de 2021.

Os recursos aprovados totalizam R\$ 5,3 bilhões para todo o Brasil e serão repassados às distribuidoras conforme os quantitativos a serem solicitados pelos agentes e aprovados pela ANEEL.

As distribuidoras possuem 10 dias, após a publicação da resolução normativa, para declarar os montantes de recursos que pretendem captar, limitados ao teto estabelecido pela ANEEL. O pagamento do empréstimo por parte dos consumidores ocorrerá por meio do encargo mensal “CDE – Escassez Hídrica”, o qual será inserido no cálculo das tarifas de energia elétrica a partir dos processos tarifários de 2023.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) mediará as transações, sendo a responsável pela contratação das operações de crédito e pela gestão da Conta Escassez Hídrica.

Equatorial Energia Distribuição

Distribuição de dividendos adicionais

Em 22 de março de 2022, conforme a ata de Reunião da Diretoria, houve aprovação de dividendos adicionais de R\$ 117.333.

Equatorial Pará

Distribuição de dividendos adicionais

Em 22 de março de 2022, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 83.753, sendo R\$ 40.761 decorrentes do resultado do exercício e R\$42.992 oriundos de reserva de investimentos.

Equatorial Maranhão

Distribuição de dividendos adicionais

Em 22 de março de 2022, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve aprovação de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 143.577, sendo R\$ 101.304 decorrentes do resultado do exercício e R\$ 42.273 oriundos de reserva estatutária de reforço de capital de giro.

Equatorial Alagoas

Aumento de capital social

Conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, ocorrida em 22 de março de 2022, houve aprovação do aumento de capital no valor de R\$ 309.553, sem a emissão de novas ações.

Notas Explicativas

Conselho de Administração

Carlos Augusto Leone Piani

Guilherme Mexias Aché

Luis Henrique de Moura Gonçalves

Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa

Tania Sztamfater Chocolat

Tiago de Almeida Noel

Eduardo Haiama

Augusto Miranda da Paz Júnior

Conselho Fiscal

Titulares

Saulo de Tarso Alves de Lara

Maria Salete Garcia Pinheiro

Vanderlei Dominguez da Rosa

Suplentes

Paulo Roberto Franceschi

Claudia Luciana Ceccatto de Trotta

Ricardo Bertucci

Notas Explicativas

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
Diretor Presidente

Tinn Freire Amado
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Humberto Luis Queiroz Nogueira
Diretor

José Silva Sobral Neto
Diretor

Bruno Cavalcanti Coelho
Diretor

André Luiz Barata Pessoa
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente de Contabilidade e Tributos
Contador CRC-PE012996-O-3-S-MA

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Diretoria da Equatorial Energia S.A. São Luis - MA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Equatorial Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Reconhecimento da receita de energia distribuída mas não faturada

As receitas das controladas da Companhia (Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A., Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. e Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A., Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D e Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA) são oriundas, principalmente, do fornecimento de energia elétrica, sendo reconhecidas quando do consumo da energia, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 808.289 mil em 31 de dezembro de 2021 e está divulgado na nota explicativa no 8 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da administração acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja contabilizada na competência correta. Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho relacionado aos controles internos das controladas da Companhia para o cálculo da receita não faturada; (ii) a compreensão e documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Administração; (iii) utilização dos nossos especialistas em auditoria de sistemas para nos auxiliar nos testes da integridade, da precisão dos dados e relatórios extraídos do sistema de faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada; e (iv) recálculo da estimativa da receita de fornecimento não faturado. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita não faturada, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa no 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Combinações de negócios

Conforme detalhado nas notas explicativas 4.1.1.1 e 4.1.1.2 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Equatorial Energia S.A., concluiu em 08 de julho de 2021 e em 23 de novembro de 2021, todas as condições previstas nos editais dos leilões “nº 01/2020 - Alienação de Ações Ordinárias e Preferenciais da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D” e “BNDES nº 01/2021 – CEA”, para as aquisições dos controles acionários da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (“CEEE-D”) e Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA (“CEA”), respectivamente, companhias que atuam no mesmo segmento de negócio das principais controladas da Equatorial Energia S.A.. A contraprestação transferida por essas aquisições é no montante, respectivamente, de R\$ 145 mil e R\$ 400.050 mil. Estas transações foram contabilizadas pela aplicação do método de aquisição (CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios/IFRS 3 - Business Combinations), que requer, entre outros procedimentos, que a Companhia determine: (i) a data de aquisição efetiva do controle, (ii) o valor justo da contraprestação transferida, (iii) o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a (iv) apuração dos resultados auferidos na combinação de negócios. Tais procedimentos envolvem um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro dos negócios adquiridos, e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza. Em razão do alto grau de julgamento relacionado, e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a leitura dos documentos que formalizaram a operação, e a obtenção das evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle acionário das companhias adquiridas, e a determinação do valor justo da contraprestação transferida; (ii) análise das informações financeiras das companhias adquiridas e discussão com a Administração acerca da consistência das práticas e estimativas contábeis, além do entendimento do fluxo das transações relevantes e exame dos saldos contábeis significativos das adquiridas; (iii) avaliação da objetividade, independência e capacidade técnica dos especialistas externos envolvidos na mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos; (iv) com auxílio de nossos especialistas em modelos de valorização, analisamos as premissas e metodologia utilizadas pela administração da Companhia, relacionadas à mensuração dos valores justos e alocações, na data da aquisição, aos ativos adquiridos e passivos assumidos; (v) revisão dos relatórios das diligências (“due

diligences”) conduzidas pela Companhia, com auxílio de especialistas externos; e (vi) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia em relação ao tema. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento dos efeitos contábeis das combinações de negócios e suas respectivas divulgações, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas aplicadas sobre as combinações de negócios pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 4.1.1.1 e 4.1.1.2, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outros assuntos Demonstrações do valor adicionado As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 22 de março de 2022. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC 2SP015199/O-6 Carlos Santos Mota Filho Contador CRC PE020728/O-7-T-CE

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da Equatorial Energia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, sem ressalva, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes em 22 de março de 2022, opina que os referidos documentos, bem como a proposta da destinação do lucro do exercício e o orçamento de capital estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral. Brasília, 22 de março de 2022

Saulo de Tarso Alves de Lara
Maria Salete Garcia Pinheiro
Vanderlei Dominguez da Rosa

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

EQUATORIAL ENERGIA S.A.CNPJ/ME nº 03.220.438/0001-73 NIRE 2130000938-8 Companhia Aberta Relatório Anual do Comitê de Auditoria e Gestão de Risco 2021-2022. Sobre o Comitê O Comitê de Auditoria e Gestão de Risco ("Comitê"), criado para assessorar o Conselho de Administração ("Conselho") da Equatorial Energia S.A. ("Companhia"), é composto por 3 (três) membros efetivos eleitos pelo Conselho de Administração, todos independentes: Srs. Tania Sztamfater Chocolat (Coordenadora), Carlos Augusto Leone Piani e João Alberto da Silva Neto, sendo o Sr. João Alberto o membro externo com notório conhecimento e expertise em assuntos contábeis.

2. Atribuições e Responsabilidades O Comitê de Auditoria e Gestão de Risco possui como escopo auxiliar o Conselho de Administração na definição dos padrões de qualidade dos relatórios financeiros e dos controles internos e, também, avaliar os riscos envolvidos nos princípios contábeis e sua adequação, propondo alterações caso necessário. Também é responsável por monitorar os problemas identificados; analisar e aprovar a estratégia de gestão de risco de todas as Companhias controladas direta ou indiretamente pela Companhia; aconselhar o Conselho de Administração sobre exposições ao risco e analisar o nível de risco dentro do Grupo Equatorial; avaliar a eficácia dos sistemas de gerenciamento de risco do Grupo Equatorial e os relatórios para o Conselho de Administração da Companhia e identificar riscos decorrentes das estratégias alternativas sob decisão do Conselho de Administração. As análises e opiniões do Comitê consideram as informações recebidas da Administração sobre sistemas de informação, demonstrações financeiras e controles internos, gestão de riscos e os resultados dos trabalhos da Diretoria Executiva e equipes de colaboradores, dos Auditores Internos e dos Auditores Independentes.

3. Atividades do Comitê no Exercício Social No exercício de 2021 o Comitê realizou 11 (onze) reuniões, 5 (cinco) com a participação da Auditoria Independente e 10 (dez) com a participação da Auditoria Interna. Adicionalmente, o Comitê se reuniu com Diretores e/ou com as respectivas equipes das áreas de Relação com os Investidores, Financeiro, Contabilidade, Jurídico, Compliance, Ouvidoria, Regulatório, Transmissão, Meio Ambiente, Governança de Dados, Telecom e Segurança da Informação.

4. Temas Discutidos Para o ano de 2021 o Comitê seguiu um Plano de Trabalho anual, definido previamente, o qual previa temas de maior relevância como, por exemplo, ITRs e fechamento contábil. Os principais temas abordados foram:

A. Auditoria Externa i. Plano de auditoria anual (elaborado pela Auditoria Externa); ii. Demonstrações Financeiras anuais e trimestrais; iii. Parecer anual da Auditoria Externa; iv. Relatório de revisão trimestral da Auditoria Externa; B. Auditoria Interna i. Plano de auditoria interna 2021 e 2022; ii. Monitoramento das Transações com Partes Relacionadas; iii. Posição dos riscos estratégicos, com a revisão dos mapas de riscos das Distribuidoras, acompanhamento da implementação e revisão do mapa de riscos da Transmissão; iv. Revisão do plano de auditoria interna; v. Avaliação e feedback da auditoria interna. C. Ouvidoria, Jurídico, Compliance, Regulatório, TI, Controladoria e Relações com Investidores i. Apresentação e controles em relação às principais causas tributárias, trabalhistas e outras contingências; ii. Avaliação dos sistemas da Companhia e desafios da área de TI; iii. Formulário de Referência; iv. Acompanhamento LGPD; v. Acompanhamento Regulatório; vi. Apresentação Posição Compliance e Ouvidoria (inclusive canal de denúncias); vii. Revisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras e controles financeiros. Nos debates estabelecidos nas reuniões, realizadas no período em questão, com os gestores e colaboradores das diversas áreas da Companhia, foram efetuadas diversas recomendações de ações de aprimoramento para processos de controles de riscos e gestão dos negócios. As pendências e os respectivos atendimentos às ações propostas são devidamente registrados em atas e monitoradas periodicamente a implantação dessas melhorias e das adequações sugeridas.

5. Parecer do Comitê de Auditoria Os membros do Comitê de Auditoria da Equatorial Energia S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam à análise e ao exame das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do parecer preliminar dos auditores independentes e do relatório anual da Administração ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2021") e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Ernest & Young Auditores Independentes S.S., bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2021, opinaram, por unanimidade, que estes refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas, e recomendaram a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia para seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. São Luís, 22 de março de 2022. Tania Sztamfater Chocolat Coordenadora do Comitê de Auditoria e Gestão de Risco e membro do Conselho de Administração Carlos Augusto Leone Piani Membro do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho de Administração João Alberto da Silva Neto Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da Equatorial Energia S.A., nos termos do: (i) inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução ICVM 480, que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Contábeis, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Srs. Augusto Miranda da Paz Júnior, Diretor-Presidente; Humberto Luis Queiroz Nogueira, Diretor; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; Tinn Freire Amado, Diretor; José Silva Sobral Neto, Diretor; Bruno Cavalcanti Coelho, Diretor; André Luiz Barata Pessoa, Diretor declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021; e (ii) reviram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 22 de março de 2022 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.